

Organizadores

Silvana Silva de Farias Araújo

Miguel Oliveira Jr.

Liliane Lemos Santana Barreiros

Linguagem e Sociedade: questões variacionistas, filológicas e discursivas



2022



APRESENTAÇÃO

Nesta obra, reúnem-se estudos desenvolvidos por professores pesquisadores vinculados a diferentes grupos de pesquisa de diversas instituições e que têm como foco de interesse a reflexão sobre variados aspectos que caracterizam a linguagem verbal, em especial, a língua portuguesa na sua história e na sua relação com os contextos socioculturais, geográficos e discursivos. Buscou-se investigar a natureza e o funcionamento da língua, do texto e do discurso, bem como processos de variação e mudança que lhes são inerentes em seus mais variados aspectos (fonético-fonológicos, morfossintáticos, lexicais, semânticos, históricos, sociais, geográficos e culturais).

A questão primordial que integra os capítulos aqui reunidos é o modo como funciona a língua portuguesa. É pensar a língua como um sistema variável e dinâmico, que se renova a cada momento, que se multiplica e se auto-organiza, por meio do seu uso pelos falantes e pela interação desses com o mundo; língua que é, ao mesmo tempo, reflexo da cultura e também instrumento de construção e afirmação da cultura, marcando e sendo marcada por ela.

Esta coletânea, portanto, integra os seguintes temas de pesquisa: a língua portuguesa falada e escrita em contextos específicos; constituição de bancos de textos para a história do

português no Brasil; o português urbano e rural; edição de textos em diferentes formatos e estudos da história cultural das práticas de escrita; aspectos do português em sua evolução histórica; os modos de falar, ler e escrever como práticas sociais de produção de conhecimento.

Nas duas partes que constituem a coletânea, a saber, Parte 1: *Questões variacionistas e filológicas* e Parte 2: *Questões discursivas* são discutidos assuntos sobre a linguagem humana em diferentes aspectos.

Na Parte 1, são contemplados os trabalhos de documentação, descrição e análise da variação e da mudança linguística de vários pontos de vista: histórico, social, regional e cultural. Foram acolhidos estudos relacionados aos quadros teóricos da Linguística Histórica, Sociolinguística, Dialetoлогия, Linguística Cognitiva, Teoria Gerativa (sobretudo a abordagem da Sociolinguística Paramétrica), Funcionalismo e da Lexicologia. Fazem parte dessa seção trabalhos que tratam de temas relacionados à ideologia, lutas de classes e perpetuação de uma norma linguística excludente (capítulo 1); ao mapeamento dos processos de formação de palavras envolvidos nas formas de nomear o atual presidente do Brasil (capítulo 2); à análise de estratégias acusativas, a partir da inserção do pronome você no quadro pronominal de segunda pessoa no Português Brasileiro (capítulo 3); motivações internas e externas que presidem às alterações das línguas, nos níveis lexical e gramatical (capítulo 4); à investigação filológica e ao estudo linguístico no âmbito dos campos lexicais, entremeados pelo estudo histórico (capítulo 5); ao Projeto Atlas Linguístico do Brasil (ALiB), em sua interface com a linguagem e a sociedade, notadamente, ao tocante à questão do ensino-aprendizagem de língua portuguesa

(capítulo 6); à análise sociolinguística dos fatores de natureza semântica identificados como relevantes para a combinação do artigo definido com pronome possessivo (capítulo 7); à variação da terminologia jurídica, trazendo aportes diacrônicos para um (re)constructo de Faulstich, (capítulo 8).

Na Parte 2, são contemplados trabalhos nas áreas dos Estudos do Letramento e da Análise do Discurso, envolvendo a análise e a reflexão sobre materialidades diversas. A relação entre diferentes aspectos da língua e práticas textuais e discursivas tem lugar numa esfera sócio-histórica e cultural que possibilita ampliar o debate sobre a relação linguagem e sociedade. São contemplados também temas relacionados à análise de audiovisuais, corpo, discursos midiáticos, discurso pedagógico, entre outras questões relevantes para a compreensão do funcionamento discursivo. Os trabalhos incluídos nesta seção versam sobre a construção simbólico-discursiva sobre a mulher (capítulo 9); a noção de leitura na perspectiva de Michel Foucault, relacionada a práticas de resistência que acusam um modo de ler a sociedade, em seus atravessamentos do saber/poder (capítulo 10); a sobrevalorização da escrita e a sua separação da oralidade (capítulo 11); a pedagogia dos multiletramentos no espaço escolar (capítulo 12); as memórias da travesti Luísa Marilac (capítulo 13); à reflexão sobre a população na materialidade discursiva da cidade e a cidade como realidade biopolítica na sociedade de controle (capítulo 14).

Sabe-se que a linguagem verbal e a sociedade são realidades essencialmente humanas e que estão sempre mediadas pelo contexto histórico-político-cultural. Nesse sentido, é importante destacar que as ideias motivadoras da escrita dos capítulos deste livro foram expostas e discutidas durante uma

edição do evento *Abralin em Cena*, intitulada ABRALIN EM CENA BAHIA, com o tema *Linguagem e Sociedade*, que ocorreu nos dias 23, 24 e 25 de outubro de 2018, na cidade de Feira de Santana, na Bahia. O evento proporcionou o intercâmbio entre pesquisadores, docentes e discentes preocupados em refletir e divulgar questões atuais da Linguística e de suas interfaces, especialmente os conhecimentos da área da variação e mudança linguísticas, do texto e do discurso, linhas de pesquisa do Programa de Pós-Graduação em Estudos Linguísticos (PPGEL), da Universidade Estadual de Feira de Santana (UEFS), instituição que sediou o evento. A programação contou com conferências, palestras em mesas-redondas, comunicações orais, pôsteres, cursos, lançamentos de livros e programação cultural. Foram mais de 400 inscritos. O resumo de todas as atividades da programação do evento está disponível no endereço <https://www.abralin.org/abralinemcenabahia/arquivos/AE-CBA2018_Caderno.pdf>.

Aqueles foram dias que antecederam a um momento histórico do Brasil: a eleição de Jair Bolsonaro como presidente do Brasil. Era véspera do segundo turno da eleição presidencial, que ocorreria em 27 de outubro de 2018. A comunidade acadêmica estava apreensiva com as ideologias anunciadas nos discursos de campanha daquele que ganharia o pleito eleitoral: ataque às mulheres, à diversidade de gêneros, aos nordestinos e às minorias sociais de modo geral, sem falar no ataque à ciência, especialmente, aos estudos científicos da área de Humanas. Hoje, passados quase dois anos, infelizmente, o discurso de campanha se concretiza de maneira perversa. Essas questões são abordadas neste livro, visto que língua e sociedade são realidades vinculadas e apresentam influências mútuas. É por meio

da linguagem que se participa das relações sociais de poder e as mudanças na estrutura social são, em grande medida, decorrentes da dinâmica dessas relações. Desse modo, estudiosos da linguagem humana não escapam de lutar com palavras, estas são o seu material de análise, com o qual se revela muito dos determinantes socioculturais dos contextos de vida.

Desse modo, este livro reúne textos que focalizam aspectos da língua portuguesa sob diferentes perspectivas teóricas da ciência da linguagem. Mesmo com a distinção concernente ao arcabouço teórico-metodológico, as pesquisas que nortearam a escrita dos textos têm um elo: todas partem da concepção de que as línguas e os sentidos por elas revelados não se realizam em um vácuo social (língua e sociedade são realidades simbióticas, com múltiplas influências). Todos os trabalhos aqui reunidos também revelam a preocupação dos seus autores para com questões atuais da nossa sociedade, de modo que não deixam de manifestar, por exemplo, as pressões sociais que operam sobre as línguas, em sociedades estratificadas, como é a brasileira.

No capítulo 1, Dante Lucchesi, a partir de um breve panorama da história da normatização linguística no Ocidente, particularmente na formação dos modernos Estados nacionais, analisa como essa política linguística tem construído a visão de língua hegemônica na sociedade e como tem transformado a língua em um poderoso instrumento de dominação ideológica. O autor explana que, com o desenvolvimento das sociedades estratificadas em classes, esse poder simbólico da língua foi empregado para reforçar a dominação ideológica da classe dominante, particularmente por intermédio da imposição de uma norma linguística ideal.

No capítulo 2, Carlos Alexandre Gonçalves, com o principal propósito de inventariar e descrever os processos envolvidos nas cunhagens expressivas envolvendo o nome e o sobrenome do atual presidente da república, 'Jair Bolsonaro', construiu um *corpus* com cerca de cento e cinquenta dados e os analisou com o objetivo de checar se um novo tipo morfológico, denominado de *splinter*, porção não morfêmica recorrentemente usada em séries de palavras, vem-se disseminando também em bases antroponímicas.

No capítulo 3, Cleber Ataíde, Valéria Severina Gomes e Antônia Carolina Alves da Silva tratam do conceito Tradição Discursiva (TD), nascida nos estudos de filologia românica alemã e caracterizada pela historicidade e tradicionalidade dos elementos constitutivos do texto, sejam linguísticos ou estruturais. Foram analisadas cartas privadas do subgênero carta de amor escrita por pernambucanos, com recorte temporal da segunda metade do século XX, analisando o comportamento variável dos pronomes de tratamento *tu* e *você* nas cartas de amor sertanejas.

No capítulo 4, Graça Rio-Torto traz reflexões sobre algumas das motivações 'internas' e 'externas' que presidem às alterações das línguas, com enfoque na língua portuguesa, seja no âmbito da gramática, no sentido mais restrito, seja no âmbito do léxico. Foram consideradas mudanças operadas no português contemporâneo, do Brasil e de Portugal, na regência de alguns verbos, e mudanças operadas desde o português arcaico até ao hodierno no universo derivacional da língua.

No capítulo 5, Rita de Cássia Ribeiro de Queiroz e Daianna Quelle da S. Santos da Silva focalizam o crime de defloração, mais precisamente o desvirginamento de jovens menores de

21 anos. As autoras investigaram documentos do século XX, por elas editados, intitulados “autos de defloração”, produzidos no Brasil, no estado da Bahia, que tratam a respeito desse crime. As idades das jovens variam de 7 a 19 anos, em diversas cidades, da capital ao interior. A partir das edições, realizaram o estudo linguístico no âmbito do vocabulário, analisando as lexias sob a ótica dos campos lexicais, especificamente no da sexualidade. Todo esse trabalho foi entremeado pelo estudo histórico, o qual considera o documento como monumento e registro da memória.

No capítulo 6, Jacyra Andrade Mota e Marcela Moura Torres Paim discorrem sobre o Projeto Atlas Linguístico do Brasil (ALiB), que, em sua essência, é um projeto linguístico com evidente interface com a sociedade. A exemplo disso, as autoras afirmam que os resultados do ALiB podem gerar produtos que possibilitem um melhor equacionamento do ensino-aprendizagem à realidade de cada região, uma vez que, com a descrição das peculiaridades linguísticas de cada área e a caracterização da variedade de uso da língua ali dominante, é possível construir um modelo de ensino do vernáculo mais eficaz, explorando seus diferentes campos – fonético-fonológico, morfossintático e semântico-lexical.

No capítulo 7, Rosana Carvalho Brito, Mariana Fagundes de Oliveira Lacerda e Zenaide de Oliveira Novais Carneiro apresentam uma análise sociolinguística dos fatores de natureza semântica, identificados como relevantes para a combinação do artigo definido com pronome possessivo. O *corpus* do estudo é constituído por cartas de caráter pessoal, escritas entre 1906 e 2000, por 43 lavradores baianos de baixa escolaridade. O trabalho atende a uma das agendas do Projeto Nacional Para a His-

tória do Português Brasileiro (PHPB) – o estudo gramatical – e se destaca por analisar um *corpus* extremamente relevante, de falantes estacionados em fase incipiente de aquisição da escrita (MARQUILHAS, 2000).

No capítulo 8, Sandro Marengo traça o percurso historio-gráfico da socioterminologia com foco no constructo linguístico para descrição dos fenômenos variáveis dos termos em discursos de especialidade, proposto pela pesquisadora brasileira Enilde Faulstich (2002). Seguindo a trajetória histórica, o autor aponta as contribuições sincrônicas que o constructo recebeu ao longo de quase 20 anos de existência e, com base em dados terminológicos extraídos de documentos jurídicos, manuscritos do século XIX, propõe uma abertura dos postulados faulstichianos para adequação de abordagens diacrônicas na socioterminologia.

No capítulo 9, Palmira Heine Alvarez e Andréia Abdon Peixoto abordam questões sobre gênero e discurso, principalmente no que diz respeito aos modos de discursivização da mulher, permitindo a compreensão das formas de constituição dos sentidos de feminilidade. As autoras debruçam-se sobre uma materialidade jornalística feminista: o jornal *Mulherio*, que circulou no Brasil entre 1981 a 1988, resistindo, na época, à ditadura militar que já estava nos seus últimos anos. As frestas do movimento dos sujeitos enunciadorees nesse jornal, a crítica às estruturas da sociedade patriarcal, o diálogo a partir das ideias feministas num período onde o não dizer era imposto por um regime ditatorial, são abordadas a partir da discussão sobre as ideias de maternidade, da problematização da divisão de tarefas de cuidado com os filhos, da culpabilização das mães que se inseriam no mercado de trabalho.

No capítulo 10, Carla Luzia Carneiro Borges apresenta a noção de leitura como prática discursiva que dá visibilidade aos sentidos produzidos sócio-historicamente, os quais estão atravessados pelas relações de saber-poder, nos modos como Foucault vai praticando em suas obras: lendo nas brechas, tornando visíveis relações que se formam nas bases. A autora relaciona essa noção de leitura a práticas de resistência que acusam um modo de ler a sociedade, em seus atravessamentos do saber/poder e discute notícias sobre mulheres, que a subjetivam como notícias de beleza, de fé, do lar, de saúde, em detrimento das notícias que revelam os espaços de resistência da mulher.

No capítulo 11, Leda Tfouni e Anderson Pereira focalizam adultos não alfabetizados, em suas alternativas em lidar com o raciocínio lógico, desmitificando a ideia de que as suas produções são primitivas. Tratam, pois, de um processo de reificação, que sobrevaloriza a escrita e a separa do oral. Os autores expõem que uma das formas de contornar esta dicotomia é considerar quais aspectos sócio-históricos estão envolvidos quando uma sociedade passa a utilizar, num âmbito amplo ou restrito, um determinado código. Debatem como o uso de fórmulas discursivas genéricas (entendidas como máximas, provérbios, axiomas, “slogans” e ditos populares em geral) se assemelha bastante ao uso da premissa maior presente nos silogismos clássicos.

No capítulo 12, Obdália Santana Ferraz Silva e Úrsula Cunha Anacleto discutem a necessidade de se desenvolver uma pedagogia dos multiletramentos no espaço escolar, para a construção e produção de significados, a partir de práticas linguísticas, metodológicas, culturais e sociais críticas, as quais envolvam a leitura e a escrita de textos impressos e digitais que circulam em diversos espaços e mídias. As autoras desta-

cam que, na sociedade contemporânea, acontecem mudanças em relação à comunicação e à interação entre as pessoas, com a inserção das tecnologias digitais móveis. Assim, buscam responder à seguinte questão, no âmbito dos cursos de formação continuada docente, que dimensão têm as discussões e reflexões sobre as demandas e práxis propostas aos professores pelos multiletramentos, de modo a prepará-los para lidar com os novos e múltiplos letramentos?

No capítulo 13, Nilton Milanez, ao tratar do livro autobiográfico *Eu, travesti*, de Luísa Marilac, deixa-nos ouvir Luísa, com a sua história de uma vida no limite. As experiências que a autora do livro narra falam do seu corpo à beira do precipício: o sujeito na fronteira entre a vida e a morte, entre a sanidade e a loucura, entre o objeto da coisa e o sujeito da linguagem. Para o autor, assim se coloca o *outrem* no mundo, com suas singularidades do dizer e seus prolongamentos históricos que aparecem e emergem também no outro. O pertencimento não é uma escolha, é um *a priori* histórico que fala não por uma pessoa, mas pelo sujeito cujas histórias não se referem apenas a sua própria vida, mas a de uma política de vida Travesti, em particular, e LGBTQI+, em geral.

No capítulo 14, Regina Baracuhy discute a população na materialidade discursiva da cidade e a cidade como realidade biopolítica na sociedade de controle. A autora objetivou cartografar o espaço urbano, por meio do conceito de dispositivo, para analisar as práticas discursivas do sujeito contemporâneo. Tal conceito possibilita agenciar diferentes relações de poder-saber, que são colocadas em exercício e tensionam os sujeitos a determinados modos de agir e viver no espaço urbano, como também mostra, por meio de suas linhas de ruptura, as fraturas, brechas e rearranjos, como tal sujeito se subjetiva. As análises

subsidiaram-se no referencial teórico dos Estudos Discursivos Foucaultianos, utilizando o método arqueogenealógico para analisar a história do presente.

Com este conjunto de estudos, contribui-se para o maior conhecimento acerca das relações entre linguagem e sociedade, haja vista a diversidade de temas da área da Linguística e de suas interfaces que estão contemplados nesta obra. Espera-se incentivar o intercâmbio entre grupos de pesquisa de diversas instituições.

Por fim, cabe passar aos agradecimentos:

- à Associação Brasileira de Linguística (ABRALIN), que, ao longo dos seus 50 anos de existência, vem traçando um belo percurso, sendo a principal instância a impulsionar os estudos linguísticos no Brasil, constituindo-se, muitas vezes, também como uma instituição de resistência, frente aos duros ataques que sofrem a ciência no Brasil;
- aos colegas autores e autoras, que compartilham o interesse pelos estudos da linguagem, por prontamente aceitarem o convite para participarem desta publicação;
- aos participantes do ABRALIN em Cena: Bahia – Linguagem e Sociedade, que, ao pagarem a sua inscrição, possibilitaram os recursos financeiros necessários para a realização do evento motivador desta publicação.

Feira de Santana, maio de 2020.

Silvana Silva de Farias Araujo

Miguel Oliveira Jr.

Liliane Lemos Santana Barreiros

Organizadores

Parte I Questões variacionistas e filológicas

- 18** **Ciência, ideologia e dominação de classe na construção das representações sociais da língua**
Dante Lucchesi
- 46** **O poder nas palavras: (des)construções lexicais do nome do atual presidente do Brasil**
Carlos Alexandre Gonçalves
- 80** **'Te amo' e 'não esquecerei você nunca': entre tradições discursivas e variações das formas acusativas em cartas amorosas sertanejas**
Cleber Ataíde
Valéria Severina Gomes
Antônia Carolina Alves da Silva
- 114** **Rumos de mudança na gramática e no léxico**
Graça Rio-Torto
- 134** **Deflorar, deshonrar, estuprar: um estudo linguístico-filológico e histórico sobre autos de defloração**
Rita de Cássia Ribeiro de Queiroz
Daiana Quelle da Silva Santos da Silva
- 156** **A importância do projeto atlas linguístico do Brasil para o conhecimento da língua portuguesa**
Jacyra Andrade Mota
Marcela Moura Torres Paim
- 172** **A combinação do artigo definido com pronome possessivo: análise de fatores semânticos**
Rosana Carvalho Brito
Mariana Fagundes de Oliveira Lacerda
Zenaide de Oliveira Novais Carneiro
- 198** **Variação e terminologia jurídica: aportes diacrônicos para um (re)constructo de *faulstich***
Sandro Marcio Drummond Alves Marengo

Parte 2 Questões discursivas



- 226** **Maternidade e mulher no jornal mulherio (1981-1988): nas frestas da memória**
Palmira Heine Alvarez
Andréia Abdon Peixoto
- 242** **Leitura na perspectiva de Michel Foucault: narrativas de resistência**
Carla Luzia Carneiro Borges
- 256** **Letramento: a construção de uma teoria**
Leda Verdiani Tfouni
Anderson de Carvalho Pereira
- 278** **Form(ação) de professores no contexto dos multiletramentos: demandas e ações de uma pedagogia para a cidadania ativa**
Obdália Ferraz
Úrsula Cunha Anecleto
- 308** **Nós, travestis: o outrem no corpo político das memórias de Luísa Marilac**
Nilton Milanez
- 332** **Cartografias discursivas: notas sobre as práticas discursivas do sujeito conteorâneo no espaço urbano**
Regina Baracuhy
- 356** **Sobre os organizadores**
- 358** **Sobre os autores**

[REDACTED]

[REDACTED]

[REDACTED]

[REDACTED]

[REDACTED]

[REDACTED]

[REDACTED]

[REDACTED]

[REDACTED]

[REDACTED]

[REDACTED]

[REDACTED]

[REDACTED]

Parte 1

Questões variacionistas e filológicas

Ciência, ideologia e dominação de classe na construção das representações sociais da língua

Dante Lucchesi

Introdução

Embora seja quase invisível para a maioria das pessoas, a linguagem verbal, desde os primórdios, ocupa uma posição central na definição da condição humana e na formação da cultura, desempenhando um papel crucial na construção das identidades sociais. Na maioria dos casos, há uma identidade entre o nome do povo e de sua língua (e.g., um alemão fala alemão, um coreano fala coreano, e assim por diante). Na construção da identidade de um povo, a valorização de sua língua ocupa uma posição central. Os tupinambás, no Brasil pré-colonial, se referiam à sua língua como *nheengatu*, ou seja, 'língua boa'. Já os gregos, do outro lado mundo, na Antiguidade, se referiam aos estrangeiros, que não falavam grego, como *bárbaros*, palavra de origem onomatopaica que significava aquele que balbucia, pois não tem linguagem articulada.

Essa combinação entre a invisibilidade da língua como produto da faculdade da linguagem humana e a sua centralidade no processo de construção das identidades sociais torna a língua um poderoso mecanismo ideológico que tem atuado de forma decisiva na conformação das relações de poder que permeiam toda a história das sociedades de classe, desde a antiguidade. A violenta clivagem social da Roma Imperial encontrava no cultivo da retórica e das refinadas circunvoluções literárias do latim da elite dos patrícios (o chamado *latim clássico*), em oposição ao estigma social que se abatia sobre a linguagem rude e tosca dos plebeus (o chamado *latim vulgar*), uma de suas mais poderosas representações simbólicas. O onipresente poder da igreja, ao longo de toda a Idade Média, fundava-se na conservação de uma língua artificial, o latim eclesiástico, fundado na tradição escrita, com a qual os sacerdotes dominavam o coração e as almas de seus rebanhos, que só conseguiam se entender na língua vernácula. A formação dos modernos estados nacionais europeus encontrou na uniformização e homogeneização linguística um de seus mais importantes pilares, às custas da eliminação, muitas vezes violenta, como ocorreu na França revolucionária, de todo o mosaico linguístico que se formara ao longo do período feudal, desde a queda do Império Romano do ocidente.

Assim, a normatização da língua, com a definição de uma variedade linguística como modelo regulador de todos os usos linguísticos, tornou-se um dos pilares da cultura nas sociedades contemporâneas. E a moderna ciência da linguagem, que emergiu há pouco mais de um século, tem ocupado uma posição marginal, e quiçá irrelevante, na construção da visão de língua que predomina na sociedade, apartando a língua dos demais campos do saber, em que conhecimento científico tem sido o

fundamento para a visão predominante na sociedade, em que pesem os retrocessos gerados, nas últimas décadas pela hegemonia da ideologia neoliberal e pós-modernista.

Este texto vai procurar identificar as forças que determinam a hegemonia de uma visão de língua homogênea e unitária, na qual uma única variedade é identificada à própria língua, em detrimento das demais, que passam a ser vistas como deturpações e degenerações. E vai buscar também caracterizar a dimensão ideológica dessa hegemonia, na medida em que a norma de referência linguística é definida pela variedade de língua das classes dominantes, atuando como um poderoso elemento legitimador dessa dominação. Para cumprir esses objetivos, este texto se organiza da seguinte maneira: numa primeira seção, é aprestada uma breve conceituação do conhecimento científico, do senso comum e do conceito de ideologia, sem a pretensão, obviamente, de esgotar a ampla discussão que existe sobre esses conceitos, nomeadamente, o conceito de ideologia. A segunda seção discorre sobre a visão hegemônica de língua na sociedade e os mitos que ela engendra, em contraposição à visão científica da língua que revela que a diversidade linguística é essencial para que a língua possa cumprir todas as funções que ela cumpre na vida social. A terceira seção trata da ideologia da língua padrão e de como a força da normatização linguística engendra o preconceito contra a linguagem popular, constituindo, assim, um poderoso instrumento de dominação ideológica. A quarta seção situa o preconceito linguístico no apartheid social que caracteriza a sociedade brasileira e situa as suas origens na mentalidade escravocrata que marca profundamente a história social do Brasil. Por fim, o texto tece algumas considerações sobre a atitude que o linguista pode adotar diante dessas questões.

1. Ciência, senso comum e ideologia

O *conhecimento científico* é um saber especializado sobre uma determinada área do real, baseado na observação controlada dos fatos. Em ciência, a observação dos fatos é definida por uma série de premissas sobre o objeto a ser investigado, que constituem a teoria daquele campo científico. Essa teoria, que deve ser sistematicamente explicitada, gera as hipóteses que devem ser testadas, por meio da observação controlada dos fatos, o que se denomina *verificação empírica*. Todo o processo de verificação empírica, que constitui a metodologia da pesquisa científica, deve também ser sistematizado e explicitado, para que outrem possa proceder a mesma testagem. Portanto, a fundamentação teórica e explicitação do método são requisitos essenciais do conhecimento científico, o que torna o conhecimento científico é um saber formal, explícito e conceitual, opondo-se, por sua natureza e dinâmica, ao *senso comum*, ou seja, o saber que rege o dia-a-dia da grande maioria das pessoas. O *senso comum* é informal, implícito e intuitivo.

Ao contrário do *senso comum*, o conhecimento científico opera uma desnaturalização do real, como realidade evidente e imediata, que caracteriza a percepção automatizada da vida cotidiana, de modo que o conhecimento científico provoca, muitas vezes, um sentimento de desconforto e desconfiança no homem comum. Isso decorre da capacidade do conhecimento científico de desconstruir as ilusões de ótica que a percepção automática e imediata do real produz, demonstrando, por exemplo, que a Terra gira em torno do sol, e não o contrário, como somos levados a crer ao observar o movimento do sol durante o dia.

A dialética entre as formulações teóricas e a observação empírica controlada e sistemática produz as mediações que pos-

sibilitam ao conhecimento científico uma apreensão mais concreta do real, no sentido marxiano do termo. Com isso, o conhecimento científico é, em princípio, capaz de desfazer os mitos, dogmas e preconceitos que permeiam a visão de mundo plasmada no senso comum. Essa contradição entre o saber formal e o senso comum tem limites fugidios, que variam de acordo com a época e o tipo de sociedade considerado.

Porém, não se pode pensar que o senso comum e o saber formal não tenham seus espaços privativos. É natural, e mesmo lógico e prático, que o senso comum oriente o comportamento das pessoas em boa parte de sua vida cotidiana. Não é razoável, por exemplo, que alguém faça um cálculo físico para decidir se pula uma poça d'água, ao caminhar pela rua, sob a chuva. Inclusive, um dos arquétipos do humor, o cientista maluco (o famoso Prof. Pardal, para os mais velhos), constrói-se exatamente a partir do indivíduo que orienta todos os atos de sua vida cotidiana pelo conhecimento científico. Em termos lógicos, trata-se de uma redução ao absurdo, que demonstra a tese de que não se pode aplicar o saber formal em todos os momentos da vida.

Porém, no mundo contemporâneo, com todo o desenvolvimento tecnológico que caracteriza a atual *sociedade da informação*, o conhecimento científico está cada vez mais presente na vida das pessoas, plasmando, não apenas a forma como elas percebem o mundo, mas, sobretudo, como elas se percebem.

Assim sendo, o papel da ciência é, tanto desenvolver o conhecimento sistematizado sobre uma determinada área do real, quanto buscar moldar a forma como a sociedade vê essa porção do real. A função social da ciência compreende, por um lado, a formulação de saberes e técnicas que melhorem as condições materiais da vida humana. Porém, por outro lado, ela também compreende a construção e divulgação de saberes que melhorem as condições

espirituais e as relações entre as pessoas. Para citar apenas alguns exemplos por demais evidentes, o desenvolvimento da medicina, e da psiquiatria, em particular, demonstraram que os indivíduos com esquizofrenia e epilepsia não são possuídos pelo demônio, são apenas portadores de uma patologia, portanto não devem ser queimados em fogueiras, mas receber um tratamento médico específico. Já o desenvolvimento da genética tem revelado que não existem raças puras, e, por conseguinte, derruba-se qualquer fundamento do racismo e da eugenia. E, por fim, o desenvolvimento combinado da medicina, da genética e da psicologia demonstram que o homossexualismo não é uma aberração da natureza, mas simplesmente uma das muitas orientações psicossociais do indivíduo em relação à sua sexualidade.

É evidente que o avanço da ciência é só um dos fatores que atuam na grande disputa ideológica que determina a construção da hegemonia na sociedade de classes. E a forma como os retrocessos sociais decorrentes da hegemonia neoliberal, nas últimas décadas, têm produzido espantosos retrocessos nas representações sociais, com o recrudescimento da homofobia, do racismo e da xenofobia, só atestam a dialética que une a infraestrutura das relações socioeconômicas e a superestrutura das relações políticas e ideológicas. Infelizmente, o Brasil tem sido, desde o golpe jurídico-midiático-parlamentar de 2016, um dos mais tristes palcos desse retrocesso social e ideológico, que só se agravou com a eleição, em 2018, de um governo com posições claramente retrógradas, quando não fascistas. Contudo, trata-se de um fenômeno mundial, como o atestam a eleição de Donald Trump, nos Estados Unidos, bem como o fortalecimento dos partidos nacional-fascistas na Europa. Esse contexto histórico tem criado, no plano das mentalidades, um terreno fértil para propagação de visões de mundo altamente retrógradas e dogmáticas, como o criacionismo e o terraplanismo.

Embora a ciência tenha se colocado como um obstáculo ao pensamento retrógrado e dogmático, nesta época da chamada *pós-verdade*, não se pode deixar de ter em mente que o desenvolvimento da ciência também é afetado pela disputa ideológica que se trava na sociedade, conquanto o conhecimento científico seja, em sua essência, infenso ao pensamento ideológico, segundo as concepções positivistas e neopositivistas do saber.

Dentro de uma tradição do pensamento marxista, a ideologia é pensada como *falsa consciência*, que é gestada para fortalecer a dominação de uma classe sobre o conjunto da sociedade (MARX; ENGELS, 2001; BOGHOSSIAN, 2012; EAGLETON, 2019). Trata-se, portanto, da construção de uma visão de mundo que legitima uma situação de dominação, apresentando essa situação como natural, ou a melhor solução para toda a sociedade, ou mesmo a única equação possível. Para atingir esse objetivo, o discurso ideológico deve negar sua subordinação aos interesses de uma classe, daí a sua caracterização como *falsa consciência*, ou seja, de saber que nega ou desconhece sua dependência. Um dos principais artifícios do discurso ideológico é transmutar o que particular em universal, ou seja, apresentar o que é de interesse de uma classe como interesse de todos.

Um exemplo clássico dessa conversão do particular ao universal é o direito à propriedade privada, que integra a Declaração Universal dos Direitos Humanos, aprovada pela ONU, em 1948, em seu artigo XVII. Embora tenha o estatuto de direito universal, um exame rigoroso atestará que os proprietários propriamente ditos compõem uma parcela bem minoritária da humanidade, formada por uma grande maioria de despossuídos, o que torna o direito à propriedade, na prática, o direito de uma minoria, mas que é sacramentado como “direito de todos”, portanto inviolável, mesmo quando ele é aplicado para favorecer uma família que

tem a propriedade de um prédio ou terreno desabitado apenas para fins especulativos, em detrimento de centenas de famílias de sem tetos que venham a ocupar esse prédio ou terreno, como única opção de moradia.¹ Outro exemplo, mais próximo, é a aprovação de uma reforma da Previdência Pública, no Brasil, no ano de 2019, reduzindo cruelmente os benefícios previdenciários de trabalhadores que recebem até dois salários mínimos. Conquanto prejudique uma grande parcela da população para atender diretamente aos interesses do grande capital financeiro, essa reforma foi apresentada pelos grandes meios de comunicação de massa como absolutamente necessária para o desenvolvimento econômico do país. Assim, os interesses da classe dominante (no caso, do Brasil, do grande capital financeiro nacional e internacional) devem se apresentar como uma necessidade inexorável, mesmo quando em flagrante conflito com os interesses do restante da sociedade. Não raro, a retórica ideológica lança mão da metáfora do *remédio amargo, mas necessário para curar o doente*.

Mas, para funcionar dessa maneira, o discurso ideológico tem de se apresentar como um discurso absolutamente técnico, neutro e objetivo. Se conseguir assumir esse caráter, garante a hegemonia da classe dominante – situação em que sua dominação deixa de se basear na força, para se basear no convencimento da maioria da sociedade de que a sua dominação é a melhor equação para todos, ou, pelo menos, é a única equação possível. Assim, a hegemonia ideológica da classe dominante opera uma inversão perversa, na medida em que toda visão de mundo, ou projeto social contrário aos interesses dessa classe passam a ser

1 Não se trata de um exemplo especulativo. Casos desse tipo são recorrentes, como se pode ver na seguinte reportagem: <http://www.labcidade.fau.usp.br/reintegracao-de-posse-deixa-mais-de-400-familias-sem-casa-na-zona-norte-de-sao-paulo/> (acesso em 28/12/2019).

vistos como irrealistas, utópicos, irracionais, ou, simplesmente, ideológicos, mesmo quando são realistas e baseados em sólidos fundamentos empíricos. Isso é particularmente notável em relação à língua, que constitui também um aspecto da realidade cultural em que o conhecimento científico tem um papel reduzido na produção de suas representações sociais.

2. Ciência e ideologia na construção das representações sociais da língua

Embora o conhecimento científico forneça a fundamentação de todas as disciplinas escolares, isso não acontece em relação ao ensino da língua vernácula. Um dos objetivos da disciplina Língua Portuguesa é ensinar ao aluno uma variedade da língua, que é apresentada como a única aceitável. Essa variedade, denominada *norma culta* ou *norma padrão*, é fixada secularmente pela tradição gramatical a partir do cânone literário nacional. Dentro dessa visão, todas as demais variedades da língua são vistas como desvios, deformações, deteriorações. Seria, portanto, uma das funções da escola “corrigir a fala do aluno”, para melhorar sua capacidade de se expressar e se comunicar. Assim, a normatização da língua e o ensino da norma padrão são vistos como um dos pilares da vida civilizada, pois, sem eles, a língua se corromperia definitivamente e se fragmentaria, levando a sociedade ao caos linguístico e comunicativo. A hegemonia da abordagem normativa no ensino da língua vernácula tem levado à hegemonia de uma visão de língua na sociedade, baseada em um conjunto de dogmas e mitos como os seguintes.

No senso comum, as pessoas pensam que existe uma fronteira precisa e objetiva entre a forma certa e a forma errada de

se dizer cada coisa, embora a chamada *correção gramatical* nada mais seja do que uma convenção social, ocorrendo, portanto, não apenas a possibilidade de não haver concordância entre os gramáticos, como também a inexorável mudança nos julgamentos gramaticais com o passar do tempo, embora o objetivo da padronização da língua seja fixar uma variante indefinidamente.

No que o sociolinguista norte-americano William Labov chamou de *mito da idade do ouro*, as pessoas pensam que a língua atingiu o seu apogeu na literatura, em um passado remoto e, desde então, só vem decaindo. Assim, as línguas da antiguidade clássica, como o latim e o grego, seriam superiores às línguas europeias modernas, da mesma forma que línguas de sociedades muito desenvolvidas, como a alemã, seriam superiores às línguas de povos ditos primitivos, que não possuem escrita. Porém, a ciência da linguagem tem demonstrado, sobretudo, a partir do início do século XX, que todas as línguas e variedades de língua são plenamente estruturadas e gozam de plenitude funcional em seu universo cultural próprio, independentemente de terem representação escrita ou não. E, como disse o grande escritor comunista português José Saramago, Prêmio Nobel de Literatura em 1998, não se deve falar *língua portuguesa*, mas *línguas portuguesas*. A realidade de toda língua é plural, porque reflete a diversidade da cultura em que é falada, e, quanto mais diferenciada for a sociedade em que a língua é falada, maior será heterogeneidade dessa língua.

A língua é muito mais do que um mero sistema de comunicação. Embora a comunicação seja sua função primacial, a língua cumpre diversas funções na vida social, atuando na construção da identidade social do indivíduo, que escolhe entre as formas variantes na língua em função da *persona* que quer assumir em cada momento do seu convívio social (MENDES, 2017). Além

disso, a língua também é um meio para a hierarquização das relações entre os indivíduos, instrumento de convencimento e persuasão e meio em que se reproduzem as ideologias e relações de poder. Se só houvesse uma única forma de expressar cada significado (situação ótima para qualquer sistema de comunicação), a língua não poderia desempenhar todas essas outras funções que desempenha na vida social. Portanto, ao contrário do que se costuma pensar, a possibilidade de dizer a mesma coisa de formas diferentes, ou seja, a *variação linguística*, longe de ser disfuncional, é imprescindível para que a língua funcione plenamente (WEINREICH; LABOV; HERZOG, 2006). As línguas vivas estão em ininterrupto processo de transformação, e as variações que se observam em cada momento na língua refletem as mudanças que estão em curso na estrutura linguística. Dessa forma, as línguas continuam a funcionar perfeitamente enquanto mudam, não havendo qualquer evidência de que as línguas se deteriorem com o passar do tempo.

Porém, há um movimento deliberado dentro do *mainstream*, para manter o conhecimento científico da língua confinado aos meios acadêmicos. Isso ficou claro, no Brasil, no ano de 2011, com uma violenta reação alimentada pelos oligopólios midiáticos contra um livro de português distribuído pelo Ministério da Educação, porque esse livro continha um capítulo dedicado à *variação linguística*, no qual se reconhecia a legitimidade de formas da língua popular, em seu contexto cultural próprio, como a frase *nós pega o peixe*, em, que não aplica a regra de concordância verbal. Embora alertasse o leitor sobre o preconceito social contra essas formas linguísticas e dedicasse a grande maioria de suas páginas ao ensino da chamada *norma culta*, o livro foi acusado de fazer apologia da ignorância popular e ser um instrumento de uma política populista do governo para manter o povo na ignorância,

o que facilitaria a sua dominação; no que se pode identificar uma das inversões próprias do discurso ideológico como se mostrará mais adiante.²

Na altura, Evanildo Bechara, um dos mais renomados gramáticos brasileiros, foi bem explícito sobre o papel que (não) caberia à ciência no ensino de língua portuguesa:

Há uma confusão entre o que se espera de um cientista e de um professor. O cientista estuda a realidade de um objeto para entendê-lo como ele é. Essa atitude não cabe em sala de aula. O indivíduo vai para a escola em busca de ascensão social.³

Bechara defende claramente que o conhecimento científico, que fornece elementos para o aluno “compreender [a língua] como [ela] é” “não cabe em sala de aula”. Acenando com a cenoura da “ascensão social”, Bechara limpa o terreno do ensino para os normativistas legislarem arbitrariamente sobre a língua. A visão científica da língua, que reconhece a variação e a diversidade linguística como propriedades essenciais de qualquer língua viva, deve ficar hermeticamente confinada aos ambientes acadêmicos. Na escola e na sociedade, deve predominar a visão de que existe uma única forma legítima de falar e escrever, sendo as demais variedades da língua deteriorações produzidas por mentes inferiores.

Dessa forma, cria-se uma contradição entre a “ação civilizatória” da escola e a diversidade linguística, que é a condição normal da língua em sociedade, explicitando o choque entre a

2 Para mais detalhes sobre o episódio, veja-se Lucchesi (2011 e 2015).

3 Publicado na Folha de São Paulo (versão *on line*), em 18/05/2011, (<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/cotidian/ff1805201118.htm>).

concepção científica da realidade plural da língua e a tradição unificadora e homogeneizante da gramática normativa, que a escola tradicionalmente reproduz e impõe. Essa contradição é que explica a violenta reação a um livro que, ao reconhecer a diversidade linguística, violava os princípios que, segundo a tradição e a concepção hegemônica de língua, devem determinar o ensino da língua vernácula. Para compreender essa contradição em toda a sua profundidade, é preciso analisar a posição especial da língua no plano da cultura e seu papel na construção da hegemonia ideológica que sustenta a dominação na sociedade de classes.

3. A ideologia da língua padrão nas sociedades contemporâneas

A visão de uma língua única e homogênea ocupa uma posição central nas construções simbólicas da modernidade, cuja base socioeconômica é fornecida pela formação dos modernos estados nacionais. A unificação de grandes territórios sob o domínio de um único aparelho de estado demandou um vigoroso movimento, tanto no plano da infraestrutura socioeconômica, quanto no plano da superestrutura político-ideológica. No plano econômico, o empreendimento industrial capitalista ampliou os mercados, unificando a unidade monetária e padronizando o sistema de pesos e medidas. No plano da cultura, a ideologia da unidade nacional forjou seus símbolos, como a bandeira e o hino nacionais, e se plasmou na unidade linguística, donde a máxima: *uma nação, um povo, uma língua*. O mosaico linguístico que se formou, durante toda a Idade Média, na Europa, foi nivelado em um enorme esforço de homogeneização linguística, naturalizando a ideia vigente nos dias atuais de que um francês fala francês, um alemão fala ale-

mão, um italiano fala italiano e assim por diante. Além de integrar a argamassa da unidade nacional, a padronização da língua, levada a cabo pela tradição gramatical, se tornou um poderoso mecanismo ideológico de dominação de classe, na medida em que fez da variedade linguística da classe dominante instruída o modelo de perfeição linguística a ser seguido por toda a sociedade.

Como sublinhou o linguista norte-americano de ascendência norueguesa Einar Haugen (HAUGEN, 2001, p. 102): “a língua das classes altas é automaticamente estabelecida como a forma correta de expressão. Elas não só podem dizer “*l’État, c’est moi*”, mas também que “*le langage, c’est le mien*””. Ao proclamar a superioridade da linguagem da classe dominante e condenar a fala das classes populares como deteriorada e inferior, o discurso normativista da tradição gramatical se torna um poderoso instrumento ideológico de dominação de classe, porque legitima essa dominação, como sendo o resultado da superioridade intrínseca do grupo dominante, que, por sua maior capacidade, é o mais apto a governar, de modo que o seu domínio é a melhor alternativa para a sociedade como um todo.

Assim, a normatização linguística tornou-se um dos pilares da hegemonia ideológica nas sociedades contemporâneas, no que o sociolinguista James Milroy (MILROY, 2011 [2001], p. 57-59), recentemente falecido, denominou *ideologia da língua padrão*: “praticamente todo o mundo adere à ideologia da língua padrão e um dos aspectos dela é uma firme crença na correção gramatical”.⁴

4 Segundo Milroy (2011, p. 57-59), “essa crença assume a seguinte forma: quando houver duas ou mais variantes de uma palavra ou construção, somente uma delas pode estar certa. É considerado óbvio, como senso comum, que algumas formas são certas e outras são erradas, e assim é, mesmo quando existe discordância sobre qual é qual. Em geral, não existe discordância. [...] Para a maioria das pessoas em culturas de língua padrão que prestam atenção à língua é assim e pronto: nenhuma justificativa é necessária [para rejeitar uma forma como errada].”

A naturalização do mito da correção gramatical é atualmente tão profunda, que assume uma dimensão moral, o que acentua seu caráter ideológico e a sua força como discurso hegemônico. Essa força decorre de sua naturalização, como uma mera questão de bom-senso, ou de bons princípios, o que torna invisível o seu caráter ideológico, como observa Milroy (2011 [2001], p. 59):

embora as atitudes do senso comum sejam ideologicamente carregadas, aqueles que as sustentam não as veem de modo algum como tais: eles acreditam que seus juízos desfavoráveis sobre pessoas que usam a língua “incorretamente” são juízos puramente linguísticos sancionados por autoridades sobre a língua (...). As pessoas não associam necessariamente esses juízos com preconceito ou discriminação em termos de raça ou classe social: elas acreditam que, sejam quais forem as características sociais do falante, estes simplesmente usaram a língua de um modo errado e que existe para eles a possibilidade de aprender a falar corretamente. Se não o fizeram, é por culpa própria deles, como indivíduos, seja qual for sua raça, cor, credo ou classe; existe uma abundância de modelos do “bom” falar para eles.

Dessa forma, a ideologia da correção gramatical confina com a ideologia da meritocracia, que avalia os méritos individuais, abstraindo as condições objetivas que diferenciam os indivíduos. E, na cultura da correção gramatical, não há espaço para qualquer visão científica de língua que se oponha ao paradigma normativista:

A ideologia exige que aceitemos que [a língua] não é algo que os falantes nativos possuem: eles não são pré-programados com uma faculdade da linguagem que lhes permite adquirir (ou desenvolver) “competência” na língua sem ser formalmente ensinados (...). O que eles adquirem de

modo informal antes da idade escolar não é confiável e não plenamente correto ainda. Nesse contexto, a “intuição do falante nativo” não significa nada, e as sequências gramaticais não são produtos da mente do falante nativo. Elas são definidas externamente – em compêndios gramaticais – e a escola é o lugar onde ocorre a verdadeira aprendizagem da língua. Faz parte do senso comum que é preciso ensinar as crianças as formas canônicas de sua própria língua nativa. (MILROY, 2011 [2001], p. 62)

Na ideologia da língua padrão, não há lugar para uma visão científica de língua que questione o dogma da correção gramatical, pois, como diz Milroy (id., ibid.), “se os linguistas afirmarem que todas variedades são gramaticais (o que elas, é claro, são), suas opiniões serão interpretadas como ideológicas, não como linguísticas”. Observa-se, então, na língua, a inversão perversa que caracteriza as situações de hegemonia ideológica da classe dominante, conforme apresentado na seção anterior: o pensamento dominante (no caso da língua, a visão da gramática tradicional) é visto como racional, lógico e objetivo, enquanto o conhecimento científico da língua que revela o caráter ideológico e dogmático da tradição gramatical é visto como ideológico, esquerdista, sectário etc. Dessa forma, a autoridade dos gramáticos legitima a discriminação das formas mais legítimas da linguagem popular, configurando o que se tem definido como *preconceito linguístico*. O estigma que se abate sobre a linguagem popular atua, portanto, como um mecanismo ideológico de legitimação da exploração da força de trabalho das classes subalternas. E, em uma sociedade terrivelmente desigual, como a brasileira, com uma profunda tradição escravista, que se atualiza, nos dias de hoje, na superexploração do trabalho e na marginalização social, o preconceito linguístico assume uma dimensão particularmente ácida.

4. O preconceito linguístico como contraparte do *apartheid* social brasileiro

A violenta reação ao chamado livro de português do MEC, que tratava da variação linguística e reconhecia a legitimidade das formas mais típicas da linguagem popular, ocorrida em maio de 2011, antecipou, no plano da língua, a polarização política-ideológica que viria a assolar o país, nos anos seguintes. Com efeito, o episódio do livro do MEC já revelava os elementos seminais do processo político que viria a culminar no golpe do *impeachment* da Presidenta Dilma Rousseff, em 2016, e na eleição de um governo reacionário, ultraliberal e com conotações fascistas, em 2018. Pode-se identificar, por exemplo, a manipulação da informação por parte dos oligopólios que controlam meios de comunicação de massa, caracterizando a distribuição do livro como parte de uma política populista do PT e omitindo a informação de que a grande maioria dos livros de português do país já continha um capítulo sobre a variação linguística. A violenta reação ao livro antecipou também a virulência dos grupos reacionários das classes média e alta, contra as políticas de inclusão social e de defesa da diversidade linguística, cultural e comportamental, em torno do que se denominou *politicamente correto*, que se tornou o grande inimigo dos grupos mais reacionários, que viam aí uma estratégia de propagação do chamado *marxismo cultural*. A tal ponto que o presidente Bolsonaro, eleito em 2018, citou como um dos objetivos de seu governo combater o *politicamente correto* [sic].

Por fim, deve-se destacar a instrumentalização ideológica da língua como expressão de um projeto de concentração de renda e exclusão social. Nesse sentido, o violento preconceito con-

tra as formas mais típicas da fala popular constitui um poderoso mecanismo ideológico de legitimação da superexploração do trabalho que caracteriza a sociedade brasileira, bem como serve também para naturalizar a marginalização socioeconômica dos seus estratos sociais mais baixos.

Embora o julgamento negativo da fala dos iletrados no Brasil seja, evidentemente, uma manifestação de preconceito, vários pensadores do *mainstream* buscaram “demonstrar” a “falácia do preconceito linguístico”, nos debates que se travaram em torno do livro do MEC, nos meios de comunicação de massa, nos quais, sintomaticamente, um linguista raramente figurava entre os convidados. Para esses “pensadores”, o conceito de *preconceito linguístico* não passava de um expediente retórico do discurso demagógico e populista para negar a superioridade da alta cultura e valorizar indevidamente a ignorância popular, sendo mais uma nefasta criação do “relativismo linguístico”. Alguns, mais ignorantes e sectários, chegaram a atribuir o conceito a uma criação do linguista Marcos Bagno, que publicou um opúsculo sobre o tema⁵, ignorando olímpicamente uma vasta bibliografia já produzida sobre o assunto, particularmente no mundo acadêmico anglo-saxão.

Numa perspectiva lexicográfica, o termo *preconceito* se define como julgamento carente de “fundamento crítico”, “formado *a priori*”, ou seja, sem a devida observação (HOUAISS, 2001, p. 2282)⁶. Nessa perspectiva, pode-se refinar a análise, introduzindo a noção de *transferência*: no julgamento preconceituoso, avalia-se uma coisa com base em outra. No caso do preconceito linguístico, a

5 BAGNO, Marco. *Preconceito linguístico: o que é, como se faz*. São Paulo: Loyola, 1999.

6 O Dicionário Houaiss (op. cit.) reconhece, inclusive, a expressão *preconceito linguístico*: “qualquer crença sem fundamento científico acerca das línguas e seus usuários”.

avaliação negativa da linguagem popular decorre da avaliação negativa de seus falantes. Engendra-se aí uma *dialética perversa*, em que a avaliação negativa da linguagem popular, baseada no julgamento negativo de seus falantes, serve para legitimar o próprio julgamento social negativo desses falantes, do qual se alimenta. Pode-se perceber, então, o quanto é importante para os “pensadores” a serviço do *status quo* negar o conceito de *preconceito linguístico*, mesmo que a custa de imposturas intelectuais tão evidentes.

O estigma que se abate sobre a linguagem popular é um dos elementos constituintes da *polarização sociolinguística do Brasil* (LUCCHESI, 2015). Essa polarização não apenas reflete a absurda concentração de renda que caracteriza o Brasil na atualidade, ela está presente ao longo de toda a formação da sociedade brasileira, relacionando-se diretamente ao sistema social que esteve na base de sua formação: a escravidão. Durante mais de três séculos, um terço da população do Brasil, formada por senhores europeus, implementou um projeto colonial baseado na escravização da população autóctone e de povos africanos. Essa violenta divisão original da sociedade brasileira deu ensejo a um fosso linguístico entre a língua do colonizador e as centenas de línguas indígenas e africanas. A dominação física e sujeição espiritual implicou a submissão linguística de índios aculturados e africanos escravizados, de modo que os descendentes desses últimos foram abandonando a língua de seus antepassados e adotando como materna a língua do colonizador, embora guardassem as marcas de sua aquisição imperfeita e de sua nativização mestiça.

Essa clivagem etnolinguística que era notável até meados do século XIX afetou dramaticamente o processo de normatização da língua no Brasil. A independência, ocorrida em 1822, desencadeou uma série de manifestações e movimentos nativistas, que tinham no índio o grande símbolo da nacionalidade.

Contudo, grandes escritores brasileiros, como José de Alencar, que abraçaram a temática indigenista e tentaram adequar a língua a essa nova realidade cultural foram alvo de virulentas críticas provenientes do purismo gramatical, por parte, muitas vezes, de escritores e críticos portugueses radicados no Brasil (FARACO, 2008; LUCCHESI, 2015). Mais uma vez, a língua se descolou dos demais aspectos da cultura, pois, se todos os elementos representativos da brasilidade deveriam ser valorizados, em detrimento dos símbolos da velha ordem colonial, a linguagem brasileira passou a ser vista como imprópria e corrompida, devendo prevalecer o cânone coimbrão, da antiga Metrópole Colonial, embora os puristas da época recorressem ao exemplo dos clássicos como argumento retórico.

Na verdade, o que guiava o julgamento gramatical dos puristas do final do século XIX, no Brasil, era a visão dominante na época de que os modelos da cultura deveriam ser importados da Europa, que representava o ideal de civilização; e, em um nível mais profundo, refletia o projeto racista das classes dominantes brasileiras, que propugnavam por um branqueamento da sociedade, como se pode ver neste trecho do discurso de Joaquim Nabuco, na sessão de instalação da Academia Brasileira de Letras, em 1897:

A raça portuguesa, entretanto, como raça pura, tem maior resistência e guarda assim melhor o seu idioma; para essa uniformidade de língua escrita devemos tender. Devemos opor um embaraço à deformação que é mais rápida entre nós; devemos reconhecer que eles são os donos das fontes, que as nossas empobrecem mais depressa e que é preciso renová-las indo a eles. (...) Nesse ponto tudo devemos empenhar para secundar o esforço e acompanhar os trabalhos dos que se consagrarem em Portugal à pureza do nosso idioma, a conservar as formas genuínas, características, lapidárias, da sua grande época (...). Nesse sentido nunca virá o dia

em que Herculano ou Garrett e os seus sucessores deixem de ter toda a vassalagem brasileira. (NABUCO, 1897 *apud* PINTO, 1978, p. 197-198)

A necessidade de buscar em Portugal o padrão da correção gramatical, no raciocínio de Nabuco, tem uma clara motivação: a suposta pureza da raça em Portugal, que contrastava com a maciça presença de negros e mulatos, e a profunda mestiçagem da sociedade brasileira, constituindo aí a via de degeneração da língua no Brasil. As alterações e as simplificações que o contato secular com as línguas indígenas e africanas havia produzido insinuavam-se sorrateiramente na língua de todos os brasileiros, até os de sua elite letrada. As bases racistas da preocupação desse intelectual brasileiro com a pureza do idioma, a correção gramatical e a clareza de expressão são, portanto, evidentes, o que não deixa de revelar aspectos interessantes da cultura da época.

Assim, a construção das representações ideológicas da língua no Brasil se insere em uma ampla tessitura que perpassa as relações de produção material e de reprodução simbólica, interagindo com estereótipos que estão na base da construção da nacionalidade. Numa sociedade patrimonialista de tradição bacharelesca, o modelo ideal de língua não poderia deixar de ser rebuscado e artificial, engendrando uma primeira contradição entre as formas linguísticas renovadas que melhor expressam a dinâmica da cultura brasileira urbana e contemporânea mesmo em sua expressão escrita, por um lado, e as filigranas parnasianas que formam a quintessência do discurso gramatical, por outro. Tal contradição linguística reflete a convivência entre o enorme desenvolvimento das forças produtivas, que promovem a renovação da norma culta real (ou seja, a fala e a escrita de intelectuais, juristas, jornalistas, professores etc.) e a manutenção de relações arcaicas de produção, que criam a demanda por uma norma gramatical purista e artificial.

Porém, a principal contradição sociolinguística do Brasil é a que opõe as formas da elite letrada às marcas mais características da linguagem popular. Essa contradição não apenas reflete o *apartheid* social brasileiro, mas se coloca hoje como um poderoso instrumento ideológico de sua legitimação e reprodução.

Quando se trata das formas que não são muito frequentes na fala dos mais letrados e são típicas da fala da população de baixa renda, que ainda tem um acesso muito restrito à escolarização, a condenação social é muito explícita e vigorosa. A falta de concordância nominal e verbal, bem como certas variantes fônicas como o rotacismo (e.g., *assembreia* por *assembleia*), que são características da fala popular brasileira, constituem verdadeiros **estereótipos sociolinguísticos**, no sentido laboviano do termo (LABOV, 2008), e o seu uso é tomado como índice inequívoco de inferioridade cultural e incapacidade intelectual.

A necessidade da escola difundir o uso das regras de concordância, sobretudo entre os alunos das classes mais baixas, para garantir a esses alunos o domínio da linguagem do saber formal e do poder institucionalizado, não significa que a escola deva “corrigir” a fala desses alunos e que os indivíduos que não empregam essas regras em sua linguagem familiar devam ser discriminados, até porque a ciência da linguagem tem demonstrado, com fatos mais do que evidentes, que não há nenhuma deficiência intrínseca com as variedades linguísticas que exibem sistemas defectivos de concordância (entre as quais, se incluem o francês e o inglês contemporâneos). Porém, a difusão desses princípios elementares de uma pedagogia inclusiva e do respeito à diferença tem enfrentado uma oposição feroz, sobretudo dos grupos que controlam os meios de comunicação de massa no país, fazendo do preconceito contra as formas típicas da linguagem popular um poderoso instrumento de legitimação de um sistema econô-

mico fundado na exclusão social e na superexploração da força de trabalho (LUCCHESI, 2011, 2015).

Portanto, combater o preconceito linguístico contra as formas mais legítimas da linguagem popular faz parte de um programa político de construção de uma sociedade mais justa e verdadeiramente democrática no Brasil. E deve-se dizer que essa é uma das grandes tarefas que se colocam hoje na agenda da pesquisa linguística no país.

Palavras finais

Na análise das representações sociais da língua, avulta o contraste entre uma tradição normatizadora secular e o recente desenvolvimento de um conhecimento científico da linguagem humana. Durante muito tempo, buscou-se uma solução de compromisso entre esses dois saberes, na qual a Linguística se reservava a tarefa de descrever objetivamente o funcionamento da língua, enquanto a tradição gramatical se encarregava de definir o modelo ideal de língua que deveria regular o comportamento linguístico dos indivíduos.⁷ Porém, o desenvolvimento da pesquisa, nomeadamente, nas áreas da Sociolinguística e

7 Cf., por exemplo, Câmara Jr. (1970, p. 15):

A gramática descritiva (...) faz parte da linguística pura. Ora, como toda **ciência pura e desinteressada**, a linguística tem a seu lado uma disciplina normativa, que faz parte do que podemos chamar a linguística aplicada a um fim de comportamento social. (...) A língua tem de ser ensinada na escola, e, como anota o linguista francês Ernest Tonnelat, o ensino escolar “tem de assentar necessariamente numa regulamentação imperativa”.

Assim, a gramática normativa tem o seu lugar e não se anula diante da gramática descritiva. Mas é um lugar à parte, imposto por injunções de ordem prática dentro da sociedade. É um erro profundamente perturbador misturar as duas disciplinas e, pior ainda, fazer linguística sincrônica com preocupações normativas. (negrito acrescentado)

da Linguística Aplicada impuseram um questionamento da pedagogia tradicional no ensino da língua vernácula, rompendo, por um lado, com a correlação entre o domínio de uma terminologia gramatical e o desenvolvimento da capacidade de expressão oral e escrita do aluno, e colocando, por outro lado, a necessidade de a escola promover atividades de desenvolvimento da capacidade linguística do aluno em situações mais reais de uso da língua. Além disso, a visão mais objetiva da língua, em sua pluralidade de variedades, é a base para o respeito à diversidade linguística, como parte da construção de uma sociedade mais democrática e inclusiva.

Porém, a língua tem-se revelado o campo do conhecimento em que a sociedade tem-se mostrado mais refratária ao conhecimento científico, em função da profunda hegemonia ideológica da visão normativa da tradição gramatical, forjada no amplo e profundo processo social da construção dos modernos estados nacionais, mas que não seria possível, se não fosse a língua um dos elementos básicos da cultura e da construção identitária de todo agrupamento humano.

Portanto, a Linguística vive esse impasse. Se se mantém neutra, contentando-se em analisar a língua em seu construto formal asséptico, nada tem a dizer à população em geral. Por outro lado, se os linguistas buscam difundir uma visão realista e pluralista de língua para o grande público, são vistos como proselitistas, esquerdistas, que proclamam um “relativismo nefasto”, que se contrapõe à necessidade de educar a população e tirá-la de sua ignorância linguística. Em face disso, é imenso o desafio que se coloca para a ciência da linguagem, sobretudo em um momento em que o mundo é assolado por um retrocesso violento de dogmatismo e obscurantismo. Mas, antes de tudo, dois elementos são imprescindíveis para o enfrentamento desse desafio. Em primeiro lugar, está a atitude do linguista, em sua dis-

posição de deixar a torre de marfim do cientista neutro e assumir seu compromisso social, não apenas como cientista, mas antes de tudo como intelectual, condição que tem uma dimensão política muito mais forte (GRAMSCI, 1978). Em segundo lugar, ter a consciência de toda a adversidade que o cerca, de todo interesse econômico e ideológico que alimenta a visão dogmática e excludente de língua na sociedade. E perder, sobretudo, a crença ingênua de que simplesmente poderá lançar mão da autoridade da ciência, tão forte e incontestável em outros campos do saber, para resolver a questão.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BOGHOSSIAN, Paul. **Medo do Conhecimento**: contra o relativismo e o construtivismo. São Paulo: Editora Senac, 2012.
- CÂMARA JR., Joaquim Mattoso. **Estrutura da Língua Portuguesa**. Petrópolis: Vozes, 1970.
- EAGLETON, Terry. **Ideologia**: uma introdução. São Paulo: Boitempo, 2019.
- FARACO, Carlos Alberto. **Norma Culta Brasileira**: desatando alguns nós. São Paulo: Parábola, 2008.
- GRAMSCI, Antonio. **Os intelectuais e a organização da cultura**. 2. ed. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 1978.
- HAUGEN, Einar. Dialeto, Língua, Nação. In: BAGNO, Marcos (org.). **Norma Linguística**. São Paulo: Edições Loyola, 2001. p. 97-114.
- HOUAISS, Antonio; VILLAR, Mauro. **Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2001.
- KOSIK, Karel. **Dialética do Concreto**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976.

LABOV, William. **Padrões Sociolinguísticos**. São Paulo: Parábola, 2008[1972].

LUCCHESI, Dante. Ciência ou dogma? O caso do livro do MEC e o ensino de língua portuguesa no Brasil. **Revista Letras**, Curitiba, n.83, p. 163-187, jan./jun. 2011.

LUCCHESI, Dante. **Língua e sociedade partidas**: a polarização sociolinguística do Brasil. São Paulo: Contexto, 2015.

MARX, Karl; ENGELS, Frederick. **A ideologia alemã**. São Paulo: Martins Fontes, 2001.

MENDES, Ronald Beline. A terceira onda da Sociolinguística. In: FIORIN, José Luiz (Org.). **Novos caminhos da Linguística**. São Paulo: Contexto, 2017. p. 103-124.

MILROY, James. Ideologias linguísticas e as consequências da padronização. In: LGARES, Xoán; BAGNO, Marcos (Org.). **Políticas da Norma e Conflitos Linguísticos**. São Paulo: Parábola, 2011. p. 49-87.

PINTO, Edith P. **O português do Brasil**: textos críticos e teóricos, 1 – 1820-1920, fontes para a teoria e a história. Rio de Janeiro / São Paulo: Livros Técnicos e Científicos / Editora da Universidade de São Paulo, 1978.

THOMPSON, John B. **Ideologia e cultura moderna**: teoria social crítica na era dos meios de comunicação de massa. Petrópolis: Vozes, 1995.

WEINREICH, Uriel; LABOV, William; HERZOG, Marvin. **Fundamentos empíricos para uma teoria da mudança linguística**. São Paulo: Parábola, 2006[1968].

A series of horizontal white bars of varying lengths and positions on a black background, resembling a barcode or a stylized text representation. The bars are arranged in a non-uniform, staggered pattern across the image.

O poder nas palavras: (des)construções lexicais do nome do atual presidente do Brasil

Carlos Alexandre Gonçalves

1. Palavras iniciais

Com o principal propósito de inventariar e descrever os processos envolvidos nas cunhagens expressivas envolvendo o nome e o sobrenome do atual presidente da república, ‘Jair Bolsonaro’, construímos um *corpus* com cerca de cento e cinquenta casos como os seguintes: ‘bolsonero’ (“Bolsonaro se comporta como o imperador romano Nero”), ‘bolsogate’ (“escândalo político envolvendo Bolsonaro”) e “bolso cheio” (“Bolsonaro tem o bolso – lugar em que se coloca o dinheiro – cheio”). Com base na tipologia empregada por Gonçalves (2016) para as formações de base analógica, como as aqui investigadas, pretendemos checar se um novo tipo morfológico, denominado de *splinter*, porção não morfêmica recorrentemente usada em séries de palavras, vem se disseminando também em bases antroponímicas.

O texto se estrutura da seguinte maneira: primeiro, apresentamos o *corpus* utilizado na análise. A seguir, analisamos as reestruturações envolvendo a separação dos antropônimos ‘Jair’ e ‘Bolsonaro’ para, logo após, apresentar os processos não concatenativos de formação de palavras envolvendo o sobrenome do atual presidente, como o cruzamento vocabular e o truncamento. Por fim, discutimos a noção de *splinter* e as fronteiras entre essa unidade e os cruzamentos vocabulares.

Embora estejam relacionados ao uso criativo da linguagem e sejam efêmeros e fortemente dependentes de contexto para serem interpretados, pretendemos mostrar que tais usos revelam habilidades cognitivas como a analogia, ajudando-nos a compreender como o falante (des)constrói construções por similaridades e expõe ponto de vista, ora desfazendo uma palavra simples (decomposição sublexical), ora trocando uma palavra de um nome composto (substituição lexical), ora fundindo duas outras (cruzamento lexical – CV). Questões teóricas, sobretudo as relacionadas ao paradigma da Linguística Cognitiva (LAKOFF, 1987; LANGACKER, 1987) serão abordadas quando da análise dos dados.

O *corpus* que embasa a análise foi construído pela coleta de exemplos de fontes informais, a exemplo do site Desciclopédia⁸, e de redes sociais, como o Twitter, o Facebook, o Instagram e o WhatsApp. Muitos foram rastreados com o auxílio da ferramenta eletrônica Google⁹. Com esse site de busca, chegamos a vários blogs criados

8 Escrita com a colaboração de seus leitores, a Desciclopédia é “um site de humor debochado e seu conteúdo não deve ser levado a sério. Todas as nossas regras e políticas convergem para um só princípio: ser engraçado e não apenas idiota” (https://desciclopedia.org/wiki/P%C3%A1gina_principal). Acesso em: 15 maio 2018.

9 Muitos dados aqui utilizados, sobretudo os que envolvem o sobrenome do presi-

com a intenção de demonstrar apreço ou despreço pela personalidade em questão.

2. De ‘Jair’ a ‘já ir’: a emergência de uma construção gramatical

Um tipo de analogia envolvendo a estruturação interna de palavras não segmentáveis, isto é, não divididas em unidades menores dotadas de conteúdo, vem sendo chamada de decomposição sublexical (GONÇALVES, 2012; 2016), operação pela qual, por questões expressivas e com base na forma, “*reconhecem-se duas ou mais unidades lexicais em itens não necessariamente complexos*”. Os exemplos a seguir, todos do Dicionário Português-Português¹⁰, ilustram esse mecanismo de desconstrução lexical:

1. **homossexual** - sabão em pó para lavar as partes íntimas.
barracão - proíbe a entrada de caninos.
detergente - ato de prender seres humanos.
barganhar - receber um botequim de herança.

Processo similar ocorreu com o prenome ‘Jair’, reinterpretado pelo falante como uma estrutura sintática constituída de um advérbio de tempo (‘já’) precedendo um verbo perifrástico (‘ir’). Desse modo, uma forma, pela semelhança com a expressão

dente, foram extraídos de Benfica da Silva (2019), que analisou o fenômeno do cruzamento vocabular em nomes próprios, incluindo o do então candidato à presidência nas eleições de 2018.

10 Disponível em: <http://www.mail-archive.com/piadas.news@grupos.com.br/msg00468.html>. Acesso em: 5 maio 2019.

‘já ir’, é desmembrada e, em sua primeira ocorrência, utilizada pelos militantes do então candidato à presidência. Essa divisão corresponde, nos termos de Fauconnier & Turner (2002, p. 6) à habilidade de **Identificação**, a partir da qual “o falante realiza operações de reconhecimento de identidades, igualdades e semelhanças em itens lexicais e/ou expressões”. Foi, inclusive, um dos *slogans* de sua campanha, dirigindo-se, explicitamente, aos seus opositores, vistos como inconformados com a possível vitória do ex-militar:



Figura 1: Melhor Jair se acostumando

Fonte: https://produto.mercadolivre.com.br/MLB-952112579-10-adesivos-e-melhor-jair-se-acostumando-jair-bolsonaro-_JM. Acesso em: 30 maio 2019

Como afirma o *Jornal do Nordeste*¹¹, “[a] frase “É melhor Jair se acostumando” foi muito utilizada durante o período pré-eleitoral e também na campanha 2018, numa clara alusão ao candidato Jair Messias Bolsonaro (PSL)”. A expressão foi tão explorada pelos eleitores do ex-militar que acabou sendo usada em *bottons*, camisetas e *outdoors*, entre outros meios de divulgação, além, é

11 <http://jornalnoroeste.com/pagina/opiniao/e-melhor-ja-ir-se-acostumando>. Acesso em: 11 maio 2019.

claro, de aparecer, em larga escala, nas redes sociais, através de várias imagens e postagens, muitas durante debates calorosos sobre figura tão polêmica no cenário nacional. Sempre direcionada aos críticos do ex-deputado federal por 27 anos, a frase acima foi utilizada com o objetivo explícito de irritar a oposição, pois sinalizava para a adesão, cada vez maior, de eleitores do candidato que liderava as pesquisas de intenção de voto e poderia ser eleito logo no primeiro turno. No entanto, de acordo com o escritor e cineasta João Silvério Trevisan, o bordão, apesar de parecer original, utiliza uma expressão que se tornou comum na comunidade LGBT e foi usada em seu livro *Devassos*, reeditado em 2010:

“Não tem retorno”. Essa é a conclusão do seu livro “Devassos”, diz o autor, que cita um slogan americano dos anos 1970: “nós estamos aqui, nós somos diferentes, e é melhor vocês irem se acostumando”. “É claro que o senhor Jair Bolsonaro se apropriou disso”, afirma o escritor, em referência ao bordão de campanha”. (TREVISAN, 2018, on-line).¹²

Como as eleições não se resolveram de imediato, Jair Bolsonaro (PSL) disputou o segundo turno com Fernando Haddad (PT). A oposição ao candidato do PSL explorou o slogan e substituiu, por analogia com o sobrenome do candidato do PT, o verbo ‘acostumar’ por ‘adaptar’, também no gerúndio, com mesma estrutura métrica e pauta acentual do verbo originário, mas grafado com <h> e duplo <d>, evocando o sobrenome do concorrente, com a vantagem adicional de remeter ao seu partido, o PT, no grupo consonantal que a epêntese vocálica desfaz na fala:

12 Entrevista concedida no podcast *Ilustríssima Conversa*. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/ilustrissima/2018/10/bolsonaro-se-apropriou-de-slogan-dos-gays-afirma-escritor.shtml>. Acesso em: 11 maio 2019.



Figura 2: Melhor Jair se Haddaptando

Fonte: https://twitter.com/joao_almirante/status/1035729764970115072?lang=bg.
Acesso em: 30 maio 2019.

Com a vitória do candidato do PSL no segundo turno, e também por conta da enorme polarização esquerda/direita, com um número cada vez maior de eleitores indignados com a escolha do ex-deputado federal, a reestruturação do seu prenome rendeu uma grande variedade de postagens e tuítes criados a partir da decomposição sublexical. A maioria das desconstruções em (2), a seguir, ironiza o vitorioso nas urnas por suas falas consideradas inadequadas durante e após as eleições, levando, por exemplo, à saída, em massa, dos médicos cubanos que participaram do Projeto Mais Médicos. Muitos comportamentos tidos como inconcebíveis para um presidente da república, como o polêmico vídeo pornô postado no carnaval e a excêntrica pergunta no Twitter sobre o “golden shower”, intensificaram maciçamente a produção de expressões espelhadas no slogan. Temos, nesses casos, o mecanismo de **Integração**, pelo qual, nos termos de Fauconnier e Turner (2002, p. 6), o falante “realiza a conexão entre domínios léxico-sintático-discursivos” e, com essa conexão, cria um padrão que espelha outro, anteriormente ativado:

2. Melhor Jair se **arrependendo**
(<https://twitter.com/jairarrependido?lang=pt>)
Melhor já ir se **envergonhando**
(<https://twitter.com/UOL/status/997163938654629888>)
Melhor já ir se **acovardando**
(
<https://twitter.com/cynaramenezes/status/1051465123372683264>)
É melhor já ir **pagando mico**
(
<https://twitter.com/SelfiedoMito/status/1043647202676154368>)
Melhor Já Ir se **preocupando**
(
<https://moneytimes.com.br/pre-market-e-melhor-ja-ir-se-preocupando>)
É melhor já ir **aposentando**
(https://twitter.com/expresso_1898/status/1063463385080233984)
Melhor “Jair” se **protegendo**
(<https://twitter.com/statuses/1060332564412592128>)
É melhor “jair” **se preparando**
(<https://pt.euronews.com/Notícias/Mundo>)
‘É melhor já ir **se energizando**
(
<https://www.oantagonista.com/brasil/e-melhor-ja-ir-se-energizando>)
Melhor já ir **se formando**
(www.bitsea.tk/t/user.php?p=lucascouto)

Não há dúvidas de que os dados em (2) apontam para uma construção gramatical, nos termos de Kay & Fillmore (1997), uma vez que revelam claro pareamento forma-conteúdo. No plano formal, trata-se de uma construção semiaberta (ou parcialmente espe-

cificada), pois há elementos fixos, como o adjetivo ‘melhor’, o “sintagma verbal” ‘já ir’ (escrito junto, ‘Jair’ – com ou sem aspas, com ou sem negrito – ou separado, muitas vezes com as iniciais em maiúsculas) e um verbo no gerúndio. Esse polo formal pode ser representado da seguinte maneira, em que os elementos entre parênteses não são obrigatórios e o traço, também entre parênteses, representa a grafia como unidade ou como dois itens lexicais separados:

3. (É) **melhor** já(-)ir (se) **X_v-ndo**.

No polo semântico, há expressão de ponto de vista acerca das posições adotadas por Bolsonaro. É a compatibilização do significado do verbo, parte não especificada da construção, que determina o alvo atingido: (a) os eleitores do presidente (‘esconder’, ‘arrepender’, ‘pagar mico’), (b) seus adversários políticos (‘preparar’, ‘energizar’) ou (c) os brasileiros, em geral (‘aposentar’, ‘proteger’, ‘preocupar’). Desse modo, uma reanálise formal criada para enaltecer a imagem do então candidato, de tão viralizada na internet, acabou sendo explorada contra ele.

Se os marqueteiros de Bolsonaro exploraram criativamente o prenome do candidato (isto sem levar em conta a denúncia de João Silvério Trevisan, acima comentada), seus adversários foram além: criaram uma construção gramatical que coloca o nome do agora presidente no centro de debates relacionados a acontecimentos recentes envolvendo medidas polêmicas, como a reforma da previdência (‘Jair se aposentando’) e o contingenciamento de verbas na educação pública (‘Jair se formando’).

Outra construção semiaberta foi criada a partir do principal bordão usado na campanha à corrida presidencial. Nesse caso, a parte fixa é justamente o próprio *slogan* e a parte variável, preenchida por um sintagma preposicionado, como na representação em (4):

4. (É) **melhor já(-)ir (se) acostumando SPrep X**

Inúmeras criações se espelham no modelo em (4), em que a preposição pode ser ‘a’ ou ‘com’ e o material sintático seguinte, representado por X, tem extensão variada: vai de um SN a uma sentença inteira regida pela preposição. Novamente aqui, o mecanismo de integração é o que responde por esse novo padrão construcional:

5. É melhor JAIR se acostumando **com o retrocesso**

(<https://medium.com/.../é-melhor-jair-se-acostumando-com-o-retrocesso>)

É melhor “jair se acostumando” **com ministros corruptos**

(

<https://www.facebook.com/...melhor-jair-se-acostumando-com.../317617015718797>)

É melhor Jair se Acostumando **com a Mamata Bolsonaro**

(

<https://www.youtube.com/watch?v=InjrY74U55M>)

“Melhor Jair se acostumando” **com a informalidade trabalhista**

(

https://g1sul.com.br/index.php?pg=noticia_exibe&acao=ver&id=2954...1)

Melhor Jair se acostumando **a ficar sem Férias e 13 salário**

(<https://pt-br.facebook.com/.../melhor-jair-se-acostumando-a.../2037576233201313/>)

É melhor “jair se acostumando” **a não ter direitos trabalhistas**

(<https://blogdacidadania.com.br/.../e-melhor-jair-se-acostumando-a-nao-ter-direitos>)

Melhor JAIR se acostumando **a ser tratado como idiota**

(<https://extra.globo.com/.../time-escolhe-bolsonaro-como-uma-das-cem-pessoas-mais>)

É melhor JAIR se acostumando **a trabalhar até morrer**

(

<https://gauchazh.clicrbs.com.br/.../bolsonaro-intensifica-articulacao-para-aprovar>)

Como (3), também (4) constitui construção de ironia e/ou deboche, revelando avaliação negativa do agora presidente. Novamente, trata-se de uma construção semiaberta de natureza evocativa, como o *slogan* original. No entanto, a evocação é direcionada a todos que sofrem com os resultados de suas ações nos cem primeiros dias de governo, pois, sabidamente, como descrito no site Wikipédia, Jair Bolsonaro,

Durante seus 27 anos na Câmara dos Deputados, ficou conhecido por ter uma personalidade controversa, por conta de seu discurso de ódio e de suas visões políticas geralmente caracterizadas como populistas e de extrema-direita, que incluem a simpatia pela ditadura militar no Brasil (1964–1985).

[...] Tornou-se conhecido por suas críticas à esquerda, por ter classificado a tortura como uma prática legítima, por posições contrárias aos direitos LGBT e por várias outras declarações controversas, as quais lhe renderam cerca de 30 pedidos de cassação e três condenações judiciais.

(https://pt.wikipedia.org/wiki/Jair_Bolsonaro. Acesso em: 30 maio 2019)

2. Desconstrução lexical com o sobrenome do presidente

Muitas reanálises envolvendo parte do sobrenome exploram a relação metonímica entre dinheiro e bolso, numa relação do tipo continente-conteúdo, uma vez que, logo no primeiro mês de seu governo, o nome de seu filho foi vinculado a escândalos de corrupção envolvendo o ex-motorista Fabrício Queiroz. Muitas denúncias relatavam, inclusive, a contratação de diversos funcionários na Assembleia Legislativa do Estado do Rio (a ALERJ) que teriam repassado seus salários para a família Bolsonaro (numa prática chamada ‘rachadinha’). Nas reanálises a seguir, o termo ‘bolso’ é interpretado como substantivo, fazendo com que a sequência não morfêmica *naro* seja substituída por um adjetivo e o todo interpretado como um SN do tipo S+Adj. Nos dados a seguir, atua a habilidade de **Imaginação**, pois “o falante realiza, através da projeção de dois ou mais domínios cognitivos, a configuração do sentido pretendido pelo locutor em sua interação discursiva com o alocutário” (FAUCONNIER; TURNER, 2002, p. 6):

6. **Bolso cheio** (<https://www.youtube.com/watch?v=rOys0rh-TX8Y>)
Bolso farto (https://issuu.com/jornaldefato/docs/17_08_2018)
Bolso endinheirado (www.contextolivre.com.br/2013_05_02_archive.html)
Bolso abarrotado (<https://www.oantagonista.com/.../rosa-weber-se-diz-constrangida>)
Bolso lotado (<https://twitter.com/lelispatricia/status/1085936822440640518>)

Temos, em (6), casos clássicos de analogia, envolvendo a estruturação interna de palavras não segmentáveis. Tal mecanismo pode ser chamado de decomposição sublexical (GONÇALVES, 2012), processo pelo qual, por questões expressivas e com base na forma, reconhece-se uma unidade lexical (nesse caso, ‘bolso’) em itens sem complexidade morfológica, como também ocorre com o sobrenome do atual prefeito da cidade do Rio de Janeiro:

7. **Marcelo Que Merda** (<https://www.instagram.com/marcelo-courrege/p/BuRaQkclJ2O>)
Marcelo Que Mela (malafics.blogspot.com/2005/12/personagens-grupo-de-resistencia)

3. Formações lexicais envolvendo o sobrenome ‘bolsonaro’

Na construção de nomes complexos envolvendo o antropônimo ‘Bolsonaro’, podemos observar, nos valendo de Sandman (1992, p. 59), “uma especificidade semântica carregada, em sua maioria, de emocionalidade depreciativa e com pitadas de ironia”. Desse modo, são criações jocosas que nascem, a maioria delas, do sentimento de repulsa e reprovação a esse líder, muitas vezes, envolvendo crítica explícita em relação à sua conduta como presidente ou como presidente da república. Associadas ao humor, tais inovações lexicais culminam em construções carregadas de tom depreciativo, funcionando como impressões negativas sobre o militar da reserva. Em nosso *corpus*, encontramos poucas formações com avaliações positivas, o que confirma a análise de Benfica da Silva (2019), em seu estudo sobre formações lexicais com bases antroponímicas. ‘Bolsomito’ e ‘bolsonesto’ exempli-

ficam a avaliação positiva sobre esse líder político. Todas as formações que passaremos a discutir nesta seção envolvem um processo não concatenativo chamado de cruzamento vocabular.

De acordo com Fandrich (2008), o termo *cruzamento* é metafórico, já que vem a ser utilizado em referência à mistura de fragmentos de palavras existentes. Nesse sentido, as formas resultantes refletem, iconicamente, suas palavras-matrizes. Em português, CVs (também chamados de *blends* lexicais — Gonçalves (2003); palavras-valise — Alves (1990); e FUVES (fusões vocabulares expressivas) — Basilio (2005)) consistem de dois elementos, uma característica que os torna semelhantes a compostos. No entanto, ao contrário da composição, seus constituintes não são morfemas plenos, mas partes de palavras, como em ‘micheque’ (‘Michele’ (Bolsonaro) + ‘cheque’ = referência ao cheque de R\$40.000,00 depositado na conta da primeira-dama pelo ex-motorista), ‘familícia’ (‘família’ + ‘milícia’ = termo que remete à convivência estreita entre a família Bolsonaro e milicianos) e ‘Damales’ (‘Damares’ (Ministra de Bolsonaro) + ‘males’ = alusão às sandices da atual ministra dos direitos humanos).

Cruzamentos são menos transparentes que compostos e tendem a ser utilizados para chamar a atenção em textos publicitários, jornalísticos e literários, tendo, por isso mesmo, curta duração, em decorrência de sua efemeridade, além de serem bastante populares por causa de sua criatividade. De acordo com Stockwell & Minkova (2001, p. 7), cruzamentos constituem “uma área da formação de palavras, em que a inteligência pode ser recompensada pela popularidade instantânea”.

CVs podem ser distribuídos em três grandes grupos de processos de formação de palavras (GONÇALVES, 2016). O primeiro deles — e o mais produtivo na língua — é chamado de **entranhamento lexical** e consiste na fusão de duas palavras pela

8. 

60

9. **Bolsonazi** (
<https://pt-br.facebook.com/bolsonarofascista>)
- Bolsoneca** (
<https://twitter.com/hashtag/bolsoneca>)
- Bolsonicho** (sundial.thiagorsantana.com)
- Bolsonojo** (
<https://twitter.com/hashtag/bolsonojo>)
- Bolsonagem** (
<https://www.facebook.com/Pages/Other/Community/Bolsonagem>)
- Bolsonegador** (
<https://twitter.com/hashtag/bolsonega>)
- Bolsonada** (
<https://twitter.com/bolsonada>)
- Bolsonabo** (
<https://www.youtube.com/watch?v=GbhfuVKsNRU>)
- Bolsospício** (picdeer.com/eucorrea_felipeg)
- Boçalnaro** (
<https://pt-br.facebook.com/pages/category/Political.../Boçalnaro-58106633>)
- Bocónaro** (
<https://twitter.com/hmantonios/status/1039513838582882304>)
- Bozonaro** (
<https://pt-br.facebook.com/Bozonaroo/>)
- Bozónaro** (
<https://twitter.com/hashtag/bozónaro>)
- Bichonaro** (twitter.com/RenzoMora/statuses/1040077083127545856)
- Bobonaro** (
<https://pt.wikipedia.org/wiki/Bobonaro>)
- Bestanaro** (
<https://twitter.com/hashtag/bestanaro>)

Um segundo tipo de formação também considerada CV é a chamada **combinação truncada**. Esse processo, que se assemelha à composição bem mais que o primeiro, não necessariamente envolve compartilhamento de material fonológico. Podemos assumir, como em Basilio (2005), que há, nesse caso, um tipo de composição em que uma palavra componente é truncada (isto é, sofre encurtamento; perde massa fônica) e se une à outra, igualmente truncada ou não. De um modo geral, o significado do produto corresponde a uma combinação nem sempre transparente dos significados de ambas as palavras. Tal é o caso de ‘larancelo’, em que as duas palavras são truncadas (mistura de ‘laranja’ + ‘Marcelo’ (Álvaro), ministro do turismo acusado de contratar laranjas na campanha do PSL, partido do presidente), e ‘embaixatrouxa’, forma em que apenas uma das bases é encurtada (no caso, ‘embaixador’, numa alusão ao atual Ministro das Relações Exteriores). O maior número de CVs do *corpus* envolve a combinação truncada, como se vê a seguir, em que os produtos preservam a estrutura métrico-prosódica da forma de base, mas não compartilham material fonológico:

10. **Bolsoanta** (<https://www.youtube.com/watch?v=Ba7KKmW-RaI>)
Bolsoasno (<https://pt-br.facebook.com/P%C3%A1ginas/Figura-p%C3%BAblica/Jair-Bolsoasno>)
Bolsobesta (<https://twitter.com/hashtag/bolsobesta>)
Bolsobosta (<https://pt-br.facebook.com/P%C3%A1ginas/M%C3%ADia/BolsoBosta>)
Bolsoburro (<https://twitter.com/hashtag/bolsoburro>)
Bolsodemo (geradormemes.com/meme/pcokqg)
Bolsofake (<https://pt-br.facebook.com/Bolsofake/>)
Bolsofilho (<https://twitter.com/hashtag/bolsofilho>)
Bolsohitler (<https://twitter.com/hashtag/bolsohitler>)

Bolsolábia (<https://www.trendsmap.com/twitter/tweet/1063167973400166401>)

Bolsolixo (<https://pt-br.facebook.com/BolsolixoNews/>)

Bolsolama (<https://twitter.com/hashtag/bolsolama>)

Bolsomerda (<https://twitter.com/hashtag/bolsomerda>)

Bolsomijo (

<https://twitter.com/hashtag/bolsomijo>)

Bolsonada (<https://twitter.com/bolsonada>)

Bolsotrump (

<https://twitter.com/hashtag/bolsotrump>)

Cruzamentos diferentes dos apresentados até então são listados em (11), a seguir, dados em que não há compartilhamento fonológico nem evocação da palavra-matriz pelo acento ou pelo número de sílabas. Como se vê, em comum, as palavras apresentam apenas a sequência ‘bolso’, que parece funcionar como ativador do antropônimo ora em foco. Ao que tudo indica, temos, aqui, uma espécie de zipagem (compactação), nessa sequência, do significado do todo (o sobrenome do presidente). A parte inicial das formações complexas de (11) pode ser chamada de *splinter*, tipo morfológico nem sempre referenciado na literatura sobre o português, mas encontrado em diversas línguas do mundo (BAUER, 2005).

11. **Bolsoditador** (<https://twitter.com/hashtag/bolsoditador>)
Bolsoestupro (<https://twitter.com/hashtag/BolsoEstupro?src=hash>)
Bolsokid (<https://oglobo.globo.com/Brasil>)
Bolsoladrão (<https://twitter.com/hashtag/bolsoladrão>)

Bolsolunático (<https://twitter.com/cynaramenezes/status/1056331421743235073>)

Bolsominion (<https://www.dicionarioinformal.com.br/bolsominion/>)

Bolsoquadrilha (<https://www.imgrumweb.com/hashtag/bolsoquadrilha>)

Bolsoréu (<https://twitter.com/hashtag/bolsoréu>)

Bolsotroglodita (<https://twitter.com/hashtag/bolsotroglodita>)

Bolsoviolência (<https://www.facebook.com/pages/category/Bolsoviolência-1893336929>)

Bolsocaixa 2 (<https://twitter.com/hashtag/bolsocaixa2>)

Bolsofascista (<https://twitter.com/hashtag/bolsofascista>)

Bolsomiliciano (<https://twitter.com/hashtag/bolsomiliciano>)

Na literatura sobre o português, as primeiras referências à presença de *splinters* na estrutura de palavras morfologicamente complexas são encontradas em Gonçalves, que assim se refere a essas entidades em diferentes trabalhos:

12. “são pedaços de palavras utilizados com fins lexicais e geralmente resultam de processos de fusão vocabular (cruzamentos ou substituições sublexicais)” (GONÇALVES, 2011b, p. 12).

“produtos de truncamento ou partes de cruzamentos vocabulares ou de substituições sublexicais que passam a formar uma série de novas palavras” (GONÇALVES; ANDRADE, 2012, p. 130).

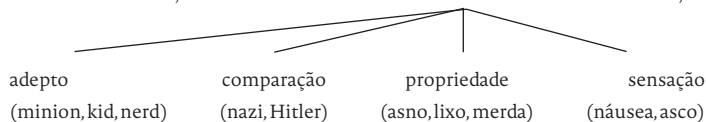
“pedaços recorrentes de palavras provenientes de fenômenos de fusão vocabular” (GONÇALVES; ANDRADE; ALMEIDA, 2011, p. 106).

“assemelham-se a radicais ou a palavras, mas ostentam propriedades mais características de afixos, como a alta produção lexical, o fato de serem formas presas e a fixação à esquerda (caipi-) ou à direita nas construções de que participam (-lândia, -trocínio, -lé)”. (GONÇALVES, 2011a, p. 67). “elementos que, como os afixos, ocorrem numa borda específica da palavra, mas, em função de seus significados, correspondem a lexemas. Splinters, portanto, formam uma classe à parte, situada entre radicais e afixos” (GONÇALVES, 2013, p. 190).

Pelo que se observa nas definições acima, formações com splinters diferenciam-se de cruzamentos vocabulares (CVs) e estão a meio do caminho entre o processo de CV e a afixação. Estamos afirmando, com isso, que nem todos os casos de cruzamentos podem ser interpretados como constituídos de splinters. CVs são fusões vocabulares isoladas, como as já referidas ‘família’, ‘Damales’ e ‘larancelo’, cujos constituintes (se é que assim podemos nos referenciar à estrutura morfológica dessas palavras) de modo algum recorrem. Formações com splinters, como as em (11) apresentam um elemento recorrente à esquerda, “o que, de certo modo, lhes dá o direito de reivindicar (a) a existência de concatenação e (b) um estatuto morfológico próprio (GONÇALVES, 2013). Na formalização a seguir, típica da abordagem construcional de Booij (2010), SEM é aqui interpretado como o *frame* evocado pela palavra-fonte, pois somente desse modo podemos entender que, a partir do mesmo esquema, formam-se construções com semânticas distintas, mas relacionadas. Os símbolos ‘maior que’ e ‘menor que’ (respectivamente, <, >) demarcam o esquema e a seta de mão dupla (↔) relaciona forma e significado no interior do esquema. As letras i e j, subscritas, indicam que base e produto fazem parte do léxico, por serem interpretáveis na forma resultante:

13.

$\langle [\text{BOLSO}_i \text{X}_N] \text{S}_j \Leftrightarrow [\text{SEM DE X (ou parte de X) envolvida na SEM}]_j \rangle$



Ao analisarmos as formações através do esquema em (13), podemos afirmar que todas as construções arroladas em (9), (10) e (11) são instâncias desse esquema, o que, obviamente, não ocorre com aquelas terminadas em *naro*, estas sim aqui interpretadas como produtos de CV, devido à baixa recorrência do padrão, ainda que mais duas outras possam, de algum modo, vincular-se às demais: ‘satãnaró’ e ‘milicinaró’. Por ora, nossa análise como *splinter* cobre somente as construções *bolso-X*, hoje em número superior a 70 instâncias, 93% depreciativas. Evidências da natureza de *bolso-* como *splinter* é (a) a possibilidade de se adjungir a outras formas combinatórias (a maioria radicais neo-clássicos) e (b) ser um troqueu silábico (ANDRADE, 2009) – pé métrico constituído de duas sílabas, em que a cabeça (membro mais saliente) figura à esquerda, numa representação do tipo (*.), em que os símbolos no interior dos parênteses indicam, nesta ordem, sílaba dominante (*) e sílaba dominada (.):

14. **Bolsolândia** ([https://pt-br.facebook.com/Páginas/Outro/Comunidade](https://pt-br.facebook.com/P%C3%A1ginas/Outro/Comunidade))

Bolsocracia (

<https://twitter.com/hashtag/bolsocracia>)

Bolsocídio (<https://blogdobriguilino.blogspot.com/2018/10/cometa-um-bolsocidio.html>)

Bolsomania (<https://twitter.com/bolsomania>)

Bolsorragia (4winners.com.br › Home › BLOG)

Bolsofagia (<https://mano-ramo.ca/e-fagia-visual-and-media-art-organization/>)

A suposta liberação de 40 milhões em emendas para deputados que votassem a favor da reforma da presidência levou à criação da forma ‘bolsolão’, conforme se comprova na seguinte reportagem do site Catraca Livre:

A hashtag #Bolsolão em referência a “Mensalão” de Bolsonaro para aprovar a Reforma da Previdência chegou aos assuntos mais comentados do Twitter, nesta quarta-feira, 24, depois do chefe da Casa Civil, Onyx Lorenzoni, informar que o governo do presidente Jair Bolsonaro (PSL) vai destinar R\$ 40 milhões, em emendas parlamentares para cada deputado federal que votar a favor da reforma.

(<https://catracalivre.com.br/cidadania/mensalao-de-bolsonaro-para-aprovar-a-reforma-viraliza-nas-redes/>. Acesso em: 16 maio 2019).

A sequência *lão*, certamente oriunda de ‘mensalão’, em que a líquida lateral faz parte da raiz, acabou ganhando estatuto próprio, ao se desvincular parcialmente da ideia de aumentativo, manifesta pelo sufixo *-ão*. Em ‘mensalão’, a estrutura morfológica, delimitada pelo símbolo +, é *mens+al+ão*. Por analogia a esse escândalo de corrupção política mediante compra de votos de parlamentares no Congresso Nacional, entre os anos de 2005 e 2006, criaram-se outras formas *X-lão*, como é o caso de ‘petrolão’, nome dado para o desvio de fundos que ocorreu na Petrobras, a maior estatal brasileira. Também apareceram na mídia, entre outras, formas como ‘temerlão’ e ‘cabralão’, usadas em referência ao ex-presidente Michel Temer e ao ex-governador Sérgio Cabral Filho, respectivamente. Outro *splinter* final combinável

com *bolso-*, desta feita não nativo, é *gate*, elemento que significa, já em inglês, “escândalo político”. A formação aparece no título da matéria a seguir, em que ocorre, também, ‘*mensalinho*’, “ajuda” financeira de pouca monta:

Bolsogate: o escândalo financeiro que paira sobre o clã Bolsonaro
Caso em torno do desaparecido Fabrício Queiroz, motorista de Flávio, filho mais velho do presidente eleito e amigo de longa data do próprio Jair, gera mais perguntas do que respostas. A suspeita é de **mensalinho**.
(<https://www.dn.pt/mundo/interior/bolsogate-o-escandalo-financeiro-que-paira-sobre-o-cla-bolsonaro-10360662.html>. Acesso em: 16 maio 2019)

4. Cruzamentos de cruzamentos?

Um aspecto interessante envolvendo os cruzamentos com o antropônimo do atual presidente da república é evocação ao seu sobrenome a partir de sequências fônicas ausentes na estrutura fonológica da forma de base. No entanto, todas as construções recém-criadas são polissílabos paroxítonos iniciados pela oclusiva labial, /b/, e apresentam uma nasal, /n/, como onset da sílaba portadora do acento:

15. **Boçalnero** (<https://twitter.com/statuses/1050174821617860610>)
Bironarco (https://twitter.com/allan__f/status/1049924845817999362)
Burronabo (<https://twitter.com/i/web/status/1063462288697499650>)
Bestanula (piknu.com/u/panibe.pl/followers)
Bozonazi (<https://twitter.com/hashtag/bozonazi>)

Como se vê, as formas que aparecem combinadas evocam o sobrenome pela consoante inicial, pelo número de sílabas e pela localização da sílaba tônica, posições prosodicamente salientes, na visão de Beckmann (1998). Segundo a autora, existe um pequeno inventário de posições linguisticamente privilegiadas “que desempenham papel importante nos sistemas fonológicos”. Essas posições “apresentam uma vantagem perceptual no sistema de processamento, via proeminência psicolinguística ou fonética, em relação a posições não privilegiadas” (BECKMANN, 1998, p. 63). Dentre as várias destacadas pela autora, sílabas iniciais de raízes e estrutura métrica são posições perceptualmente mais marcadas, o que possibilita o rastreamento do sobrenome, como se vê na representação genérica a seguir, uma grade métrica com determinados segmentos preenchidos, o que favorece o rastreamento da palavra-matriz¹⁴:

16.	(	*	)	
(*	.	*	.)	
(*	*	)	(*	*)
b			n	

Não foi à toa que deixamos por último a forma ‘bozonazi’. Ao que tudo indica, foi a marca Cavaleira (<https://www.cavaleira.com.br>. Acesso em: 16 maio 2019) a primeira a fabricar uma camiseta associando o nome do então candidato ao de um antigo palhaço, apresentador de programas infantis no SBT, nas década-

14 No modelo de Halle e Vergnaud (1987), o plano do acento consiste em uma grade métrica, cujos limites são indicados por parênteses e as sílabas organizadas em pés. Organiza-se, então, o constituinte da linha 1 cuja cabeça se projeta na linha 2. Consequentemente, fundem-se os asteriscos das linhas 1 e 2, limpando a grade, mas deixando intacto o último, que sinaliza a sílaba detentora do acento.

das de 1980 e 1990. Além de cruzar a imagem do palhaço-apresentador com a do então presidenciável, a empresa lançou campanha às avessas com o cruzamento ‘Bozonazi’ associado ao número da besta, 666, numa clara tentativa de ridicularizar o ex-deputado federal.



Figura 3: Bozonaro e Bozonazi

Fonte: <https://br18.com.br/bozonaro-em-camiseta-da-cavalera>

Acesso em: 15 maio 2019.

Como ‘bolso’ não poderia funcionar como truncamento de ‘Bolsonaro’, dada a existência de um homônimo não expressivo na língua, a forma ‘Bozo’ – nome de um personagem afastado da mídia há muito tempo – passou a ser usada, sozinha, em referência a ‘Bolsonaro’, num caso diferente de truncamento, “processo em que a relação entre uma palavra derivada e sua base é expressa pela falta de material fonético na palavra derivada” (PLAG, 1999, p. 116). Os excertos, a seguir, comprovam o uso da forma livre ‘Bozo’ em referência ao candidato e agora presidente:

17. Caro amigo kotscho, a grande diferença entre Lula e o **bozo** não é ideológica
(
<https://www.balaiodokotscho.com.br/.../lula-e-bolsonaro-a-diferenca-entre-ser>)
Haddad sobe o tom das críticas chama presidente da República somente de ‘**Bozo**’

(coximagora.com.br/.../haddad-sobe-o-tom-das-criticas-e-passa-a-chamar-presidente)

O povo homenageia o presidente **Bozo** no carnaval

(

<https://www.oprotagonistapolitico.com.br/o-povo-homenageia-o-presidente-bozo>)

Bozo é o próximo presidente por culpa da petezada fanática.

(

<https://www.ocafezinho.com/.../bolsonaro-e-eleito-presidente-com-55-milhoes>)

Trump usa divórcio de desafeto para chamá-lo de '**Bozo**'

(

<https://www.bol.uol.com.br/.../barraco-digital-trump-usa-divorcio-de-desafeto>)

Depois de empregada sozinha, a forma *bozo-*, com múltiplos correspondentes idênticos ou quase idênticos a *bolso-*, passa a compor uma série de novas formações, todas com aspecto de compostos, uma vez que a forma à direita ou é livre ou constitui radical neoclássico. Apesar de se assemelharem a compostos, tais formações, ainda assim, mantêm a estrutura métrica proposta em (16), pois constituem quadrissílabos paroxítonos iniciados por /b/, ainda que nem sempre apareça a nasal /n/ no onset da sílaba acentuada:

18. **Bozobala** (<https://www.youtube.com/.../UCzH5NEDBHE-re8NJZhY99Rfg>)

Bozocria (

<https://www.trendsmap.com/twitter/tweet/1112403448904015872>)

Bozolixo (<https://twitter.com/bozolixo>)

Bozomala (
<https://twitter.com/bozomala>)

bozogay (
<https://twitter.com/bozogay?lang=pt>)

Bozofilho (<https://twitter.com/jovensreacinhas/status/1069036923925221377>)

Bozossauro (
<https://www.facebook.com/Pages/Public Figure/Comedian>)

Bozozona (picgrace.com/bozozona)

Bozolaranjal (<https://twitter.com/MarivoneLula/status/1105488558666760193/photo/1>)

Com ‘Bozo’ compactando o sobrenome ‘Bolsonaro’, construções S + ADJ são também comuns em referência ao presidente. Nesses casos, diferentemente, desfaz-se o cruzamento em proveito de uma estrutura sintática com padrão fonológico distinto das fusões vocabulares mais típicas:

19. **Bozo frouxo** (<https://twitter.com/HaddadDebochado/status/1124803679369007105>)

Bozo cagão (
<https://twitter.com/HaddadDebochado/status/1124803679369007105>)

Bozo arregão (
<https://www.youtube.com/.../UCvuTtQMV2QvOvZngWknajsw>)

Bozo fujão (
<https://eradaidiocracia.blogspot.com/2019/gleisi-critica-o-bozo-fujao.html>)

Resta falar, ainda, de uma formação extremamente curiosa: ‘Biroliro’. Ao que tudo indica, a viralização dessa referência ao presidente começou com uma emissora de TV israelense, a i24NEWS, ao publicar, em sua rede social, uma notícia dizendo que o novo presidente do Brasil se chamava, JAVIER BOULSONARRO. O site *HappyNess* (www.hypeness.com.br. Acesso em: 15 maio 2019) aponta que “[o] deslize despertou uma das forças ocultas do brasileiro: a zoeira”. Em enquete lançada na página, os usuários criaram vários nomes esquisitos associados ao presidente, mas o que ganhou a pesquisa popular foi **Javier Biroliro**, posteriormente ‘Biroliro’¹⁵. Essa forma, apesar de um pouco mais distante do antropônimo original, ainda assim se enquadra no modelo métrico ilustrado em (16), pois a forma apresenta dois pés binários com núcleo à esquerda, sendo a sílaba mais à direita projetada como dominante na última linha da grade, o que caracteriza a forma como quadrissílabo paroxítono iniciado por /b/.

5. Palavras finais

Neste trabalho, utilizamos um conjunto de novas (des)construções lexicais que, em comum, partem do prenome ou do sobrenome do atual presidente do Brasil, ‘Jair Bolsonaro’, criadas durante e depois do período eleitoral. Vários processos morfofonológicos ocorrem no intuito de avaliar a imagem desse militar da reserva, o que revela, através da língua, expressão de ponto de vista dos falantes/escreventes, sobretudo os contrários às ideias pregadas por

15 Disponível em: <https://twitter.com/nesimachado/status/1086736062402183168>. Acesso em: 15 maio 2019.

figura tão polêmica na política brasileira, desde quando exerceu a função de deputado federal por quase trinta anos.

Apesar de relacionados ao uso criativo da linguagem, da grande dependência contextual para sua interpretação e de sua efemeridade, tais construções revelam habilidades cognitivas como a identidade, a imaginação e a integração, demonstrando fortemente a atuação dos três “i”s da mente (FAUCONNIER; TURNER, 2002); essas habilidades ajudam-nos a compreender como o falante (des)constrói construções por similaridades e expõe ponto de vista, ora desfazendo uma palavra simples (decomposição sublexical), ora trocando parte de um nome interpretado como morfologicamente complexo (substituição lexical), ora fundindo duas palavras (cruzamento lexical – CV). Essas formações comprovam que a linguagem é sócio-culturalmente situada, pois, vingando ou não, pelo menos deixam, na língua, sobretudo nessa era digital, vestígios de como o falante avalia uma entidade em um período sócio-histórico específico. Não podemos deixar de registrar a recente reanálise da forma verbal ‘pode’, da expressão ‘pode Jair se acostumando’, como ‘pó de Jair se acostumando’, em alusão ao episódio envolvendo a apreensão de 39kg de cocaína no avião presidencial¹⁶. Mais uma vez, o es-

16 <https://veja.abril.com.br/politica/foto-mostra-mala-com-os-39-kg-de-cocaina-apreendidos-em-voo-da-fab/>: A mala com os 39 quilos de cocaína apreendidos com um sargento da Aeronáutica brasileira no aeroporto de Sevilha, na Espanha, no último dia 25 de junho, estavam acondicionadas em 37 pacotes com um pouco mais de um quilo cada – todos enrolados em papel bege, menos um, que aparece embrulhado num de cor amarela. Estavam na mala de mão do sargento taifeiro da Força Aérea Brasileira (FAB) Manoel Silva Rodrigues, de 38 anos, membro da comitiva de apoio ao presidente Jair Bolsonaro (PSL) em sua viagem à cúpula do G20, no Japão. A fotografia, tirada no raio-x do aeroporto, foi obtida com exclusividade pelo jornal espanhol *El País*. Segundo reportagem do jornal, a forma como a droga foi localizada levantou a suspeita por parte dos policiais espanhóis de que o sargento brasileiro acreditava que não seria submetido a nenhum tipo de controle alfandegário, por fazer parte da comitiva do presidente brasileiro em viagem oficial.

crevente brinca com a língua para, ironicamente, (a) noticiar um fato e (b) avaliar as questões políticas do país em que vive.



Figura 4: Já Pô de ir se acostumando
Fonte: Google images. Acesso em: 30 jul. 2019.

REFERÊNCIAS

- ALVES, Ieda Maria. **Neologismo**. São Paulo: Ática, 1990.
- ANDRADE, Katia Emmerick. Entranhamento lexical, combinação truncada e analogia: estudo otimalista sobre padrões de Cruzamento Vocabular. In: GONÇALVES, C. (Org.). **Otimalidade em foco**: morfologia e fonologia do português. Rio de Janeiro: Publit Soluções editoriais, 2009, p. 123-145.
- BASILIO, Margarida Maria de Paula. A Fusão Vocabular como Processo de Formação de Palavras. Conferência apresentada no **IV Congresso Internacional da ABRALIN**. Salvador: UFBA, 10-13 de outubro de 2005.
- BASILIO, Margarida Maria de Paula. **Teoria Lexical**. São Paulo: Ática, 1987.
- BAUER, Laurie. The Borderline between Derivation and Compounding. In: W. DRESSLER et al. (Eds.). **Morphology and its Demarcations**. Amsterdam / Philadelphia: John Benjamins Publishing Company, 2005, p. 97-108.
- BENFICA DA SILVA, Vitória. **O cruzamento vocabular formado por antropônimos**: análise morfológica e fonológica. Dissertação (Mestrado em Letras Vernáculas). Rio de Janeiro, UFRJ, 2019.
- BECKMANN, Jonh. **Positional Faithfulness**. Massachussets: Amherst, 1998.
- BOOIJ, Geert. **Construction morphology**. Oxford: Oxford University Press, 2010.
- FANDRYCH, Ingrid. Submorphemic elements in the formation of acronyms, blends and clippings, **Lexis – E-Journal in English Lexicology** (2), p. 105-123, 2008.
- FAUCONNIER, Gilles; TURNER, Mark. **The way we think**. Conceptual blending and the mind hidden complexities. New York, Basic Books, 2002.
- GONÇALVES, Carlos Alexandre. **Atuais tendências em formações de palavras**. São Paulo: Contexto, 2016.

- GONÇALVES, Carlos Alexandre. “Na sextaneja com a caipifruta da mãedras-ta”: o estatuto morfológico dos splinters no português brasileiro contemporâneo. **Diadorim**: Revista de estudos linguísticos e literários, 13: 139-158, 2013.
- GONÇALVES, Carlos Alexandre. Atuais Tendências em formação de palavras no português brasileiro. **SIGNUM**, 15, p. 169-199, 2012.
- GONÇALVES, Carlos Alexandre. Composição e derivação: polos prototípicos de um *continuum*? Pequeno estudo de casos. **Domínios da Linguagem**, 5: 62-89, 2011a.
- GONÇALVES, Carlos Alexandre. Paitrocínio, tecno-macumba, maridoteca: o comportamento das formas combinatórias no português do Brasil. **Revista da ABRALIN**, 10, p. 67-90, 2011b.
- GONÇALVES, Carlos Alexandre. Blends lexicais em português: não-concatenatividade e correspondência. **Veredas**, 7, p. 149-167, 2003.
- GONÇALVES, Carlos Alexandre; ANDRADE, Katia; ALMEIDA, Maria Lucia. Se a macumba é para o bem, então é boacumba: análise morfoprosódica e semântico-cognitiva da substituição sublexical em português. **Linguística** (Rio de Janeiro), 6: 64-82, 2011.
- HALLE, Morris; VERGNAUD, Jonh. **An essay on stress**. Cambridge: MIT Press, 1987.
- HENRIQUES, Claudio César. **Morfologia**: estudos lexicais em perspectiva sincrônica. Rio de Janeiro: Elsevier, 2007.
- KAY, Paul; FILLMORE, Charles. Grammatical **Constructions and Linguistic Generalizations**: the What’s X doing Y? Construction. New York: Basic Books, 1997.
- LAKOFF, George. **Women, fire and dangerous things**: what categories reveal about the mind. Chicago: Chicago University Press, 1987.
- LANGACKER, Ronald. **Foundations of cognitive grammar**. Stanford: University Press, 1987.

PLAG, Ingo. **Morphological Productivity**: structural constraints in English Derivation. Berlin/New York: Mouton de Gruyter, 1999.

SANDMANN, Antônio José. **Morfologia lexical**. São Paulo: Contexto, 1989.

STOCKWELL, Rya; MINKOVA, Diana. **English Words**: History and Structure. Cambridge: Cambridge University Press, 2001.



‘Te amo’ e ‘não esquecerei você nunca’:

**entre tradições discursivas e
variações das formas acusativas
em cartas amorosas sertanejas¹⁷**

Cleber Ataíde

Valéria Severina Gomes

Antônia Carolina Alves da Silva

17 Subprojeto desenvolvido no Laboratório de Edição e Documentação Linguística de Pernambuco (LeDoc) com recursos da Fundação de Amparo à Ciência e Tecnologia de Pernambuco (FACEPE), APQ-0042-8.01/15, APQ-0670-8.01/21.

Introdução

Estudos prévios que buscam correlacionar a historicidade da língua e do texto vêm sendo realizados por pesquisadores do Projeto Para a História do Português Brasileiro¹⁸, a exemplo de Marlos de Barros Pessoa (2002) “Da carta a outros gêneros textuais” e Alessandra Castilho da Costa (2012) “Ação – Formulação – Tradução: A correspondência de Câmara Cascudo a Mario de Andrade de 1924 a 1944, entre proximidade e distância comunicativa”. Em comum nesses dois trabalhos, encontra-se a carta como um

18 Projeto nacional iniciado em 1987, com a participação de equipes de diferentes estados do Brasil, sob a coordenação geral do Prof. Dr. Ataliba Teixeira de Castilho, substituído em 2019, no X Seminário do PHPB, pelo Prof. Dr. Sandro Marcio Drummond Alves Marengo (Universidade Federal de Sergipe). A equipe de Pernambuco foi coordenada pelo Prof. Dr. Marlos de Barros Pessoa, pela Profa. Dra. Valéria Severina Gomes e atualmente é coordenada pelo Prof. Dr. Cleber Alves de Ataíde.

gênero que possibilita diferentes olhares sobre os processos de variação e mudança da língua e dos textos. No cenário do sertão pernambucano, a pesquisa de Ataíde e Lima (2018) buscou investigar o comportamento variável dos pronomes de tratamento *tu* e *você* em cartas de amor sertanejas, compreendidas nos anos 50 e 70, controlando os seguintes fatores intralinguísticos: posição sintática de sujeito, categoria preenchida e não preenchida das formas e a relação de concordância sujeito-verbo (S-V).

Essa é a linha de trabalho na qual se insere o presente estudo ao analisar as variações das formas dos paradigmas *tu* e *você* no contexto morfossintático acusativo nas cartas de amor do sertão pernambucano na primeira metade do século XX. Desse modo, pretendemos contribuir com os estudos sobre o Português Brasileiro (PB) desenvolvido em várias localidades do país. No sentido de ampliar os estudos¹⁹ com dados de Pernambuco, enveredamos pelo sertão, analisando vinte e duas cartas de amor, produzidas na década de 50 do século XX. A discussão, entre outras reflexões, intenta responder as seguintes questões: i) como se deu a implementação do *você* no paradigma de segunda pessoa na função acusativa e a resistência do clítico *te* como estratégia acusativa no Português Brasileiro frente a formas do paradigma de terceira pessoa? ii) Quais contextos morfossintáticos favorecem a ocorrência das formas alternantes na função acusativa na posição pós-verbal?

Para sistematizar essa discussão, o artigo está estruturado em cinco seções, além desta introdução. Na seção 1, encontra-se a articulação teórica, com o estado da arte acerca das pesquisas

19 Uma versão mais ampliada desta discussão encontra-se publicada na Revista Estudos da Língua(gem), [S. l.], v. 19, n. 4, p. 157-182, 2021. DOI: 10.22481/el.v19i4.8171.

sobre as estratégias acusativas no Português Brasileiro e as considerações acerca da carta de amor e as tradições discursivas. Na seção 2, é apresentada a metodologia da pesquisa, englobando o corpus, o local, o perfil sociocultural dos missivistas pernambucanos e os fatores de análise. Na seção 3, são analisadas a frequência das estratégias acusativas, o uso do acusativo em relação ao sujeito, a posição acusativa em relação ao verbo e os indícios de tradição discursiva. Na sequência, encontram-se algumas considerações finais sobre os dados apresentados e as referências bibliográficas utilizadas.

1. Articulação teórica

Por meio das cartas pernambucas em análise, passamos a conhecer o entorno de quem as escreveu, sobre o local onde vivia, quando escreveu, além obviamente de podermos identificar as estratégias linguísticas utilizadas (CONDE SILVESTRE, 2007). Com base na perspectiva da Sociolinguística histórica, articulamos a abordagem das estratégias acusativas, retomando pesquisas anteriores; a carta pessoal como um gênero que favorece a identificação das normas de uso da língua em um contexto de espontaneidade e proximidade em correlação com a noção de tradição discursiva, no sentido de identificar modos tradicionais de dizer que fazem parte da natureza do texto.

1.1 As estratégias acusativas no Brasil

No livro *História do português brasileiro: mudança sintática das classes de palavra numa perspectiva funcionalista*, publicado recentemente

pela editora Contexto, Lopes et al. (2018) sintetizam diversos estudos acerca do preenchimento do sujeito e dos complementos acusativos, dativos e oblíquos realizados com cartas pessoais dos séculos XIX e XX, nos estados do Rio de Janeiro, Minas Gerais, São Paulo, Bahia, Pernambuco, Rio Grande do Norte e Santa Catarina. Na análise dos dados, os autores (2018) encontraram as seguintes estratégias²⁰ ocupando a função acusativa: destacado pelos autores:

[20,1 CP BA]. No momento mais triste da minha vida **te** encontrei o mesmo amigo dos bons tempos do Collegio São João.

[20,1 CP MG] [...] a nave que você pilota há de erguer voo seguro elevando **você** às alturas onde quizer ficar.

[19,2 CP BA] Percizava vello para sentar as couzas milhor que Deus os traga em Santa Páz, é pelo que fasêmos vótos.

[19,2 CP RJ] Com affecto **lhe** abraço e sou sua irmã nos Santíssimos Corações de Jesus e Maria Sor Maria da Divina Pastora. Religiosa do Bom Pastor.

[20,1 CP RJ] [...] eu vou bem graças a Deus, de saúde, de amor tu sabes como me sinto, cada vez mais cego, e cada vez querendo **Ø** amar mais.

Os resultados gerais – com a soma dos dados dos sete estados – apontaram o **te** como clítico mais produtivo, com frequência de 67%. O clítico **o/a** em referência à segunda pessoa figurou em 14% do *corpus*, sendo a segunda estratégia mais utilizada. O clítico **lhe** representa a terceira estratégia mais empregada pelos missivistas, aproximando-se do segundo colocado, com 11% de frequência. O

20 cf. Lopes et al., 2018, p. 149

pronome acusativo *você* e a estratégia zero foram menos produtivos no *corpus*, com 7% e 1% de frequência, respectivamente.

Os resultados parciais apontam para diferenças na utilização das estratégias na função acusativa a depender da localidade. Na Bahia, o clítico mais produtivo foi o *lhe* (38%), seguido pelo *o/a* (35%) e com menor frequência foram empregados o *te* (9%) e o *você* (1%). Em Pernambuco, a estratégia mais frequente foi o *o/a* (42%), seguido pelo *te* (31%) e os clíticos *você* e *lhe* atingiram a mesma frequência (13,5%). Nas demais localidades, o *te* foi a estratégia mais produtiva. Os resultados de Pernambuco nos interessam mais especificamente, e serão detalhados mais adiante, quando trataremos do estudo de Gomes e Lopes (2014), uma vez que o *corpus* do presente artigo faz parte do Sertão desse estado.

Quanto à relação dos acusativos com a forma de sujeito empregada (*tu* exclusivo, *você* exclusivo ou a variação de *tu-você*), Lopes et al. (2018) observaram que na região nordeste o *te* foi o clítico mais produtivo quando o sujeito era o *tu* (exclusivo). Quando o sujeito empregado nas cartas foi o *você* (exclusivo) houve uma maior variação entre os acusativos utilizados, sendo o *lhe* a estratégia mais frequente na Bahia e no Rio Grande do Norte, com 51% e 100%, respectivamente. Quando houve variação entre os pronomes na posição de sujeito, os clíticos *o/a* foram categóricos no estado da Bahia e no Rio Grande do Norte o clítico *te* foi mais produtivo (66%).

Gomes e Lopes (2014), no trabalho em que analisam os pronomes de segunda pessoa na função de sujeito e de complementos verbais em cartas pessoais – de família e de amigo – escritas por autores pernambucanos nos séculos XIX e XX, identificaram 45 estratégias acusativas. Diferentemente da maioria dos resultados obtidos em grande parte dos estados brasileiros, os dados de Gomes e Lopes (2014) apresentaram como estratégia mais produtiva o clítico *o/a*, figurando em 42% do *corpus*.

O clítico *te* foi a segunda estratégia mais empregada (31%), seguida dos pronomes *você* (13,5%) e *lhe* (13,5%). Quanto à relação entre o acusativo e a exclusividade ou alternância do sujeito, as autoras observaram que, nas cartas com uso de *tu* exclusivo, o clítico *te* foi estratégia categórica. Em relação à exclusividade do pronome *você*, houve maior variação entre os pronomes *te*, *você*, *lhe* e *o/a*, este com 59% de frequência. Nas cartas com usos variáveis de *tu* e *você*, foi encontrada apenas uma ocorrência de *o/a* como clítico acusativo.

A alta produtividade do clítico *o/a* nos dados pernambucanos pode ser explicada por dois fatores: primeiramente, pela erudição do remetente Joaquim Nabuco, já que, das 19 ocorrências, o clítico *o/a* foi utilizado oito vezes por esse missivista ilustre; em seguida, pela natureza do texto, já que dos 19 dados do clítico *o/a*, sete deles foram empregados pelo missivista Waldemar de Oliveira, em cartas de família enviadas para a sua mãe. Desses sete dados, seis foram utilizados na seção de despedida, em construções do tipo: “quem muito **a** estima” (GOMES; LOPES, 2014). Esse modo de dizer tradicional no fechamento das cartas de Waldemar de Oliveira evidencia que algumas ocorrências são motivadas pela norma de uso vigente, e outras ocorrências são justificadas por tradições discursivas que conservam determinados usos e que se tornam recorrentes em situações específicas, como exemplifica a fraseologia que encerra as cartas de Waldemar destinadas à sua mãe.

1.2 A carta de amor: uma conversa escrita com modos tradicionais de dizer

A carta de amor, um dos subgêneros da carta pessoal, conserva o traço de “conversação escrita”, marcando características linguísticas espontâneas que evidenciam a proximidade comunicativa. Partindo do estudo do gênero carta pessoal, Pessoa (2002, p. 197) afirma

que o surgimento do gênero é o “resultado de transformação de gêneros anteriores através de processos de inversão, deslocamento ou combinação”. Silva (2002, p. 26) afirma que os estudos que consideram a natureza histórica dos textos são necessários “como base para a reconstrução do passado linguístico do português”. Nesse sentido, conforme Costa (2012, p. 145), devemos considerar a carta pessoal como sendo um dos “gêneros textuais mais caros à pesquisa de um *corpus* histórico, porque é um gênero influenciado por características informais”. Desse modo, a análise da carta pessoal possibilita uma ampla abordagem histórica e social, considerando o perfil dos escreventes selecionados. Assim, tomam-se como ponto de partida as condições de produção (quem, quando, onde as cartas foram produzidas...) e suas contribuições para a análise.

Sendo assim, o nosso estudo tem a carta de amor como objeto de investigação primeiramente porque ela possibilita o estudo histórico, já que a partir de sua composição conhecemos a data em que foi escrita, os interlocutores, o local. Em segundo lugar, porque o gênero fica, portanto, próximo ao contínuo da proximidade comunicativa, o que pode favorecer a ocorrência do fenômeno da variação linguística. Além disso, a carta de amor pode proporcionar a ocorrência da segunda pessoa do singular, por se tratar de uma interação entre um casal. Por fim, a carta de amor foi escolhida para nossa investigação, porque foi um material que sobreviveu ‘por sorte’ nos acervos familiares.

De acordo com Gomes e Lopes (2014, p.14), “o gênero “carta pessoal” apresenta fórmulas típicas repetidas em sua composição que remetem a usos pertencentes à natureza do texto”. As autoras mostram a relevância do conceito de Tradição Discursiva para os estudos que envolvem a historicidade da língua e do texto, considerando que determinados usos linguísticos não correspondem à

norma predominante, mas às marcas recorrentes na composição do gênero. Ao pensar nessas fórmulas típicas repetidas é possível entender a afirmação de Kabatek (2006, p. 512) quando diz que tradição discursiva “é a repetição de um texto ou forma textual que evoca uma determinada constelação discursiva”.

Em vista disso, o conceito de Tradição Discursiva torna-se importante, uma vez que determinados usos linguísticos são motivados pela natureza do texto, e não pela norma de uso predominante. Isso ocorre porque “um texto pode corresponder a toda uma série de tradições co-presentes ao mesmo tempo; e a investigação empírica das TDs tem a tarefa da identificação dessa rede de tradições” (KABATEK, 2012, p. 586). Nessa perspectiva, o modelo de TD “revela recorrência a certas fórmulas, atos de fala, estilos, que estabelecem, na construção de um texto ou discurso, uma relação entre o momento atual e a tradição” (ANDRADE; GOMES, 2018, p. 30). Gomes e Lopes (2014, p. 23) reafirmam que a relevância do paradigma das TD para a análise dos dados resulta de que “no processo analítico sócio-histórico dos usos linguísticos, percebermos uma distinção entre as ocorrências que retratam a norma vigente no período estudado e as fórmulas fixas, repetidas, convencionalizadas em determinado gênero particular”.

Com base nessa articulação teórica, a proposta do presente artigo é analisar as variações das formas dos paradigmas *tu e você* no contexto morfossintático acusativo nas cartas de amor do sertão pernambucano na primeira metade do século XX, cujas definições metodológicas serão abordadas no tópico seguinte.

2. Definições metodológicas

Seguindo o aporte teórico-metodológico adotado por Gomes e Lopes (2014), ao analisarem cartas pernambucanas do Recife

e região metropolitana, utilizamos o modelo de análise qualitativo-quantitativo para abordar os dados coletados na amostra de cartas de amor do sertão. Quanto aos procedimentos metodológicos, neste tópico definimos o *corpus*, o contexto de produção das cartas, o perfil dos missivistas e os fatores de análise.

2.1. O *corpus*

Para o estudo das estratégias acusativas que fazem referência ao interlocutor, selecionamos um *corpus* composto por 22 cartas, pertencentes ao subgênero carta de amor, escritas na década de 50 do século XX por missivistas não ilustres, no sítio Brejinho, localizado na cidade de Triunfo, situada no Sertão de Pernambuco. Desse acervo, 8 cartas não possuem data, porém, pelos traços presentes nas missivas, como, por exemplo, a continuidade do assunto enviado em uma carta anterior, assumimos que esse material foi escrito entre os anos de 1956-1960. O arquivo pertence à Família Ramos²¹ e está distribuído da seguinte forma:

Quadro 3: Organização do *corpus*

Missivista	Quantidade de cartas	Período da escrita
Missivista Feminina (M.R.)	1	Sem data
Missivista Masculino (R.S.)	21	14 cartas: 1956-1958 7 cartas: sem data

Fonte: Elaborado pelos autores.

O *corpus* foi coletado no escopo do projeto intitulado *Banco Informatizado de Textos: a construção de um corpus de manuscritos e impressos pernambucanos do século XIX, XX e XXI*. O acervo está dis-

21 O acervo foi doado pelos membros da família para o Laboratório de Edição e Documentação Linguística de Pernambuco (LeDoc), com autorização para pesquisa e publicação.

ponibilizado na plataforma digital do Laboratório de Edição e Documentação Linguística de Pernambuco (LeDoc), coordenado pelo professor Cleber Ataíde. O material foi transcrito pelos membros do projeto *Para a História do Português Brasileiro* - Equipe Regional de Pernambuco, adotando normas semidiplomáticas sugeridas pelo projeto PHPB.

Quanto aos procedimentos metodológicos, adaptamos as orientações propostas pela Sociolinguística Histórica²². Os métodos empregados neste trabalho estão descritos a seguir:

1. Delimitação da variável dependente;
2. Delimitação das variáveis independentes;
3. Coleta do *corpus* no site <http://ledoc.com.br/>;
4. Quantificação das estratégias acusativas;
5. Análise dos dados.

É válido ressaltar que não selecionamos fatores extralinguísticos como escolaridade ou sexo, porque o recorte do *corpus* não nos permite cruzar esses dados. Por outro lado, consideramos nas análises o perfil dos escreventes em relação à localidade de origem, que se difere da localidade dos produtores das missivas pernambucanas que compõem outros *corpora* já estudadas no estado de Pernambuco (GOMES; LOPES, 2014), pois se trata de um fator significativo para a verificação da hipótese. Além disso, é importante mencionar que a quantificação das estratégias acusativas que se referem à segunda pessoa ocorreu através de busca manual, isto é, selecionamos todos os contextos de aparição das variáveis linguísticas e calculamos as porcentagens dessas ocorrências manualmente. Esse tipo de levantamento quan-

22 Ver CONDE SILVESTRE, J. C. *Sociolinguística histórica*. Madrid, Gredos. 2007.

titativo foi possível em virtude do recorte do número de cartas que compõem o *corpus*.

2.2 O local

A comarca de Triunfo foi criada em 13 de junho de 1884, através da Lei Provincial nº. 1.805. A cidade está situada no Sertão do Alto Pajeú, no estado de Pernambuco, com uma área territorial de 181,4 Km², fronteira ao norte com o estado da Paraíba, ao sul com Calumbi, ao leste com o município de Flores e ao Oeste com o município de Santa Cruz da Baixa Verde. Tem o segundo ponto mais alto de Pernambuco, o Pico do Papagaio, a uma altura de 1.185 metros.

Inicialmente, no século XVIII, o que viria a se tornar a cidade de Triunfo era a serra da Baixa Verde, propriedade de Domingos Pereira Pita. Nessa época, chegou, junto com os índios que vieram com ele, o missionário frei Vidal de Frescolero, conhecido por frei Vidal da Penha, que fez o aldeamento dos aborígenes na localidade. Em novembro de 1803, retirou-se para Cabrobó, assumindo o seu lugar o missionário frei Ângelo Maurício Niza, que construiu uma capelinha denominada *Nossa Senhora das Dores*, padroeira da cidade até hoje. Dessa forma, frei Ângelo foi considerado o fundador da cidade, ficando na localidade até falecer, em 07 de julho de 1824.

Sobre o sítio Brejinho, local de produção das missivas e de origem dos missivistas, há poucas informações. Segundo o censo do IBGE/2010, foram encontrados 100 endereços, sendo 55 domicílios particulares, 41 estabelecimentos agropecuários, 3 estabelecimentos de outras finalidades como comercial e religioso, além de 1 edifício em construção na localidade. A área tem aproximadamente 212 habitantes.

2.3 Os missivistas

A partir de um questionário proposto por Almeida (2014), Ataíde e Lima (2018), coletamos informações sociais acerca dos escreventes:

– **A missivista feminina (M.R)** produziu uma das vinte e duas cartas de *corpus*. Ela nasceu no sítio Brejinho, zona rural do município de Triunfo-PE, em 8 de agosto de 1940. Ainda criança, foi alfabetizada nas primeiras letras, sendo, para a época, considerada privilegiada pelo seu nível de instrução. Quando adulta, ocupou-se da costura e da escrita de testamentos e inventários de terras. Era devota do catolicismo e dedicava-se à vida de esposa, mãe e doméstica.

– **O missivista masculino narrador (R.S.)** nasceu em Brejinho, Triunfo-PE, no ano de 1935 e atuou como agricultor e tirador de trempe no engenho da família de sua amada. Ele não possui nível de escolaridade, o que o levou a solicitar a escrita das cartas para o missivista redator T.Q. Chamamos o interlocutor a quem se endereçavam as cartas da missivista feminina (M.R.) de missivista masculino narrador (R.S.), já que suas epístolas eram ditadas para serem escritas por um redator. Dessa maneira, consideramos a escrita desse remetente como *escrita delegada*, visto que a materialização do texto é de um terceiro participante, porém o conteúdo é de autoria de R.S.

– **O missivista redator (T.Q.)** foi presidente do sindicato dos trabalhadores rurais de Triunfo-PE. Ocupou-se das atividades de cozimento da rapadura e da agricultura. Além disso, foi professor, de apenas alunos homens, mesmo não possuindo o nível superior. Na época, era considerado sábio, já que era um dos poucos letrados da comunidade²³.

23 Em entrevista realizada por Lima (2018), o missivista redator (T.Q.) relatou que

2.4. Os fatores de análise

Para este estudo, delimitamos as estratégias acusativas que fazem referência ao interlocutor como variável dependente, manifestada através das formas variantes *te*, *lhe*, *você*, *o/a* e a estratégia *zero*. Quanto aos fatores de análise, selecionamos os fatores linguísticos *forma na posição de sujeito* e *posição do clítico*. A seguir, esclarecemos cada fator.

2.4.1 Forma na posição de sujeito

A partir desse fator, objetivamos saber se a forma empregada na posição de sujeito influencia na escolha do acusativo de segunda pessoa. Isto é, observaremos quais estratégias acusativas são empregadas em cada carta quando o sujeito é *tu* (exclusivo), *você* (exclusivo) ou *tu/você*.

Por hipótese, acreditamos, assim como Souza (2014), que:

- i. Quando o sujeito é *tu* (exclusivo) há a preferência pelo clítico *te*;
- ii. Quando o sujeito é *você* (exclusivo) há a preferência por formas de terceira pessoa;
- iii. Quando há a alternância entre os sujeitos, há a preferência pelo clítico *te*, por ser a forma original acusativa de segunda pessoa.

Apresentaremos alguns dados de introspecção que ilustram nossas hipóteses:

→ Sujeito *tu* (exclusivo):

Tu és a dona do meu coração, por isso *te* amo de verdade.

transcrevia fidedignamente as cartas ditadas pelo missivista narrador (R.S.).

- Sujeito você (exclusivo):
Você é a dona do meu coração, por isso *lhe* amo de verdade.
- Alternância entre os sujeitos tu e você
Você é a dona do meu coração. Não *esqueças* que *te* amo de verdade.

2.4.2 Posição do pronome em relação ao verbo

Quanto a este fator, observaremos qual é a preferência pela colocação pronominal do acusativo, se pré-verbal ou pós-verbal. Além disso, se a posição pré-verbal do pronome *te* for a preferida pelos missivistas poderemos contribuir para a confirmação da hipótese de Cyrino (1992) de que esse clítico estaria se convertendo em um afixo no Português Brasileiro. Nosso objetivo não é corroborar a hipótese de Cyrino (1992), mas, ao postular que o *te* proclítico é preferido pelos brasileiros, observaremos em quais contextos morfossintáticos há a ocorrência da ênclise em relação às estratégias acusativas de 2ª pessoa.

Para tanto, assim como Souza (2014), acreditamos que:

- i. A próclise é a posição preferida para a colocação do pronome na função acusativa;
 - ii. A ênclise ocorre em início de sentença.
- Ilustramos, com dados introspectivos, nossas hipóteses:
- Preferência pela próclise
Eu *te* amo.
 - Uso em início de sentença
Tu és a dona do meu coração. Amo-*te* de verdade.

Após a contextualização da temática, a delimitação teórica e a metodologia na qual nos embasamos, na próxima seção, apresentamos e analisamos os resultados obtidos.

3. Análise dos dados

As questões da pesquisa e as hipóteses apresentadas no tópico anterior conduzem a análise das cartas sertanejas por quatro vieses: a frequência das estratégias acusativas, o uso do acusativo em relação ao sujeito, a posição acusativa em relação ao verbo e os indícios de tradição discursiva. Cada um desses vieses será abordado nos subtópicos seguintes.

3.1. Como se manifestaram as estratégias acusativas no corpus?

Estudos relacionados às formas pronominais mostram que a sintaxe acusativa para a segunda pessoa é preenchida, predominantemente, pelo clítico *te*, seguido de outros clíticos que originalmente ocupam essa mesma função (como os pronomes *o/a* e suas variantes *lo/la*) ou que originalmente fazem referência à função dativa (a exemplo do clítico *lhe*) (LOPES; CAVALCANTI, 2011; SOUZA, 2014, entre outros). Além disso, o objeto direto também pode ser manifestado através do pronome *você*, bem como da estratégia zero (LOPES et al., 2018).

Na amostra em análise, foram computadas 64 estratégias acusativas. O gráfico, a seguir, mostra a distribuição dos acusativos encontrados no corpus.

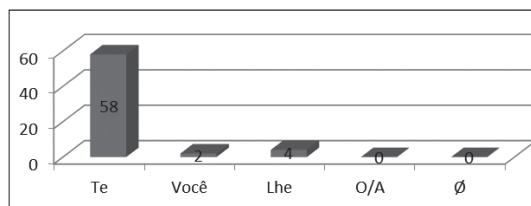


Gráfico 1: Distribuição da frequência das estratégias acusativas.

Fonte: Elaborado pelos autores.

Os excertos 6, 7 e 8 ilustram as ocorrências encontradas no corpus:

- (6) “Maria o postal que tú me enviaste é | o retrato da nossa futura união é o sim< ↔>| bolo do nosso amor. Aqui termino com | [fol.1v] ~~ee~~ com um adeus de um coração que | **te ama** com todas as fibras de coração|| (CA_M_9_1957, grifos nossos)
- (7) Levo [á] seu conhecimento que recebi sua | carta que veio metra-ser uma grande | surpresa porque você sendo noiva eu | pensava que você tinha se (~~você~~) es= | quecido de mim eu **lhe** digo que não | esquecerei **você** nunca pois o amor é o | mesmo. (CA_M_3_1956, grifos nossos)
- (8) Olhe Maria se você me | amar tanto como eu **lhe amo** na= | da neste mundo poderá desfazer | os nossos sonhos e estará completa | a nossa felicidade (CA_M_22_SD, grifos nossos)

A partir da leitura do gráfico 1, observamos que o clítico *te* prevaleceu sobre as demais estratégias acusativas, estando, portanto, em conformidade com os resultados obtidos em estudos realizados em várias localidades do país (LOPES; CAVALCANTI, 2011; SOUZA, 2014). Por outro lado, nossos dados contrastam com os obtidos por Gomes e Lopes (2014), já que foi verificada, no estudo das autoras, a predominância do clítico *o/a* em cartas escritas predominantemente por pessoas ilustres. O clítico *lhe* foi a segunda estratégia mais produtiva no nosso corpus, seguido do pronome *você*, que figurou como a terceira estratégia mais frequente. Não foram encontrados dados dos clíticos *o/a* nem da estratégia zero. Esses resultados indicam que, embora em menor quantidade, as formas pronominais do paradigma de 3ª pessoa,

ao migrarem para a 2ª pessoa, também estão assumindo a posição acusativa.

3.2 Forma na posição de sujeito e o uso do acusativo

Gomes e Lopes (2014), ao analisarem cartas pernambucas, escritas por remetentes ilustres, durante um século (de 1869 a 1969), constataram, na maior parte dos dados analisados, a uniformidade de tratamento entre os subsistemas pronominais, inclusive na relação entre a exclusividade ou alternância do sujeito e o acusativo.

Já as cartas escritas na década de 50, que compõem o *corpus*, apresentam a correlação entre o sujeito e o acusativo expressa no quadro 1. É válido ressaltar que, na única carta escrita pela missivista feminina, foi observada a mistura de tratamento na função nominativa e a não ocorrência de acusativo.

Quadro 1: Relação entre as estratégias acusativas e o uso do sujeito.

Acusativo Sujeito	Formas acusativas de 2P e o uso do sujeito				
	Te	Você	Lhe	o/a	Ø
Tu (exclusivo)	18/18 100%	-	-	-	-
Você (exclusivo)	9/14 64,3%	2/14 14,3%	3/14 21,4%	-	-
Tu/Você	24/25 96%	-	1/25 4%	-	-
Sem referência à segunda pessoa	7/7 100%	-	-	-	-

Fonte: Elaborado pelos autores.

O quadro 1 revela que o clítico acusativo *te* foi a estratégia predominante, independentemente da forma pronominal de su-

jeito empregada (*tu* exclusivo, *você* exclusivo e paradigma misto), obtendo frequência acima de 60%. Em relação aos contextos sem referência, foi categórico o uso do clítico *te*²⁴.

Analisando cada relação entre sujeito e acusativo, registramos o uso categórico do *te* em cartas com uso exclusivo de *tu*, evidenciando a manutenção da uniformidade linguística, conforme apregoa os compêndios gramaticais prescritivos. Seguem, abaixo, alguns excertos:

(9) Maria mais uma vez eu quero | <↑diser> que **te amo** com toda lealdade no meu co= | razão nã há mais vaga para outra só | tũ unicamente tũ és a dona do meu coração | só a ti consagrei todo o meu amor por você | enfrentarei todo qualquer sacrifício, tem | paciencia e espera por mim que só assim | nós poderemos um dia realizar os nossos <←sonhos>[-fol.1v] Aqui termino com um adeus (~~celito~~) | cheio saudades || Amo-te de verdade || R.S. [espaço] (CA_M_19_SD)

(10) tũ | somente és a dona do meu coração | emerecedõra do meu amor porque | eu **te amo** com toda sinceridade. (CA_M_4_1956)

No trecho (9), o missivista apela para que a sua interlocutora tenha paciência e aguarde um tempo para que possam ficar juntos. O uso do pronome *tu* repetidamente revela o apelo do remetente e a intenção de destacar quem, de fato, ele ama. O imperativo, expresso por verbos do paradigma pronominal de segunda pessoa, mantém a uniformidade tratamental na função nominativa. No final do manuscrito, o amante se despede com

24 Por não estarem dentro de nosso escopo de investigação, as estratégias acusativas que estavam presentes nas cartas de sujeito *sem referência* foram quantificadas, porém não serão tomadas como objeto de análise do fator *uso do sujeito e acusativo*.

uma construção frequente em suas cartas: amo-te de verdade. A construção “te + verbo amar + de verdade” parece demonstrar que a amada ainda tem dúvidas quanto ao amor que o missivista dedica a ela. A incidência do clítico *te* também pode ser explicada pela recorrência de fraseologias dessa natureza na tradição das cartas de amor. O trecho (10) corrobora essa afirmação, uma vez que o remetente termina a frase com “eu te amo com toda sinceridade”. Novamente, observamos a reafirmação do amor através do substantivo “sinceridade”, uma vez que um “eu te amo” seria insuficiente para provar os sentimentos do missivista. O emprego da próclise no início da oração (9) pode ocorrer pela interferência do missivista redator (T.Q.), por ele apresentar mais habilidade com as normas de uso mais monitoradas na escrita.

No que se refere à relação entre o objeto direto e a exclusividade do pronome *você* nas cartas, notamos que houve maior variação entre as estratégias acusativas, com predomínio do clítico *te* (9 ocorrências) e, com menor frequência, o clítico *lhe* (3 ocorrências) e o pronome *você* (2 ocorrências).

A variação entre as três estratégias acusativas pode ser explicada pelo traço [+humano] das formas *lhe* e *você*, e pela resistência do pronome *te*, visto que o paradigma de segunda pessoa, por manter o traço de pessoa, favoreceria a implementação de formas que mantivessem esse traço, mesmo sendo de outro paradigma. Isso pode explicar o motivo da não ocorrência dos clíticos *o/a* nesta amostra, já que estes mantêm os traços [+humano] ou [-humano], a depender do referente (SOUZA, 2014). Os recortes a seguir representam as estratégias encontradas entre a relação *você*-sujeito exclusivo e acusativo:

(11) Levo [á] seu conhecimento que recebi sua | carta que veio metra-
ser uma grande | surpresa porque *você* sendo noiva eu | pensava que *você*

tinha se (~~você~~) es= | quecido de mim eu lhe digo que não | esquecerei
você nunca pois o amor é o | mesmo. (CA_M_3_1956, grifos nossos)

(12) Você está para casar com | um outro rapaz que tem recurso e é do
gosto | de seus pais e eu sou pobre e nada ten- | ho o que eu tenho mui-
to é amor para | com você [...] Olhe Maria eu **lhe vi** hoje | de longe fiquei
atormentado pelas sau= | dades mais ardentes pois eu **te amo** com | to-
das as forças do meu coração (CA_M_3_1956, grifos nossos)

No recorte (11), o missivista inicia a carta informando que recebeu a missiva anterior da interlocutora. Ele se mostra surpreso, uma vez a remetente estava noiva de outra pessoa, mas nada impediria que ele a amasse. Nesse trecho, notamos a presença do paradigma de terceira pessoa, não somente na função nominativa (*você*), mas também na dativa (*lhe digo*), genitiva (*seu conhecimento*) e acusativa (*esquecerei você*). No trecho (12), presente na mesma carta, observamos as ocorrências dos clíticos acusativos *te* e *lhe*, bem próximos. A recorrência das três variantes acusativas em uma mesma carta evidencia a alternância entre os paradigmas de 2ª e 3ª pessoa. Pela incidência do *te*, os dados quantitativos colocam o contexto morfossintático acusativo em uma posição de resistência do paradigma do *tu*, a partir da inserção do *você* no paradigma de 2ª pessoa.

Com relação ao uso de *tu* e *você* na posição de sujeito em uma mesma carta, registramos o uso quase categórico do clítico acusativo *te*, com 24 ocorrências, em detrimento da baixa frequência do clítico *lhe* com 1 ocorrência. Vejamos os exemplos abaixo:

(13) Maria vo|cê duvida do meu amor? pois eu | lhe digo você faz mal em
duvidar | porque pelo teu amor pela tua pes= | sã eu enfrentarei tudo
na vida | porque eu **te amo** com todas asfi- | bras do meu coração porque

o amor | que eu te consagro não é fingi= | do, é um amor verdadeiro firme
leal – e decidido. Maria t^u és a minha | noiva e tenho que amar-te até
mor- | rer e os laços matrimoniais vão nos | unir para toda a vida se Deus
quiser [espaço] (CA_M_13_1958, grifos nossos)

(14) Maria eu observei nas pala= | vras que *mandastes* dizer na carta | que
tu ainda *duvidas* do meu amor | mas *você* não tem razão de assim | se ex-
pressar porque eu *lhe amo* com | toda sinceridade e para mim, digo | sem
hipocrisia só existe *você* não | tem outra môça. (CA_M_21_SD)

Em (13), observamos dois períodos: no primeiro, há o sujeito *você* correlacionado ao pronome *te*, na construção *te + verbo amar*; no segundo, temos o sujeito *tu* também correlacionado ao clítico *te*, na mesma construção, embora a posição do clítico esteja posposta ao verbo. O uso dos sujeitos *tu* e *você* com a forma *te* também mostra a resistência desse clítico na função acusativa. Em (14), único dado de *lhe* nas cartas mistas, há a ocorrência desse clítico com o verbo *amar* na primeira pessoa.

Considerando as hipóteses levantadas por Souza (2014) e retomadas nesta análise, os dados das cartas de amor sertanejas revelam que:

a) Nos casos em que o sujeito é *tu* (exclusivo), também houve a preferência pelo clítico *te*, com a incidência de 100%, confirmando a hipótese;

b) Nos casos em que o sujeito é *você* (exclusivo), não houve a preferência por formas de terceira pessoa, houve o predomínio do clítico *te*, com 64,3%, seguido das formas *você*, com 14,3% e *lhe*, com 21,4%. Neste caso, a hipótese não foi confirmada, evidenciando a resistência do paradigma de *tu*.

c) Nos casos de alternância entre os sujeitos, houve a preferência pelo clítico *te*, com 96% das ocorrências, por ser a forma original acusativa de segunda pessoa, dado que confirmou a hipótese.

3.3 Posição do acusativo

O clítico, no português brasileiro, pode ser colocado em três posições: próclise (te amo), mesóclise (amar-te-ei) e, por fim, ênclise (amo-te). A gramática prescritivo-normativa estabelece uma série de regras para a colocação pronominal, que, muitas vezes, não corresponde aos efetivos usos. Aqui, vamos analisar os contextos morfossintáticos que favorecem a posição enclítica nos dados desta amostra, uma vez que por ser menos frequente no *corpus*²⁵, conforme expõe o gráfico (2), essa posição merece destaque. Ressaltamos que excluímos da análise a mesóclise, já que não foram registrados dados de acusativo nessa posição.

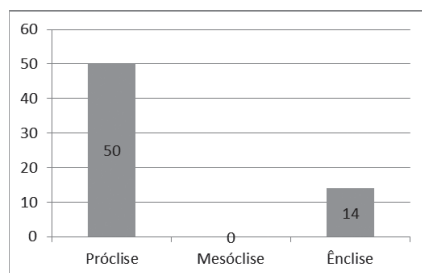


Gráfico 2: Posição do acusativo em relação ao verbo.

Fonte: Elaborado pelos autores.

O gráfico 2 indica a predominância de pronomes acusativos pré-verbais (15), sendo 46 dados do clítico *te* e 4 do clítico *lhe*. Alguns estudos mostram que a alta preferência pela realização do clítico *te* na posição pré-verbal pode evidenciar que esse pronome está se tornando um afixo no português brasileiro

25 Exceto a mesóclise, devido ao fato de que não foram encontradas ocorrências no *corpus*.

(CYRINO, 1992; LOPES; SOUZA; OLIVEIRA, no prelo *apud* Souza, 2014). A posição enclítica (16) foi manifestada através de 14 ocorrências:

(15) Olhe Maria eu **lhe** vi hoje | de longe fiquei atormentado pelas saudades mais ardentes (CA_M_3_1956, grifos nossos)

(16) Se eles não | quiserem, e se tú tiveres o amor que | eu tenho te tenho Deus resolverá e eu me | casarei contigo. Amo-te de verdade | quero saber logo a solução (CA_M_6_1957, grifos nossos)

Quais são, então, os contextos que favorecem a colocação pronominal pós-verbal? De início, observamos a distribuição das formas enclíticas no corpus, a partir do quadro 2:

Quadro 2: Distribuição dos acusativos na posição pós-verbal.

Acusativo	Quantidade de dados na posição pós-verbal	%
Te	12	85,7%
Você	2	14,3%
Lhe	0	0%
Total	14	100 %

Fonte: Elaborado pelos autores.

De acordo com o quadro 2, observamos a alta produtividade da forma *te* enclítica. O pronome *você*, com menor frequência, figurou como segunda estratégia mais produtiva. Esses dados de *você* enclítico podem ser explicados por uma relação de contraste com o *você* nominativo, uma vez que se o acusativo *você* fosse realizado na posição pré-verbal, assumiria a função de sujeito e não de complemento verbal. Por fim, não foram registrados dados de *lhe* enclítico.

Quanto aos contextos morfossintáticos, registramos a ocorrência de acusativos pospostos aos verbos nos seguintes casos:

→ Início de sentença

(17) Se eles não| quiserem, e se tú tiveres o amor que| eu tenho te tenho Deus resolverá e eu me| casarei contigo. Amo-te de verdade| quero saber logo a solução (CA_M_6_1957, grifos nossos)

→ Próximo a verbos no infinitivo

(18) A presente carta é a portadora| das minhas saudades do meu amor| porque o meu pensamento vôpa =| ra junto de ti e o meu coração sente-| se feliz em te amar e não pode| [[(esquecerte)]] esquecer-te um só mo=| mento (CA_M_22_SD, grifos nossos)

→ Quando o acusativo foi o pronome você

(19) Levo [á] seu conhecimento que recebi sua| carta que veio metra-ser uma grande| surpresa porque você sendo noiva eu| pensava que você tinha se (~~você~~) es=| quecido de mim eu lhe digo que não| esquecerei **você** nunca pois o amor é o| mesmo (CA_M_3_1956, grifos nossos)

O primeiro contexto coaduna-se ao que apregoa os compêndios gramaticais, ao normatizarem o uso da ênclise em início de sentença. Talvez o uso do objeto direto na posição enclítica, em início de sentença, esteja mais condicionado à parte da carta em que o acusativo cumpre uma norma gramatical, uma vez que observamos que as ocorrências de acusativo em início de frase, o que pode revelar uma interferência do missivista masculino narrador (R.S.). Essas ocorrências realizavam-se nas seções de despedida junto ao verbo amar, o que reforçaria os indícios de que a construção *te + verbo amar* se trata de uma tradição discursiva recorrente nas cartas de amor analisadas. Em relação ao segundo contexto observado, notamos

a ocorrência do clítico *te* junto ao verbo *esquecer*, como uma forma de reforçar a ideia do comprometimento do missivista com a relação que está se estabelecendo entre o casal. Por fim, o último contexto observado corrobora a nossa afirmação da necessidade da posição enclítica do acusativo *você* para não se confundir com a função nominativa que essa forma assume.

3.4 Construção *te + amar*²⁶ como indício de uma tradição discursiva

Durante a leitura das cartas, observamos a alta recorrência do clítico acusativo *te* junto ao verbo *amar*. Para confirmar a produtividade dessa construção, mapeamos a relação entre o clítico acusativo e o verbo a que o pronome se refere, a fim de verificarmos indícios de ocorrência de uma tradição discursiva. O quadro 6 expõe os resultados obtidos.

Quadro 3: Distribuição da frequência do clítico *te* em relação ao verbo predicator

Construção <i>te + verbo</i> predicator	Quantidade de ocorrências do clítico <i>te + verbo</i>	%
<i>Te + amar</i>	46	79,3 %
<i>Te + encontrar</i>	2	3,5 %
<i>Te + esquecer</i>	5	8,6 %
<i>Te + aborrecer</i>	1	1,7 %

26 Essa subseção não se trata de um fator controlado, mas de um desdobramento das seções anteriores, visto a necessidade de se pontuar a recorrência da construção *te+verbo amar*.

Te + ver	2	3,5 %
Te + convidar	1	1,7 %
Te + deixar	1	1,7 %
Total	58	100 %

Fonte: Elaborado pelos autores.

O quadro acima confirma a alta produtividade da construção *te + amar*, obtendo 79,3% de frequência. A construção *te + verbo esquecer* foi a segunda mais produtiva, seguida das construções com os verbos *encontrar*, *ver*, *aborrecer*, *convidar* e *deixar*, respectivamente. Assim, considerando a reiteração da construção *te + amar*, quantificamos as ocorrências dessa estrutura em relação à exclusividade ou alternância do sujeito nas cartas, conforme estão expostos no quadro 4 os resultados obtidos para essa relação.

Quadro 4: Quantidade de ocorrências do clítico *te + verbo amar* em cartas amorosas da década de 50

Sujeito	Quantidade de ocorrências de <i>te + verbo amar</i>	%
Tu (exclusivo)	16/18	88,9%
Você (exclusivo)	7/9	77,78%
Tu/Você	18/24	75%
Sem referência	5/7	71,4%
Total	46/58	79,3%

Fonte: Elaborado pelos autores.

Das cartas em que o *tu*-sujeito apresentou exclusividade, foram contabilizadas 18 ocorrências do clítico *te*, sendo 16 delas referentes à construção *te + verbo amar*. Nas demais relações entre o sujeito e o clítico acusativo, as frequências também foram

altas, superando 70%. Isso pode indicar que essa construção parece tratar-se de uma tradição discursiva própria do subgênero carta de amor. O missivista faz uso dessa construção tanto na despedida, quanto no corpo do texto.

A despedida, por se tratar de uma parte mais conservadora da carta, favorece, de fato, a manutenção do clítico *te* junto ao verbo *amar*. O corpo do texto, no entanto, por ser uma parte mais flexível, passível de maior variação, também mantém essa construção ao lado de *lhe* + *amar*. É válido sublinhar que há nas cartas raros dados do clítico *lhe* junto ao verbo *amar*, conforme ilustram os excertos 20 e 21, o que se configura como mais um indício de que a construção mais recorrente é *te* + verbo *amar*.

(20) Maria eu observei nas pala=|vras que *mandastes* dizer na carta|que tu ainda duvidas do meu amor|mas você não tem razão de assim|se expressar porque eu **lhe amo** com|toda sinceridade e para mim,digo|sem hipocrisia só existe você não|tem outra môça. (CA_M_21_SD,grifos nossos)

(21) Olhe Maria se você me|amar tanto como eu **lhe amo** na=|da neste mundo poderá desfazer|os nossos sonhos e estará completa|a nossa felicidade. (CA_M_22_SD,grifos nossos).

É importante salientar que na carta 21, de onde retiramos o excerto 20, há a construção *lhe* + *amar* no corpo do texto; na despedida, porém, o missivista empregou a construção *te* + *amar*, o que reforçaria a ideia de que essa composição trata-se de uma tradição discursiva, uma vez que houve a manutenção dessa configuração em uma parte específica da carta, com a finalidade de marcar o encerramento das missivas analisadas.

Considerando que as fraseologias que se configuram como tradição discursiva são modos de dizer que se repetem

ao longo do tempo e que podem não revelar as normas de uso vigente, neste caso, mesmo se excluirmos os dados de *te* + verbo *amar* de nossa contabilidade, como uma forma de tentar explicar as normas de uso da língua sem a interferência das tradições discursivas, ainda teremos a predominância do clítico acusativo *te*, corroborando a hipótese de Lopes et al. (2018) ao afirmarem que o *você* se implementou com mais força no paradigma pronominal na função nominativa em detrimento de outras funções, como a acusativa.

Considerações finais

A reorganização da função acusativa, após a inserção do *você* nominativo no paradigma pronominal brasileiro, incorporou formas de 2ª e 3ª pessoa. A partir da análise das formas alternantes na função acusativa em cartas escritas na década de 50, do século XX, por missivistas não ilustres do sertão pernambucano, nos propusemos a responder as seguintes questões: i) como se deu a implementação do *você* no paradigma de segunda pessoa na função acusativa e a resistência do clítico *te* como estratégia acusativa no Português Brasileiro frente a formas do paradigma de terceira pessoa? ii) Quais contextos morfossintáticos favorecem a ocorrência das formas alternantes na função acusativa na posição pós-verbal? Sintetizamos as respostas nos parágrafos seguintes.

No geral, foram computadas 64 estratégias acusativas. O clítico acusativo *te* apareceu em 58 casos, o clítico *lhe* em 4 e o pronome acusativo *você* em 2. Quanto à relação entre o sujeito e o acusativo, observamos a predominância do clítico *te* independentemente do sujeito empregado, confirmando nossas hipóteses em parte. Das três hipóteses, apenas uma não foi confirmada,

já que quando o sujeito foi o *you* exclusivo houve a predominância do clítico *te*. Pensávamos, por outro lado, que haveria uma maior produtividade de formas de terceira pessoa. Longe de ser um problema, esses resultados só confirmam a hipótese de Lopes et al. (2018) ao postularem a resistência do clítico *te* na função acusativa.

No que se refere à posição do clítico, constatamos que a próclise é a posição preferida para a colocação do acusativo pelos missivistas. A posição pré-verbal figurou em 50 casos, em relação à pós-verbal, que se manifestou em 14. Quanto aos contextos favorecedores da ênclise, nossas hipóteses foram confirmadas, já que observamos a presença do acusativo posposto ao verbo nos seguintes casos: i) início de sentença; ii) quando acusativo foi o pronome *you*. Além disso, observamos um outro contexto morfossintático favorecedor: a proximidade com verbos no infinitivo.

Além desses resultados, é válido mencionar a alta produtividade da construção *te+ amar* neste corpus. Das 58 ocorrências do clítico *te*, em 46 casos ele apareceu próximo ao verbo *amar*, o que evidencia uma tradição discursiva utilizada predominantemente no fechamento das cartas de amor analisadas.

Assim, o presente estudo, longe de ser um exaustivo mapeamento descritivo do português falado no Brasil na década de 50, contribui para a compreensão da manifestação das formas alternantes na função acusativa em cartas amorosas, ainda que o corpus e a análise sejam preliminares. À medida que forem surgindo novos materiais, as lacunas que se apresentam neste trabalho podem ser supridas.

É válido ressaltar que, para investigações futuras, pretendemos ampliar o escopo de investigação para cartas de amor produzidas na década de 70 e confrontar os dados das duas décadas. Além disso, intencionamos a incorporação da teoria do poder e

da solidariedade, idealizada por Brown e Gilman (1960), no aprofundamento da análise até aqui empreendida.

REFERÊNCIAS

ANDRADE, Maria Lúcia C. V. O.; GOMES, Valéria Severina. Tradições discursivas: reflexões conceituais. In: CASTILHO, Ataliba T. de; ANDRADE, Maria Lúcia C. V. O.; GOMES, Valéria Severina (Org.). **História do português brasileiro**: Tradições discursivas do português brasileiro: Constituição e mudança dos gêneros discursivos. v.7. São Paulo: Contexto, 2018.

ATAÍDE, Cleber Alves de; LIMA, Tallys Júlio Souza. A variação diatópica dos pronomes pessoais *Tu* e *Você* em cartas de amor do sertão pernambucano do século XX. **Revista LaborHistórico**. Rio de Janeiro, 4 (2): 92-103, jul. | dez. 2018.

_____; SILVA, Antônia Caroline Alves; GOMES, Valéria Severina. As estratégias acusativas de 2ª pessoa em cartas amorosas do sertão de Pernambuco: um estudo pela via da Sociolinguística Histórica. **Estudos da Língua(-gem)**, [S.l.], v. 19, n. 4, p. 157-182, 2021. DOI: 10.22481/elv19i4.8171.

BROWN, P; GILMAN, A. The pronouns of power and solidarity. In: SEBEOK, T. **Style in Language**. Cambridge-Mass: MIT Press, 1960.

COSTA, Alessandra de Castilho Ferreira da. Ação – Formulação – Tradição: A correspondência de Câmara Cascudo a Mário de Andrade de 1924 a 1944, entre proximidade e distância comunicativa. In: MARTINS, Marco Antonio; TAVARES, Maria Alice (Org.). **História do português Brasileiro no Rio Grande do Norte**: análise linguística e textual da correspondên-

cia de Luís da Câmara Cascudo a Mário de Andrade – 1924 a 1944. Natal: EDUFRN, 2012.

CONDE SILVESTRE, Juan Camilo. **Sociolingüística histórica**. Madrid, Gredos. 2007.

CYRINO, Sonia Maria Lazzarini. **Observações sobre a aquisição de clíticos no português do Brasil**, ms, 1992.

GOMES, Valéria Severina; LOPES, Célia Regina dos Santos. Variação entre as formas dos paradigmas tu-você em cartas pernambucanas dos séculos XIX e XX. **Revista do Gelne**: UFRN, 2014.

GOMES, Valéria Severina; LOPES, Célia Regina dos Santos. Formas treatmentais em cartas escritas em Pernambuco (1869-1969): Tradição Discursiva e sociopragmática. **Relin**, nº21 Minas Gerais: Periódico em letras UFMG, 2016.

LIMA, Tallys Júlio Souza “**Maria eu observei nas palavras que mandastes dizer na carta que tu ainda duvidas do meu amor, mas você não tem razão de assim se expressar**”: a variação dos pronomes pessoais Tu e Você em cartas de amor rurais do sertão pernambucano. Trabalho de conclusão de curso apresentado ao curso de Letras da UFRPE. Serra Talhada: UFRPE-UAST, 2018.

KABATEK, Johannes. Tradições discursivas e mudança lingüística. In: LOBO, Tânia et al (Org.). **Para a história do português brasileiro**. Volume VI, Salvador: EDUFBA. 2006.

KABATEK, Johannes. Tradição discursiva e gênero. In: LOBO, Tânia et al. (Org.). **Rosae**: linguística histórica, história das línguas e outras histórias. Salvador: EDUFBA, 2012, 579-588.

LOPES, Célia Regina dos Santos; CAVALCANTE, Silvia. A cronologia do vocameamento no português brasileiro: expansão de você-sujeito e retenção do clítico-te. **Revista Linguística**, Madrid, v. 25, p. 30-65, 2011.

LOPES, Célia Regina dos Santos et al. **História do português brasileiro: mudança sintática das classes de palavra: perspectiva funcionalista**. São Paulo: Contexto, 2018.

PESSOA, Marlos de Barros. Da carta a outros gêneros textuais. In: DUARTE, Maria Eugênia Lamoglia; CALLOU, Dinah (Org.). **Para a história do português brasileiro**. Rio de Janeiro: UFRJ/LETRAS FAPERJ, 2002. p. 197-205.

SILVA, Antônia Caroline Alves da. **As formas da função acusativa em cartas de amor do sertão pernambucano**: entre variação e tradição discursiva. Trabalho de conclusão de curso apresentado ao curso de Letras da UFRPE. Serra Talhada: UFRPE-UAST, 2019.

SILVA, Jane Quintiliano Guimarães. **Um estudo sobre o gênero carta pessoal**: das práticas comunicativas aos indícios de interatividade na escrita dos textos. Tese de Doutorado apresentada à Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2002.

SOUZA, Camila Duarte de. **Eu te amo, eu lhe adoro, eu quero você**: a variação das formas de acusativo de 2ª pessoa em cartas pessoais (1880-1980). Rio de Janeiro: UFRJ – FL, 2014.

SITES CONSULTADOS

<http://ledoc.com.br>. Acesso em 10 de maio de 2019.

<https://informacoesdobrasil.com.br/rua/pe/triunfo/sitio-brejinho+6490>.
Acesso em 20 de junho de 2019.

Rumos de mudança na gramática e no léxico

Graça Rio-Torto

A mudança de uma língua, como a de tudo o mais, é permanente e inexorável. Sendo nossa contemporânea, nem sempre nos apercebemos dela no imediato. Às vezes, constatamos que há novas formas que começam a ser adotadas, sem sabermos se serão ou não fixadas pelo uso futuro. Quando as alterações não envolvem recurso a construções ou unidades externas à língua, como a importação de estrangeirismos, a natureza mais/menos endógena ou mais/menos exógena das motivações que presidem às mudanças adquire contornos complexos e gradientes cuja teia de correlações aqui procuramos destrinçar.

Analisa-se dados de natureza ‘gramatical’ e de natureza ‘lexical’ para melhor se prescrutarem as razões das mudanças envolvidas e se avaliar se os rumos e as motivações diferem ou não em ambos os domínios. Começamos pela manifestação pujante das relativas cortadoras com o verbo *gostar*, cuja preposição *de* está em franco desuso, seja no Brasil, seja em Portugal. Analisa-

mos depois a coexistência de verbos *botar*, *pôr* e *colocar*, no PB e no PE, e por fim exploraremos a competição entre sufixos e prefixos, em vista ao conhecimento das motivações dos caminhos e das motivações das mudanças assinaladas.

Construções relativas cortadoras com GOSTAR DE

Como em outras línguas, nomeadamente a castelhana (cf. SAN MARTÍN NÚÑEZ, 2016, entre outros), na língua portuguesa contemporânea assistimos à coexistência de duas construções regidas pelo verbo GOSTAR + argumento nominal: a tradicional, em que o verbo seleciona DE; e a mais recente, em que há redução da expressão regencial do verbo *gostar* em frases relativas que passam a ser cortadoras de DE.

No português padrão, o verbo *gostar* faz-se acompanhar obrigatoriamente da preposição DE com argumentos nominais (“gosta de samba” vs. “*gosta samba”) e com argumentos oracionais infinitivos (“gosta de brincar na neve” vs. “*gosta brincar na neve”).

Todavia, em circunstâncias não apenas informais, falantes mais e menos jovens, mais e menos instruídos, usam o verbo *gostar* e seu complemento nominal desacompanhado da preposição DE. Os testemunhos que se seguem, oriundos do PB e do PE, e de falantes de perfis socioculturais e etários variados — professor Moisés Costa (32 anos), programador Leonardo Lobato, estudante de administração Liana Lima, treinadores de futebol como José Mourinho (56 anos) ou Rui Vitória (49 anos), ilustram que o fenômeno é transversal a todos os falantes (nos excertos seguinte os sublinhados são da nossa responsabilidade):

- (1) Preciado “tinha tudo aquilo que gosto nas pessoas e nos esportistas: caráter, transparência e coragem para enfrentar os golpes da vida”, diz Mourinho. (Disponível em: <https://veja.abril.com.br/.../preciado-tinha-tudo-aquilo-que-gosto-na>. Acesso em: 7 jun. 2012).
- (2) Rui Vitória: “Sou feliz e um privilegiado por fazer a aquilo que gosto”. (Disponível em: <https://desporto.sapo.pt/futebol/liga-dos-campeoes/artigos/rui-vitoria-sou-um-feliz-e-privilegiado-por-fazer-aquilo-que-gosto>. Acesso em: 6 maio 2019).
- (3) 5 livros ruins que eu gosto. (Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=i6vSKYSb050>. Acesso em: 6 maio 2019).
- (4) 5 Livros bons que eu não gosto. (Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=cvEidKue7HM>. Acesso em: 6 maio 2019).
- (5) “Para Leonardo Lobato, o cuidado com o apartamento não interfere na vida profissional. Leonardo conta com a ajuda de uma diarista mas fazer compras no supermercado é uma das tarefas que ele menos gosta.” Frederico Martins. (Disponível em: <http://g1.globo.com/pb/paraiba/noticia/2015/04/paraibanos-que-moram-sozinhos-sao-115-da-populacao-do-estado.html>. Acesso em: 6 maio 2019).
- (6) “Como [...] trabalho com estudo e pesquisa eu achei interessante ter um lugar em que eu entre, e o lugar em si [...] me inspire [...] a fazer aquilo que eu gosto que é estudar e ler”, disse Moisés. Frederico Martins. (Disponível em: <http://g1.globo.com/pb/paraiba/noticia/2015/04/paraibanos-que-moram-sozinhos-sao-115-da-populacao-do-estado.html>. Acesso em: 6 maio 2019).

- (7) “O ambiente no meu apartamento que eu mais gosto é a minha sala”, finalizou Liana. Frederico Martins. (Disponível em: <http://g1.globo.com/pb/paraiba/noticia/2015/04/paraibanos-que-moram-sozinhos-sao-115-da-populacao-do-estado.html>. Acesso em: 6 maio 2019).

Em Portugal, a difusão deste traço tornou-se tão impressiva que um programa televisivo de informação/aconselhamento sobre a Língua, com a chancela da Porto Editora, se debruça já em 2015 sobre a dualidade: “As coisas que eu gosto” ou “as coisas de que eu gosto”? (Disponível em: <http://ensina.rtp.pt/artigo/as-coisas-que-eu-gosto-ou-as-coisas-de-que-eu-gosto/>. Acesso em: 6 maio 2019).

No curto inquérito que, no âmbito deste programa, se dirige a utentes, as respostas dos inquiridos são de 3 com frase relativa cortadora (de 2 jovens e de um adulto) e de 7 com a presença de DE, ainda que em alguns casos com hesitações, que constituem testemunho da variação e mudança em curso. O programa, de claro pendor normativista e conservador, aponta para a solução que considera a única ‘correta’, por ser a da norma culta — a que envolve DE —, nem se questionando sobre a variação e a mudança em curso.

Quando e porque é possível a dispensa da preposição? Certamente (i) quando e porque a semântica do verbo é bem clara e unívoca, com ou sem preposição (ii) quando e porque este verbo não é multipreposicionado, circunstância em que o seu sentido certamente variaria em função da preposição selecionada (cf. *estar em*, *estar com*, *estar para*, *estar de*). Assim sendo, a ausência da preposição em nada altera a informação semântica e o funcionamento do verbo, sendo pois dispensável, aos olhos dos falantes mais pragmaticistas. Acresce que a variação na presença/dispensa

sa da preposição se regista desde a idade média (cf. DELICADO CANTERO, 2014), pelo que o apagamento de DE já se encontra atestado desde há vários séculos em algumas construções (*estar certo (de) que*, *lembrar-se (de) que*, *gostar (de) que*). Assim sendo, a dispensa de uso de DE — a variante ‘Ø que’ — não é algo de não inscrito na gramática mental dos falantes. Se aceitarmos que um fenómeno como o *queísmo* (cf. MOLLICA, 1989) é regulado pelos princípios da analogia, do processamento e da iconicidade, nas estruturas mais típicas como aquela a que nos reportamos — “N [de] que gosto” — a presença da preposição não é icónica, revelando-se onerosa em termos de processamento e funcionalmente dispensável. Sendo *gostar* um verbo ‘Case-defective’ (DUARTE, 2003, p. 637), o que dispensa a presença de uma preposição em frases finitas, e atendendo a que o argumento nominal do verbo *gostar* está obrigatoriamente explícito, a presença da preposição tem uma função meramente formal e redundante, já não de atribuição de CASO, pelo que se torna tanto menos indispensável quanto mais vazia de semantismo.

Assim, a omissão de preposição DE antes do complementador *que* em complementos oracionais oblíquos finitos selecionados pelo verbo *gostar* estende-se a situações que envolvem complementos nominais, derrogando a situação padrão que impunha a presença da preposição. Sendo esta redundante e argumentalmente desnecessária, a preposição acaba por ser eliminada, libertando a língua da aplicação de um Filtro de Caso restrito às expressões nominais.

O estudo de San Martín Núñez sobre a correlação entre a presença — considerada gramaticalmente necessária na língua castelhana — e a ausência de uma preposição antes de *que*, nomeadamente relativo, e algumas variáveis sociodemográficas, como grupo socioeconómico, sexo e idade dos informadores,

revela que quer os factores externos, quer os internos, atuam no uso crescente do queísmo. Assim, o queísmo predomina entre falantes de estrato socioeconómico mais baixo e é mais elevado no universo feminino. Quanto aos factores internos, ele ocorre maioritariamente com omissão de preposição “delante de un *que* conjuntivo en estructuras regidas por verbos pronominales (86,8%), ante un *que* relativo (67%), en locuciones preposicionales, conjuntivas o adverbiales (56,2%) y en los complementos regidos por adjetivos (50,8%)” (SAN MARTÍN NÚÑEZ, 2016, p.226). Nas demais circunstâncias, o fenómeno é muito menos frequente.

Botar, pôr, colocar

Coexistem na língua portuguesa os verbos *botar*, *pôr*, *colocar* com valores semânticos parcialmente idênticos, mas com marcas de uso diversas no português europeu e no português brasileiro.

No Português europeu contemporâneo *botar* é um verbo de uso rústico, rural, representando a variante não prestigiada de *pôr* ou de *colocar*. A tabela seguinte visualiza com exemplos essa realidade.

Tabela 1 - *Botar* nas variantes prestigiada e não prestigiada do PE

PE	variante não prestigiada	variante prestigiada
	Botar defeito em tudo	Pôr defeito em tudo
	Botar o livro na estante	Pôr/colocar os livros na estante
	Botar os filhos na escola	Pôr os filhos na escola
	A galinha botou 2 ovos	A galinha pôs 2 ovos

Já no Português do Brasil, e a fazer fé nas gramáticas de referência contemporâneas — como as de Ataliba de Castilho, de

Carlos Azeredo, de Evanildo Bechara, de Maria Helena de Moura Neves — o verbo *botar* não sofre de qualquer desprestígio, sendo usado nas mais diversas situações formais e informais por parte de todos os falantes. Uma pesquisa online na Revista VEJA identifica 511 ocorrências de *botar*, havendo algumas de falas de ministros, como “O ministro da Fazenda [...] afirmou nesta quarta-feira que a proposta de criação de um teto para a dívida pública disciplina o gasto público [...] Ao se botar um teto no pagamento da dívida, evidentemente passa-se um sinal importante em relação à propensão ao endividamento. [...]” (cf. Nilton Fukuda/Estadão Conteúdo. Disponível em: <https://veja.abril.com.br/economia/levy-defende-teto-para-divida-publica/05/11/2015>. Acesso em: 5 ago. 2019).

A taxa de ocorrência de *botar* no PE (cf. <https://www.linguateca.pt/CETEMPUBLICO/>) e no PB (cf. <https://www.linguateca.pt/CETENFOLHA/>) é de 50 vs. 330 e a distância aumenta se tivermos em conta as abonações de *botar* no *Corpus Brasileiro v.5.1*, que ascendem a 3627, ou os do C-Oral-Brasil (24 cocorrências) vs. os do Projeto AC/DC: *corpo Português Falado - Documentos Autênticos*, relativos ao PE, que apenas somam 4 ocorrências.

São escassos os dados que permitam situar no tempo a emergência do factor de desprestígio associado ao uso de *botar* no Português europeu; sendo atestado que o verbo *botar* é usado com o sentido de ‘pôr’ e de ‘colocar’ em textos de Fernão Mendes Pinto, de Gil Vicente, de D. Francisco Manuel de Melo.

Quais as razões que terão motivado o desprestígio deste verbo no português europeu, que foi praticamente excluído da fala culta lusitana²⁷? Porque assim não aconteceu no português

27 No PE, o verbo *botar* surge em lexias fixas marcadas por forte expressividade, como em *botar faladura*, *botar discurso*, *botar palavra*.

brasileiro? Os verbos *pôr* e *colocar* têm origem mais recuada (latim *pōnĕre*, e a *cum+locare* ‘*pôr* num lugar’). Já *botar* remonta ao latim vulgar **bottare*, e este terá origem frâncica.

Não há vestígios de marcas diatópicas e/ou diafásicas acerca do uso deste verbo em dicionários consagrados, como o de Bluteau (1712-1728) ou o de Domingos Vieira (1871-1874). Em Bluteau, *botar* é descrito como significando “Lançar. Botoua fora de casa. [...]. Botar huma cousa sobre outra. [...] Botar hum navio ao mar. [...] Botar a perder. Perverter. Desencaminhar. [...] Botar a fugir.”. Na 2ª ed. (1844) do *Diccionario* de Solano Constâncio, *botar* aparece em construções que hoje consideraríamos fixas, como *botar ferro* ‘lançar a âncora’, *botar a perder*, *botar os bofes pela boca* e, nas hoje mais conservadoras *botar fora* ‘expelir’, *botar lucto* ‘deitar, pôr lucto’, *botar o meloal* ‘deitar-lhe terra nova, chegà-la às raízes’. A descrição de Domingos Vieira não difere destas duas.

Mas no *Dicionário* de Caldas Aulete (1881, p. 237), surgem informações preciosas sobre as marcas diafásicas (de vulgarismo e de menor polidez) que viriam a afetar este verbo (sublinhados nossos): “(vulg.) tem as mesmas acepções que o verbo *deitar*, mas é de uso menos polido: *Botar* agua no vinho. *Botar* o lixo fora. *Botar* a esmola na bandeja. *Botar* âncora”. A estas informações seguem-se as que envolvem fixidez de sentido e as de usos intransitivos. (cf. foto seguinte).

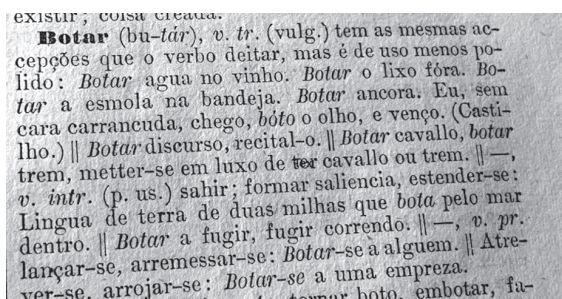


Foto 1 - Botar no Dicionário Contemporâneo da Língua Portuguesa (1881) de Caldas Aulete (foto da autora)

Em algum momento — situado por certo no século XIX — as elites cultas portuguesas terão passado a considerar o recurso ao verbo *botar* como menos prestigiante, ficando o uso deste progressivamente confinado aos falantes menos diferenciados e/ou a áreas dialectais mais marcadas diatopicamente, sendo portanto excluído do português padrão culto.

No PB atual, e segundo o Houaiss (Disponível em: <https://www.dicio.com.br/houaiss/>. Acesso em: 5 ago. 2019), *botar* é descrito como “Pôr (ovos): a galinha *botava* muitos ovos; [...] Tirar de um lugar e colocar em outro; estabelecer nesse lugar; colocar: *botar* a bola sobre a mesa. Conceder características a; atribuir, imputar: *bota* apelido nos alunos; Colocar a responsabilidade em: *botou* a conta em seu nome; Inserir no interior se; meter: *botar* o leite no copo; [...] Vestir-se, calçar-se: *botar* um vestido, uma roupa, um sapato; Tornar permanente; ficar: *botar* o colchão na cama”.

Embora *pôr* ou *colocar* estejam muito mais representados que *botar* nos textos escritos do PB ou do PE, a diferença entre os dados de uma e de outra variantes nacionais não deixa margem para dúvidas.

Este distanciamento poderá inscrever-se num dos grandes intervalos de inflexão que balizam a emergência de novas gramáticas, um dos quais se situa no início do século 18 (GALVES, 2006; CARDEIRA, 2009; MARTINS, 2016), pois é a partir deste que se diferenciam de forma mais sistemática e sistêmica o português brasileiro e o português europeu moderno.

Estamos, pois, perante um caso de equivalência potencial entre três verbos, mas cujo uso é sujeito a restrições de natureza diafásico-diastrática nas duas grandes diatopias — a brasileira e a europeia — do português contemporâneo. Falta apurar quais as razões objetivas e subjetivas que explicam essa diferenciação tão marcada dois lados do Atlântico.

Sufixos e Prefixos: variantes vernaculares e variantes eruditas

Há muito que é defendida a tese de que quando os afixos estão em competição recíproca pode ter lugar a anulação de um deles ou a sobrevivência de ambos, na condição de um deles se acantonar num nicho de especialização (cf., entre outros, LINDSAY; ARONOFF, 2013).

A redundância morfológica/afixal nunca é total, mas parcial. Frequentemente há coexistência de afixos derivacionais com papéis similares, mas não iguais, porque uns são portadores de propriedades especializadas (semantismo, restrições de seleção, por exemplo) e/ou estão sujeitos a diferentes condições (diatópicas, diafásicas, pragmáticas) de uso, diferenciando-se uns dos outros dentro do mesmo paradigma.

Os sufixos *-nça* e *-ncia* e os prefixos *inter-* e *entre-* ilustram estas premissas. Nos dois casos estamos perante variantes ver-

naclares (-nça e entre-) e variantes eruditas (-ncia e inter-), pelo que importa avaliar em que medida as mudanças nos sistemas derivacionais privilegiam uma ou outra das configurações.

Como sustenta Rio-Torto (2012), alguns dos dados derivacionais marcantes da mudança do português médio (1385-1536) para o português clássico envolvem os seguintes fluxos afixais, entre outros: (i) perda de produtividade de -mento em favor de -o/-ção; e (ii) substituição de -nça por -ncia.

No português arcaico, o vernáculo -nça sempre teve menos representatividade que -mento e que -ção (SOLEDADE, 2004).

Numa fase de relatinização da língua, como a que no Renascimento tem lugar, alguns dos nomes em -nça (*avondança*, *concordança*) foram substituídos pelos corradicais em -ncia (*abundância*, *concordância*). Outros deixaram de ser usados (*estremança*) ou foram substituídos por post-verbais: *desesperança* > *desespero*; *desgovernança* > *desgoverno*; *desvairança* > *desvairo*; *mostrança* > *mostra* (coexistente com *mostramento*). O peso crescente de -idade faz-se sentir na substituição de *desiguallança* por *desigualdade*, *igual(d)ança* por *igualdade*.

Sendo -nça uma forma marcada como arcaica, o seu correlato -ncia viria a combinar-se preferencialmente com bases verbais (*alternância*, *discordância*, *implicância*, *militância*, *traficância*, *variância*), mas tem também perdido disponibilidade criativa, com execução de algumas inovações no âmbito dos tecnolectos (*admitância*, *capacitância*, *luminância*, *radiância*, *transcondutância*). O sufixo -nça, uma vez limitado na sua disponibilidade para formar nomes de estado (*maridança*, *semelhança*), viria a adquirir valores expressivos e/ou de intensidade (*comilança*, *festança*, *molhança*, *papança*), tendo actualmente um peso residual no sistema derivacional da língua portuguesa. A supremacia de outros sufixos nos paradigmas de nominalização deverbal (como -ção e -mento) e deadjeti-

val (como -idade) explicam a retração quer do vernáculo -*nça* quer do erudito -*ncia* (RIO-TORTO; RODRIGUES, 2016).

Tabela 2 - Nomes em -*nça* que perderam vitalidade e nomes que se mantêm em uso

Nomes em - <i>nça</i> que perderam vitalidade	Nomes em - <i>nça</i> que se mantêm em uso
Avondança - abundância	abastança, andança, segurança,
Concordança - concordância	tardança, temperança
desvairança - desvairo	governança - governo
ensynança - enssyno	lembrança - lembramento
igual(d)ança - igualdade	mudança - mudamento
mostrança - mostramento - mostra	
perdoanças	

Fonte: Elaborada pela autora.

Observemos agora o comportamento do par divergente *entre-/inter-*. Tendo a mesma origem etimológica, raramente estes dois prefixos funcionam como verdadeiramente equivalentes e intermutáveis (cf. *entreajudar/interajudar*, *entreligar/interligar*, *entrecruzar/intecruzar*).

Inter- é, por excelência, o prefixo usado para codificar a bilateralidade e a reciprocidade (RIO-TORTO, 2019). Combina-se com bases nominais (*interajuda*, *intercomunicador*), verbais (*interagir*, *intercomutar*) e adjetivais (*interlabial*, *interuniversitário*). Este prefixo pode ter um sentido locativo (espaço *interdepartamentos*, fronteira *intermunicipal*) e um sentido de bilateralidade/reciprocidade (colaboração *intermunicipal*).

Já *entre-* se encontra em clara regressão, não obstante se combinar com bases verbais (*entreabrir*, *entreajudar*, *entrecruzar-se*,

entreolhar), adjetivais (*entrefino* ‘entre o fino e o grosso, nem fino nem grosso’) e nominais (*entrefolha*, *entrelinha*). O prefixo *entre-* está presente em palavras mais antigas e de sentido cristalizado, como *entrecosto* ‘carne entre as costelas da rês; espinhaço com carne e parte da costela da rês’, *entremeio* ‘tira rendada que liga dois espaços lisos de tecido’, *entretela* ‘pano forte que se mete entre o forro e o tecido exterior’, *entremanhã* ‘o crepúsculo matinal’). Em verbos, o seu sentido é de reciprocidade (*entreajudar-se*), envolvendo uma relação bidirecional entre membros, ou de incompletude, como em *entreabrir*.

Face a *inter-*, *entre-* tem perdido disponibilidade (NUNES, 2011, p. 158-162), acantonando-se na esfera do locativo (*entrededo*) e do avaliativo (*entreabrir*). Fica assim o caminho aberto a *inter-* para a expressão da reciprocidade interativa (*intercomunicar*, *interministerial*) e, por certo em menor escala, da locatividade (*interdental*).

Face ao exposto, constata-se que neste caso a língua não excluiu nenhuma das formas divergentes, mantendo-se a mais antiga e vernacular (*entre-*) ainda usada pelos falantes, se bem que com menor produtividade que a forma erudita (*inter-*), crescentemente mais representada nos dicionários a partir do *Novo Dicionário da Língua Portuguesa* de Cândido de Figueiredo (1939).

Considerações finais

As línguas têm a capacidade de se reorganizarem, estando em constante ebulição e mudança. Em todos os domínios, dos mais gramaticais, como o das relativas cortadoras, aos mais lexicais, como os que envolvem os verbos *botar*, *colocar* e *pôr*, os sufixos *-nça* e *-ncia* e os prefixos *entre-* e *inter-* a língua evidencia uma di-

nâmica de uso que pode ter motivações internas e/ou externas, assentes em factores de economia, de expressividade, de iconicidade, de prestígio, entre outros.

As construções menos icónicas e/ou mais onerosas em termos de processamento tendem a perder terreno. Será o caso da presença da preposição DE seleccionada pelo verbo gostar em frases relativas: sendo redundante para a expressão argumental do predicado verbal, tende a ser dispensada. Os recursos menos prestigiados também são objeto de uma escolha menos frequente. Será o caso do verbo *botar* no português culto e padrão europeu, mas não no português vernacular brasileiro. Será também o caso dos vernaculares *-nça* e *entre-* face aos eruditos *-ncia* e *inter-*.

Vários factores contribuem para a projeção ou para a retração de um sufixo. Os vernáculos *-nça* e *entre-* perderam força face a *-ncia* e *inter-* certamente devido à pujante relatinização ocorrida. No âmbito dos sufixos, *-idade*, mais flexível em termos de combinatorias e de seleção, ganhou a melhor.

No caso da relativa cortadora de DE pode admitir-se que se faz jus ao *Princípio da Motivação Maximizada* proposto por Goldberg (1995, p. 67-68); para um europeu culto, o uso preferencial e expressivo de *botar* no PB ilustra o *Princípio do Poder Expressivo Maximizado*, que se encontra cancelado para este verbo no português europeu, uma vez que é marcado diastraticamente como rústico. No que diz respeito à coexistência dos pares *-nça / -ncia* e *entre-/inter-*, os *Princípios da Não Sinonímia* e da *Economia Maximizada* explicam a relativa especialização de domínios de cada um. A maior disponibilidade das formas eruditas *-ncia* e *inter-* face às vernaculares tem certamente a ver com a maior opacidade destas (*-nça*, *entre-*), menos próximas das latinas, face às mais internacionais (*-ncia* e *inter-*), o que as torna de processamento mais fácil e, como tal, de motivação e de funcionalidade maximizadas.

REFERÊNCIAS

- AULETTE, F. J. Caldas. **Diccionario Contemporaneo da Lingua Portuguesa**. Feito sobre um plano inteiramente novo. Lisboa: Imprensa Nacional. 1881.
- BLUTEAU, Rafael. **Vocabulario portuguez e latino**. 10 vols., sendo os dois últimos de Suplemento ao Vocabulário portuguez e latino. Coimbra – Lisboa: Colégio das Artes da Companhia de Jesus. Pascoal da Silva, 1712-1728.
- CARDEIRA, Esperança. Revisitando a periodização do português: o português médio. **Domínios da lingu@gem** vol. 2, n. 2, p. 103-113, 2009.
- DELICADO CANTERO, Manuel. Dequeísmo and queísmo in Portuguese and Spanish. In: AMARAL, Patrícia; CARVALHO, Ana Maria. **Portuguese-Spanish Interfaces. Diachrony, synchrony, and contact**. Amsterdam/Philadelphia: John Benjamins, 2014. p. 95-120.
- DUARTE, Inês. Subordinação completiva – as orações completivas. In: MATEUS, Maria Helena et al. (Eds.), **Gramática da língua portuguesa**. 7ª ed. Lisboa: Caminho. 2003. p. 593-651.
- FIGUEIREDO, Cândido de. **Novo dicionário da língua portuguesa: redigido em harmonia com os modernos princípios da ciência da linguagem, e em que se contém mais do dôbro dos vocabulários até agora registados nos melhores dicionários portugueses**. Lisboa: Livraria Bertrand, 1939. 2 vols.
- GALVES, Charlotte et al. Novas perspectivas para antigas questões: revisitando a periodização da língua portuguesa. In: ENDRUSCHAT, Annette; KEMMLER, Rolf; SCHAFER-PRIET, Barbara (Org.). **Grammatische**

- Strukturen des Europäischen Portugiesisch.** Tübingen: Calepinus Verlag, 2006. p.45-75.
- GOLDBERG, Adele. **Constructions: a construction grammar approach to argument structure.** Chicago: The University of Chicago Press, 1995.
- LINDSAY; Mark; Mark ARONOFF. Natural selection in self-organizing morphological system. In: Nabil HATHOUT; Fabio MONTERMINI; Jesse TSENG (eds.). **Morphology in Toulouse. Selected Proceedings of Décembrettes 7** (Toulouse, 2-3 December 2010). München: Lincom Europa. 2013. p. 133-153.
- MARTINS, Ana Maria. Introdução: O português numa perspetiva diacrónica e comparativa. In: MARTINS, Ana Maria; CARRILHO, Ernestina (eds.), **Manual de Linguística Portuguesa.** Berlin/Boston: De Gruyter, 2016. p. 1-39.
- MOLLICA, Maria Cecília. **Queísmo e dequeísmo no português do Brasil.** Dissertação de Doutoramento. Universidade Federal do Rio de Janeiro. 1989.
- MORAIS SILVA, António de. **Diccionario da lingua portugueza composto pelo padre D. Rafael Bluteau/reformado, e accrescentado por Antonio de Moraes Silva natural do Rio de Janeiro.** Lisboa: na Officina de Simão Thaddeo Ferreira. 2 vol.s. 1789.
- NUNES, Susana. **Prefixação de origem preposicional portuguesa na língua portuguesa.** Dissertação de Doutoramento em Linguística Portuguesa apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra. 2011.

RIO-TORTO, Graça. Morfologia lexical no português médio: variação nos padrões de nominalização. In: LOBO, Tânia et al. (Org.). **ROSAE: linguística histórica, história das línguas e outras histórias**. Salvador: EDUFBA, 2012. p. 305-322.

RIO-TORTO, Graça. **Prefixação no português contemporâneo**. São Paulo, Cortez Editora. 2019.

RIO-TORTO, Graça; RODRIGUES, Alexandra. Formação de nomes. RIO-TORTO, Graça (ed.), Alexandra RODRIGUES, Isabel PEREIRA, Rui PEREIRA, Sílvia RIBEIRO. **Gramática derivacional do português**. Coimbra, Imprensa da Universidade de Coimbra: 135-240.

SAN MARTÍN NÚÑEZ, Abelardo. Análisis sociolingüístico del queísmo en el español hablado en Santiago de Chile. **Estudios Filológicos**, vol. 58, p. 207-228, 2016.

SOLANO CONSTÂNCIO, Francisco. **Novo Dicionário Crítico e Etymológico da Língua Portuguesa**. Paris: Angelo Francisco Carneiro, editor propietario. 1844.

SOLEDADE, Juliana. **Semântica morfolexical. Contribuições para a descrição do paradigma sufixal do português arcaico**. 2 tomos. Tese de Doutorado em Letras, área de Linguística Histórica, Universidade Federal da Bahia (orientação Rosa V. Mattos e Silva; Graça Rio-Torto). 2004.

VIEIRA, Domingos. **Grande Dicionário português ou Thesouro da língua portuguesa**. Publicação feita sobre o manuscrito original, inteiramente revisto e consideravelmente augmentado. 5 vols. Porto: Editores Ernesto Chardron e Bartholomeu H. de Moraes, 1871-1874.

FONTES ELECTRONICAS

<https://www.dicio.com.br/houaiss/> Acesso em: 5 agosto 2019.

<https://www.linguateca.pt/CETENFolha/>. Acesso em: 6 maio 2019.

<https://www.linguateca.pt/CETEMPUBLICO/>. Acesso em: 6 maio 2019.

<https://www.linguateca.pt/Corpus Brasileiro v. 5.1.> Acesso em: 6 maio 2019.

<https://www.linguateca.pt/C-Oral-Brasil>. Acesso em: 6 maio 2019. <https://www.linguateca.pt/Projeto AC/DC: corpo Português Falado - Documentos Autênticos>. Acesso em: 6 maio 2019.

<https://veja.abril.com.br/economia/levy-defende-teto-para-divida-publica/05/11/2015> (Nilton Fukuda/Estadão Conteúdo). Acesso em: 5 agosto 2019.



Deflorar, deshonrar, estuprar

**Um estudo linguístico-filológico
e histórico sobre autos de
defloramento**

Rita de Cássia Ribeiro de Queiroz
Daianna Quelle da Silva Santos da Silva

1. Primeiras palavras

Deus disse: “não é bom que o homem esteja só”. Adormeceu-o, tirou uma das suas costelas e transformou-a em mulher. O homem disse: “é o osso dos meus ossos e carne da minha carne”. Mas a mulher fez-se parceira da serpente. Tomou a fruta da árvore proibida, comeu-a. Sentindo-a deliciosa, deu-a ao homem. Ambos abriram os olhos para o bem e para o mal. Por isso, Deus amaldiçoou a mulher e disse: “multiplicarei os tormentos da tua gravidez. Serás governada pelo homem que será teu senhor” (CHIZIANE, 2016, p. 7).

O crime de defloração, mais precisamente o desvirginamento de jovens menores de 21 anos, é mais antigo do que supomos. Na Bíblia constam relatos sobre jovens defloradas, dentre estas há Diná, desvirginada por um rapaz de outra tribo que, para dirimir sua culpa, aceita converter-se aos preceitos da tribo da moça

a fim de que possa se casar com ela. No período medieval, as Ordenações Afonsinas, Manuelinas e Filipinas tratam do deflora-mento no capítulo dos crimes contra a honra. Em seus artigos, está prescrito que deflorar mulher virgem, menor de 21 anos, usando de violência, fraude ou sedução, é passível de punição, que varia de 6 meses (no caso de mulher ser pública) até 6 anos de prisão celular. Em pleno início do século XX, no Brasil, no esta-do da Bahia, encontramos uma série de documentos intitulados “autos de deflora-mento”, os quais tratam a respeito desse crime. As idades das jovens variam de 7 a 19 anos, em diversas cidades, da capital ao interior.

Diante dessa documentação, realizamos *a priori* uma investi-gação filológica, editando semidiplomaticamente os textos, sendo esse tipo de edição bastante conservador, pois só desdobramos as abreviaturas e unimos as palavras separadas e separamos as uni-das. A partir das edições, realizamos o estudo linguístico no âm-bito do vocabulário, analisando as lexias sob a ótica dos campos lexicais. Todo esse trabalho é entremeado pelo estudo histórico, o qual considera o documento como monumento e registro da memória. Pretendemos, a partir do exposto, apresentar um estu-do linguístico-filológico e histórico de 6 autos de deflora-mento, os quais constam do acervo do Centro de Documentação e Pesquisa (CEDOC), órgão da Universidade Estadual de Feira de Santana (UEFS). Esse estudo contemplará a edição semidiplomática, a análise das lexias no campo da sexualidade e as contribuições que os estudos históricos trazem para esse tipo de investigação.

2. O que diz a bíblia sobre defloramento

Os problemas da mulher surgem desde o princípio da vida, de acordo com as diversas mitologias sobre a criação do mundo. [...] Nós, mulheres, somos oprimidas pela condição do nosso sexo, pelo meio social, pelas ideias fatalistas que regem as áreas mais conservadoras da sociedade (CHIZIANE, 2016, p.8 e 10-11).

O Velho Testamento nos expõe a histórias de mulheres violentadas, machucadas e que, de certa forma, reverberam até hoje na sociedade ocidental. Deste modo, vemos a história de Diná em Gênesis 34:1-2, pois “[...] Diná, filha que Lia dera à luz a Jacó, saiu para ver as filhas da terra. Viu-a Siquém, filho do heveu Hamor, que era príncipe daquela terra, e, tomando-a, a possuiu e assim a humilhou.” (A BÍBLIA DA MULHER, 2014, p. 59).

Salienta-se que Diná era a única mulher dentre os filhos de Jacó e, a mesma, no momento em que fora conhecer a cidade de Siquém, foi violentada, o que configura um desrespeito triplo, à figura feminina sem liberdade, ao corpo de Diná e à honra social, atribuída à virgindade.

Assim, no tecer do texto, mais especificamente em Gênesis 34:25, os irmãos de Diná vingaram-na: “[a]o terceiro dia, quando os homens sentiram mais forte a dor, dois filhos de Jacó, Simeão e Levi, irmãos de Diná, tomaram cada um a sua espada, entraram inesperadamente na cidade e mataram os homens todos.” (A BÍBLIA DA MULHER, 2014, p. 59). Porém, a humilhação e a dor se arrastaram aos arredores da história de Diná, uma vez que, depois que fora estuprada, todos os homens da cidade foram assassinados, mulheres e crianças foram escravizadas, Jacó e família tiveram que se mudar de Siquém e, muito provavelmente, Diná não

conseguiria mais casar, o que significava perder um dos pontos basilares da ascensão feminina.

Há, também, um outro caso bíblico, marcado pelo incesto brutal em 2 Samuel 13, é o caso de Tamar, filha do rei Davi. Amnon “[...] se enamorou dela. Angustiou-se [...] por Tamar, sua irmã, a ponto de adoecer, pois, sendo ela virgem, parecia-lhe impossível fazer-lhe coisa alguma.” (A BÍBLIA DA MULHER, 2014, p. 450). Após ouvir o primo, Jonadabe, e planejar se relacionar sexualmente com Tamar, Amnon solicitou que Tamar fizesse bolos e cuidasse dele nos aposentos que estava. Daí, a mesma, conforme está escrito em 2 Samuel 13:11-17, tentou convencer ao irmão de não cometer o ato. Mas:

[q]uando [Tamar oferecia a Amnon, bolos] para que comesse, pegou-a e disse-lhe: Vem, deita-te comigo, minha irmã. Porém ela lhe disse: Não, meu irmão, não me forces, porque não se faz assim em Israel; não faças tal loucura. Porque, aonde iria eu com a minha vergonha? E tu serias como um dos loucos de Israel. Agora, pois, peço-te que fales ao rei, porque não me negará a ti. Porém ele não quis dar ouvidos ao que ela dizia; antes, sendo mais forte do que ela, forçou-a e se deitou com ela. Depois, Amnon sentiu por ela grande aversão, e maior era a aversão que sentiu por ela que o amor que ele lhe voltara. Disse-lhe Amnon: Levanta-te, vai-te embora. Então, ela lhe disse: Não, meu irmão, porque maior é esta injúria, lançando-me fora, do que a outra que me fizeste. Porém ele não quis ouvir (A BÍBLIA DA MULHER, 2014, p. 451-452).

Notadamente, Tamar nos traz muitas reflexões imbuídas em sua fala, primeiramente em Israel não era permitido o incesto, segundo que o ato sexual neste contexto se configuraria em uma vergonha, loucura. Depois, há assim como com Diná, um desrespeito ao corpo feminino e, após ser violada, foi posta para fora e abatida pela injúria e pelo desprezo.

Levando-se em consideração tudo o que fora mencionado anteriormente, compreendemos tamanha vergonha de Diná e Tamar, pois estavam submetidas às Leis Cíveis e Religiosas da época situadas em Êxodo 22:16-17, que diziam que “[...] se alguém seduzir qualquer virgem que não estava desposada e se deitar com ela, pagará seu dote e a tomará por mulher. Se o pai dela definitivamente recusar dar-lha, pagará ele em dinheiro conforme o dote das virgens.” (A BÍBLIA DA MULHER, 2014, p. 118).

Desta maneira, como Diná ficaria? Pois, apesar do pai de Siquém falar com Jacó sobre a reparação da vida de Diná, os irmãos não aceitaram e assassinaram os homens residentes da cidade de Siquém. E Tamar? Ela não poderia casar com o meio irmão. Além disso, há de se destacar, os sentimentos ruins e traumas provenientes dos respectivos crimes sexuais.

Porém, com a vinda de Cristo, o que marca o Novo Testamento, há um revelar do cuidado que se deveria ter com as mulheres, a exemplo temos a mulher adúltera (João 8:1-11) que é protegida, impedida de ser morta, apedrejada, por conta da lei de Moisés (Êxodo 20:14), trazendo o resgate à ela. Vale destacar que, por conta de tanto desrespeito à figura feminina, numa das cartas paulinas, intitulada Efésios, mais especificamente no capítulo 5: 25-30, vemos que:

[Os] [m]aridos [devem amar] vossa mulher, como Cristo amou a igreja e a si se entregou por ela, para que a santificasse [...] para apresentar a si mesmo igreja gloriosa, sem mácula, nem ruga, nem coisa semelhante, porém santa e sem defeito. Assim também os maridos devem amar a sua mulher como ao próprio corpo. Quem ama a esposa a si mesmo se ama. Porque ninguém jamais odiou a própria carne; antes, a alimenta, dela cuida, como também Cristo o faz com a igreja (A BÍBLIA DA MULHER, 2014, p. 1630).

Desta forma, percebemos que, à mulher é dada a personificação da igreja, e a morte de Cristo é representativa como prova de amor pela igreja. Um outro ponto a se observar é que, do Velho ao Novo Testamento, o sexo significa casamento, união de duas pessoas numa só carne. Deste modo, no transcorrer dos livros do Novo Testamento, há um cuidado em valorizar mais a figura feminina e instruir à sociedade a respeitá-la.

3. O que trazem as ordenações e o código criminal brasileiro

Os autos de defloração são documentos jurídicos instaurados pela Promotoria Pública para os casos de desvirginamento de jovens menores de 21 anos. A prática de deflorar ou desvirginar jovens é bastante antiga, constando como crime nas Ordenações Afonsinas (1500-1514), Manuelinas (1514-1603) e Filipinas (1603-1916), sendo estas consideradas compilações de leis, atos e costumes. As Ordenações Filipinas substituíram as Manuelinas que, por sua vez, substituíram as Afonsinas.

As Ordenações Filipinas se mantiveram em voga no Brasil até o ano de 1916, quando foi promulgado o Código Civil Brasileiro. Entretanto, em 1830 foi promulgado o Código Criminal Brasileiro, o qual tomou de empréstimo o fundamento das Ordenações Filipinas. O Código Criminal Brasileiro de 1830, Capítulo II – “Dos Crimes contra a Segurança da Honra”, traz os artigos 219 a 225 referentes ao delito de estupro. O artigo 219 apresenta o seguinte texto: “**Deflorar** mulher virgem, menor de dezasete annos.” O 222, este: “Ter copula carnal por meio de violencia, ou ameaças, com qualquer mulher honesta.” E o 225, o seguinte: “Não haverão as penas dos tres artigos antecedentes os réos, que

casarem com as offencidas.”²⁸ O Código Criminal Brasileiro de 1890, Título VIII – “Dos crimes contra a segurança da honra e honestidade das famílias e do ultraje publico ao pudor” – Capítulo I – “Da violencia carnal”, traz os seguintes textos: Art. 267 - “**Deflorar** mulher de menor idade, empregando sedução, engano ou fraude: Pena – de prisão cellutar por um a quatro annos.”; Art. 268 – “Estuprar mulher virgem ou não, mas honesta: Pena – de prisão cellutar por um a seis annos. § 1º Si a estuprada for mulher publica ou prostituta: Pena – de prisão cellutar por seis mezas a dous annos.”²⁹

4. A atuação do grupo de pesquisa em edição de textos e o núcleo de estudos do manuscrito

A partir do conhecimento das leis que vigoravam no Brasil após a Proclamação da República e antes da promulgação do Código Civil de 1916 sobre o crime de defloramento, investimos nossos esforços na seleção desse tipo de documento em arquivos públicos baianos. O primeiro foi o da cidade de Santo Amaro, no Recôncavo baiano. Neste selecionamos o auto de defloramento de Maria Juliana. Em Feira de Santana, cidade-sede da Universidade Estadual de Feira de Santana (UEFS), a partir do acervo doado em comodato pelo Fórum Filinto Bastos ao Centro de Documentação e Pesquisa (CEDOC), foram selecionados ou-

28 Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/LIM/LIM-16-12-1830.htm>.

29 Disponível em: <<http://www6.senado.gov.br/legislacao/ListaPublicacoes.action?id=66049>>.

tros autos, a saber: auto de defloração de Joanna Francisca dos Santos (1900)³⁰; auto de defloração de Saturnina Maria de Jesus (1902)³¹; auto de defloração de Maria José de Oliveira (1902-1903)³²; auto de defloração de Senhorinha Soares de Lima (1903)³³; auto de defloração de Josepha Esmina Ribeiro (1907)³⁴; auto de defloração de Ephigenia Augusta de Jesus (1907)³⁵. Cada um desses autos foi editado por membros do Núcleo de Estudos do Manuscrito (NEMa) e Grupo de Edição de Textos (GET): professores, alunos de pós-graduação e graduação. Estes autos foram publicados em forma de livro em 2018³⁶, sendo a partir deste que procedemos ao estudo do vocabulário.

O Código Criminal Brasileiro de 1890 cobre o período dos autos de defloração selecionados – de 1900 a 1907, por conta disso sempre será tomado para as devidas explicações quanto ao proceder das vítimas, testemunhas e autoridades judiciais.

30 Editado por Bárbara Bezerra de Santana Pereira.

31 Editado por Fernanda Assunção Dias Cerqueira.

32 Editado por Rita de Cássia Ribeiro de Queiroz.

33 Editado por Jacilene Marques Salomão.

34 Editado por Ivanete Martins de Jesus.

35 Editado por Analídia dos Santos Brandão.

36 Cf. QUEIROZ, Rita (Org.). **Manuscritos baianos dos séculos XVIII ao XX**: autos de defloração. Guaratinguetá-SP: Penalux, 2018.

5. A edição dos autos

Para o devido tratamento filológico dos autos de defloração, foi escolhida a edição semidiplomática, por ser esta a que preservava mais as características intrínsecas do texto: linhas, elementos grafemáticos, divisão do texto, etc.; cujos critérios de edição se voltam para o caráter mais conservador. Deste modo, são desdobradas as abreviaturas e são unidas as palavras separadas e separadas as palavras unidas.

Os critérios de edição se aliam aos seguintes princípios:

→ Para a descrição do documento, observar e anotar:

- a) Número de colunas;
- b) Número de linhas da mancha escrita;
- c) Existência de ornamentos;
- d) Maiúsculas mais interessantes;
- e) Existências de sinais especiais;
- f) Número de abreviaturas;
- g) Tipo de escrita;
- h) Tipo de papel.

→ Para a transcrição:

- a) Respeitar fielmente o texto: grafia, linhas, fólhos etc.;
- b) Fazer remissão ao número do fólho no ângulo superior direito;
- c) Numerar o texto linha por linha, constando a numeração de cinco em cinco;
- d) Separar as palavras unidas e unir as separadas;
- e) Desdobrar as abreviaturas usando itálico;
- f) Utilizar colchetes para as interpolações: [];
- g) Indicar as rasuras, acréscimos e supressões através dos seguintes operadores:

((†)) rasura ilegível;
[†] escrito não identificado;
(...) leitura impossível por dano do suporte;
// leitura conjecturada;
<> supressão;
() rasura ou mancha;
[] acréscimo.

Apresentamos aqui a edição de um fólio de cada auto editado pelo GET/NEMa, ou seja, seis autos.

5.1. Auto de Joanna Francisca de Jesus

5.1.1. Descrição do Auto

O documento encontra-se em bom estado de conservação, embora o papel esteja amarelado pelo tempo. Foi escrito em letra humanística cursiva, com tinta preta, em papel almasso, com 33 pautas, com as seguintes dimensões: 328mm x 215mm. Contém 31 fólios, escritos todos no recto e 22 apenas no verso. Todos os fólios rectos encontram-se numerados, com exceção do último. Este difere dos outros em vários aspectos: o papel almasso em que se encontra a mancha escrita é mais claro, com dimensões e texturas diferentes. No fólio 1r, há sinais de interferências posteriores como letras e números, feitos aparentemente a lápis de cor. Este mesmo fólio apresenta um carimbo tipografado, à margem direita, mais ou menos ao centro. Os fólios 3r, 5r e 6r apresentam uma marca d'água, assim escrita: "THEZOURO DO ESTADO DA BAHIA". Outro detalhe é a presença de um selo impresso à margem esquerda superior.

5.2. Edição do auto de Saturnina Maria de Jesus

5.2.1. Descrição do Auto

Documento escrito em 14 dos 19 fólios, em papel almaço, medindo 360mm X 320mm. Bom estado de conservação, datado de 1902. A mancha escrita tem as seguintes dimensões: f. 1r - 291mm X 146mm, 28 linhas; f. 2r - 295mm X 185mm, 33 linhas; f. 2v - 204mm X 155mm, 23 linhas; f. 3r - 264mm X 179mm, 26 linhas; f. 4r - 293mm X 166mm, 30 linhas; f. 5r - 242mm X 197 mm, 28 linhas; f. 6r - 270mm X 173 mm, 24 linhas; f. 6v - 80mm X 175mm, 9 linhas; f. 7r - 305mm X 164mm, 33 linhas; f. 7v - 310mm X 162mm, 33 linhas; f. 8r - 310mm X 162mm, 33 linhas; f. 8v - 283mm X 160mm, 32 linhas; f. 9r - 294mm X 167mm, 31 linhas; f. 9v - 395mm X 160mm, 33 linhas; f. 10r - 310mm X 160mm, 27 linhas; f. 11r - 290mm X 215mm, 22 linhas; f. 11v - 165mm X 60mm, 7 linhas; f. 12r - 266mm X 215mm, 24 linhas; f. 13r - 265mm X 166mm, 24 linhas; f. 13v - 265mm X 145mm, 31 linhas; f. 14r - 285mm X 170mm, 32 linhas; f. 14v - 245mm X 185mm, 27 linhas. Sinais especiais: Timbre – “Thezouro do Estado da Bahia” – nos seguintes fólios: 3r, 5r, 6r, 6v, 11r, 11v, 12r. Selos: f. 3r – dois – um impresso e o outro colado; f. 6r – um impresso; f. 11r – dois selos, um impresso e outro colado; f. 12r – dois selos, um impresso e outro colado; 13r – um selo federal.

5.3. Edição do auto de Maria José

5.3.1 Descrição do Auto

Documento lavrado entre os anos de 1902 a 1903, pertencente ao Centro de Documentação e Pesquisa (CEDOC), núcleo da Universidade Estadual de Feira de Santana, Bahia – Brasil, assim

descrito: processo-crime – subsérie: sumário. Escrito em papel almaço – com as seguintes dimensões: 222 mm X 324 mm, com tinta preta, em 19 fólios, sendo todos no recto e no verso apenas nos seguintes: 2, 6, 7, 8, 9, 11, 12, 13, 14, 15, 16 e 17. Contém numeração a partir do fólio 4, sendo registrada a partir do número 1. Bom estado de conservação. A vítima de defloração é a menor Maria José de Oliveira, filha de Maria Gertrudes. O delito ocorreu próximo a sua casa, em 23 de outubro de 1902. O acusado do crime é identificado como Laudelino de Tal, que fora noivo da vítima.

5.4 Edição do auto de Senhorinha Soares De Lima

5.4.1 Descrição do Auto

O documento possui 72 fólios (sendo que há mancha escrita apenas, no recto, em vinte e dois fólios; no recto e verso, em cinquenta destes), escrito em papel almaço. A capa está mais degradada em relação aos demais fólios. Além disso, naquela há uma marca d'água com a seguinte inscrição: *Epaminondas Vincente Dos Reis, escrivão de Jury execuções criminais*. Além de: Feira de Santana (espaço para data) Bahia e também existem outros escritos em tinta vermelha: o número 26 e em tinta azul: A, M-2 e Julgado em 16 de Junho.

No fólio 5r, há uma mancha de cor preta dificultando um pouco a leitura. Encontra-se nos fólios 7r, 8r e 9r uma marca de selo com a frase: *Estado da Bahia, Republica Brasileira, imposto do sello, 200 reis*. Há também uma imagem: um rosto de um homem característico do modelo greco-clássico. Entre os fólios: 49r e 49v uma parte do jornal *O Progresso*, publicado em Feira de Santana, no dia 20 de setembro de 1908, em péssimo estado de conservação. As numerações dos fólios estão incorretas; após o f. 41r consta como numeração 38, mas, deveria ser sinalizada como 40. Além disso, do

número 49 há um salto para a numeração 56, ficando os próximos fólhos sem numeração. No mais o documento encontra-se em bom estado de conservação, apesar da ação do tempo e humana.

5.5 Edição do auto de Josepha Esmina

5.5.1 Descrição do Auto

Processo crime sobre o defloramento da considerada vítima, Josepha Esmina Ribeiro e o acusado, Santos Gonçalves de Oliveira. Documento constituído de 33 fólhos, datado de 1907 e arquivado. Escrito com tinta preta em papel *almasso*. O referido documento está disposto em única coluna, estando os fólhos 1, 3, 4, 6, 7, 8, 13, 31 e 33 apenas escritos no recto e os demais recto e verso.

No fólho 1 apresentam-se grandes manchas escuras de tinta preta à margem direita; todos os fólhos encontram-se amarelados pela ação do tempo e manuseios indevidos, e possuem todas as bordas rasgadas e amassadas. Sendo que as manchas escuras se estendem até o fólho 17v. Consta um carimbo no fólho 1r, à margem direita meio superior, com a seguinte inscrição: EPA-MINONDAS VICENTE DOS REIS, ESCRIVÃO DE JURY E EXECUÇÕES CRIMINAIS, FEIRA DE SANTANA BAHIA. E ainda encontram-se pequenos furos de insetos no fólho 1r. O documento é costurado pela margem esquerda, possui a seguinte dimensão: 330 mm X 220 mm; e sendo a extensão da mancha escrita dos fólhos: 280 mm X 170 mm. O fólho 15 está rasgado à margem direita, ao centro, e os fólhos 17v, 18r, 28v e 29r apresentam manchas corrosivas causadas por insetos (cupins e traças).

5.6 Edição do auto de Ephigenia Augusta

5.6.1 Descrição do Auto

Queixa-crime sobre o defloramento da menor Ephygenia Augusta de Jesus, que após as inúmeras seduções do então noivo, Teruliano Martins de Oliveira, e sob as promessas de matrimônio, é desvirginada e, quando o fato chega ao conhecimento de todos, o noivo nega ser o autor do crime. O documento encontra-se assim descrito: seção: judiciário, série: processo-crime, subsérie: sumário – defloramento. Escrito em papel almaço, em tinta preta, em 22 fólhos, sendo que todos estão escritos no recto, no verso apenas os fólhos: 4, 6, 8, 9, 10, 11, 12, 13, 15, 16, 17, 18, 19 e 20. A numeração foi feita a partir do fólho 3, sendo registrado o número 2. Nos fólhos 4, 5 e 6 rectos, o papel apresenta-se com um timbre do Estado da Bahia em alto relevo com a escritura: “Thezouro do Estado da Bahia”, acompanhado de dois selos impressos no próprio papel. No final dos fólhos 7 e 8 rectos aparece um selo de 300 reis. O documento encontra-se em bom estado de conservação e apresenta grafias distintas, indicando a participação de mais de um escrivão.

6. Estudo do vocabulário do campo da sexualidade

Da Bíblia aos processos crime de estupro e autos de defloração, mulheres são definidas, muitas vezes, por palavras. Tamar, por exemplo, reclamava a sua “vergonha”, “injúria”, após ter sofrido o estupro.

Daí, compreendemos que, nas sociedades, palavras são utilizadas para determinar, caracterizar atitudes, sentimentos e condições, a saber, as vítimas de crimes sexuais, ora podem ser

conhecidas como “desonradas”, “ofendidas”, “perdidas”, entre outras, o que chamamos de lexia definida como “[...] a unidade mais significativa do léxico, ou seja, é a palavra em seu uso social, uma vez que pela lexia podemos ver as coisas, seres e sensações da humanidade sendo representados.” (SILVA, 2014, p. 140).

Ao observarmos os estudos do léxico, vemos que no século XX, dentre os estudiosos que priorizavam o estudo do léxico, sobressaem-se Jost Trier (1931), L. Weisgerber (1954), Eugenio Coseriu (1977), entre outros. Assim, estes estudiosos defendiam que o léxico pode ser organizado em campos lexicais. Os campos lexicais se estabelecem, por assim dizer, como uma zona de articulação do léxico. Na ótica da metodologia dos Campos Lexicais, tais campos lexicais ganharam designações diversas, por conta da percepção e análise dos estudiosos envolvidos nessa empreitada, ou seja, cada designação trazia, em seu bojo, a essência do estudo que os autores propunham.

Definimos a sexualidade como campo lexical, a partir dos postulados coserianos, pois partimos do pressuposto de que a significação depreendida neste signo linguístico abarca os órgãos sexuais (masculinos e femininos), os desejos sexuais e os qualificadores.

Levando-se em consideração a metodologia dos Campos Lexicais postulada por Eugenio Coseriu (1991 [1977]), estruturamos o campo lexical da sexualidade obedecendo às seguintes etapas:

1ª etapa - Levantamento das lexias referentes à sexualidade;

2ª etapa - Consulta a alguns dicionários de língua portuguesa, tais como Houaiss (2004; 2009), a fim de auxiliar nas definições das lexias elencadas;

3ª etapa - Definição de macrocampos e microcampos lexicais correspondentes às lexias levantadas. Depois de definirmos

os macros e microcampos lexicais correlacionados ao campo lexical da sexualidade, estabelecemos, conforme as normas lexicográficas, que: a) as lexias foram dispostas em: negrito, seguida de natureza gramatical, da definição e do contexto (constando algumas ocorrências, o número de fôlios e linhas); b) em relação à natureza gramatical da lexia, apresentamos os substantivos e/ou adjetivos no singular; e os verbos foram explanados no infinitivo; c) as lexias elencadas no presente trabalho foram apresentadas de acordo com a norma ortográfica vigente, porém nos exemplos as mantivemos grafadas tal qual constam no documento.

A fim de explanar melhor, catalogamos o *corpus* através das iniciais das vítimas, sendo assim:

- a) A.D.J.F - Auto de Defloração de Joana Francisca
- b) A.D.S.M. - Auto de Defloração de Saturnina Maria de Jesus
- c) A.D.J.E. - Auto de Defloração de Josepha Esmina Ribeiro
- d) A.D.S.S. - Auto de Defloração de Senhorinha Soares de Lima
- e) A.D.M.J - Auto de Defloração de Maria José de Oliveira

Elegemos explanar, aqui, algumas lexias que compõem o Campo Lexical da Sexualidade. Assim, compreendemos os **Macrocampos das Ações e dos qualificadores** (que se dividem em dois microcampos: femininos e masculinos), **dos comportamentos sexuais, das consequências do crime.**

6.1. Macrocampo das ações

DEFLOAR – v.t.d. ‘fazer perder a virgindade da mulher de menor idade ou não, com o consentimento da mesma, através de sedução e/ou de promessas de casamento’

“[...] dispeito elle a **deflorou-a** [...]” (A.D.S.M, f. 8r, l. 27)

OFENDER EM SUA HONRA – loc. verbal ‘deflorar tirando a honra da vítima’

“[...] que forçosamente lhe / tinha **offendido em sua honra** [...]” (A.D.M.J, f. 11v, l. 11-12)

SUBJUGAR – v.t.d ‘ver em **ofender em sua honra**’

“[...] Adriano que em chegando, / a leva por terra, **subjulga-a**, / impossibilitando-a de resistir e de- / fender-se [...]” (A.D.S.S, f. 3r, l. 28-31)

REPARAR A HONRA – loc. verb. ‘Reparar a ofensa do defloramento através do casamento’.

“[...] menor Joanna Francisca dos Santos, e como / o denunciado não tenha querido **reparar a hon- / ra** da mesma [...]” (A.D.J.F, f. 2r, l. 14-16)

6.2. Macrocampo dos qualificadores

6.2.1 Femininos

OFENDIDA – adj. ‘refere-se à pessoa do sexo feminino que perdeu a virgindade através de sedução e/ou de promessas de casamento’

“[...] a **of- / fendida** Joan[n]a Francisca dos / Santos [...]” (A.D.J.F, f. 7r, l. 13-14)

“[...] acha- / do-se a **offendida** grávida, há trez meses, em virtude de / relação sexual com o offensor [...]” (A.D.S.M, f. 5r, l. 12-14)

MENOR OFENDIDA – loc. adj. ‘refere-se à mulher, menor de idade, que perdeu a virgindade através de sedução e/ou de promessas de casamento’

“[...] **a menor offendida** / com seus irmão também de menor [...]” (A.D.S.S, f. 3r, l.16-17)

6.2.2 Masculinos

OFENSOR - adj. ‘que foi alvo de acusação; que praticou o crime de defloramento, incriminado; denunciado’.

“[...] elle **o ofensor** / de Ephygenia dizendo-lhe [...]” (A.D.E.A. f. 18r, l.5-6)

OFENSOR DE SUA HONRA – loc. adj. ‘que praticou o crime de defloramento, denunciado’.

“[...] o individuo de que se queixa com / **o ofensor de sua honra** [...]” (A.D.E.A. f. 12r, l.16-17)

6.3. Macrocampo dos comportamentos sexuais

INTUITO LIBIDINOSO – loc. subst. ‘vontade sexual conferida ao homem’

“[...] dizendo-se noivo da / mesma para ter ingresso em sua casa / e mais facilmente poder realizar o seu / **intuito libidinoso** [...]” (A.D.J.E, f. 2r, l.18-21)

BESTIAIS INSTINTOS – ‘loc. subst. **ver em intuito libidinoso**’

“[...] faz seus **bestiais instinctus** [...]” (A.D.S.S, f. 3v, l.6)

6.4. Macrocampo das consequências do crime

DESONRA – subs. ‘condição em que a mulher, de menor idade ou não, fica após perder a virgindade, através de sedução e/ou de promessas de casamento’

“[...] o reponsável / pela **deshonra** de Joan[n]a / Francisca [...]” (A.D.J.E, f. 17v, l.25-27)

“[...] autor da **deshonra** / de Josepha [...]” (A.D.J.E, f. 25r, l.6-7)

Palavras finais, mas não definitivas

Compreendemos que as lexias “mulher” e “virgindade”, ao longo do tempo, estiveram sempre atreladas. O estudo do *corpus*, a leitura de algumas histórias da Bíblia, estudos e reflexões nos mostram que a moral e os bons costumes estiveram atribuídos à noção de “boa família”. Assim, o desvirginamento feminino antes do casamento era, além de uma desmoralização da mulher, a desonra de toda a família a que ela pertencia.

Deste modo, não podemos deixar de salientar que as edições filológicas nos permitem adentrar a essas histórias (deflo-ramentos citados), nos despertar ao cotejo com outros textos, e nos dá acesso a lexias carregadas do *modus vivendi* de um povo e/ou grupo de povos.

Diante de tantos olhares, sabemos que a seara é grande e, esperamos que tal estudo contribua para os estudos filológicos e lexicológicos, além de propiciar discussões que descortinem a mulher, seu direito e sua história.

REFERÊNCIAS

A BÍBLIA DA MULHER, leitura, devocional, estudo. 2. ed. Barueri-SP: Sociedade Bíblica do Brasil, 2014.

CEDOC. Disponível em: <http://www5.uefs.br/cedoc/>. Acesso em: 29 jun. 2019.

CHIZIANE, Paulina. **Eu, mulher**: por uma nova visão do mundo. 2. ed. Belo Horizonte: Nandyala, 2016.

COSERIU, Eugenio. **Princípios de semântica estrutural**. 2. ed. Vers. esp. Marcos Martinez Hernández, rev. por el autor. Madrid: Gredos, 1991 [1977].

QUEIROZ, Rita (Org.). **Manuscritos baianos dos séculos XVIII ao XX**: Autos de defloramento. Guaratinguetá-SP: Penalux, 2018.

SILVA, D. Q. S. S. **Entre a escrita e a sexualidade**: edição semidiplomática e estudo léxico-semântico do processo-crime de estupro de Maria Possidonia de Jesus. 2014. 172f. Dissertação (Mestrado em Estudos Linguísticos) – Programa de Pós-Graduação em Estudos Linguísticos, Universidade Estadual de Feira de Santana, Feira de Santana, 2014.

A series of horizontal white bars of varying lengths and positions on a black background, resembling a barcode or a stylized letter 'E'. The bars are arranged in a way that they do not form a continuous shape, but rather a collection of discrete segments. The segments are located at various vertical positions and extend horizontally across the frame to different degrees. Some segments are long and thin, while others are shorter and thicker. The overall effect is a high-contrast, abstract pattern.

A importância do projeto Atlas Linguístico do Brasil para o conhecimento da língua portuguesa

Jacyra Andrade Mota

Marcela Moura Torres Paim

“A preocupação diatópica, seja porque os homens se situam nos espaços geofísicos, seja porque as línguas e as suas variedades, pelas implicações culturais a que estão sujeitas e que indubitavelmente refletem, têm um território próprio, ou seja, ainda, porque o homem é indissociável no seu **existir** e no seu **agir**, no seu **ser** e no seu **fazer**, tem sido uma constante nos estudos dialetais e desde os seus primórdios”. (CARDOSO, 2006, p. 100).

Introdução

A língua constitui-se como realidade material através do uso que os membros de uma sociedade fazem dela, seja pela fala ou pela escrita. Sua função principal é o estabelecimento das interações sociais, pois “[...] tudo o que se produz como linguagem ocorre em sociedade, para ser comunicado, e, como tal, constitui

uma realidade material que se relaciona com o que lhe é exterior, com o que existe independentemente da linguagem” (PETTER, 2010, p. 11).

Compreende-se, portanto, que a língua vincula-se a aspectos históricos e culturais de uma sociedade, o que representa, por conseguinte, a visão de mundo de um povo. Assim, fundamentando-se nos pressupostos teóricos a que se referem Chambers e Trudgill (1994[1980]), Cardoso e Ferreira (1994), Petter (2010), pretende-se abordar a importância do Projeto Atlas Linguístico do Brasil (ALiB) para o conhecimento da realidade brasileira, com base em dados empíricos rigorosamente coletados e analisados.

A interface do Projeto ALiB com a linguagem e a sociedade é ilustrada com dados extraídos do banco de dados do referido projeto no intuito de evidenciar a pluralidade de usos da língua, que deve ser sempre um instrumento de socialização.

O Projeto Atlas Linguístico do Brasil e sua interface com a linguagem e a sociedade

Em 1952, o Governo Brasileiro se manifestou, oficialmente, sobre a necessidade de fazer um atlas linguístico do Brasil, por reconhecer nesse tipo de produção científica uma forma adequada e eficaz de responder às demandas da área, como fica expresso no Decreto nº 30.643 de 20 de março de 1952 que, assim, reza no seu §3º:

A Comissão de Filologia promoverá pesquisas em todo o vasto campo de filologia portuguesa-fonologia, morfológicas, sintáticas, léxicas, etimológicas, métricas, onomatológicas, dialetológicas, bibliográfi-

cas, históricas, literárias, problemas de texto, de fontes, de Autoria, de influências, sendo sua finalidade principal a elaboração do Atlas Lingüístico do Brasil.

Mesmo existindo a determinação governamental, razões de diferentes ordens impossibilitaram a realização desse desejo dos linguistas brasileiros. Somente cerca de cinquenta anos depois, a ideia de um atlas linguístico, no tocante à língua portuguesa, foi retomada por Suzana Alice Marcelino Cardoso, que organizou na Universidade Federal da Bahia, em 1996, o Seminário *Caminhos e Perspectivas para a Geolingüística no Brasil*. Esse Seminário contou com a participação da equipe baiana, de um representativo número de pesquisadores brasileiros de outras universidades e com a presença de Michel Contini, do *Centre de Dialectologie de Grenoble*, Diretor do *Atlas Linguistique Roman* e membro do Comitê Diretor do *Atlas Linguarum Europae*.

Nesse evento, decidiu-se que o Projeto ALiB seria coordenado por um Comitê Nacional, constituído de uma Diretora-Presidente – Suzana Alice Marcelino da Silva Cardoso (Universidade Federal da Bahia), de uma Diretora Executiva – Jacyra Andrade Mota (Universidade Federal da Bahia), de Diretores Científicos, autores dos atlas linguísticos regionais publicados no Brasil, e de um representante dos atlas então em andamento.

Devido ao falecimento da saudosa Suzana Cardoso, em 2018, atualmente, a coordenação do Projeto ALiB está sob a responsabilidade de um Comitê Nacional, constituído de 13 (treze) membros, assim estruturado: Diretora Presidente – Jacyra Andrade Mota (Universidade Federal da Bahia), Diretora Executiva – Silvana Soares Costa Ribeiro (Universidade Federal da Bahia), Diretores Científicos: Abdelhak Razky (Universidade Federal do Pará); Aparecida Negri Isquerdo (Universidade Federal de

Mato Grosso do Sul); Conceição Maria de Araújo (Universidade Federal do Maranhão); Fabiane Cristina Altino (Universidade Estadual de Londrina); Felício Wessling Margotti (Universidade Federal de Santa Catarina); Marcela Moura Torres Paim (Universidade Federal da Bahia); Maria do Socorro Silva de Aragão (Universidade Federal da Paraíba/Federal do Ceará); Marilúcia Barros de Oliveira (Universidade Federal do Pará); Regiane Coelho Pereira Reis (Universidade Federal de Mato Grosso do Sul); Valter Romano (Universidade Federal de Lavras) e Vanderci de Andrade Aguilera (Universidade Estadual de Londrina).

O Projeto ALiB, na sua essência um projeto linguístico, porque busca documentar, descrever e interpretar a realidade do português brasileiro, tem, exatamente por esse caráter, uma evidente interface com diferentes ramos do conhecimento organizado, decorrente do fato de que a história de uma língua é a história do próprio povo que a fala.

O caráter de que se reveste esse projeto inspira e fundamenta a sua concepção na pluralidade do conhecimento e permite que, dos resultados que venha a oferecer, se beneficie amplo espectro das ciências na atualidade.

No que diz respeito ao primeiro dos aspectos, a concepção do projeto conduziu a que se recorresse a diferentes campos do conhecimento. A definição da rede de pontos para levantamento de dados requereu conhecimento no campo da história, da antropologia, da demografia, da geografia, física, humana e política, dos estudos culturais, da economia de cada região, do desenvolvimento social e político etc. A seleção de localidades apresenta um reflexo não só do interesse linguístico, mas do perfil sócio-histórico das zonas a serem mapeadas e se, por um lado, é um indicador de importância para a visão de língua, por outro, encerra um relevante feixe de correlações sócio-histórico-culturais.

A determinação do tipo de informante que deverá fornecer as amostras de fala para a constituição do *corpus* do ALiB levou em conta a decisão metodológica de se contemplarem dimensões sociais — diassexual, diageracional e diastrática —, ao lado da diatópica, afastando-se, portanto, do perfil que Chambers e Trudgill (1994[1980], p. 57) identificam como NORM (*nonmobile, older, rural-male*) — ou HARAS (homem, adulto, rurícola, analfabeto e sedentário), na versão sugerida por Zágari (1998) —, inserindo-se na metodologia contemporânea da Geolinguística Pluridimensional.

Desse modo, os informantes, em número de quatro em cada ponto — exceto nas capitais de Estado, onde foram inquiridos oito informantes —, distribuíram-se igualmente pelos dois sexos, em cada localidade, perfazendo um total de 550 homens e 550 mulheres, possibilitando a análise da variação diassexual.

Para a apreensão da variação diageracional, os informantes são de duas faixas etárias: uma mais jovem, de 18 a 30 anos, e uma mais velha, de 50 a 65 anos. Do ponto de vista da variação estrática, incluem-se nas capitais de Estado, informantes de dois níveis de escolaridade: quatro com curso fundamental incompleto — como nas demais localidades — e quatro com nível de escolarização universitário.

Os 1.100 informantes devem ser naturais da localidade e filhos de pessoas naturais da mesma área linguística, como é norma em trabalhos de natureza geolinguística, não devem ter se afastado da localidade por períodos muito longos e contínuos e esses períodos de afastamento não podem coincidir com os primeiros anos de vida do indivíduo (fase de aquisição da linguagem), nem com os anos imediatamente anteriores àquele em que se realiza o inquérito.

Em relação ao tipo de recolha realizado, os dados coletados evidenciam diferentes formas de comportamento linguístico

correlacionadas ao tipo de discurso. A postura linguística que possui o falante, a depender da natureza da sua elocução, possibilita importante material de análise para o conhecimento do comportamento humano. As respostas não dadas e as restrições, que muitas vezes ficam claras na fala dos informantes, bem como o recurso a metáforas e a circunlóquios, proporcionam reflexões no campo dos estudos culturais, em geral, que evidenciam tabus existentes, construídos no curso da história e motivados por impulsos diferenciados.

As respostas obtidas na entrevista ao informante masculino, jovem, de nível de escolaridade fundamental, na capital de São Paulo, exemplifica um desses casos.

INQ. – Deus está no céu e no inferno está quem?

INF. — Xi... tô fora. Não conheço essa linguagem, não. É o inimigo.

INQ. – Conhece algum outro nome para ele?

INF. — Aff... tem vários nomes pra esse cara aí, viu? Tem vários. Tem que falar declarado mesmo? Eu sei que ele vai gostar de chamar o nome dele, né? É ... É o estrela vermelha.

A dimensão diafásica nos dados do ALiB pode ser depreendida a partir de questões como “E depois da noite o que é que vem?”, “Como se chama a pessoa que só enxerga com um olho?” (questionário fonético fonológico (QFF), 56, e questionário semântico-lexical (QSL), 91, respectivamente) — nas quais se obtêm respostas mais monitoradas — a questões que propiciam respostas emitidas de modo mais espontâneo, como, por exemplo, “Como era esta cidade, antigamente, em termos de festas?” (questionário morfossintático (QMS), 46) ou “Relate um acontecimento marcante em sua vida” (temas para discursos semidirigidos (TDS), 01).

O conjunto de dados que um atlas linguístico espelha, na sua amplitude maior, pode permitir:

- (i) mostrar coordenadas seguidas no povoamento do país, desfazendo dúvidas sobre roteiros de penetração ou oferecendo elementos comprobatórios de levas de povoamento fixadas nesses locais ou que por eles transitaram;
- (ii) assinalar o papel de acidentes geográficos na difusão de hábitos linguísticos — como se pode ver examinando, por exemplo, o papel dos rios — ou no isolamento de fenômenos que se detêm por trás de montanhas ou incrustados em vales;
- (iii) fornecer elementos específicos para estudos pontuais referentes, por exemplo, às antigas denominações para doenças, assim como aos diagnósticos e curas, presentes na sabedoria popular.

A relação do Projeto ALiB com a educação é bem significativa, pois os resultados gerados pelo projeto poderão propiciar um melhor equacionamento do ensino-aprendizagem à realidade de cada região, uma vez que, descritas as peculiaridades de cada área e caracterizada a variedade de uso da língua ali dominante, pode-se construir um modelo de ensino do vernáculo mais eficaz.

A esses aspectos relacionados, com os quais não se pretendeu esgotar a indicação das possibilidades de interdisciplinaridade do projeto, é importante evidenciar o que advém de um atlas para os estudos linguísticos particularmente nos seus distintos campos — fonético-fonológico, morfossintático, semântico-lexical, pragmático-discursivo.

Com a implantação do Projeto ALiB, em 1996, houve a oportunidade de discussão da metodologia relacionada aos trabalhos de âmbito geolinguístico e à produção de instrumentos de trabalhos que se adequassem às necessidades de coleta de dados empíricos, fatos tão importantes ao desenvolvimento da Geolinguística no Brasil, de modo que, como sugerido por Cardoso e Mota (2006), pode entender-se o Projeto ALiB como marco de uma nova fase na Dialetologia Brasileira, a quarta, se se admitem as três fases anteriormente propostas por Cardoso e Ferreira (1994).

Ou, como propõe Romano (2013), a Geolinguística no Brasil pode-se dividir em duas fases, tendo como marco o ano de implantação do Projeto ALiB. Diz o autor:

O segundo momento da Geolinguística brasileira vai de 1996 até os dias atuais. Os trabalhos deste período já apresentam influência dos pressupostos metodológicos do ALiB, caminhando para uma visão pluridimensional da variação. É nesse segundo momento que há um incremento prodigioso da elaboração de atlas linguísticos de pequeno domínio, a partir de projetos incentivados pelos diretores científicos do ALiB (ROMANO, 2013, p. 5).

O Questionário Linguístico do ALiB (COMITÊ NACIONAL DO ALiB, 2001), pelo seu caráter amplo no que diz respeito aos diversos níveis de estudo da língua, tem servido de base para a produção de questionários específicos, em diferentes pesquisas, para trabalhos de graduação, de pós-graduação e para a realização de atlas linguísticos regionais e de pequenos domínios.

Nos dois volumes já publicados (CARDOSO et al., 2014a, 2014b), encontram-se, no volume 1, a trajetória do Projeto e a descrição dos passos metodológicos seguidos, com a reprodução dos instrumentos metodológicos utilizados e apêndices

que complementam a informação e, no volume 2, um primeiro conjunto de cartas linguísticas que expõem os resultados, relacionados às capitais de estado, no âmbito da fonética, do léxico e da morfossintaxe, trazendo, em alguns casos, além da visão diatópica, um enfoque diageracional, diassexual e diastrático.

O volume 2, nas suas 368 páginas, apresenta:

- cartas fonéticas que contemplam seis fatos descritos e analisados num conjunto de 46 cartas;
- cartas semântico-lexicais, prioritariamente onomasiológicas, mas incluindo duas cartas semasiológicas, num total de 106 cartas que abordam oito das 14 áreas semânticas constantes do Questionário Semântico-Lexical e evidenciam os dados numa perspectiva geral — cartas diatópicas gerais — e com indicação por região — cartas diatópicas regionais;
- cartas morfossintáticas, em número de sete, com dados referentes à flexão de número e de gênero, à distribuição dos pronomes de tratamento e à utilização do verbo *ter* com valor existencial.

Algumas cartas, e na sua maioria, estão acompanhadas de notas que fornecem comentários dos informantes e manifestações do inquiridor ou do responsável pela elaboração da carta, com intuito de esclarecer fatos considerados importantes.

No presente momento, o Comitê Nacional encontra-se em fase de preparação do volume 3, que abordará estudos sobre as cartas publicadas no volume 2, contemplando a análise dos dados cartografados. Dois outros volumes estão em andamento, os volumes 4 e 5, direcionados ainda, para os materiais coletados

nas capitais de estado. Os volumes 6 e 7, já programados, iniciam a abordagem dos resultados obtidos na pesquisa das cidades que integram a rede de ponto no interior dos estados.

O fornecimento de dados de caráter geral sobre aspectos políticos e geográficos do país, com detalhamento das regiões geográficas nas quais se identificam os pontos da rede em cada uma delas, se dá por meio de dez cartas de maneira introdutória. A essas se seguem as cartas linguísticas, propriamente ditas.

Analizando os dados do Projeto Atlas Linguístico do Brasil

O Projeto Atlas Linguístico do Brasil tem papel importante para o conhecimento e a divulgação da língua portuguesa, contribuindo para a compreensão de que a língua deve ser sempre um instrumento de socialização de ganhos, de histórias, de fontes de conhecimento.

Com a publicação dos dois primeiros volumes e o grande número de análises parciais com vistas à elaboração de teses, dissertações, monografias e artigos diversos, muitos já publicados em revistas e livros, conta-se, atualmente, com um representativo número de análises linguísticas, como as que se exemplificam a seguir.

No nível fônico, por exemplo, verifica-se, entre as áreas brasileiras, variação entre articulações consonânticas dento alveolares e palatais para o /t, d/ diante de vogal alta [i], em vocábulos como *tia*, *dia* — casos em que se considera a presença de uma vogal alta fonológica —, *presente*, *tempestade*, *tesoura*, *desvio* — casos em que o [i] é derivado de uma vogal média anterior. Essa variação está documentada, nas capitais brasileiras, na carta F06C1 (cf CARDOSO et al.2014b).

Destaca-se, nessas cartas, a pronúncia dentalizada, conservadora da variante portuguesa e ainda presente em Portugal, principalmente, nas capitais do Nordeste, e, nessa área, sobretudo em Natal, João Pessoa, Recife, Maceió e Aracaju e, em menor percentual, em Teresina. As variantes dentalizadas encontram-se, também, em outras capitais brasileiras, como Macapá, Boa Vista, Porto Velho e Manaus, no Norte; Goiânia, Campo Grande e Cuiabá, no Centro-Oeste; Curitiba e Florianópolis, no Sul.

Do ponto de vista das variáveis sociais, as variantes dentalizadas encontram-se, mais frequentemente, na fala dos indivíduos de escolaridade fundamental e da faixa etária II, o que se interpreta como indício de mudança em curso, que se configura como mudança «de cima para baixo» (LABOV, 2001), em direção às variantes africadas mais prestigiadas.

Esse traço, identificador de áreas do Nordeste, é, às vezes, referido quando se solicita ao informante as diferenças observadas na fala de pessoas de outros lugares, como no trecho registrado à informante feminina, de faixa etária II e escolaridade universitária, de João Pessoa, a propósito da questão metalinguística 05 — Poderia dar um exemplo de modo como falam em outros lugares do Brasil?

INQ.- Então você poderia dar algum exemplo do que você percebe? (...)

INF.- (...). O cearense, eles *chiam* muito, né? Diz tia, titia ([tʃiɐ], [tʃi tʃiɐ]), sei lá. O maranhense, ele... é a fala super-correta, mas ele também chia como o cearense.

Nesse trecho, o “chiado” corresponde à emissão africada do /t/ diante de [i], observando-se, ainda, a avaliação pejorativa da informante, nesse caso de referência à variante africada, também presente na fala maranhense, que ela considera como “super-correta”.

Os dados do léxico exemplificam a grande variedade do português do Brasil, graças à presença das línguas indígenas, aqui existentes, das africanas, trazidas durante o período colonizador, e das europeias, introduzidas, mais tarde, pelos imigrantes.

São exemplos de vocábulos de origem indígena *carapanã* (cf. carta L 14 — “Pernilongo”) e *tapuru* (cf. carta L 13 — “Bicho da Goiaba”), ambos identificados como do tupi por Nascentes (1955), o primeiro presente nas seis capitais da região Norte, e o segundo, no Norte e em quatro do Nordeste – São Luís, João Pessoa, Recife e Maceió.

Outra denominação para o bicho da goiaba é *gongolô* (cf. carta L 13), documentada em Porto Velho, Rio Branco e Teresina, que é referida como do quimbundo ou do quicongo (cf. HOUAISS; VILLAR, 2001).

A influência de outras línguas pode ser vista na carta L 18 (“Bolinha de gude”), em Porto Alegre, na denominação *bolita*, em que o sufixo *-ita* mostra influência do espanhol rio-platense; em *bergamota*, nome dado como de origem italiana (cf. HOUAISS; VILLAR, 2001), na carta L05d (“Tangerina”), nas capitais do sul, principalmente em Porto Alegre; e em *chimia* para *geléia* (QSL, 177), do alemão *schmier*, em localidades do sul de colonização alemã.

Os dados do ALiB documentam, também, denominações mais antigas, que permanecem em algumas áreas ou na fala de informantes mais velhos, como, por exemplo, *califon* para *sutien*, em Teresina, Fortaleza Natal, João Pessoa, Recife e Aracaju (cf. carta L 25) e *ruge* para *blush*, em todas as capitais (cf. carta L26), embora, predominantemente, em falantes de nível fundamental (cf. carta 26E), da faixa II (cf. carta L 26G) e do sexo masculino (cf. carta L26S).

No campo morfossintático, as variantes como *menas* (cf. carta M 03) e *degrais* (cf. carta M01), a primeira documentada em todas as capitais e a segunda, na maioria delas, embora ocorram,

prioritariamente, em registros de falantes de nível de escolaridade fundamental, está também na fala de universitários, o que mostra a vitalidade dessas inovações.

Os exemplos aqui expostos pretendem dar uma visão geral do que pode oferecer um atlas linguístico para o conhecimento do português do Brasil, que, certamente, ampliar-se-á, com a publicação dos demais volumes, já em andamento.

Considerações finais

Os produtos gerados pelo Projeto Atlas Linguístico do Brasil permitirão um melhor equacionamento do ensino-aprendizagem da língua portuguesa à realidade de cada região. Afinal, descritas as particularidades de cada área, evidenciando a variedade de uso da língua ali dominante, pode-se construir um modelo de ensino do vernáculo mais eficaz com a utilização dos dados linguísticos que permitam a adequação de material didático à realidade linguística de cada região e a compreensão do caráter multidialetal do Brasil.

As reflexões apresentadas, que não tinham a intenção de ser exaustivas, tiveram como objetivo: (i) o despertar da importância do Projeto Atlas Linguístico do Brasil para língua portuguesa, salientando as suas distintas realidades e a sua pluralidade de usos no momento da pesquisa e do ensino formal; (ii) o entendimento de que a língua deve ser sempre um instrumento de socialização e jamais uma forma de estigmatização.

A agregação de jovens pesquisadores e estudantes de graduação e de pós-graduação à investigação científica tem sido uma tarefa contínua praticada pelo Comitê Nacional. Os dados comprobatórios dessa ação de formar jovens pesquisadores são

evidenciados pela titulação obtida por bolsistas, os trabalhos por eles desenvolvidos, assim como a sua posterior presença no quadro de professores das instituições de ensino superior.

Considera-se, ainda, como uma ação produtiva para despertar o interesse de estudantes e jovens pesquisadores, buscando integrá-los nas atividades de pesquisa, a divulgação do Projeto ALiB através de cursos regulares, na graduação ou na pós-graduação, e ocasionais, principalmente em eventos científicos, conferências e palestras.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Decreto n.º 30.643, de 20 de março de 1952. Institui o Centro de Pesquisas da Casa de Rui Barbosa e dispõe sobre seu funcionamento.

CARDOSO, Suzana Alice; FERREIRA, Carlota. **A dialetologia no Brasil**. São Paulo: Contexto, 1994.

CARDOSO, Suzana Alice. Dialectologia e ensino-aprendizagem da língua materna. In: CARDOSO, Suzana Alice; MOTA, Jacyra. (Org.). **Documentos 2**. Projeto Atlas Lingüístico do Brasil. Salvador: Quarteto, 2006. p.97-107.

CARDOSO, Suzana Alice; MOTA, Jacyra. Para uma nova divisão dos estudos dialetais brasileiros. In: CARDOSO, Suzana Alice; MOTA, Jacyra. (Org.). **Documentos 2**. Projeto Atlas Lingüístico do Brasil. Salvador: Quarteto, 2006. p.15-26.

CARDOSO, Suzana Alice et al. **Atlas Lingüístico do Brasil**. Londrina: EDUEL, 2014a. v. 1.

CARDOSO, Suzana Alice et al. **Atlas Linguístico do Brasil**. Londrina: EDUEL, 2014b. v.2.

CHAMBERS, Jack; TRUDGILL, Peter. **La Dialectología**. Tradução de Carmen Morán González. Madrid: Visor Libros, 1994. [**Dialectology**. Cambridge, University Press, 1980].

COMITÊ NACIONAL DO PROJETO ALiB. **Atlas Lingüístico do Brasil**. Questionários. Londrina: Ed. UEL, 2001.

HOUAISS, Antonio; VILLAR, Mauro. **Dicionário Houaiss da língua portuguesa**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2001.

LABOV, William. **Principles of linguistic change**. v. 2: Social factors. Massachusetts: Blackwell, 2001.

NASCENTES, Antenor. **Dicionário etimológico da língua portuguesa**. Rio de Janeiro: F. Alves, 1955 [1932].

PETTER, Margarida Maria Taddoni. Morfologia. In: FIORIN, José Luiz (Org.). **Introdução à linguística II**: princípios de análise. 5. ed.. São Paulo: Contexto, 2010. p. 59-80.

ROMANO, Valter. Balanço crítico da Geolinguística brasileira e a proposição de uma divisão. **Entretextos**, Londrina, v.13, n° 02, p. 203 - 242, jul./dez. 2013. Disponível em: www.uel.br/revistas/uel/index.php/entretextos/article/download/16388/13897

ZÁGARI, Mário Roberto. Os falares mineiros: esboço de um Atlas Linguístico de Minas Gerais. In: AGUILERA, Vanderi de Andrade. (Org.). **A geolinguística no Brasil**: caminhos e perspectivas. Londrina: EDUEL, 1998. p. 31-77.

A combinação do artigo definido com pronome possessivo: análise de fatores semânticos

Rosana Carvalho Brito

Mariana Fagundes de Oliveira Lacerda

Zenaide de Oliveira Novais Carneiro

Palavras iniciais

A proposta do texto é apresentar uma análise sociolinguística dos fatores de natureza semântica, identificados como relevantes para a combinação do artigo definido com pronome possessivo. O *corpus* do estudo é constituído por 91 cartas de caráter pessoal, manuscritas entre 1906 e 2000, por 43 lavradores baianos de baixa escolaridade. Essa documentação foi reunida e editada por Santiago (2012) e faz parte do banco de dados do projeto *Corpus Eletrônico de Documentos Históricos do Sertão – CE-DOHS* (Fapesb 5566/2010 – Consepe 202/2010), coordenado pelas Professoras Doutoras Zenaide de Oliveira Novais Carneiro e Mariana Fagundes de Oliveira Lacerda. Com isso, o trabalho atende a uma das agendas do Projeto Nacional Para a História do Português Brasileiro (PHPB) – o estudo gramatical do português brasileiro – e se destaca por analisar um *corpus* extremamente relevante, de

falantes estacionados em fase incipiente de aquisição da escrita (MARQUILHAS, 2000).

No que concerne à estrutura deste texto, na seção seguinte revisitam-se trabalhos que analisaram os condicionamentos semânticos da combinação do artigo definido com pronome possessivo. O intuito é observar se a presente análise amplia o acervo de conhecimentos alçados até o momento sobre o tema. Na sequência, apresentam-se, brevemente, a amostra analisada e os pressupostos teórico-metodológicos. A terceira seção traz os resultados da pesquisa e a última, as considerações finais.

De onde viemos e para onde vamos

À primeira vista, a presença do artigo definido no sintagma nominal está relacionada à possibilidade de leitura definida do sintagma, ou seja, à definitude³⁷. Partindo desse ponto, parece impossível relegar a um segundo plano a atuação de fatores de ordem semântica quando o propósito é pensar o uso variável do artigo definido. Tendo isso em conta, a proposta aqui é compreender a relevância do contexto semântico para a realização desse determinante diante de pronomes possessivos.

Essa empreitada, com dados do Português Brasileiro, numa perspectiva sincrônica, ganha impulso em 1982, com o trabalho seminal de Silva (1998). A autora notou que nomes de parentesco (pai, mãe, irmã, tio etc.) reduziam a realização do artigo antes de pronome possessivo e atribuiu esse resultado a uma superdeterminação de categorias como nomes de parentesco. A autora

37 Entende-se a definitude aqui a partir da noção de identificabilidade (LYONS, 1999).

aprimora sua análise, constatando que, em relação à inerência de posse, aspectos considerados inerentemente possuídos (como a vida, por exemplo) e as partes do corpo (biologicamente inerentes) favorecem a presença do artigo. Por outro lado, nomes de parentesco e relações humanas (que não são categorias propriamente possuídas) e os possuídos não-inerentes tendem a diminuir a presença do artigo antes de possessivo. Esses resultados são retificados pelo estudo de Callou e Silva (1997).

A atuação de fatores semânticos para a realização do artigo definido faz-se notar também em outras variedades do Português. Floripi (2008), através da análise de 23 textos de escritores portugueses nascidos entre 1600 e 1850, materiais disponibilizados pelo *Corpus Anotado do Português Histórico Tycho Brahe* (ou *Corpus Tycho Brahe*)³⁸, apresenta um mapeamento da mudança na realização do artigo no sintagma determinante possessivo no Português Clássico. A pesquisadora também esboça uma proposta de interpretação para os diferentes padrões de marcação do artigo quando se considera o tipo de núcleo do sintagma. A presença do determinante é mais favorecida com nomes próprios (pessoas, lugares etc.), e os nomes relacionais são os que mais inibem a realização do artigo. Segundo a autora, tais resultados indicam que a referencialidade do sintagma nominal influencia o licenciamento do artigo definido.

Rinke (2010) analisa o desenvolvimento diacrônico da combinação do artigo definido com pronome possessivo em textos portugueses do século XIII ao XIX. A pesquisadora constatou, no século XIX, a presença do artigo diante de possessivo era quase categórica. A ausência do artigo resistia apenas nos contextos que envolvem nomes de parentesco.

38 Sobre o *Corpus Tycho Brahe*, acessar <<http://www.tycho.iel.unicamp.br/corpus/>>.

Acerca dos contextos de análise que interessam ao presente estudo, os trabalhos supracitados lançam alguma luz à compreensão de dois – *animacidade* e *tipo de elemento possuído* –, demonstrando que os nomes com referentes humanos foram o contexto mais resistente à generalização do uso do artigo diante de possessivo. Diferentemente do que foi observado em relação ao Português Europeu, que atualmente marca categoricamente o artigo diante de possessivo (FLORIPÍ, 2008), no Português Brasileiro os nomes relacionais ainda bloqueiam expressivamente a marcação do artigo. O desafio, então, é explicar esse fenômeno, o que os trabalhos citados ainda não parecem ter feito satisfatoriamente.

Um terceiro contexto semântico ainda interessa de forma especial ao presente estudo: *tipo de substantivo*. Para esse grupo, o leque de observações alçadas pelos estudos antecedentes, até o momento, é ainda mais restrito. Na verdade, dos trabalhos consultados, somente o de Floripi (2008) controlou esse contexto, mas sua análise efetiva não foi desenvolvida. Callou e Silva (1997) remetem indiretamente a esse grupo, ao analisar a variável *tipo de possuído*.

Em linhas gerais, esse é o cenário de desenvolvimento das investigações acerca do condicionamento semântico da combinação do artigo com possessivo. Outros trabalhos que não foram aqui citados trazem observações que vão mais ou menos na direção das tendências apontadas nesta subseção.

O corpus da pesquisa e os pressupostos teórico-metodológicos

A investigação tem como corpus uma documentação de especial valor para os estudos no âmbito da Linguística Histórica: o acer-

vo *Cartas em Sisal*, reunido e editado por Santiago (2012). Essa amostra é constituída por 91 cartas pessoais, escritas por 43 sertanejos baianos de baixa escolaridade, o que permite uma aproximação com dados da oralidade, podendo revelar características da vertente popular do Português Brasileiro. A comparação entre as assinaturas dos remetentes nas cartas e nos termos de consentimento que eles forneceram à pesquisadora Huda Santiago, – autorizando-a a utilizar imagens e entrevistas coletadas numa etapa posterior à edição das cartas – revela que as missivas são autografas:

UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA
INSTITUTO DE LETRAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM LINGUAGEM E CULTURA
DOUTORADO EM LETRAS

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

O/a Senhor/a está sendo convidado/a a participar da pesquisa *Tratamento metodológico dos graus de inabilidade em corpora histórico-diacrônicos: um estudo a partir das mãos indelével do sertão baiano*, que tem como responsável Huda da Silva Santiago, estudante do curso de Doutorado em Letras, do Programa de Pós-Graduação em Língua e Cultura, da Universidade Federal da Bahia. O objetivo dessa pesquisa é estabelecer uma proposta metodológica para a identificação dos graus de inabilidade em textos histórico-diacrônicos e estudar os processos de letramento que caracterizam a difusão da língua escrita na zona rural do semiárido baiano. Sua participação consiste em fornecer depoimentos, narrando sobre os temas que serão propostos (o que será registrado em forma de vídeos e fotografias), e fornecer acesso do pesquisador aos manuscritos produzidos pelo/a Senhor/a e/ou que estão sob sua posse. Esse estado tem como benefícios tornar visíveis as práticas de escrita cotidiana, de pessoas comuns, garantindo a preservação da memória de um grupo social, historicamente excluído, a partir de informações sobre o perfil sociocultural desses sujeitos e dos seus processos de letramento. Eventuais riscos (desconfortos) estão relacionados a constrangimentos para responder às perguntas ou a exposição dos dados coletados; no entanto, após as gravações o/a Senhor/a poderá ouvi-las e, caso deseje, pode solicitar a exclusão de alguns trechos ou da entrevista completa. A participação nesta pesquisa é de forma voluntária e há o direito de desistir a qualquer momento, sem nenhuma penalidade. A presente autorização é concedida a título gratuito, abrangendo o uso do nome, das narrativas, das imagens e dos documentos manuscritos em todo território nacional e no exterior, exclusivamente para fins acadêmicos e culturais, como através da publicação em obras de cunho científico; apresentação em eventos científicos; sites e vídeos educativo-culturais, onde os resultados serão apresentados/divulgados.

Dados da pesquisadora responsável para contato: e-mail: huda.santiago@hotmail.com
Endereço: Rua Barão de Jeremoabo, nº9147, CEP: 40170-290, Campus Universitário Ondina Salvador-BA. Telefone: (71) 3283 - 6256.

DECLARAÇÃO

Eu, ANTÔNIO FORTUNATO SILVA, de nacionalidade brasileira, portador/a do RG n.º 08766838-63, residente Douze Santa Jansen, Quilombo do Tucupi, declaro que estou ciente dos termos dispostos acima e autorizo o uso do meu nome, dos meus documentos manuscritos, de minhas narrativas e imagens, registrados em vídeos e em fotografias, desde que não venha trazer prejuízos à minha dignidade, assinando este termo em duas vias, ficando com a posse de uma delas.

Data: 17 de setembro de 2015
Assinatura do sujeito da pesquisa: Antonio Fortunato Silva
Assinatura do pesquisador responsável: Huda da Silva Santiago

Figura 1: Assinatura do remetente AFS no termo de consentimento

Fonte: Termo concedido por Santiago.

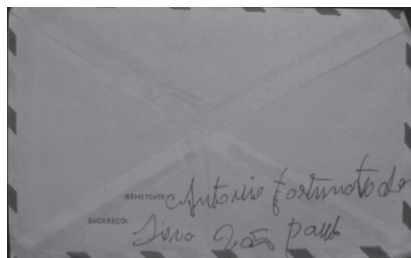


Figura 2: Assinatura do redator AFS no envelope da carta 8

Fonte: Extraído de Santiago (2012, p. 285).

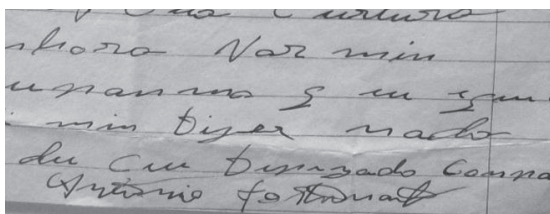


Figura 3: Assinatura do redator AFS na carta 9

Fonte: Extraído de Santiago (2012, p. 285).

As cartas foram redigidas ao longo do século XX, sobretudo entre as décadas de 1950 e 1970, e trocadas entre familiares e amigos, expressando, assim, a existência de relações sociais marcadas pela simetria. Essas missivas tratam de assuntos diversos relacionados à vida dos sertanejos no campo, além de expressar saudades dos parentes e amigos distantes. A maioria dos documentos foi escrita e enviada do próprio estado da Bahia. Poucas cartas foram remetidas de São Paulo (capital e cidades do interior). Uma única missiva foi enviada do Distrito Federal. Os redatores são naturais da zona rural de três municípios baianos: Riachão do Jacuípe, no Território de Identidade da Bacia do Jacuípe, e Conceição do Coité e Ichu, no Território de Identidade do Sisal:

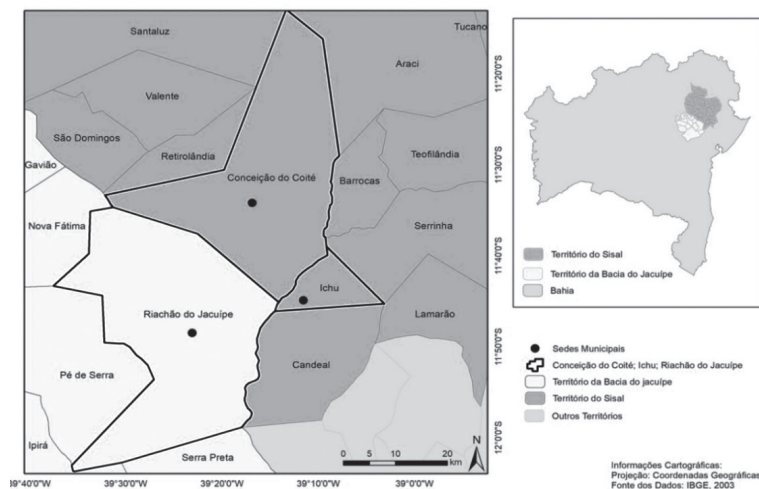


Figura 4: Municípios de origem dos redatores

Fonte: Brito (2019, p. 90).

De modo geral, esses sertanejos trabalham na agricultura e na criação de animais de pequeno porte. A maioria deles (23 remetentes) aprendeu a escrever em casa, com a ajuda de familiares, já que o processo de escolarização era bastante incipiente na região (SANTIAGO, 2016)³⁹.

Acerca dos pressupostos teórico-metodológicos do trabalho, pontua-se que a pesquisa é desenvolvida na perspectiva da Linguística Histórica sócio-histórica, conforme Mattos e Silva (2008). Esse viés da Linguística Histórica, além dos fatores estruturais, considera fatores extralinguísticos ou sociais, possibilitando a análise mais completa dos fenômenos em variação e/ou mudança nas línguas, como no instrumental de análise proposto pela sociolinguística laboviana, também chamada de sociolinguística

39 Para mais informações sobre o corpus, ver: Santiago (2011, 2012, 2013, 2016).

quantitativa ou variacionista (MATTOS E SILVA, 2008). Para análise quantitativa dos dados, são considerados os pressupostos metodológicos da sociolinguística variacionista (WEINREICH; LABOV; HERZOG, 2006 [1968]; LABOV, 2008 [1972]). Acerca da metodologia quantitativa, Guy (2007) explica que

O objetivo final de qualquer estudo quantitativo em pesquisa dialetal não é produzir números (por exemplo, medidas estatísticas para resumir os dados), mas identificar e explicar fenômenos linguísticos. Dessa maneira, gostaríamos de conseguir testar hipóteses, comparar análises alternativas e desenvolver modelos dos dados a partir dos quais possamos fazer prognósticos (GUY, 2007, p. 31).

Nesse sentido, além de apresentar a frequência de uso da variável linguística (presença ou ausência do artigo definido antes de possessivos), esta pesquisa busca elucidar os mecanismos semânticos que condicionam a variação. Para tanto, controlaram-se cinco variáveis: *status informacional*, *tipo de possuído*, *tipo de substantivo*, *animacidade do substantivo* e *contabilidade do substantivo*. Para analisá-las, os dados foram submetidos ao programa VARBRUL, na versão GOLDVARB-X (SANKOFF; TAGLIAMONT; SMITH, 2005), que apontou os contextos estatisticamente relevantes, descritos a seguir.

Contextos semânticos relevantes para a realização do artigo antes de possessivo

Analisaram-se 334 sintagmas possessivos em contextos em que o uso do artigo definido é variável. O artigo foi marcado em 56,6% des-

ses dados (189/334). Três contextos semânticos exibiram relevância estatística, a partir do processamento eletrônico dos dados no Gold-Varb-X: *tipo de possuído*, *tipo de substantivo* e *animacidade do substantivo*.

Uso do artigo e tipo de elemento possuído (inerência de posse)

A variável *tipo de possuído* controla a inter-relação entre o sentido de posse denotado pelo item possuído e a realização do artigo. Para tanto, considera as seguintes categorias⁴⁰:

Nomes de parentesco⁴¹:

(1) [...] Lembrança a Ø **meus** tio todos [...] (JCO- 31);

Relações humanas:

(2) [...] Aceitei vizita i um abraço| [.]e um aperto di mão di Ø **sua**|
Comadre [...] (JMS- 66).

40 Callou e Silva (1997) consideraram, além dessas, duas outras categorias de elementos possuídos: *abstrações únicas* e *abstrações não-únicas*. Neste estudo, porém, o tipo de substantivo (se concreto ou abstrato) só pode ser controlado em um grupo à parte, já que alguns dados seriam classificados, ao mesmo tempo, como dois fatores do grupo *tipo de possuído* (o nome *vida*, por exemplo, é um elemento de posse inerente, mas também seria classificado como abstrato). A subdivisão de todos os fatores do grupo *tipo de possuído* entre concreto ou abstrato também não seria produtiva, já que haveria células com número extremamente reduzido de dados. A solução encontrada foi, então, controlar o tipo de substantivo separadamente, o que representa um ganho para a análise, por possibilitar que o desempenho de cada variável seja melhor observado.

41 É comum utilizar também a designação *posse inalienável* para se referir a possuídos do tipo *nomes de parentesco* e *partes do corpo*. Geralmente, entende-se por posse inalienável “[...] estruturas possessivas especiais em que o possuído e o possuidor estabelecem uma relação de posse que não pode ser transferida a outro possuidor qualquer.” (MENDES, 2015, p. 65). Na presente pesquisa, embora o sentido empregado seja o mesmo do termo *posse inalienável*, preservam-se as denominações *nomes de parentesco* e *partes do corpo*, que são mais usuais entre os trabalhos que tratam da combinação do artigo definido com o pronome possessivo.

Elementos de posse não-inerente:

(3) [...] mande dizer| como vai **a noca galinha** [...] (GOR- 28);

Elementos de posse inerente:

(4) [...] as horas...| siliçioza da **minha vida** que pêgo| nu meu radio
lapes para ti.| ênvaiar-l as minha noticias (APS-43)

Partes do corpo:

(5) [...] **as minho pena** não| quebro [...] (VAN- 86).

A distinção entre elementos de posse inerente e não-inerente é bastante sutil e mesmo subjetiva. A fim de garantir a regularidade na classificação dos dados, considerou-se a distinção proposta por Silva (1998) para esses fatores:

Foram considerados possuídos não-inerentes os objetos que só eventualmente são possuídos (revista, cadeira) bem como características mais abstratas que não são obrigatórias (nervoso, opinião). Já características e objetos inerentes são os obrigatoriamente possuídos na nossa cultura ou que têm pelo menos grande expectativa de sê-lo (vida, alma, pente, casa). (SILVA, 1998, p. 132)

Considerando os resultados apresentados por Silva (1998) e Callou e Silva (1997), a hipótese é que elementos inerentemente possuídos fomentam mais a presença do artigo. Os elementos que não são propriamente possuídos (como os nomes de parentesco e relações humanas), por esse motivo, dispensariam a presença do determinante.

Os resultados para o grupo *tipo de possuído* foram os seguintes:

Tabela 1: Realização do artigo e tipo de possuído

Tipo de posse	Oc./Total	%	Peso relativo
Possuído não-inerente	118/161	73,3%	.65
Possuído inerente	33/52	63,5%	.53
Partes do corpo	11/20	55%	.46
Nomes de parentesco	10/30	33,3%	.27
Relações humanas	15/53	28,3%	.21

Fonte: Elaborada pela autora.

Nota-se, de início, que os possuídos não-inerentes superam os elementos inerentemente possuídos na marcação do artigo antes de possessivo, resultado que contraria a hipótese inicial, já que a ideia de posse expressa pelo nome núcleo do sintagma possessivo, *a priori*, deveria ser o principal estímulo à realização do artigo. Interessa observar, no entanto, que ambos os fatores – possuídos inerentes e não-inerentes – são passíveis de posse e, portanto, deveriam mesmo elevar o uso do artigo em relação aos elementos que não configuram categorias propriamente possuídas. As partes do corpo, que, segundo Silva (1998), seriam possuídos biologicamente inerentes, reduzem, rapidamente, a presença do artigo. E os elementos com referentes humanos, que não são literalmente possuídos (como um objeto concreto o é, por exemplo), bloqueiam intensamente o uso do artigo.

Deduz-se, por esses resultados, que, para a amostra analisada, interessa basicamente a possibilidade de o elemento ser ou não possuído e não o grau de inerência de posse. Não parece haver aqui muita relevância para a escala de inerência de posse. Os fatores do grupo *tipo de possuído* ainda devem ser submetidos a um teste de Qui-quadrado (chi-square), para certificação da atuação de

cada um. Até que ponto as distinções postas para esse grupo são de fato relevantes? Desconfia-se, inclusive, da possibilidade de os efeitos do grupo *tipo de possuído* estarem sendo influenciados pelo grupo *animacidade*. Nesse caso, apenas a animacidade do elemento núcleo do sintagma possessivo importaria à realização do artigo.

Uso do artigo e animacidade do substantivo

Lyons (1999) observa que alguns fenômenos linguísticos que trazem em seu bojo diferenciações relacionadas à animacidade conduziram à formulação de uma hierarquia de animacidade. A partir dos trabalhos de Silverstein (1976), Comrie (1981) e Croft (1990), o autor informa que as posições comumente encontradas na literatura para essa hierarquia são as elencadas em (6):

(6) Posições mais comuns na hierarquia de animacidade

- Pronomes de primeira e segunda pessoa;
- Pronomes de terceira pessoa;
- Nomes próprios;
- Nomes comuns com referência humana;
- Nomes não humanos animados;
- Substantivos inanimados.

De acordo com a proposta da hierarquia de animacidade, as formas que ocupam as posições mais elevadas na disposição hierárquica em (6) seriam mais favorecidas por certos processos gramaticais. Considerando isso, buscou-se observar se a animacidade também seria um fator relevante para a combinação do artigo definido com pronome possessivo. Pelos apontamentos de Lyons (1999), a hierarquia de animacidade pressupõe a pro-

eminência subjetiva ou saliência das entidades no domínio do discurso. A partir disso, o autor comenta, dentre outros aspectos, que “It can be argued that human referents are, in general, more salient in human perception than non-human ones [...]”⁴²⁴³. Partindo dessa observação, a hipótese subjacente à variável *animacidade do substantivo* neste estudo é que os nomes com referentes humanos, por serem mais salientes na percepção humana e, consequentemente, mais acessíveis no discurso, são também mais livres para dispensar a presença do artigo que os nomes com referentes inanimados.

A variável *animacidade do substantivo* contemplou dois fatos apenas:

Animado humano:

(7) [...] u forte abra| **da sua** futura qonhada [...] (BMO- 91);

Inanimado:

(8) Mais um dia di aligria| que eu pego na **minha**| caneta para dar as| minha noticia [...] (ZBO- 52).

42 Tradução nossa: “Pode-se argumentar que os referentes humanos são, em geral, mais salientes na percepção humana do que os não humanos”.

43 Destaca-se que essa observação de Lyons (1999) é ratificada por muitos trabalhos. MacDonald, Bock & Kelly (1993), por exemplo, ao testarem, em sete experimentos distintos, o impacto da animação sob a ordem de palavras, confirmam que entidades animadas são mais acessíveis do que entidades não animadas, e, por isso, nomes que denotam animacidade tendem a preceder nomes com referentes inanimados. Em direção análoga, Morgado, Luegi e Lobo (2018), partindo do pressuposto de que a hierarquia semântica de animacidade pode influenciar a proeminência das entidades referidas no discurso, investigam como essa hierarquia pode atuar no processamento e interpretação de formas nulas e plenas no Português Europeu. Relativamente às formas plenas, as autoras confirmam a maior proeminência dos referentes animados, uma vez que foi possível constatar que “[...] há um aumento dos custos de processamento quando é retomada uma entidade não animada comparativamente com quando é retomada uma entidade animada (humana)” (MORGADO; LUEGI; LOBO, 2018, p. 198).

Nomes animados não humanos ocorreram apenas três vezes no *corpus* deste estudo, como se vê abaixo, por isso foram eliminados da rodada do grupo *animacidade*:

- (9) [...] mande dizer| como vai **a noca** galinha [...] (GOR- 28);
- (10) [...] tomi| comta de **Ø minhas** galinhas i minha| Porqua [...] (MC- 37);
- (11) [...] tomi| comta de minhas galinhas i **Ø minha**| Porqua [...] (MC- 37).

Como os nomes próprios ocorreram poucas vezes em sintagmas possessivos e sempre precedidos por outros nomes com referentes humanos, como em “**Ø Minha** comadre Almerinda”, eles foram classificados como animados humanos e não como nomes próprios.

O grupo *animacidade* teve os seguintes resultados:

Tabela 2: Realização do artigo e animacidade do substantivo

Animacidade	Oc./Total	%	Peso Relativo
Inanimado	160/222	72,1%	.66
Animado humano	26/101	25,7%	.18

Fonte: Elaborada pela autora.

Esses resultados ratificam a hipótese inicial. Quando o elemento possuído tem referente inanimado, há favorecimento da presença do artigo diante de possessivo. Por outro lado, nomes com referentes humanos, sendo mais salientes na percepção humana, têm maior liberdade para dispensar a presença do artigo.

Uso do artigo e tipo de substantivo

Esta variável controla a relação entre a realização do artigo e o tipo de substantivo núcleo do sintagma, abrangendo, para tanto, dois fatores:

Substantivos abstratos:

(12) [...] eu inmagino com e dura a| **nossa saudade** [...] (RAC- 85);

Substantivos concretos:

(13) [...] esceva para queri eu posa leri a **cua**| carta [...] (JMA- 65).

Analisando os resultados da variável *tipo de possuído*, Callou e Silva (1997) observaram que, quando o possuído é um elemento abstrato, a marcação do artigo é menos favorecida. Isso porque, como explicam as autoras, “Parecem-nos menos ‘possuídas’ essas abstrações sobre as quais dificilmente se tem controle: pode-se comprar ou vender um objeto concreto, mesmo que não-inerente, um lápis, por exemplo, mas não se pode comprar vida ou inteligência que são atributos e não posses” (CALLOU; SILVA, 1997, p. 20). Considerando os apontamentos dessas pesquisadoras, a hipótese inicial para a variável *tipo de substantivo* foi a de que, quando o item possuído é um elemento concreto, há maior realização do artigo diante de possessivo.

Os resultados do grupo *tipo de substantivo* apontam para diferenças acentuadas entre a realização do artigo em sintagmas com núcleos abstratos e sintagmas cujo núcleo é um substantivo concreto:

Tabela 3: Realização do artigo e tipo de substantivo

Substantivo	Oc./Total	%	Peso relativo
Abstrato	115/153	75,2%	.70
Concreto	72/173	41,6%	.32

Fonte: Elaborada pela autora.

Esses resultados negam a hipótese inicial para o grupo *tipo de substantivo*. Os nomes abstratos elevam expressivamente a marcação do artigo antes de possessivo. Como entender, então, esses resultados?

Para os grupos *animacidade* e *tipo de possuído*, constatou-se que nomes com referentes humanos tendem a bloquear a marcação do artigo. Esses nomes são categorizados como “concretos”, para o grupo *tipo de substantivo*. Para verificar se isso explicaria a redução na presença do artigo com substantivos concretos, realizou-se uma rodada dos dados, excluindo os casos de nomes concretos com referentes humanos. O grupo *tipo de substantivo* novamente foi identificado como significativo, apresentando os seguintes resultados:

Tabela 4: Tipo de substantivo e uso do artigo com nomes inanimados

Substantivo	Oc./Total	%	Peso relativo
Abstrato	115/153	75,2%	.55
Concreto	46/72	63,9%	.40

Fonte: Elaborada pela autora.

Excluindo-se da rodada os nomes relacionais, o fator *concreto* permanece inibindo o uso do artigo, mas de forma um pouco menos expressiva. Em relação à rodada com os dados completos, na rodada sem os nomes com referentes humanos, os resultados são menos polarizados. Isso é sugestivo de que os nomes relacionais, de fato, interagem com o fator *nome concreto*, intensificando o bloqueio da realização do artigo nesse contexto (a diferença entre os percentuais de realização do artigo com nomes concretos nas duas rodadas também sugere isso). Por outro lado, a seleção do grupo *tipo de substantivo* na rodada sem os nomes relacio-

nais é indicativa de que outro aspecto, além desses nomes, inibe a realização do artigo com substantivos concretos.

Considerando a definitude a partir da noção semântica de identificabilidade, entende-se, a partir de Lyons (1999), que a presença do artigo definido sugere ao ouvinte/leitor que ele está em posição de identificar o referente do sintagma nominal, associando-o a alguma entidade do mundo real, porque sabe de sua existência ou a infere de algo. A partir disso, uma explicação pode se mostrar útil à compreensão dos resultados do grupo tipo *de substantivo*: os nomes abstratos, por não possuírem existência visível, palpável, demandariam mais a presença do artigo para possibilitar a leitura definida do sintagma. Essa hipótese, no entanto, ainda demanda novos testes, com amostras maiores (nesse estudo, trabalhou-se com um número restrito de dados) para que afirmações conclusivas possam ser feitas.

E a preposição?

O favorecimento à presença do artigo quando o possessivo é precedido por preposição que pode se contrair com o determinante foi atestado em vários trabalhos (SILVA, 1998; CALOU; SILVA, 1997; COSTA, 2002). Considerando isso, realizaram-se rodadas dos grupos aqui analisados, retirando os dados em que o possessivo é precedido por preposição. Excluindo-se esses dados, analisam-se 201 sintagmas possessivos, dos quais 104 são precedidos pelo artigo definido (51,7%). Constata-se, de início, que não há diferenças acentuadas entre a taxa de uso do artigo quando considerada a amostra integral (56,6%) e quando se contabilizam apenas os sintagmas em que o possessivo não é precedido por preposição. Os contextos relevantes foram os mesmos

nas rodadas com e sem preposição. Consideram-se, na tabela 5, os resultados do grupo *animacidade*:

Tabela 5: Realização do artigo e animacidade do substantivo: dados sem preposição

Animacidade	Oc./Total	%	Peso Relativo
Inanimado	88/132	66,7%	.68
Animado humano	15/63	23,8%	.17

Fonte: Elaborada pela autora.

A diferença entre a realização do artigo com nomes com referentes animados e inanimados é bastante saliente. Enquanto esses últimos favorecem a realização do determinante, os primeiros a bloqueiam. Essa tendência é evidenciada também pelos resultados da variável *tipo de possuído*:

Tabela 6: Realização do artigo e tipo de possuído: dados sem preposição

Tipo de posse	Oc./Total	%	Peso relativo
Possuído não-inerente	74/105	70,5%	.64
Possuído inerente	11/23	47,8%	.43
Partes do corpo	4/11	36,4%	.30
Relações humanas	8/24	33,3%	.29
Nomes de parentesco	6/21	28,6%	.24

Fonte: Elaborada pela autora.

Os nomes com referentes humanos seguem inibindo a realização do artigo. À semelhança do que foi constatado na rodada com os dados completos, tanto nomes de parentesco quanto nomes de relações humanas em geral (amigo, professor, compadre

etc.) bloqueiam a presença do artigo antes de possessivo. Em relação aos nomes que não possuem referentes humanos, diferente do esperado, não se identifica uma escala de inerência de posse bem definida. Os nomes não inerentes superaram os inerentemente possuídos na taxa de uso do artigo.

Para a variável *tipo de substantivo*, os dados sem preposição tiveram os seguintes resultados:

Tabela 7: Uso do artigo e tipo de substantivos: dados sem preposição

Substantivo	Oc./Total	%	Peso relativo
Abstrato	67/91	73,6%	.70
Concreto	37/106	34,9%	.32

Fonte: Elaborado pela autora.

Para o grupo *tipo de substantivo*, os pesos relativos são os mesmos nas rodadas com e sem os dados com preposição. Os nomes abstratos favorecem expressivamente a ocorrência do artigo com grande distanciamento em relação aos nomes concretos

Considerações finais

A descrição esboçada neste estudo demonstra que a combinação do artigo definido com pronome possessivo no Português Brasileiro tem estreita relação com o contexto semântico. Relativamente aos dados analisados nesta pesquisa, resumiram-se os seguintes resultados:

- Para o grupo *animacidade*, nomes com referentes inanimados tendem a aumentar a taxa de uso do artigo diante de

possessivo, enquanto nomes com referentes humanos bloqueiam expressivamente a marcação do artigo nesse contexto, o que se atribui, neste estudo, à saliência elevada dos referentes animados humanos à percepção;

- O grupo *tipo de possuído* sugere que a ideia de posse (a possibilidade de o elemento ser ou não possuído) denotada pelos nomes núcleo do sintagma possessivo tem alguma relação com a marcação do artigo, embora não haja, para a amostra analisada, uma escala de inerência de posse bem estabelecida. Da mesma forma, ainda não está claro até que ponto esse contexto é relevante, ou se os seus resultados estão mais ligados ao fator *animacidade*;
- A varável *tipo de substantivo* mostrou que há diferenças acentuadas na realização do artigo quando o núcleo do sintagma possessivo é um nome com referente concreto ou abstrato. No entanto, ainda não é possível propor explicações contundentes para esses resultados.

Em suma, embora não se traga explicações conclusivas para todos os resultados encontrados, acredita-se que a presente pesquisa avança, sim, na análise do tema em estudo, sobretudo no que concerne à descrição do fator *animacidade*, para o qual, ao que parece, ainda não se havia encontrado uma explicação satisfatória. Por outro lado – o que não deixa de ser um aspecto positivo por estimular a continuidade da pesquisa –, para os grupos *tipo de possuído* e *tipo de substantivo*, não se pode afirmar o mesmo. De qualquer modo, sobre esse último contexto, a identificação de sua significância para o fenômeno analisado já destaca o presente estudo, que, com isso, amplia o leque de observações alçadas

até o momento acerca do uso variável do artigo definido quando antecede pronome possessivo no Português Brasileiro.

REFERÊNCIAS

- BRITO, Rosana Carvalho. **Uso variável dos artigos definidos antes de possessivos em cartas pessoais do sertão baiano (século XX)**. 2019. 553f. Dissertação (Mestrado em Estudos Linguísticos) – Programa de Pós-graduação em Estudos Linguísticos, Universidade Estadual de Feira de Santana. Feira de Santana, 2019.
- CALLOU, Dinah; SILVA, Giselle Machline de Oliveira e. O uso do artigo definido em contextos específicos. In: HORA, Dermeval da (Org.). **Diversidade Linguística no Brasil**. João Pessoa: Idéia, 1997. p. 11-27.
- COMRIE, Bernard. **Language universals and linguistic typology: syntax and morphology**. Oxford: Blackwell, 1981.
- CORPUS CE-DOHS. Corpus Eletrônico de Documentos Históricos do Sertão (FAPESB 5566/2010 - Consepe UEFS 202/2010). Coordenado por Zenaide de Oliveira Novais Carneiro e Mariana Fagundes de Oliveira (UEFS). [Projeto Vozes do Sertão em Dados: história, povos e formação do português brasileiro (CNPq. 401433/2009-9 - Consepe UEFS 102/2009). (CNPq. Processo 401433/2009-9/Consepe: 102/2009) Disponível em: www.uefs.br/cedohs. Acesso em: 04 dez. 2018.
- COSTA, Iraneide. O uso do artigo definido diante de nome próprio de pessoa e de possessivo do século XIII ao século XVI. In: MATTOS E SILVA, Rosa Virgínia; MACHADO FILHO, Américo Venâncio Lopes (Org.).

- O português quinhentista:** estudos linguísticos. Salvador: EDUFBA; Feira de Santana: UEFS, 2002. p.284-306.
- CROFT, William. **Typology and universals**. Cambridge: Cambridge University Press, 1990.
- FLORIP, Simone. **Estudo da variação do determinante em sintagmas nominais possessivos na história do português**. 2008. 271f. Tese (Doutorado em Linguística) – Programa de Pós-Graduação em Linguística, Universidade Estadual de Campinas. Campinas, 2008.
- GUY, Gregory. Introdução à análise quantitativa da variação linguística. In: GUY, Gregory; ZILLES, Ana. **Sociolinguística quantitativa:** instrumental de análise. São Paulo: Parábola Editorial, 2007. p. 19-46.
- LABOV, William. **Padrões Sociolinguísticos**/ tradução Marcos Bagno, Maria Marta Pereira Scherre, Caroline Rodrigues Cardoso. São Paulo: Parábola Editorial, 2008 [1972].
- LYONS, Christopher. **Definiteness**. Cambridge: Cambridge University Press, 1999.
- MACDONALD, BOCK; KELLY. Word and World Order: Semantic, Phonological, and Metrical Determinants of Serial Position, **Cognitive Psychology**, 25 (2), p. 188-230, 1993. <https://doi.org/10.1006/cogp.1993.1005>.
- MARQUILHAS, Rita. **A faculdade das letras:** Leitura e escrita em Portugal no séc. VII. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 2000.
- MATTOS E SILVA, Rosa Virgínia. **Caminhos da Linguística Histórica:** ouvir o inaudível. São Paulo: Parábola Editorial, 2008.

- MENDES, Fenanda. **Estruturas possessivas**: a aquisição de posse inalienável no português brasileiro. 2015. Tese (Doutorado em Linguística) – Programa de Pós-Graduação em Linguística, Universidade Estadual de Campinas. Campinas, 2015.
- MORGADO, Sara; LUEGI, Paula; LOBO, Maria. Efeitos da animacidade do antecedente na resolução de pronomes sujeito. **Revista da Associação Portuguesa de Linguística**, n. 4, p. 190-205, set. 2018. Disponível em: <<https://ojs.apl.pt/index.php/rapl/article/view/40>>. Acesso em: 04 dez. 2018.
- RINKE, Esther. A combinação de artigo definido e pronome possessivo na história do português. **Estudos de Linguística Galega 2**. Santiago de Compostela, p. 121-139, 2010. Disponível em: <<http://www.usc.es/revistas/index.php/elg/article/view/1511>>. Acesso em: 04 mar. 2018.
- SANKOFF, David; TAGLIAMONTE, Sali; SMITH, Eric. **Goldvarb X**: a variable rule application for Macintosh nad Windows. Department of Linguistics, University of Toronto, 2005. Disponível em: <http://individual.utoronto.ca/tagliamonte/Goldvarb/GV_index.htm#ref>. Acesso em: 3 jun. 2017.
- SANTIAGO, Huda da Silva. Cartas em Sisal. In: CARNEIRO, Zenaide de Oliveira Novaes; SANTIAGO, Huda da Silva; OLIVEIRA, Klebson. **Cartas Brasileiras (1809-2000)**: coletâneas de fontes para o estudo do português: 3 (1906-2000). Feira de Santana: UEFS Editora, 2011. p. 19-59.
- SANTIAGO, Huda da Silva. **Um estudo do português popular brasileiro em cartas pessoais de “mãos cândidas” do sertão baiano**. 2012. 421f. Dissertação (Mestrado em Estudos Linguísticos) – Programa de Pós-graduação em Estudos Linguísticos, Universidade Estadual de Feira de Santana. Feira de Santana, 2012.

SANTIAGO, Huda da Silva. O estudo do português popular brasileiro: sobre algumas fontes. **Revista Pandora Brasil**. N° 52 Março de 2013. “Português brasileiro: algumas histórias” - ISSN 2175-3318. Disponível em: <http://revistapandorabrasil.com/revista_pandora/portugues_brasileiro/huda.pdf>. Acesso em: 09 jun. 2017.

SANTIAGO, Huda da Silva. Práticas de escrita no sertão baiano: indícios sobre espaços extraescolares de aprendizagem. In: IX Encontro Maranhense de História da Educação: leitura, alfabetização e letramento na História da Educação, 2016, São Luís. **Anais...** São Luís: EDUFMA, 2016.

SILVA, Giselle Machline de Oliveira e. **Estudo da regularidade na variação dos possessivos no português do Rio de Janeiro**. 1982. 457f. Tese (Doutorado em Letras) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1982.

SILVA, Giselle Machline de Oliveira e. Realização facultativa do artigo definido diante de possessivo e de patronímico. In: SILVA, Giselle Machline de Oliveira e; SCHERRE, Maria Marta Pereira (Org.). **Padrões sociolinguísticos: análise de fenômenos variáveis do português falado na cidade do Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1998. p. 120-145.

SILVERSTEIN, Michael. Hierarchy of features and ergativity. In: **Grammatical categories in Australian languages**, ed. R. M. W. Dixon, 112–71. Canberra: Australian Institute of Aboriginal Studies, 1976.

WEINREICH, Uriel; LABOV, William; HERZOG, Marvin. **Fundamentos empíricos para uma teoria da mudança linguística**. São Paulo: Parábola, 2006 [1968].



Variação da terminologia jurídica:

aportes diacrônicos para um
(re)constructo de Faulstich

Sandro Marcó Drumond Alves Marengo

À Enilde Faulstich, presente, passado e futuro da socioterminologia.

Considerações iniciais

Em março de 1988, em evento de comemoração do décimo aniversário do Centro de terminologia de Bruxelas, se abordou, pela primeira vez, a possibilidade científico-metodológica de produção de estudos terminológicos sob uma perspectiva diacrônica (MARENGO, 2016, 2017). Este colóquio foi agrupado em três grandes eixos que tomaram o conceito de *história* como seu fio condutor: 1) a história da ciência dos termos e suas políticas de fixação e desenvolvimento; 2) a história do vocabulário e suas relações com as estruturas linguísticas (com foco bastante acentuado para o nível morfossemântico); e, por fim, 3) a abertura para

uma terminologia diacrônica que fosse capaz de refletir a história social de certos grupos de produção do conhecimento ao longo do caminhar da humanidade. Embora os três eixos estivessem bastante imbricados, houve uma afinidade atrativa entre os eixos (2) e (3), principalmente no que concerne à composição da quadriade léxico-cultura-história-sociedade, campo de interesse de estudiosos da emergente semântica cognitiva (LAKOFF, 1987; GEERAERTS, 2009; ALMEIDA; SANTANA, 2019).

O texto de Roger Goffin, intitulado *A terminologia da ciência e tecnologia nuclear: Um caso de diacronia recente* pode ser tomado como o mais representativo desse campo interseccional. Em seu artigo, o autor descreve e discute as matrizes clássicas da criação lexical e apresenta os processos de neologismos morfológicos, semânticos, sintagmáticos e, em menor grau, palavras e acrônimos ancestrais que compunham diacronicamente a linguagem de especialidade da engenharia nuclear, campo bastante recente em finais da década de 80 do século passado (SCHAETZEN, 1989). Segundo o próprio autor, havia a hipótese de que uma terminologia de concepção recente, como a das ciências e das técnicas nucleares, não possuía nenhuma história. Assim, só poderia atestar possível validade a estudos de terminologia em diacronia se a área de conhecimento especializado fosse, minimamente, antiga. Contudo, as conclusões as quais chegou Goffin refutaram em sua totalidade a hipótese previamente apresentada. Ao promover uma comparação de dois estados terminológicos, um de início do século XX e outro de quase sessenta anos depois, o autor fez apontamentos de variações e mudanças terminológicas observadas nessa linguagem de especialidade em termos de matrizes lexicogênicas, tomando como variáveis os níveis de linguagem, os aspectos sociolinguísticos e, finalmente, o grau de domínio linguístico

dos seus usuários. Assim, esse artigo pode ser considerado um dos primeiros a apresentar resultados de como um grupo organizado em torno de uma prática técnica ou científica organiza cronologicamente seu sistema lexical e (re)estrutura historicamente seu repertório semântico (GOFFIN, 1989).

A pesquisa de Goffin foi extremamente relevante porque conseguiu apresentar resultados concretos para explorações de termos em diacronia ao mesmo tempo em que também foi capaz de apresentar dados sobre a existência e usos de variantes de unidades terminológicas. Este fato é importante porque mostra a convergência de olhares para os princípios emergentes de uma área recente dentro dos estudos terminológicos que foi nomeada de socioterminologia (BOULANGER, 1981).

Marengo (2016, 2017) afirma que, no decorrer da década de 90 do século XX, houve um assentamento significativo de investigações na seara da socioterminologia. Dessa maneira, os postulados cartesianos de Wüster, assumidos durante muito tempo como modelo de uma normalização restritiva e neutralizadora de qualquer indício de variações terminológicas, acabam perdendo força, mas não são totalmente invalidados, frente às articulações da Terminologia com os fundamentos linguísticos que conformaram a chamada Teoria Comunicativa da Terminologia (TCT), proposta por um grupo de pesquisadores do Instituto de Linguística Aplicada da Universidade Pompeu Fabra, em Barcelona, liderado por María Teresa Cabré (KRIEGER; FINATTO, 2004; BARROS, 2004).

Ao mesmo tempo em que os estudos terminológicos ganhavam contornos linguísticos mais voltados para paradigmas cognitivo-pragmáticos descritos em termos funcionais (CABRÉ; ESTOPÀ, 2002), um movimento no campo da sociologia foi de vital importância para que se pensassem essas relações

funcionais no uso efetivo das linguagens de especialidade. Jean Lave e Etienne Wenger, em suas pesquisas sobre teorias e processos de aprendizagem, apresentaram o termo *comunidades de práticas*, correspondendo conceitualmente a um grupo de pessoas que compartilha uma preocupação, um conjunto de problemas ou uma paixão por um determinado assunto e que, portanto, aprofundam seus conhecimentos e se especializam nessa área em prol de uma interação em uma base continuada (LAVE; WENGER, 1991). Portanto, as comunidades de práticas impulsionam e delimitam o estabelecimento das relações entre os participantes do grupo e possibilitam a criação e o compartilhamento de conhecimento entre eles, fazendo com que seu nicho colaborativo tenha condições de entender melhor o mundo, bem como possibilita a percepção de que o aprendizado informal intra-pessoal se dá a partir do engajamento das pessoas no seu fazer (WENGER, 1998).

As proposições de Lave e Wenger se estendem da sociologia e da antropologia aos estudos da linguagem. A sociolinguista norteamericana Penelope Eckert foi a primeira que, com base no conceito de comunidade de práticas, chamou atenção para fato de que os atores sociais, em cada subgrupo do qual participa, interagem no compartilhamento de conhecimentos por meio de repertórios, regras sociais, objetivos ou motivações bastante condicionadas pelas suas próprias práticas linguísticas (ECKERT, 2004; MARENGO, 2016; MARENGO; CAMBRAIA, 2016; MARENGO, 2017; MARENGO, SOUZA, FONSECA, 2019; SOUZA, 2019). Para Eckert (2004), as comunidades de práticas são pessoas que possuem um engajamento mútuo, objetivos comuns e um repertório compartilhado em torno de uma prática específica. Tal encaminhamento se adequa aos preceitos basilares de usuários de linguagem de especialidade, seja no rol

da TCT (CABRÉ, 1999) ou da socioterminologia (GAUDIN, 1993; FAULSTICH, 2001). Certamente, para uma análise em textos de comunicação especializada atuais, é possível pensar metodologicamente em propostas e adaptações etnográficas para atender à dinâmica de pesquisas variacionistas. No entanto, quando pensamos em tempos pretéritos, a dificuldade de estabelecimento de procedimentos de etnografia se acentua, ainda que não seja tarefa completamente impossível.

A abertura para investigações que voltam o olhar a tempos pretéritos não tem qualquer relação com preciosismo inútil ou curtição erudita (MATTOS E SILVA, 2006). Muito pelo contrário, ao fugir de limitações impostas pelo imediatismo sincrônico, é possível ter uma visão menos obtusa do processo de mudança linguística. Isso só é possível quando nos abrimos a “escutar os mortos com os olhos”, parafraseando um dos versos clássicos de um soneto seiscentista do poeta espanhol Francisco de Quevedo.

Nosso objetivo neste trabalho é, por meio dessa escuta com os olhos, apresentar possíveis incorporações ao constructo de Faulstich (2001, 2002) que emergiram a partir de aplicações e ajustes dos parâmetros da socioterminologia a dados gerados de textos de comunicação especializada do século XIX, mais precisamente de termos jurídicos de processos-crime registrados na cidade de Aracaju, atual capital do estado de Sergipe.

O constructo de Faulstich

Os alicerces basilares da socioterminologia (GAUDIN, 1993) estão assentados na ideia de que toda construção dos discursos de especialidade deve levar em conta os sujeitos envolvidos no ato

de comunicação, bem como os contextos sociais e o momento temporal em que são produzidos os discursos. Com base nas premissas apresentadas, Faulstich (1998a, 1998b) propôs um modelo de análise das variações terminológicas considerando que os itens linguísticos do léxico especializado, vistos como entidades históricas (GOFFIN, 1989), devem ser analisados em dois planos: um sincrônico, representando o estado de uso terminológico atual; e outro diacrônico, considerando dados representativos do passado levantados por meio de fontes históricas fidedignamente tratadas, a fim de que possamos ter uma dimensão total dos fenômenos de variação e caminhos de mudança as quais os termos se submeteram através dos tempos (MARENGO, 2016, 2017). Ainda na esteira desse pensamento, nos diz Boulanger (1991) que a variação terminológica também é necessária e observada em qualquer língua fragmentada no tempo, espaço e sociedade. Essas variações diacrônicas, diatópicas e diastráticas formam a própria essência da Socioterminologia.

Passada uma década do congresso de Bruxelas, Faulstich (1998a) segue corroborando as afirmações apresentadas por Goffin (1989) e afirma que nos percursos temporais da língua, o termo é uma entidade do discurso independentemente de sua realização no plano sincrônico e no plano diacrônico e, por isso, passível de apresentar variantes antigas e atuais. A partir dessa constatação, Faulstich (1998a) apresenta uma proposta estudos na seara da socioterminologia (Fig. 1) organizada a partir de dados empíricos e *corpora* sistematizados.



Figura 1: Organização dos estudos socioterminológicos
 Fonte: Faulstich (1998c)

A figura 1 nos mostra que a Socioterminologia é o campo onde verificamos os movimentos que os termos realizam dentro do discurso de especialidade. Esses, por sua vez, podem ser descritos através dos percursos temporais e espaciais que fazem. Ao longo dessa empreitada, os termos estão sujeitos a variações e mudanças. Se tomarmos o percurso temporal como eixo de análises, podemos abordar a sincronia - que assume o mesmo significado referencial que as variantes podem ter em um delimitado espaço temporal; e a diacronia - que facultará a possibilidade de (re)construção de sistemas léxico-conceptuais de épocas pretéritas (FAULSTICH, 1998a, 1998b).

Apesar de parecerem dois eixos simetricamente opostos, devemos chamar atenção para o fato de que não o são. Tratar abordagem sincrônica e diacrônica como pólos antagônicos seria insistir em uma exigência, bastante comum dentro da lin-

guística de finais de século XIX e primeira metade do século XX, de purificar seus objetos e entidades sob a égide de um projeto epistemológico de modernidade. Encarar sincronia e diacronia como dois domínios específicos e particularizados em si mesmos é reflexo de uma “filosofia oficial” de ciência que legitimou, principalmente nos estudos da linguagem, o estabelecimento de fronteiras entre os saberes, ainda que o nosso caminhar científico revele que tal purificação jamais foi alcançada (LATOURL, 1994). É nessa direção pancrônica que Faulstich enxerga os movimentos de linguagens dentro do sistema linguístico. Desse modo, a autora afirma que as variações emergentes podem localizar-se tanto no código quanto na língua, seja no plano sincrônico ou diacrônico.

A constatação de que o termo é passível de assumir valores distintos e que a função de uma dada variável pode desempenhar papéis diferentes em seus contextos de ocorrência na linguagem de especialidade, Faulstich (2001), em desenvolvimento às propostas de Gaudin (1993), construiu uma teoria da variação em Terminologia que se sustenta em cinco postulados:

- a) dissociação entre a estrutura terminológica e homogeneidade ou univocidade ou monorreferencialidade, associando-se à estrutura terminológica a noção de heterogeneidade ordenada;
- b) abandono do isomorfismo categórico entre termo-conceito-significado;
- c) aceitação de que, sendo a terminologia um fato de língua, ela acomoda elementos variáveis e organiza uma gramática;
- d) aceitação de que a terminologia varia e de que variação pode indicar uma mudança em curso;
- e) análise da terminologia em co-textos linguísticos e em contextos discursivos da língua escrita e da língua oral. (FAULSTICH, 2001, p.25)

O construto de Faulstich abre espaço para investigações de cunho variacionista, tanto sincrônica quanto diacronicamente, no campo da Terminologia. A partir das premissas estipuladas, é possível afirmar que a variação de um termo de dada linguagem de especialidade se dá pela ação do movimento gradual que ele realiza no tempo e no(s) espaço(s). Além disso, focando a inserção do constructo, inicialmente no rol funcionalista, notamos que as variações são provocadas pela função das variáveis envolvidas no discurso de comunicação técnico-científica. Como nos afirma a própria autora, a função é uma entidade pragmática que ativa ou retrai os mecanismos da variação (FAULSTICH, 1998b). Ampliando um pouco a ideia de função, é necessário entender que

[...] os termos de conteúdo instável são, em primeiro lugar, unidades, cujas entidades denotadas não são o produto de nossa experiência perceptiva, mas o cruzamento de um modelo sociocultural e de uma estratificação histórica, portanto, pela sua própria origem, muito mais aberto à variação que os termos referentes a entidades “perceptuais”⁴⁴. (KLEIBER, 1999, p.36-37)

A afirmação de Kleiber reforça a ideia de que o citado projeto epistemológico de modernidade não pode ser aplicado ao sistema linguístico porque, além de os termos não serem entidades isoladas, também não são estanques. Desse modo, sobre

44 Tradução MARENGO (2016). No original, “[...] les termes à contenu instable sont avant tout des termes dont les entités dénotées ne sont pas le produit de notre expérience perceptuelle, mais du croisement d’une modélisation socio-culturelle et d’une stratification historique, donc par leur origine même beaucoup plus ouverts à la variation que les termes renvoyant à des entités “perceptuelles””.

os cinco postulados estabelecidos, Faulstich segue seu desenvolvimento de um constructo teórico para analisar as variações terminológicas (Figura 2).



Figura 2: níveis de variação terminológica

Fonte: Faulstich (2002, p. 76)

Segundo Faulstich (2002, p. 77), as variantes terminológicas são três: 1) **variantes concorrentes** - são aquelas que podem concorrer entre si, ou que podem concorrer para a um processo de mudança. São classificadas como variantes formais, isto é, são formas linguísticas ou exclusivas de registro que correspondem “a uma das alternativas de denominação para um mesmo referente, podendo concorrer num contexto determinado” (FAULSTICH, 2002, p.77); 2) **variantes coocorrentes** - são aquelas que apresentam duas ou mais denominações para um mesmo referente. Elas formalizam a sinonímia terminológica; e 3) **variantes competitivas** - “são aquelas que relacionam significados entre itens lexicais de línguas diferentes”. (FAULSTICH, 2002, p.77). As variantes competitivas se concretizam através de pares formados por empréstimos linguísticos e formas da língua vernácula.

Ao especificar mais as variantes concorrentes, a autora considera seu estudo sob dois aspectos correlacionais: o das **variantes terminológicas linguísticas** e o das **variantes terminológicas de registro**. As primeiras “[...] são aquelas em que o fenômeno propriamente linguístico determina o processo de variação” (FAULSTICH, 2002, p.73), ao passo que as segundas “[...] são aquelas em que a variação decorre do ambiente de ocorrência, no plano horizontal, no plano vertical e no plano temporal em que se realizam os usos linguísticos” (FAULSTICH, 2002, p.73). A autora ainda reconhece que as variantes apresentam diferenças entre si motivadas pelos diferentes fenômenos linguísticos provocadores das variações. Tendo isso em vista, apresenta tipologias que definem as variantes terminológicas linguísticas “ora em consonância com o lugar, com o nível do discurso e com o percurso temporal do termo na língua” (FAULSTICH, 2002, p.73). Em relação às **variantes terminológicas linguísticas**, Faulstich (2002, p.81-82) propõe a subdivisão expressada na figura 3.

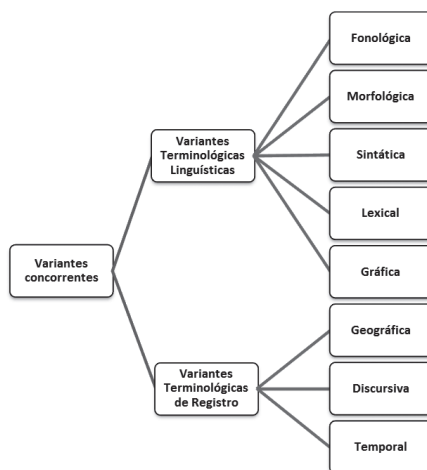


Figura 3: Sistematização das variantes concorrentes
Fonte: Autoria própria com base em Faulstich (2002)

No que compete às variantes terminológicas de registro, as **geográficas** ocorrem no plano horizontal de diferentes lugares em que se fala a mesma língua. As de **discurso** se situam no plano vertical e decorrem da sintonia comunicativa que se estabelece entre enunciador e enunciatário de textos técnico-científicos, podendo ser estes mais ou menos formais. Por fim, a **temporal** é aquele em que duas ou mais formas concorrem durante um tempo, até que uma delas se fixe como preferida.

No âmbito das variantes terminológicas linguísticas, as **fonológicas** são aquelas em que o registro se apresenta como formas decalcadas da fala. As **morfológicas** apresentam alternância de estrutura de ordem morfológica na constituição do termo, sem que o conceito sofra alteração. Já as **sintáticas** alternam duas construções sintagmáticas que funcionam como predicação de uma unidade terminológica complexa. As **lexicais** são as que algum item da estrutura lexical de uma unidade terminológica complexa sofre apagamento, no entanto o conceito não sofre qualquer tipo de alteração. Por fim, as **gráficas** são as que se apresentam grafias diversificadas e podem ser mensuradas por políticas de acordos formais de convenções da língua.

Apesar da categorização sistêmica apresentada, “[...] é preciso também atentar para o fato de que a divisão das variantes terminológicas em dois grandes grupos e, depois, em tipos específicos não exclui a possibilidade de os tipos aparecerem combinados entre si” (FAULSTICH, 2002, p.83). Apresentadas as bases do constructo de Faulstich, passaremos a discutir como os dados diacrônicos de alguns termos jurídicos nos levaram a pensar em sua ampliação.

O (re)constructo de Faulstich: contribuições diacrônicas

A natureza de todo constructo se assenta na existência sistêmica de uma entidade cujas descrições são analíticas no âmbito de um sistema de proposições (ABBAGNANO, 1970). Desse modo, o constructo proposto por Faulstich tem o grande mérito de ter sido a primeira tradução de assertiva genérica dos conceitos da socioterminologia em uma relação com o mundo real, construído sobre dados empíricos de fenômenos variáveis observáveis e mensuráveis. Além disso, é importante mencionar que todo constructo possui um significado construído intencionalmente a partir de um determinado marco teórico. Portanto, além do que se estava produzindo na seara da socioterminologia, o constructo também traz um aporte substancial daquilo que a sociolinguística estava produzindo à época. Obviamente, como a própria Faulstich (1998b) nos alerta, embora sejam campos correlacionados, não são a mesma coisa. O próprio labor da construção empírica fornece sempre as instruções para determinar a verdade ou falsidade das asserções do constructo (ABBAGNANO, 1970) e é exatamente por isso que nem todos os princípios da sociolinguística podem ser apropriados pela socioterminologia sem que se façam as adaptações necessárias. É bastante evidente, ao longo de quase vinte anos da constituição do constructo de Faulstich, as contribuições dadas por diversos pesquisadores a uma possibilidade de ampliação dos conceitos da construção faulstichiana. O estudo de Siqueira (2004), voltados para os formativos no léxico da análise sensorial enológica, foi um dos primeiros a aplicar o constructo de Faulstich no sentido de descrever e validar as suas proposições. Outro estudo seminal para a validação e ampliação do constructo de Faulstich foi o de Cruz

(2013), em que a autora, ao (re)aplicar o constructo às regras de formação de unidades terminológicas complexas da área de Engenharia Civil, identificou sete novos casos que não estavam previstos na proposta original de Faulstich (2002) e, portanto, incorporou essas descobertas aos postulados de modo a ampliar e validar avanços conceituais na socioterminologia. Nos últimos anos, o constructo tem recebido aportes importantes de pesquisas terminológicas desenvolvidas no âmbito da língua brasileira de sinais como, por exemplo, o trabalho de Santos (2017), que propõe uma organização de registros de termos técnicos e administrativos do meio acadêmico na confecção de um glossário bilíngue. O notável nesse rol de trabalhos é o fato deles nos revelarem a natureza aberta do constructo. Isso nos mostra que a ciência terminológica não é (nem deve ser) fechada em si e que novas regras podem (e devem) ser criadas uma vez que as terminologias são unidades dinâmicas que resultam da criatividade dos usuários que compartilham informações dentro de um determinado discurso de especialidade. Assim, a relevância dos dados empíricos é ressaltada uma vez que a descrição e validação de novas regras e sua posterior incorporação ao constructo se devem ao entendimento da indissociabilidade da quadríade léxico-cultura-história-sociedade.

Até momento, apresentamos contribuições de caráter mais sincrônico ao constructo. No entanto, ao não deixar de lado o fato de que o constructo também foi pensado para abarcar o percurso diacrônico da língua, faremos alguns apontamentos nessa direção. Paul Veyne (1983, p. 43) afirma que “[...] os fatos históricos não se organizam por período ou povos, mas por noções”. Para os que caminham pela terminologia diacrônica, essa assertiva revela a importância de tal estudo tanto para a história quanto para a linguística, uma vez que o conceito de ‘noções’ traz à tona,

simultaneamente, a forma como as pessoas usavam a língua para manifestar sua visão de mundo, influenciada pela cultura em que estavam inseridas e modo como essa língua constrói a história social, incluídos os usuários do sistema linguístico. Se nos caminhos de uma sociolinguística histórica temos avançado, ainda que parcamente, nas sendas de uma socioterminologia diacrônica ainda estamos em estágio embrionário. Contudo, algumas direções já podem ser aventadas.

Marengo (2016) faz a aplicação do constructo a manuais militares de tática de infantaria portuguesa dos séculos XVIII e XIX e, a partir da descrição das variantes, aponta mudanças em curso e mudanças implementadas dos conceitos de alguns termos militares. No entanto, o autor deixa em evidência que as diferentes práticas de abreviaturas em documentos manuscritos revelam uma dinamicidade linguística que deveria ser explorada como uma possibilidade de fator extralinguístico nas variações terminológicas (MARENGO, 2017). Na continuidade de estudos dentro da terminologia militar, Marengo (2019) estende seu escopo aos Livros do Registro do Detalhe da Polícia Militar da Bahia do século XIX (SANTOS, 2019; SANTOS; MARENGO, 2020). Nesse *corpus*, os dados das variações de abreviaturas continuaram a ser bastante proeminentes e, apesar de o constructo não contemplar tais variantes, Marengo propõe uma ampliação do conceito de variante gráfica. Se Faulstich, em seu constructo original, afirmava que as variantes **gráficas** são as que se apresentam sob grafias diferentes por conta de acordos formais de convenções da língua, Marengo (2019) aponta que as variantes gráficas devem ser divididas em dois tipos: a) por convenções de língua (tal como postula Faulstich); e b) por abreviaturas de escrita, como mostram os dados gerados das edições semidiplomáticas dos *corpora* militares. Dessa forma, as variantes por

abreviatura passam a ter lugar no constructo e podem ser foco de atenção em estudos futuros sobre esse material.

Uma segunda contribuição vem não só no sentido de ampliar o quadro já estabelecido, mas também de inserir um componente que não havia na formulação inicial: a variação terminológica semântica. Em estudos realizados com processos-crime oitocentistas, específicos de crimes contra a honra no Estado de Sergipe, alguns resultados são bastante inovadores para o desenvolvimento de uma socioterminologia diacrônica.

Nos processos-crime de estupro e de ofensas verbais da cidade de Aracaju da segunda metade do século XIX (MARENGO et al., 2018; SOUZA et al., 2018; MARENGO; SOUZA; FONSECA, 2019; MARENGO; TEIXEIRA, 2019; PEREIRA, 2020) foram catalogados os pares de termos jurídicos *estupro/defloramento* e *calúnia/injúria*. Em seguida, foi extraída a conceptualização de cada uma dessas tipologias criminais de acordo com os instrumentos legais penais regulatórios da época. Na continuação, foi realizado o cotejo de seus efetivos usos pela comunidade de práticas jurídica daquela época, ou seja, como as diferentes partes processuais se manifestavam nos autos ao usar os termos jurídicos em tela. Os estudos apresentaram que os pares criminais *calúnia/injúria* possuem definições específicas no Código Criminal de 1830 e no Código Penal de 1890. O crime de calúnia consistia em atribuir falsamente um fato criminoso a outra pessoa e o crime de injúria era imputar um fato criminoso, por meio de uma alcunha, vícios ou defeitos que expusesse uma pessoa ao ódio ou desprezo público. Mesmo sendo dois crimes diversos, os estudos verificaram que, ao longo da lide processual, os próprios agentes da lei (como juízes e promotores públicos), ora usavam uma forma, ora outra, mesmo tratando-se de um único crime. Assim, há indícios de uma convergência conceptual que poderia ser representada por uma variação semântica.

Nessa mesma esteira de estudos, foram analisados os conceitos de *estupro* e *defloramento* e verificou-se que são bastante próximos, sendo sua diferenciação centrada no uso ou não de violência, ameaça e sedução para a execução da cópula carnal. Assim, de modo mais abrangente, *estupro* seria o ato de contração de cópula carnal realizado por emprego de violência, ameaça ou sedução em relação à mulher. Por sua vez, *defloramento* seria a contração de cópula carnal com uma mulher virgem que fosse menor de 17 anos. Como é possível depreender, os termos *defloramento* e *estupro* tem uma aproximação conceptual. No entanto, assim como ocorreu com o par *calúnia/injúria*, a hipótese de que os agentes com formação jurídica usariam os termos penais em alinhamento com os instrumentos jurisdicionais foi rechaçada. Tanto juízes quanto promotores públicos usavam *defloramento* para referir-se a crimes sexuais cometidos por meio de violência, ameaça ou sedução que, segundo os códigos penais do século XIX, deveriam ser nomeados por *estupro*. Ao olhar linguística-mente para a relação história social e cultura, os termos *estupro* e *defloramento* teriam acertadamente seus conceitos convergentes porque, para a sociedade oitocentista sergipana, mais importante do que os meios empregados para se alcançar a concretização do ato de cópula carnal, estava a consequência moral desta ação. O fato de a figura feminina estar violada era motivo de maior preocupação, vergonha e repulsa social, independente se o ato praticado tenha sido consentido ou forçado por meio de violência física, ameaça ou sob sedução, engano ou fraude. A própria legislação penal, segundo Esteves (1989), reflete a concepção da época que predizia que o caminho para a civilização estaria centrado em uma legislação que pudesse garantir o respeito pela honra da mulher, entendendo-a como um baluarte moral e termômetro social da família e dos homens que a comandavam.

Os dados apresentados são casos de termos jurídicos com representações formais distintas e que possuem conceitos, apesar de próximos, também distintos. Em caso de uso de uma forma mais abrangente por uma forma mais específica poderíamos pensar em relações de hiperonímia-hiponímia, o que faria com que essas variantes deixassem de ser concorrentes e passassem a ser coocorrentes. No entanto, os dados diacrônicos nos mostraram justamente o contrário: as formas mais específicas são usadas em lugar dos termos mais genéricos. Esses apontamentos descritivos são importantes porque deveriam ter lugar dentro do constructo de Faulstich (2002), mas não se encaixam em nenhuma das tipologias apresentadas pela autora.

Desse modo, acreditamos que o constructo, com base nas evidências diacrônicas apresentadas, deve abranger uma variação terminológica semântica, que seria expressa por bases lexicalmente distintas, sejam unidades terminológicas simples ou complexas, que tenha cada uma delas normatizações específicas, distintas uma da outra, estabelecidas por instrumentos regulatórios. Entretanto, seus usos reais em contextos de comunicação especializada sejam capazes de promover convergências de significados baseados em aproximações de ideias semelhantes e secundarizando os elementos que os tornariam divergentes. Assim sendo, a concorrência dos termos *estupro/defloramento* e *injúria/calúnia* seria descrita como variante terminológica linguística semântica.

Considerações finais

O construto de Faulstich foi elaborado para entender a variação terminológica. No entanto, ao longo dos anos recebeu insumos

significativos para (re)aplicação mais visível para as sincronias presentes, dentro de um discurso especializado e por agentes especializados na produção desse discurso. Os dados de textos do passado mostram que a construção do discurso técnico-científico comporta alternância de significados de termos por aproximação conceptual. Almeida e Santana (2019) afirmam que, na geração de significados, não podemos desprezar que ele é construído nas interações no devir de nossa história. Portanto, na dimensão cognitiva da construção do significado, as dimensões social, histórica e cultural não conformam elementos à parte, nem aos falantes e nem à sua forma de entender e mapear o mundo por meio de palavras, mas, na verdade, essa é a sua própria essência simbiótica.

Por fim, se para Veyne (1983, p.30) “[...] cada conceito que conquistamos refina e enriquece nossa percepção do mundo”, acredito que o labor colaborativo de uma ampliação do (re)constructo de Faulstich com dados de pesquisas terminológicas em diacronia ainda vai revelar muito sobre como a linguagem construía e era construída em diferentes comunidades de práticas.

REFERÊNCIAS

ABBAGNANO, N. **Dicionário de Filosofia**. São Paulo: Mestre Jou, 1970.

ALMEIDA, A.A.D.; SANTANA, N.M.O. A semântica cognitiva sócio-histórico-cultural: questões epistemológicas. In: LOPES, N.; SANTOS, E.; CARVALHO, C. (Org.). **Língua e Sociedade**: diferentes perspectivas, fim comum. São Paulo: Blucher Open Access, 2019. p. 113-131.

BARROS, L.A. **Curso Básico de Terminologia**. São Paulo: EdUSP, 2004.

BOULANGER, J.C. Compte rendu de : Jean-Claude Corbeil, 1980. **Terminogramme**, Quebec, n.7-8, p. 11-12, mars/juin, 1981.

BOULANGER, Jean-Claude. Une lecture sócio-culturelle de la terminologie. **Cahiers de Linguistique Sociale, Terminologie et Sociolinguistique**, Université de Rouen/Mont-Saint-Aignan, 18, p. 13-30, 1991.

CABRÉ, M.T. **La terminología**: representación y comunicación - elementos para una teoría de base comunicativa y otros artículos. Barcelona: Institut Universitari de Linguística Aplicada, Universitat Pompeu Fabra, 1999.

CABRÉ, M.T.; ESTOPÀ, R. El conocimiento especializado y sus unidades de representación: diversidad cognitiva. In: **Sedenbar**, Granada, n.13, p.141-153, 2002.

CRUZ, C.L.S. **(Re) Aplicação do Construto de Faulstich**: Regras de formação das Unidades Terminológicas Complexas na área da Engenharia Civil. 2013. 177f. Tese (Doutorado em Linguística) – Programa de Pós-graduação em Linguística, Universidade de Brasília, 2013.

ECKERT, P. **Linguistic variation as social practice**. Oxford: Blackwell Publishing, 2004.

ESTEVES, M.A. **Meninas perdidas**. Os populares e o cotidiano do amor no Rio de Janeiro da Belle Époque. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989.

FAULSTICH, E. Aspectos de Terminologia geral e Terminologia variacionista In: **Revista do Centro Interdepartamental de Tradução e Terminologia. TRADTERM**, São Paulo, n. 7., p. 11-40, 2001.

FAULSTICH, E. Principes formels et fonctionnels de la variation en terminologie In: KAGEURA, K.; L'HOMME, M.C. (ed.) **Terminology**, v.5 (1). Amsterdam: John Benjamins Publishing Company, 1998b. p. 93-106.

FAULSTICH, E. Variação em terminologia. Aspectos de socioterminologia In: RAMOS, G.G.; PÉREZ LAGOS, M.F. (coord.). **Panorama Actual de la Terminología**. Granada: Editorial Comares, 2002. p. 65-91.

FAULSTICH, E. Entre a sincronia e a diacronia: variação terminológica no código e na língua. **Conferência Magistral apresentada no VI simpósio da Rede Iberoamericana de Terminologia (RITERM)**. Havana, Cuba, 1998a.

GAUDIN, F. **Socioterminologie**: des problèmes sémantiques aux pratiques institutionnelles. Rouen: Publications de l'Université de Rouen, 1993.

GEERAERTS, D. **Theories of Lexical Semantics**. New York: Oxford University Press, 2009.

GOFFIN, R. La terminologie des sciences et des techniques nucléaires, Un cas de diachronie récente In: SCHAEZTEN, C. (Org.) **Terminologie Diachronique**. Actes du colloque organisé à Bruxelles les 25 et 26 mars 1988. Bruxelles: Conseil international de la langue française/ Centre de Terminologie de Bruxelles/ Institut Libre Marie Haps, 1989. p. 94-107.

KLEIBER, G. **Problèmes de sémantique. La polysémie en questions**. Lille: Ed. du Septentrion, 1999.

KRIEGER, M.G.; FINATTO, M.J.B. **Introdução à Terminologia. Teoria e prática**. São Paulo: Contexto, 2004.

LAKOFF, G. **Woman, fire, and dangerous things**: what categories reveal about the mind: Chicago and London: The University of Chicago Press, 1987.

LATOUR, B. **Jamais fomos modernos**. Rio de Janeiro: Ed. 34, 1994.

LAVE, J.; WENGER, E. **Situated learning**: legitimate peripheral participation. Cambridge: Cambridge University Press, 1991.

MARENGO, S.M.D.A et al. As ofensas verbais na cultura estanciana do século XIX: um estudo sobre os processos-crime do sul sergipano. **Revista de Estudos de Cultura (Revec)**, v.4, n.2, p. 63-72, 2018.

MARENGO, S.M.D.A. **Edição semidiplomática, glossário e estudo socioterminológico em diacronia de manuscritos militares dos séculos XIX e XX**. 2019. 66f. Relatório CNPq (Pós-Doutorado em Linguística Histórica) - Programa de Pós-Graduação em Língua e Cultura, Universidade Federal da Bahia, 2019.

MARENGO, S.M.D.A. et al. Mudança linguística à luz da socioterminologia diacrônica: a história da cultura escrita como fator extralinguístico. **Revista de Estudos de Cultura (Revec)**, São Cristóvão, v.4, n.2, p.59-76, set/dez, 2017.

MARENGO, S.M.D.A. **Variações terminológicas e diacronia**: estudo léxico-social de documentos militares manuscritos dos séculos XVIII e XIX. 2016. 530f. Tese (Doutorado em Estudos Linguísticos) - Programa de Pós-Graduação em Estudos Linguísticos, Universidade Federal de Minas Gerais, 2016.

MARENGO, S.M.D.A.; CAMBRAIA, C. N. Estudo socioterminológico da variação/mudança em manuscritos militares dos séculos XVIII e XIX.

Interdisciplinar-Revista de Estudos em Língua e Literatura, São Cristóvão/Sergipe. n. 24, p.203-224, 2016.

MARENGO, S.M.D.A.; TEIXEIRA, S.C.S.B. Um olhar codicológico e da crítica textual sobre um processo-crime de defloramento manuscrito do Sergipe oitocentista. In: AZEVEDO, I.C.M.; ANDRADE, A.M.; MARENGO, S.M.D.A. (Orgs.). **Estudos Linguísticos e literários em múltiplas perspectivas**. São Cristovão/SE: EdUFS, p. 218- 232, 2019.

MARENGO, S.M.D.A; SOUZA, N.L.S.; FONSECA, M.A.C.S. Linguística Forense em diacronia: apontamentos terminométricos da variação defloramento/estupro no Sergipe oitocentista. In: LOPES, N.S.; CARVALHO, C.S.; SANTOS, E.S. (orgs.) **Linguagem e sociedade**. São Paulo: Blucher, 2019.

MATTOS E SILVA, R.V. **O português arcaico. Fonologia. Morfologia e Sintaxe**. SP: Contexto, 2006.

PEREIRA, A.P. **As ofensas verbais contra mulheres no Sergipe oitocentista: uma abordagem léxico-semântica**. 2020. 87f. Dissertação (Mestrado em Letras) - Programa de Pós Graduação em Letras, Universidade Federal de Sergipe, 2020.

SANTOS, L.D.S. **Da Lei Áurea à Proclamação da República**: Edição diplomática e estudo das abreviaturas de um Livro de Registro do Detalhe da Polícia Militar do Estado da Bahia. 2019. 145p. Dissertação (Mestrado em Estudos Linguísticos) – Universidade Estadual de Feira de Santana, 2019.

SANTOS, L.D.S.; MARENGO, S.M.D.A. Abreviaturas de patentes na Terminologia Militar Oitocentista da Polícia Militar Da Bahia. **Revista A cor das Letras**, Feira de Santana, v.21, n.1, p.230-248, 2020.

SANTOS, P.T. **A terminologia na língua de sinais brasileira**: proposta de organização e de registro de termos técnicos e administrativos do meio acadêmico em glossário bilíngue. 2017. 232f. Tese (Doutorado em Linguística) – Programa de Pós-graduação em Linguística, Universidade de Brasília, 2017.

SCHAETZEN, C. (Org.) **Terminologie Diachronique**. Actes du colloque organisé à Bruxelles les 25 et 26 mars 1988. Bruxelles: Conseil international de la langue française/ Centre de Terminologie de Bruxelles/ Institut Libre Marie Haps, 1989.

SIQUEIRA, E. **O Constructo de Faulstich (2003)**: um estudo dos formativos no léxico da análise sensorial enológica. 2004. 172f. Dissertação (Mestrado em Letras) - Programa de Pós-Graduação em Letras, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2004.

SOUZA, N.L.S. et al. O léxico médico nos processos-crime de defloração. **Revista de Estudos de Cultura (Revec)**. v. 4, n.2, p.99-110, 2018.

VEYNE, Paul. **O Inventário das Diferenças**. São Paulo: Brasiliense, 1983.

WENGER, E. **Communities of practice: learning, meaning and identity**. Cambridge, UK: Cambridge University, 1998.







Parte 2

Questões discursivas



Maternidade e mulher no jornal *Mulherio* (1981- 1988): nas frestas da memória



Palmira Heine Alvarez
Andréia Abdon Peixoto



Introdução

Há algum tempo, a questão da construção simbólico-discursiva sobre a mulher em diversas materialidades midiáticas históricas tem nos interessado. Assim, no Grupo de Estudos e Pesquisa em Análise de Discurso (GEPEAD), cujas pesquisas e discussões ocorrem no âmbito da Universidade Estadual de Feira de Santana, temos debatido questões sobre gênero e discurso, principalmente no que diz respeito aos modos de discursivização da mulher que nos permitem compreender as formas de constituição dos sentidos de feminilidade.

Diante disso, nos debruçamos agora sobre uma materialidade jornalística feminista: o jornal *Mulherio*, que circulou no Brasil entre 1981 a 1988, resistindo, na época, à ditadura militar que já estava nos seus últimos anos. O objetivo desse trabalho, portanto, é pensar o jornal *Mulherio* como um instrumento, que resis-

tindo à formação ideológica dominante, ousava dizer o que era silenciado através do silêncio local, conforme postulado por Orlandi (2007), ou seja, do silêncio da censura, da interdição, aquele que não permite que determinados sentidos sejam instaurados. As frestas do movimento dos sujeitos enunciadore nesse jornal, a crítica às estruturas da sociedade patriarcal, o diálogo a partir das ideias feministas num período onde o não dizer era imposto por um regime ditatorial, serão abordadas neste artigo a partir da discussão sobre as ideias de maternidade, da problematização da divisão de tarefas de cuidado com os filhos, da culpabilização das mães que se inseriam no mercado de trabalho, muitas vezes, deixando os filhos sob os cuidados de babás ou das avós.

Assim, é pelo viés da Análise de Discurso de vertente pecheutiana que procuraremos nos inserir teoricamente, a fim de analisar a constituição de sentidos sobre mulher e maternidade em um exemplo retirado do jornal *Mulherio*, onde mulheres de diferentes profissões e idades falam sobre a maternidade, sobre a ideia de divisão do trabalho com os filhos, sobre a culpa imposta às mães. Nas frestas dos sentidos vamos conduzindo nosso olhar, a fim de debatermos sobre os silêncios, sobre a ideologia que faz normalizar a ideia de que cabe apenas à mulher o cuidado com a prole, sobre o dizer e o não dizer.

1. A análise de discurso: alguns princípios

O lugar teórico do qual enunciamos nesse artigo é o da Análise de Discurso de vertente pecheutiana. Tal corrente, surgida na França, na década de 60, através do filósofo Michel Pêcheux, propunha estudar o discurso, buscando responder perguntas que até aquele

momento os estudos linguísticos não davam conta de responder, tais como: como sujeitos diferentes interpretando uma mesma materialidade podem gerar sentidos diferentes? Levando em conta que o discurso possuía uma natureza complexa, que unia a língua, o sujeito e a história, Pêcheux recorre à articulação entre diferentes teorias para a constituição da Análise de discurso, num diálogo transdisciplinar, numa região de entremeio. Segundo Pêcheux e Fuchs (1997, p.8), a constituição da Análise do discurso:

[...] reside na articulação de três regiões de conhecimentos científicos: (a) o materialismo histórico como teoria das formações sociais e de suas transformações, aí compreendida a teoria das ideologias; b) a linguística como teoria, ao mesmo tempo, dos mecanismos sintáticos e dos processos de enunciação; c) a teoria do discurso como teoria da determinação histórica dos processos semânticos. [...] Essas três regiões são, de uma certa maneira, atravessadas e articuladas por uma teoria da subjetividade, de natureza psicanalítica.

Da teoria linguística, Pêcheux (1997) bebe na fonte estruturalista, recortando da mesma a teoria Saussuriana, buscando ampliá-la, a partir do questionamento e da crítica à ideia de homogeneidade e autonomia completas da língua proposta por Saussure. Assim, Pêcheux reconhece que a língua é um sistema dotado de regras próprias, mas, pautando-se sobretudo, na teoria do valor postulada por Saussure, ele afirma que o próprio sistema linguístico é sujeito ao equívoco, uma vez que o sentido das palavras pode sempre ser outro. Daí a afirmação pecheutiana de que a língua “constitui o lugar material onde se realizam os efeitos de sentidos” (PÊCHEUX; FUCHS, 1997, p.172). Assim, a língua é o veículo no qual se materializam os efeitos ideológicos, é a partir dela que os sujeitos se constituem como tais.

Da teoria das ideologias, Pêcheux bebe na fonte das ideias de Althusser. Segundo este filósofo, a ideologia tem uma existência material, não está apenas no campo das ideias, devendo ser entendida como um conjunto de práticas materiais. Ela seria definida como a “relação imaginária dos indivíduos com suas condições reais de existência” (ALTHUSSER, 2008, p. 85). Assim, um sujeito que acredita em Deus, por exemplo, traduzirá a ideia de crença em um ser divino em práticas materiais que incluiriam, por exemplo, a oração, a ida a templos religiosos, dentre outras coisas.

Postulando que a ideologia não está no campo das ideias, Althusser indica que ela se materializa em práticas diversas que se difundem socialmente. Althusser postula também, a famosa ideia de que o homem é um animal ideológico, e que, portanto, não existem sujeitos fora da ideologia, ao contrário, para se constituírem como tais, os sujeitos são interpelados ideologicamente, num processo inconsciente, marcado pelo esquecimento: ele não se dá conta que está sendo interpelado e acredita estar exercendo sua livre vontade, sua liberdade de escolha. No entanto, a despeito da liberdade completa, Althusser (1985) enunciava que os sujeitos não podiam escapar à ideologia, ou seja “toda ideologia interpela os indivíduos enquanto sujeitos concretos” (ALTHUSSER, 1985, p. 96). Bebendo nas ideias de Althusser, Pêcheux desenvolve o conceito de que o sujeito para se constituir como tal assujeita-se à língua e à ideologia. Ele não é livre para dizer o que quer, ao contrário, diz o que pode ser dito a partir da posição que ocupa no discurso, a partir do lugar que a ideologia permite que ele fale.

Da teoria da psicanálise, bebendo da fonte de Lacan, Pêcheux postula que o sujeito, diferente do sujeito cartesiano do “penso logo existo”, é atravessado pelo inconsciente. O sujeito do discurso, portanto, não percebe que desde sempre é interpelado pela ideologia e que tal interpelação é condição essencial para

que ele se constitua como tal. O sujeito esquece, pelo trabalho do esquecimento ideológico, que não é a origem do dizer e não possui dimensão de que o que ele diz, postula ou enuncia já foi dito antes, em outro lugar, já carrega outros sentidos construídos na historicidade. Pêcheux (1975) postula que o lugar ocupado pelo sujeito não é um lugar vazio, mas ao contrário disso, é um lugar preenchido pelo que ele chama de forma-sujeito do discurso, ou seja, o sujeito de saber de uma formação discursiva (FD). É através de uma forma-sujeito, que pressupõe uma maior ou menor identificação do sujeito do discurso com a FD e ainda, que este sujeito se movimenta se identificando, contraindificando ou desidentificando com os saberes de uma dada formação discursiva. Assim, quando o sujeito se identifica completamente com os saberes da FD na qual está inserido, ele é considerado o bom sujeito; quando critica, discorda, questiona, é considerado o mau sujeito da formação discursiva, contraindificando-se com ela e, finalmente, quando rompe com essa FD, desidentifica-se com ela, inserindo-se em outra zona de sentidos. A formação discursiva é um dos componentes da formação ideológica.

Por sua vez, a ideologia camufla para o sujeito a opacidade da língua e os sentidos lhes são dados como naturais, originais e únicos. Como afirmavam Pêcheux e Fuchs, os processos discursivos não se originam no sujeito, mas têm uma origem histórica:

[...] os processos discursivos, como foram aqui concebidos, não poderiam ter sua origem no sujeito. Contudo, eles se realizam necessariamente nesse mesmo sujeito. Esta aparente contradição remete na realidade à própria questão da constituição do sujeito e ao que chamamos seu assujeitamento. (PÊCHEUX; FUCHS, 1997, p. 170).

O sujeito do discurso fala a partir de lugares sociais e histó-

ricos. O que ele diz traz marcas de outros dizeres, de já ditos, da memória histórica. A noção de memória discursiva nos interessa bastante neste artigo, uma vez que pretendemos analisar os sentidos de maternidade e sua ligação com a noção de feminilidade a partir de depoimentos de mulheres que ocupavam diferentes posições sociais na década de 80, depoimentos estes que foram publicados no *Jornal Mulherio*.

1.1. A memória discursiva

Diferentemente da memória cognitiva ou pessoal, a memória discursiva não pertence a um sujeito. Ela é uma memória histórica e coletiva consubstanciada nas palavras e enunciados. Assim, quando se fala de memória em Análise de discurso não se faz referência à memória no sentido psicológico do dizer, mas à memória histórica, na qual as palavras e enunciados são constituídas. Segundo o que nos diz Pêcheux, a “memória deve ser entendida aqui não no sentido diretamente psicologista da “memória individual”, mas nos sentidos entrecruzados da memória mítica, da memória social inscrita em práticas, e da memória construída do historiador (PÊCHEUX, 2010, p. 50).

A memória é, por assim dizer, o que permite compreender que os sentidos são construídos numa dimensão histórica, carregam outros sentidos, trazem já-ditos. A memória, portanto, é o pano de fundo para restabelecer os implícitos, é o que faz com que o discurso tenha uma dimensão heterogênea, pois sempre há outros dizeres dentro do que está sendo dito.

A memória seria aquilo que, face a um texto que surge como acontecimento a ler, vem restabelecer os implícitos (quer dizer, mais tecni-

camente, os pré-construídos, elementos citados e relatados, discursos-transversos, etc.) de que sua leitura necessita: a condição do legível em relação ao próprio legível (PÊCHEUX, 2010, p. 52).

A memória é também o lugar de embates entre os sentidos. É pela paráfrase que a memória se materializa, mas é também pela paráfrase, pelas falhas e buracos gerados pelo dizer parafrástico, que o sentido deriva e pode ser outro. Assim, sob o mesmo dizer parafrástico, abre-se então o jogo da metáfora, o dizer de outro modo “[...] Uma espécie de repetição vertical, em que a própria memória esburaca-se, perfura-se antes de desdobrar-se em paráfrase” (PÊCHEUX, 2010, p. 53). Daí a polissemia. É, portanto a partir da opacidade da língua, pela possibilidade de o dizer se deslocar, que a memória se atualiza. Desse modo, não se pode conceber a memória como algo homogêneo e estável. Ela é movente, se modifica a partir das brechas do sentido. A memória pode transformar-se envolvendo retomadas, réplicas, divisões e disjunções. Conforme afirma Pêcheux (2010):

A certeza que aparece, em todo caso, no fim desse debate é que uma memória não poderia ser concebida como uma esfera plena, cujas bordas seriam transcendentais históricos e cujo conteúdo seria um sentido homogêneo, acumulado ao modo de um reservatório: é necessariamente um espaço móvel de divisões, de disjunções, de deslocamentos e de retomadas, de conflitos de regularização... Um espaço de desdobramentos, réplicas, polêmicas e contra-discursos. (PÊCHEUX, 2010, p. 56).

Courtine (2009, p. 105) postula que “a noção de memória discursiva diz respeito à existência histórica do enunciado no interior de práticas discursivas regradas por aparelhos ideológicos”. A dimensão histórica do enunciado indica, portanto, que

este não é apenas uma estrutura sintática isolada, mas é um elemento que se constitui na e pela história, carregando, portanto, sentidos outros, construídos em outros momentos, ditos de outros modos e atualizados pela memória discursiva.

De que modo a construção da ideia de maternidade ligada à mulher se constitui no discurso a partir do depoimento de mulheres enunciantes do jornal feminista *Mulherio*, da década de 80? De que modo esses dizeres resistem aos dizeres da ideologia patriarcal? Esses questionamentos serão pensados a partir do recorte a ser analisado do *Jornal Mulherio*.

1.1.1. O jornal *Mulherio* e a problematização da maternidade

Composto por pesquisadoras feministas ligadas à Fundação Carlos Chagas (FCC), nasce na década de 1980, mas precisamente no ano de 1981, subsidiado pela Fundação Ford, o jornal *Mulherio*, um periódico que tratava sobre temas relativos à posição das mulheres na sociedade, a partir de um discurso que dialogava com as ideias feministas e reivindicava um lugar para a mulher na sociedade, no mercado de trabalho, na esfera pública. Com o olhar voltado para a condição das mulheres no Brasil nos anos 80, pesquisadoras da FCC, sistematizaram informações sobre o universo feminino, problematizando o papel da mulher na sociedade, oferecendo uma alternativa aos periódicos que eram disponibilizados para as mulheres à época, nos quais apenas temas considerados do que se chamava de interesse feminino eram abordados, tais como: cuidados com o lar, marido, filhos, moda e novelas. Por ser um periódico feminista, o jornal trazia temas antes silenciados como a sexualidade feminina, o aborto, e a problematização de temas já naturalizados como de interesse feminino pela ideologia dominante.

Inicialmente, nasce a proposta de um boletim de notícias, porém, logo o boletim dá origem ao jornal e um tablôide toma corpo. De maneira séria, o jornal *Mulherio* assume um papel de repositório de dados sobre a condição da mulher à época, servindo como um “observatório da mulher” e desmascarando de forma organizada e abrangente a condição feminina à época.

O periódico era mantido através de verbas recebidas pela Fundação Ford e pela venda de exemplares. Dirigia-se a três públicos: os órgãos de comunicações, os grupos de mulheres e as entidades culturais e acadêmicas. Tinha como objetivo se tornar meio de orientação e manancial informativo para os que focalizavam tais assuntos.

O jornal se inicia com um conselho editorial, composto por 16 mulheres com histórias de batalhas pela melhoria da condição feminina no Brasil, como profissionais e como militantes e por essa “reunião de mulheres”, “porção de mulheres” que compõem o jornal, foi intitulado de *Mulherio*. Inicia-se a publicação no ano de 1981 e finda-se no ano de 1988, tendo, portanto, circulado durante sete anos.

Um dos assuntos trazidos à luz pelo periódico é a questão da maternidade, no entanto, no veículo, esse assunto é problematizado e não apenas debatido de forma a atribuir a função de mãe como essencial à mulher. No recorte colocado a seguir, a maternidade é discutida por diferentes mulheres que, a partir dos seus olhares desvelam a complexidade da questão colocada para elas: quem deve cuidar dos filhos?

O fato dessa pergunta ser feita para as mulheres convidadas, já indica uma atualização da memória através de retomadas de já-ditos construídos historicamente de que cabe à mulher o cuidado com os filhos, desvelando um funcionamento ideológico que, dentro da formação discursiva na qual se insere o jornal,

indica contradição em relação à ideologia patriarcal. Assim, nas respostas, os sentidos presentes na ideologia patriarcal que considera papel fundamental e exclusivo da mulher o cuidado com os filhos, movem-se.

Nas brechas da memória, a paráfrase atualiza-se a partir de outros sentidos. Conforme se pode ver no exemplo a seguir, Ofélia, advogada, uma das entrevistadas diz que: “essa vocação de ser mulher e mãe eu realmente não tenho. Objetivamente, eu acho que a educação, as informações e a vida não podem ser dadas única e exclusivamente pela mãe ou mesmo pela família.” O sujeito enunciator falando a partir da posição de mulher advogada, movimenta-se nas teias do sentido, afastando-se da forma-sujeito dominante da formação discursiva patriarcal que concebe o lugar inquestionável da mulher na maternidade. O sujeito do discurso aí apresentado se coloca como não tendo vocação para maternidade e dentro de uma formação discursiva feminista, na qual se inscreve a revista, tal discurso é perfeitamente possível. Tereza Rodrigues, mulher desquitada, ao comentar a fala de Ofélia diz: “você coloca que não é o tipo de mãe tradicional, acho que simplesmente o condicionamento não te pegou, porque ser mãe desse tipo é uma coisa condicionada e só algumas conseguem livrar-se desse tipo de condicionamento”. Nos dizeres de Tereza, há a noção de condicionamento social: ser mãe tradicional, portanto, é parte de um treinamento, de um condicionamento, que transforma a mulher numa mãe com determinadas características, dentre as quais se destaca a ideia de que cabe somente a ela o cuidado com os filhos. Os dizeres de que há um condicionamento social que transforma uma mulher em mãe retomam na memória outros dizeres como a famosa afirmação de Simone de Beauvoir de que não se nasce mulher, torna-se mulher. Assim como ser mulher é uma construção social, ser mãe também o é.

Há uma relação de paráfrase que faz deslocar o ser mulher para o ser mãe. As mulheres enunciadoras ressaltam ainda que a falha no ritual de condicionamento gera a culpa: a mulher que não se considera mãe tradicional (e nas condições de produção da época, ser tradicional ainda significava não trabalhar fora e viver exclusivamente para os filhos e marido), sente-se culpada.

A ideologia patriarcal age no sentido de normalizar a ideia de que a verdadeira mãe deve se dedicar completamente aos filhos, sendo que as mães que se movem em outras direções, carregam a culpa. A culpa também aparece na fala de Marília, quando ela diz que surge o sentimento de culpa “a cada vez que não sobra tempo para ela supervisionar a lição de casa dos filhos”. O dizer dela retoma da memória a construção histórica de sentidos de que a mãe de verdade é aquela que se dedica integralmente aos filhos, sentidos que se situam na FD patriarcal. No entanto, é nas teias da movência dos sentidos, que os sujeitos vão se contraindenticando e desidentificando com a formação discursiva patriarcal e se identificando com a formação discursiva feminista, ou recorrendo a saberes desta última FD para discutirem o tema proposto. Mas a inserção na FD feminista implica ainda uma outra contradição interna: ter que trabalhar e deixar os filhos com alguém gera culpa, mas deixar os filhos com alguém e sair para se divertir gera uma culpa ainda maior. A contradição entre trabalho e diversão aumenta ou diminui a culpa atribuída à mãe que deixa o filho com alguém. Diz Ofélia: “[...] agora outra coisa que eu queria colocar é a diferença do sentimento de culpa que eu tenho quando deixo meus filhos para trabalhar, ganhar dinheiro ou para exercer alguma atividade política e quando os deixo para simplesmente sair e me divertir” A tensão entre trabalho e diversão se faz presente aí, e os sentidos de mãe que deixa o filho com alguém para se divertir retomam da memória histórica os senti-

dos de irresponsabilidade, de desleixo que se atribui à mulher. “Eu gostaria de enfatizar que se sentir livre e sem remorsos de deixar a criança, é muito mais fácil quando você deixa com o marido do que com outros familiares ou amigos. Porque só neste caso você sente que está repartindo mesmo.” É pelo viés da identificação do sujeito do discurso com a FD feminista que se pode falar em repartição de tarefas, coisa que não pode ser dita numa FD patriarcal onde é atribuição exclusiva da mulher o cuidado com os filhos. Neste caso, deixar o filho com o marido é fator de menor culpa pois significa uma reivindicação de repartição de tarefas.

■ Mães: difícil é lidar com a culpa

A convite do *Mulherio*, seis mulheres sentaram para debater informalmente a questão de “quem deve cuidar dos filhos”.

A conversa foi longa e resvalou por tópicos tão diferentes quanto a imagem da mãe tradicional, sentimentos de culpa, dificuldades na divisão de trabalho com o marido, casamento e separação, diferenças entre classes sociais, relação entre a escola e a família. Por limites de espaço, reproduzimos aqui apenas alguns trechos da

conversa, que considera mos de maior interesse geral.

Participaram do debate, feito em Campinas, Evelis Fernandes Prado (Eve), arquiteta, 29 anos, casada, um filho; Ivani Pino, socióloga, 43 anos, casada, dois filhos Maria Tereza Rodrigues, psicóloga, 28 anos, desquitada um filho; Mariza Corrêa, antropóloga, 37 anos, casada, um filho; Marília de Andrade (coordenadora), bailarina, 31 anos, desquitada, três filhas; Ofélia Amorim Reinecke advogada, 43 anos, desquitada, três filhos. Vamos ouvi-las

Ofélia — Essa vocação de ser mulher e mãe, eu realmente não tenho. Objetivamente, eu acho que a educação, as informações e a vida não podem ser dadas única e exclusivamente pela mãe ou mesmo pela família.

Tereza — Você coloca que não é o tipo de mãe tradicional. Acho que simplesmente o condicionamento não te pega, porque ser mãe desse tipo é uma coisa condicionada e só algumas conseguem livrar-se deste tipo de condicionamento.

Ofélia — E, neste caso, sentem até um certo remorso...

Tereza — Bastante sentimento de culpa.

Ofélia — A condição de mulher separada não obrigaria a mulher a romper com o modelo tradicional de mãe? O fato de entregar os filhos para o marido em um fim-de-semana, isto é, entregar a guarda, aquela responsabilidade pela segurança, pela saúde dos filhos, permite que você retorne à situação de solteira. E, pelo menos nesta hora, você não sente este tipo de remorso do qual estamos falando.

Marília — Pois é, uma coisa que pinta é esse sentimento de culpa. Eu também não consigo me adaptar ao modelo tradicional de mãe. Mas, aparece um grande conflito cada vez que tenho que deixar as crianças, cada dia que não me sobra tempo para supervisionar a lição de casa, etc. Fico racionalizando, me dizendo o tempo todo: tudo bem, eu tenho que trabalhar, eu estou ocupada, e tal... Mas, de qualquer jeito, eu me sinto mal. Eu diria que é uma coisa quase que de estômago, que me pega no fundo, sabe?

Tereza — Eu acho interessante enfatizar que se sentir livre e sem remorsos de deixar a criança é muito mais fácil quando você deixa com o marido, ou ex-marido, do que com outros familiares, amigos, etc. Porque só neste caso você sente que está repartindo mesmo.

Ofélia — Agora, uma outra coisa que eu queria colocar é a diferença de sentimento de culpa que eu tenho quando deixo os meus filhos para trabalhar, ganhar dinheiro ou para exercer alguma atividade política, e quando os deixo para simplesmente sair e me divertir. A minha culpa fica bem menor quando saio para ganhar dinheiro ou porque estou “lutando para mudar alguma coisa na sociedade”. Quando saio por prazer minha culpa fica imensa. Às vezes, chego até a imaginar que alguma desgraça vai acontecer, que alguma criança vai se queimar no fogão...

Tereza — Isto mostra bem como é uma questão cultural. É mais aceito que você deixe seu filho com outra pessoa para ir trabalhar. Mas nunca por causa de um prazer. O que eu tenho observado, inclusive, levando a questão de ser casada ou separada, é que às vezes para a mulher casada é mais difícil obter outras fontes de prazer, longe do marido e dos filhos.

Ofélia — Acho, por outro lado, que quando somos mulheres separadas e que dividimos necessariamente nossos filhos com os pais nas férias e nos fins de semana, também temos mais consciência de um outro problema importante: será que as mulheres estão realmente preparadas para dividir a guarda de seus filhos? Tenho várias clientes que na situação de separação, quando os filhos já são maiores e optam por morar com o pai, não se conformam e vem me procurar para obter judicialmente a guarda da criança. Por outro lado, assumir o papel de pai e mãe é muito difícil para a mulher descasada. É uma barreira.

Fonte: *Mulherio*, 1981, edição 0004.

Movendo-se nos sentidos, o sujeito Ofélia alinhava ainda uma contradição patente para as mulheres da época: “será que as mulheres estão preparadas para dividir a guarda dos filhos, em caso de separação?” Assim, ao mesmo tempo que fala sobre a liberdade da mulher em dividir o cuidado dos filhos com o pai, Ofélia traz o posicionamento de várias clientes que não se conformam em ter que dividir a guarda com o ex-marido e pedem a Ofélia para obterem judicialmente a guarda total das crianças. O sujeito do discurso aí traz a voz de mulheres que se encontram contraidentificadas com a formação discursiva patriarcal mas não rompem completamente com ela, pois ainda não aceitam dividir a guarda dos filhos, encarnando a ideia de que o cuidado com os filhos cabe somente a elas. O sujeito Ofélia também se encontra contraidentificado com a formação discursiva patriarcal, ao questionar, com base na sua experiência profissional a capacidade das mulheres em aceitarem dividir os filhos com os ex-maridos.

Todos esses discursos podem ser proferidos porque se trata de um veículo feminista que permite falar o que era silenciado: problematizar a noção de maternidade, questionando a divisão de tarefas não era o assunto mais comum nos periódicos direcionados para mulheres até aquele período. Ao contrário: poucos eram os veículos midiáticos em que tais assuntos podiam ser debatidos de maneira a gerar reflexões e críticas.

Pensando o veículo jornal *Mulherio* como um instrumento onde se podia dizer o que era silenciado, nas condições de produção do final de uma ditadura que interditava os sentidos, compreende-se que este veículo instaura uma relação de resistência. A resistência se dá primeiramente quando se diz o que não se pode dizer, rompendo-se com a censura, com o silêncio local. Os sentidos que antes eram silenciados precisam se configurar agora, reivindicando um espaço de fala, um lugar de constituição.

Últimas palavras

Conforme os postulados da AD pecheutiana, os sentidos de uma palavra, expressão ou proposição não são fixos, mas variam a depender da posição do sujeito no discurso, da formação discursiva na qual esse sujeito se inscreve. Como foi possível notar na materialidade analisada, o jornal *Mulherio*, por se inserir numa formação discursiva feminista, fazia gerar sentidos outros que até o período em que circulava o jornal não eram tão comuns de serem debatidos em veículos midiáticos voltados para o público feminino.

Assim, inserindo-se na FD feminista, questionou-se sobre quem deveria ser o responsável pelo cuidado com os filhos. As ideias de repartição de trabalho, de culpa feminina, de ser ou não uma mãe tradicional foram trazidas nos dizeres das mulheres que participaram da conversa proposta pelo jornal *Mulherio*, pois dentro da FD feminista tais problematizações eram permitidas e, por isso, o tema maternidade foi trazido e problematizado, rompendo com a regularidade presente nos periódicos femininos que, em sua maioria, serviam como manuais de comportamento indicando regras e normas de como as mulheres deviam agir para serem boas mães e esposas. Assim, situando os dizeres dentro de Condições de produção em que o regime ditatorial instaurado em 1964 estava chegando ao fim, o jornal *Mulherio* figurava como um veículo de resistência ao silêncio local, ao não poder dizer estabelecido pela censura. Nesse contexto, o jornal *Mulherio* se constituiu como lugar de produção de sentidos antes silenciados, abrindo espaço para outros sentidos, permitindo o movimento do sujeito nas redes de memória, retomando sentidos para contradizê-los e questioná-los.

REFERÊNCIAS

- ALTHUSSER, Louis. **Aparelhos ideológicos de estado**: nota sobre os aparelhos ideológicos de Estado. 3. ed. Rio de Janeiro: Graal, 1985.
- BEAUVOIR, Simone de. **O Segundo Sexo**: fatos e Mitos. v.1. Tradução: Sérgio Milliet. 3ª ed. Rio de Janeiro: Difusão Européia do Livro, 1960.
- COURTINE, Jean-Jacques. **Análise do discurso político**: o discurso comunista endereçado aos cristãos. São Carlos: EdUFSCar, 2009
- FUNDAÇÃO CARLOS CHAGAS. **Mulherio**. São Paulo. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=459488&pesq=> Acesso em 28.jul.2019.
- ORLANDI, Eni. **As formas do silêncio**. Campinas: Ed Unicamp, 2007.
- PÊCHEUX, Michel. Análise automática do discurso (AAD 69). In: GADET, Françoise; HAK, Tony. (Org.). **Por uma análise automática do discurso**: uma introdução à obra de Michel Pêcheux. Trad.: Péricles Cunha. 3. ed. Campinas, SP: UNICAMP, 1997. p. 61 - 105.
- PÊCHEUX, Michel; FUCHS, Catherine, A. A propósito da análise automática do discurso: atualização e perspectiva. In: GADET, Françoise; HAK, Tony. (Org.). **Por uma análise automática do discurso**: uma introdução à obra de Michel Pêcheux. Trad.: Péricles Cunha. 3. ed. Campinas, SP: UNICAMP, 1997. p. 163 -252
- PÊCHEUX, Michel. O papel da memória. In: ACHARD, P. et al. **O papel da memória**. Tradução de José Horta Nunes. 3. ed. Campinas: Pontes, 2010. p.49-57.

Leitura na perspectiva de Michel Foucault: narrativas de resistência



Carla Luzia Carneiro Borges



Introdução

Apresento a noção de leitura como prática discursiva que dá visibilidade aos sentidos produzidos sócio-historicamente, os quais estão atravessados pelas relações de saber-poder, nos modos como Foucault vai praticando em suas obras: lendo nas brechas, tornando visíveis relações que se formam nas bases. Neste trabalho, relaciono essa noção de leitura a práticas de resistência que acusam um modo de ler a sociedade, em seus atravessamentos do saber/poder, pelo viés das notícias. É importante perguntar:

1. O que é noticiado sobre mulheres?
2. Quem é o leitor sobre mulheres de hoje?
3. Como se noticia as mulheres?
4. Que notícias circulam na mídia, nos diversos espaços, sobre mulheres e suas lutas?

Inicialmente, retomo aqui uma tentativa de exprimir a perspectiva de leitura com a qual venho desenvolvendo meus trabalhos:



Considerando a ordem de leitura dada, destaco que há uma posição do espaço leitor que é legitimada, aquela ocupada, muitas vezes, pelo professor na escola ou por uma instituição, como a jornalística, que regula as leituras em seus respectivos espaços de atuação: aquela que diz o que pode e o que não pode ser lido, quem pode e quem não pode ler. As leituras são selecionadas, controladas, organizadas, seguem uma ordem nas salas de aula. Outras palavras, outra ordem: o leitor como corpo que, ao mesmo tempo, se fixa e se move num espaço de leitura, sob a ilusão ou transgressão possibilitada pela leitura.

É aí que uma cultura, afastando-se insensivelmente das ordens empíricas que lhe são prescritas por seus códigos primários, instaurando uma primeira distância em relação a elas, fá-las perder sua transparência inicial, cessa de se deixar passivamente atravessar por elas, desprende-se

de seus poderes imediatos e invisíveis, libera-se o bastante para constatar que essas ordens não são talvez as únicas possíveis nem as melhores [...] (FOUCAULT, 2016 XVI)

Destaco a importância, portanto, de se dar visibilidade a espaços de leitura em que os sujeitos se constituem na e pela leitura/escritura, em especial, às mulheres, aos cordelistas, aos repentistas, sujeitos que sempre ficaram à margem. Destaco as notícias como narrativas cotidianas que circulam sobre leitura, arte, música em espaços não muito comuns, mas que contam sobre os modos de fazer cotidianos, os quais acusam uma discursividade, constituindo-se como este lugar de subjetivação pela leitura, tanto exercendo um controle sobre os sujeitos, dizendo-lhes o que deve ou não ler, que sentidos devem produzir, como também possibilita seu posicionamento, sendo um espaço no qual há resistência de sujeitos que se entendem como à margem, sem lugar de fala reconhecido, mas sentem-se representados quando são narrados nas mídias.

O trabalho tem por base os Estudos Discursivos Foucaultianos, com destaque para as noções de leitura, narrativa, saber/poder, subjetivação e resistência. Reúno estas noções de Foucault que são de extrema importância para a compreensão de um lugar teórico diferente para a leitura, muitas vezes considerada apenas como mera tarefa diária nas escolas, ou como atividade de fruição, ou ainda como fonte de informação. Na perspectiva pela qual é tomada aqui, a leitura se apresenta como prática discursiva, atravessada pelas relações de saber/poder, responsável também por processos de subjetivação e de resistência.

As notícias que serão analisadas neste trabalho, foram retiradas do Portal G1, como fonte cotidiana de informações que tem largo espaço nas redes midiáticas, inclusive funcionando

como um dispositivo, no sentido foucaultiano, pois tece uma rede de comunicação, como a própria emissora destaca em suas campanhas publicitárias. E sendo este dispositivo que congrega elementos discursivos e não discursivos, que, no conjunto, colaboram para a produção de subjetividades, age no controle dos sujeitos, governando-os pela leitura dos acontecimentos selecionados, recortados, aos quais é dada a visibilidade que o canal possibilita. Por outro lado, querendo controlar os sentidos que circulam, termina por dar espaço a muitos discursos em circulação, que são exigidos diariamente pela sociedade, como requisito para o funcionamento dos canais de comunicação de massa. Esta outra face da prática discursiva midiática também retorna como lugar de resistência daqueles que clamam por um lugar de fala, cobrando posicionamento e visibilidade de questões que gritam por solução. Mas como funciona esta rede de relações? Que instituições dão conta de operar junto com a mídia, em alguns momentos, e em outros, promover o confronto de posições, desestabilizando operações de leitura muitas vezes impostas?

Considerando a ordem de leitura dada, na sociedade, destaca-se que há uma posição do espaço leitor que é legitimada, aquela ocupada pelo professor na escola: aquela que diz o que pode e o que não pode ser lido, quem pode e quem não pode ler. As leituras são selecionadas, controladas, organizadas, seguem uma ordem nas salas de aula. Outras palavras, outra ordem: o leitor escolar como corpo que, ao mesmo tempo, se fixa e se move num espaço de leitura, sob a ilusão ou transgressão possibilitada pela leitura.

É aí que uma cultura, afastando-se insensivelmente das ordens empíricas que lhe são prescritas por seus códigos primários, instaurando uma primeira distância em relação a elas, fá-las perder sua transparência inicial, cessa de se deixar passivamente atravessar por elas, desprende-se

de seus poderes imediatos e invisíveis, libera-se o bastante para constatar que essas ordens não são talvez as únicas possíveis nem as melhores [...] (FOUCAULT, 2016 XVI)

É nessa direção que este trabalho propõe pensar na leitura como espaço de fratura desta ordem, tendo as notícias e suas narrativas como caminho alternativo de produção de sentidos em circulação na sociedade, dando vez e voz aos sujeitos que se encontram à margem e são subjetivados em sua condição de miserabilidade, já que apagados em seus lugares de fala.

Dos espaços de leitura noticiados

Começo trazendo a noção de espaço em Foucault (1984), a partir da qual é possível pensar na constituição dos sujeitos em decorrência da relação com o espaço, assim considerado:

A nossa época talvez seja, acima de tudo, a época do espaço. Nós vivemos na época da simultaneidade: nós vivemos na época da justaposição, do próximo e do longínquo, do lado a lado e do disperso. Julgo que ocupamos um tempo no qual a nossa experiência do mundo se assemelha mais a uma rede que vai ligando pontos e se intersecta com a sua própria meada do que propriamente a uma vivência que se vai enriquecendo com o tempo (FOUCAUT, 1984, p. 1)

Daí ser necessário pensar como o espaço midiático, em questão, pode, ao tempo que controla o movimento dos discursos e das subjetividades, possibilitar as simultaneidades que nos constituem diariamente no espaço virtual e podem também funcionar como espaço fraturado, oportunizado pelo discurso

de resistência. O espaço midiático, estando em rede de funcionamento com outros espaços, pode capturar os desejos, as vontades e verdades ditas como próprias de uma ou outra subjetividade, fazendo-as lhes parecer ora legítimas, ora seu lugar de desconstrução.

Quando o site G1 noticia, em 4 de agosto de 2019: “Seminário dá voz a mulheres para debate sobre efetividade da Lei Maria da Penha no AM”, uma brecha na ordem discursiva midiática se abre. Uma narrativa se inicia e passa a circular, dando voz a mulheres, ainda que pelo viés do legislativo, considerando que a notícia é sobre um seminário na Defensoria Pública de Manaus: “A Lei é para todas – A aplicação da Lei Maria da Penha do ponto de vista do feminismo interseccional”.



Fonte: Portal G1 AM, 2019

O objetivo anunciado pela defensora pública é: “[...] elaborarmos um documento com orientações para a elaboração de políticas para a efetivação da Lei Maria da Penha a partir da fala

das mulheres”. Por este trecho, assim como em outros da notícia, aparece o discurso de resistência, em meio a uma ordem que privilegia a fala dos que têm prestígio, ocupando posição de destaque socialmente. O fato é que a notícia tem brechas, fratura-se no momento em que tem sim que narrar acontecimentos de resistência. Numa outra notícia, bem recente, o G1 do Paraná noticia:

Deputados do Paraná aprovam reserva de 5% das vagas de trabalho para mulheres em obras públicas

Projeto de lei foi aprovado em primeiro turno, na tarde desta segunda-feira (5), na Assembleia Legislativa do Paraná (Alep); outras três propostas também foram aprovadas. (PORTAL G1 PR, 2019)

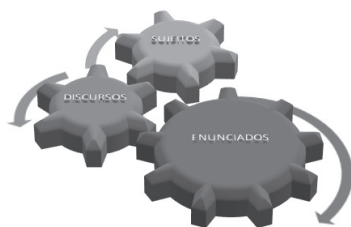
Diferentemente da notícia anterior, que apesar de dar destaque à fala de quem está em posição de prestígio mas que também é mulher, desta vez a fala privilegiada é de homens do poder público, legitimados a ceder espaço (apenas de 5%) a mulheres, num setor que ainda não tem tanta representatividade feminina como acontece com os homens. O confronto de narrativas é exatamente com o objetivo de avaliar como mantendo uma ordem discursiva dada, as notícias abrem brechas para um discurso de resistência. Elas colaboram para o fortalecimento de determinadas condições de possibilidade para que o discurso de luta das mulheres insurja na sociedade.

Daí acreditar que o espaço das leituras noticiadas são da ordem do cotidiano, atravessadas pelas relações de saber/poder, acreditando estarem apenas seguindo um ritual jornalístico de informar, de narrar acontecimentos em sua dimensão imediata e pragmática, mas na verdade têm suas brechas, suas narrativas são descontínuas e instáveis, não “sabendo” que o que aparenta ser estável e seguro, pode ter sua contraparte, seu duplo, que “tra-

pareia”, faz seguir caminhos não traçados, pois são de uma outra ordem: “[...] A nós, que nos acreditamos ligados a uma finitude que só a nós pertence e que nos abre, pelo conhecer, a verdade do mundo, não deveria ser lembrado que estamos presos ao dorso de um tigre?” (FOUCAULT, 2016, p. 444)

Das leituras de mulheres noticiadas e suas resistências

Para pensar nas notícias como práticas discursivas que, de certa forma, dão visibilidade às mulheres e a suas lutas, é necessário destacar os enunciados que circulam e dão visibilidade a estas sujeitas (o termo aqui com o propósito de resistir e marcar posição). Isso exige considerar a engrenagem foucaultiana, a qual possibilita olhar para o movimento das instituições, dos dispositivos, dos sujeitos, dos discursos, dos enunciados:



Ao pensar em discurso, necessariamente é necessário considerar os enunciados que o instaura. Enunciado aqui não se confunde com a noção linguística, mas vai além por considerar o enunciado em sua função no âmbito das relações de saber/poder e em relação à constituição de sujeitos, a partir dos “eus” que enunciam e são enunciados, neste caso, as mulheres que enunciam e

são enunciadas: quem fala? de que lugar? Quem legitima? São perguntas para dar conta da engrenagem foucaultiana e da produção dos discursos/enunciados e de sua circulação nas notícias.

Quando se procura em sites de busca “notícias sobre mulheres”, que enunciados aparecem? Eis alguns:

– Mulheres

Programa de TV (TV Gazeta)

– Tudo sobre a **mulher** moderna, amor e sexo, comportamento, casamento, sua carreira, tutorias, passo a passo de beleza e muito mais. (Site Terra)

– Sauditas debatem sobre permissão para mulheres viajarem sozinhas (Exame, 2 de agosto 2019)

– Spotify inaugura casa de música para gravar cantoras iniciantes (Veja 5 de julho de 2019)

– O impacto dos remédios para a libido na vida sexual da mulher (Veja 5 de julho de 2019)

– Mulheres comediantes ganham programas próprios na TV paga

– Estreias de ‘E! No Filter Wknd’ e ‘A Culpa É da Carlota’ marcam o avanço feminino no humor (Folha de São Paulo, 06 de agosto de 2019)

Os enunciados listados são uma pequena mostra do que circula sobre mulheres, seus lugares de fala e quem as legitima. As resistências insurgem quando se tem uma notícia sobre acontecimentos inaugurais, que mostram a mulher em espaços antes não próprios para sua participação, em meio aos lugares que fixam os interesses ditos como de mulheres, ao longo da história, mas que apenas, legitima um discurso já cristalizado que diz que a mulher se interessa por beleza, sexo, saúde, lar.

Assumo a posição de que a escritura seja aquele dorso instável do tigre de que falei anteriormente. Ao tempo que se fecha numa ordem e procura mantê-la, ela se desestabiliza, bambeia, cai e se apoia nos discursos que ela mesma deixou de lado. Tomo-a, ainda que compreendendo seu poder nas sociedades em geral, no sentido de legitimar discursos inclusive de controle dos sujeitos, submetidos a regras, legislações, acordos, a um modo de gerir a linguagem, marcando espaços diversos, definindo posições dos sujeitos e seus modos de dizer, como uma prática também discursiva que, assim como a leitura, seu duplo, opera na produção de sentidos e de subjetividades. Foucault pergunta: “Que é uma “escritura” (a dos “escritores”) senão um sistema semelhante de sujeição, que toma formas um pouco diferentes, mas cujos grandes planos são análogos? (FOUCAULT, 2014, p. 42). A escritura como sistema de sujeição coloca em pauta a relação com outros espaços, outras instituições e sistemas possíveis que atravessam a escritura. Por sua vez, esta se organiza de tal forma que enreda os sujeitos, que se constituem neste atravessamento.

Os saberes construídos no espaço da escritura são de uma ordem que se impõem na sociedade como saberes legitimados, que fixam verdades, que demarcam posições, que estabelecem formas de pertencimento a um ou outro campo do saber. Os saberes escriturados colaboram para uma regularidade das práticas discursivas, em direção à constituição dos saberes que são próprios da ciência. A escritura, desta forma, funciona quando circula socialmente, dando visibilidade a todo saber que resulta do aparecimento ou não de enunciados que o constituem. A noção de saber em Foucault pressupõe esta condição de sua existência:

A esse conjunto de elementos, formados de maneira regular por uma prática discursiva e indispensáveis à constituição de uma ciência, apesar

de não se destinarem necessariamente a lhe dar lugar, pode-se chamar saber. Um saber é aquilo de que podemos falar em uma prática discursiva que se encontra assim especificada: o domínio constituído pelos diferentes objetos que irão adquirir ou não um status científico (...); um saber é, também, o espaço em que o sujeito pode tomar posição para falar dos objetos de que se ocupa em seu discurso (...); um saber é também o campo de coordenação e de subordinação dos enunciados em que os conceitos aparecem, se definem, se aplicam e se transformam (...); finalmente, um saber se define por possibilidades de utilização e de apropriação oferecidas pelo discurso (FOUCAULT, 2004, p. 204).

Os saberes, assim, estão sob a ótica das condições de possibilidade de seu funcionamento. Neste trabalho, procurei apenas problematizar como a escritura e a leitura, em espaço midiático, funcionam com práticas discursivas de produção e circulação dos saberes, em especial, de saberes que dizem ser sobre mulheres e por elas produzidos, mas que também possibilitam analisar em quais condições de produção estes discursos acontecem, qual o modo de produzi-los e de fazer circularem determinadas subjetividades sobre mulheres, as quais soam como lugares de resistência quando estas narrativas midiáticas se instauram e ganham um ritmo de insurreição em meio aos acontecimentos de prestígio.

Considerações finais

Este trabalho possibilitou um modo foucaultiano de pensar na leitura e na escritura como práticas discursivas, atravessadas por relações de saber e de poder, as quais participam ativamente dos processos de subjetivação, ainda que no controle dos sujeitos, de suas subjetividades, de seus corpos e de suas linguagens.

Provocou um olhar para o que, da notícia, não se tem visibilidade: suas brechas e fraturas. Ainda exige muita investigação desse lugar de fala das notícias, de seus discursos, suas normatizações, sua autoria que está responsável por agrupar e selecionar enunciados e não outros, muitas vezes interditados. Ainda é preciso pensar nos sujeitos que têm voz nas notícias, quais estão em destaque, quais ficam na espreita de uma brecha, quais de fato conseguem fraturar os discursos midiáticos e quais ainda ficam na infâmia midiática, só aparecendo em sua condição maior de miséria.

Com relação às notícias sobre mulheres, tem tido visibilidade de notícias que a subjetivam como da beleza, da fé, do lar, da saúde, em detrimento das notícias que revelam os espaços de resistência da mulher. Algumas situações vão na direção de possibilitar uma subjetivação pela luta, pelo embate com o poder que deixa a mulher num lugar de apagamento. As duas notícias que foram apresentadas, ainda que colaborando para o reforço de um discurso já previamente esperado como sendo para mulheres, apresenta um espaço de embate, no mínimo, sendo necessário trabalhos que colaborem para avaliar este lugar da mulher em sua historicidade, ampliando as possibilidades de noticiar suas lutas.

REFERÊNCIAS

FOUCAULT, Michel. **As palavras e as coisas**: uma arqueologia das ciências humanas. 10. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2016.

FOUCAULT, Michel. **A ordem do discurso**: aula inaugural no Collège de France, pronunciada em 2 de dezembro de 1970. Trad. Laura Fraga de Almeida Sampaio, 24ª ed. São Paulo: Edições Loyola, 2014.

FOUCAULT, Michel. **De outros espaços**. Traduzido do francês por Jay Miskowiec. Conferência proferida no Circle d'Études Architecturales, em 14 de março de 1967, publicado em *Architecture, Movement, Continuité*, 5 de 1984. Disponível em <http://escolanomade.org/wp-content/downloads/foucault-de-outros-espacos.pdf>

FOUCAULT, Michel. **Arqueologia do saber**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2004.

PORTAL G1 AM. **Seminário dá voz a mulheres para debate sobre efetividade da Lei Maria da Penha no AM**. Disponível em <https://g1.globo.com/am/amazonas/noticia/2019/08/04/seminario-da-voz-a-mulheres-para-debate-sobre-efetividade-da-lei-maria-da-penha-no-am.ghtml>

PORTAL G1 PR. **Deputados do Paraná aprovam reserva de 5% das vagas de trabalho para mulheres em obras públicas**. Disponível em: <https://g1.globo.com/pr/parana/noticia/2019/08/05/deputados-do-parana-aprovam-reserva-de-5percent-das-vagas-de-trabalho-para-mulher-em-obras-publicas.ghtml>

Letramento: a construção de uma teoria



Leda Verdiani Tfouni
Anderson de Carvalho Pereira



Introdução

Tfouni (2010) mostra que diversos autores associam a aquisição da escrita ao domínio do raciocínio lógico, cuja estrutura clássica é o silogismo. Por conta desta associação, a função da escolarização seria a de garantir o desenvolvimento de habilidades como a abstração e a formalização do pensamento.

A mesma autora ainda mostra que as teorizações sobre a escrita que levam em conta a relação entre a aquisição da escrita, o avanço tecnológico e o desenvolvimento cognitivo excluem radicalmente a diversidade dos saberes cotidianos presentes nas formas orais da língua.

Um dos modos de contornar essa dicotomia é considerar quais aspectos sócio-históricos estão envolvidos quando uma sociedade passa a utilizar, num âmbito amplo ou restrito, um determinado código. Este apontamento vem da constatação de

que os modos de organização da linguagem entre adultos não-alfabetizados estão atravessados pelo controle da interpretação, tornado mais explícito na escrita, principalmente quando vinculada à forma silogística (TFOUNI, 1988, 1992, 2010).

Neste texto, retomaremos formas alternativas que os não-alfabetizados encontram para lidar com o discurso da lógica, especificamente, com o raciocínio silogístico e o efeito da premissa maior.

É ressaltado que o uso de fórmulas discursivas genéricas (entendidas como máximas, provérbios, axiomas, “slogans”, e ditos populares em geral) se assemelha bastante ao uso da premissa maior presente nos silogismos clássicos.

A partir de uma perspectiva que aproxima práticas de linguagem de natureza oral e escrita, entendemos que o funcionamento discursivo do genérico ganha eco na estruturação que, no discurso da lógica, é proporcionada pela premissa maior do silogismo. Resumindo, queremos mostrar que existem práticas cotidianas de linguagem, que não têm origem na escolarização, nem tampouco são exclusivas do espaço escolar, mas que possibilitam estratégias alternativas em se lidar com o raciocínio lógico institucionalizado.

Uma destas estratégias decorre do uso dos genéricos, que funcionam como cooptadores de saberes cotidianos, e que interferem nos modos de organização da aquisição das narrativas.

Aspectos Teóricos

Retomando parte da trajetória da teoria de letramento de Tfouni (1988, 2001, 2010), o primeiro ponto a destacar é que não se pode enquadrar as produções de linguagem de não-alfabetizados

como produções primitivas, ou equiparáveis às de povos ágrafos. Tal como Tfouni (2010) explica, estes sujeitos, por viverem em sociedades modernas, cujas práticas são em sua grande maioria embasadas no uso da escrita, sofrem a interferência estrita ou generalizada dos saberes organizados pelo código escrito.

Acreditamos ser necessário estabelecer aqui a relação entre silogismo, máximas e genéricos.

O silogismo, ou raciocínio lógico-verbal, foi criado por Aristóteles no século IV a. C., época de difusão e generalização da escrita no mundo ocidental. O raciocínio silogístico marca uma relativização do pensamento mítico até então predominante, pois privilegia a razão, procurando estabelecer uma conduta universalizada através das máximas (premissa maior), que se caracterizam linguisticamente pelo uso do designativo ‘todo’ e suas variantes. A lógica se opõe ao senso comum na medida em que tem como ponto de vista aquilo que é universal e necessário, em oposição ao individual e ao contingente. Segue-se que o método dedutivo é o guia do pensamento lógico, e o silogismo é seu produto concreto.

Usamos neste texto o termo ‘genérico’, substantivo, e não adjetivo, como equivalente de ‘máxima’, para diferenciar e dar mais abrangência a todas as fórmulas discursivas que tenham por efeito universalizar um fato. Inclui-se aí desde a premissa maior do silogismo (“Todo homem é mortal”), até provérbios (“Tudo que balança cai”).

Aristóteles (1988, p.146), em sua obra “Arte Retórica e Arte Poética”, defende a clareza dos atos assegurada pela universalidade das máximas, quando afirma que: “...a máxima é uma maneira de traduzir uma maneira de ver, que não se refere a um caso particular”.

Dentro da teoria discursiva de letramento, consideramos que a codificação universalizante de práticas de linguagem vei-

culadas pelas máximas não se esgotou na era clássica; ainda hoje, elas circulam socialmente e se fazem presentes nos modos cotidianos de organização da linguagem, mediadas pelo uso dos genéricos discursivos. Tfouni (1988, 2010) mostrou em sua pesquisa com adultos não-alfabetizados sobre compreensão de silogismos – que as máximas expressas nas premissas maiores eram muitas vezes substituídas por genéricos de outro tipo, relacionados às modalidades epistêmicas e deônticas (e não às aléticas, como é o caso do silogismo). Como ilustração, apresentamos aqui o caso de uma mulher não-alfabetizada que deu a seguinte resposta ao silogismo a ela apresentado (no qual a conclusão estava na forma interrogativa): “Toda fruta tem vitamina/ A maçã é uma fruta/ A maçã tem vitamina, ou não?”:

Ah, tem vitamina, sim, porque...eu acho que ela tem vitamina porque a gente sempre, né, quando quê fazê alguma coisa qualquer pr'uma criança, né, tem que tá correndo, e eu mesmo já dei muita fruta...de maçã pro meu filho...Então...daí eu acho que ela tem vitamina, porque alimenta os bebês, né? Assim, pra as pessoas, quando tá fraca, dá maçã, né, primeira coisa que eu vejo, quando não é banana, tem que ser maçã. Então eu acho que ela tem muita vitamina (TFOUNI, 2006, p. 72).

Pode-se observar que o sujeito deslizou do discurso formalizado do silogismo para o discurso informal da narrativa, substituindo elementos linguístico-discursivos e estruturais típicos do primeiro (“Todas”, “a maçã”; premissa maior, premissa menor, conclusão) por operadores narrativizantes, como a inclusão da primeira pessoa (“eu”), conectivos de expressão de tempo (“daí”, “já”), além de modalidades epistêmicas, marcadoras de subjetividade, como “eu acho”. Nesse caso, podemos perceber que a narrativa surge como lugar discursivo alternativo ao raciocínio lógico

verbal; como uma resistência ao discurso logicizante e letrado da escola, inacessível aos não-alfabetizados.

Tfouni (2006) mostra que, no caso acima, não se trata de concluir que o sujeito não tem capacidade dedutiva ou raciocínio lógico; trata-se, antes, de uma espécie de reforço argumentativo, baseado em conhecimento factual sobre as coisas do mundo. Ou seja, a verdade alética (válida em todos os mundos possíveis) foi substituída por outra verdade, epistêmica ou deôntica, baseada na experiência pessoal do sujeito, um conhecimento adquirido em sua relação com a constatação prática de que vitamina é bom para quem está doente, e que, portanto, como as frutas têm vitamina, deve-se dar frutas para pessoas doentes!

Segundo Tfouni (2005), o raciocínio lógico ‘fecha’ as possibilidades de sentido. A autora lembra que o sentido não é um só, e propõe o discurso narrativo como alternativa ao uso do raciocínio lógico-verbal. Quando narra, o sujeito insere sua subjetividade, pois a perspectiva para falar do objeto discursivo não é fechada. O processo discursivo narrativo permite ao sujeito escapar do raciocínio lógico e alocar-se em outros sítios de significação. É o que se pode observar na investigação de adultos não-alfabetizados feita por Tfouni (1992), com o propósito de pesquisar o efeito que silogismos (discursos que são produtos típicos e exclusivos da escrita) causariam nesses sujeitos.

Tfouni, Martha e Monte-Serrat (2015) recorrem a Walter Benjamin para descrever o que se passa no contexto acima desenhado:

É também o mesmo Benjamin que, no célebre “Experiência e Pobreza” (1986), afirma que nos tornamos pobres porque perdemos, a cada dia, nossa capacidade de narrar, em trocada velocidade, do atual, da transitoriedade, e, acrescentamos, do discurso da ciência, que no lugar de assumir a transitoriedade de suas próprias verdades tende a afirmar a univocida-

de lógica. Ou seja, não é que não haja experiências, é que elas se tornam inenarráveis porque sucumbem a outros discursos – é nesse sentido que Benjamin emprega a palavra pobreza. Como resistir a isso? Como resistem a tal fato aqueles dos quais é furtado partilhar do discurso científico, mas que têm, como qualquer ser humano, sua vida enriquecida pelas mais singulares experiências? É este o mote para falarmos aqui dos adultos analfabetos, que, ao narrarem, contornam a ‘pobreza’ da experiência e afirmam-se como autores de seu discurso. Aliam-se ao Odisseu homérico para alcançar uma Ítaca: aquela que lhes garante um lugar (social) ao sol (TFOUNI; MARTHA; MONTE-SERRAT, p.138)

O discurso narrativo permite ao sujeito impedido de significar em determinado lugar, que se desloque para outra região discursiva e signifique de outro modo, colocando na cena enunciativa seu conhecimento factual e do mundo, suas experiências e subjetividade. Assim, para o menos letrado - aquele excluído da escrita -, através da narrativa, abre-se um espaço para que outro tipo de saber aflore: suas “... narrativas aparecem [...] como uma oposição [...] à organização lógica e formalizada do discurso do alfabetizado, que se materializa no silogismo, em particular, e no discurso científico em geral” (TFOUNI, 2005, p. 72).

Tudo isso começou quando Tfouni aplicou testes de compreensão de silogismos a adultos não-alfabetizados, em 1983, com o objetivo de encontrar resultados semelhantes aos encontrados por Luria (1977), em seu estudo clássico com a população rural da Rússia logo depois da revolução de 1917, e também aos de Scribner e Cole (1981). A estruturação metodológica destes “testes” incluía a resposta, que equivalia à *conclusão lógica*; a justificativa da resposta, perguntando-se o “*por quê?*”; e, por fim, a *repetição* do silogismo tal como havia sido apresentado ao sujeito (TFOUNI, 2010).

Tfouni deteve-se em analisar as justificativas e repetições, e, neste último caso, percebeu três tipos de estratégias discursivas usadas pelos sujeitos: 1) omissão da premissa menor; 2) transformação da interrogativa em negativa; 3) uso de técnicas de narrativa. Em sua análise, Tfouni (1988) aponta como o deslizamento do discurso objetivo da lógica permitiu aflorar formas do discurso narrativo, recheadas de fatos vividos, valores e elementos de outro universo simbólico.

De acordo com a autora, tais descobertas indicam que não se pode afirmar que aqueles sujeitos não compreenderam a lógica implícita no silogismo. Por outro lado, afirma ela que não é possível admitir uma equivalência direta entre ambos os universos simbólicos, visto que, caso afirmássemos que há, cairíamos no tênue limite que separa o elogio do “déficit” (postura individualista) do elogio da superioridade intelectual (purismo) (TFOUNI, 1992).

Tfouni propõe uma abordagem alternativa, que admite que existam características que frequentemente são atribuídas como exclusivas da escrita (como é o caso do raciocínio lógico), mas que estão presentes no discurso oral de adultos não-alfabetizados, com as modificações já apontadas acima. Mas, qual a natureza de tais modificações? indaga Tfouni. Para responder, a autora vai investigar a natureza das máximas e genéricos usados pelos sujeitos que estudou.

Uma das questões levantadas foi: Que espécie de conhecimento é esse, que leva à produção de silogismos, por um lado, e de narrativas, por outro?” (TFOUNI, 2010, p.77). Dessa forma, o importante é notar de que maneira os discursos altamente letrados – científico, pedagógico escolar – ao fazerem uso da lógica, alimentam a ilusão de que esta lhe é exclusiva e que somente a escrita baseada nessa lógica funciona de maneira objetiva, descentrada. Ocorre que tais discursos destituem a escrita do caráter intera-

cional da linguagem, e, em consequência, a filiação ao discurso da escrita – do ponto de vista da teoria de letramento que fundamenta este artigo – proporciona uma abertura para “qualquer dizer”, desde que ao sujeito seja aberto um campo de interpretação em que possa lidar com significantes que lhe são caros. Há, portanto, a sinalização de que existe uma saída para o sujeito, um escape das malhas do discurso pedagógico logicizante que tenta interpelá-lo todo o tempo. Esse é um caminho possível para a produção de pseudotextos como o seguinte (Cf. ABAURRE, 1996):

O patu nadou no lagu

O patu não é bonito

O patu tem aza gandi O patu tem bicu piquenu.

Tfouni (2010) considera que a articulação da escrita por uma lógica argumentativa confere ao sujeito da escrita a ilusão de que se pode olhar para o que se diz, como um objeto a ser compartilhado “tal e qual” com o interlocutor. Tal posição do sujeito da escrita confere-lhe poder advindo da falsa ideia de que existe metalinguagem, fato este negado por autores tais como Lacan (1998), Arrivé (1994) e Milner (2012). Isto instala uma formação imaginária de que dominam formações discursivas mais letradas, uma vez que possibilitam maior participação social, por conta do controle que este compartilhamento proporciona, advindo daí o poder sobre o menos letrado. Segundo a autora, trata-se de uma superioridade antropológica, e não cognitiva, como supõem muitos autores.

Tfouni (2010) mostra que esse mecanismo é sustentado pela suposta superioridade do “sujeito da ciência”, que está fundada na ilusão de que o raciocínio descentrado é o “único caminho para a verdade”, o que contribui para a inferiorização na caracterização de práticas cotidianas de linguagem como narrativas orais.

Entretanto, tal superioridade do sujeito da ciência, uma vez que é construída, pode ser abalada. Isto pode ser feito recorrendo aos estudos de Graff (1986) que argumenta que o percurso histórico e a disseminação da escrita alfabética no Ocidente nunca ocorreram em separado das práticas orais de linguagem. Graff propõe ainda que a escrita, que serviu primariamente ao Estado e à burocracia, somente adiante foi transportada ao espaço escolar, onde, por meio de uma hipervalorização das habilidades de leitura e escrita, tornou possível o monopólio ainda maior do poder envolvido no projeto civilizatório.

Essas afirmações de Graff (1986) contribuem para reforçar algo que é caro à proposta de Tfouni (2010), ou seja, que a forma dominante que orienta as práticas escritas, principalmente as práticas argumentativas, é o silogismo, que está presente no modo cotidiano de organização da linguagem, seja nas produções orais de adultos não-alfabetizados, seja nas produções de sujeitos com pouco tempo de escolarização e baixo grau de escolaridade. Isso porque, de forma semelhante à premissa maior do silogismo, o uso de ditos genéricos discursivos também instala a possibilidade de construção de uma verdade. No caso da sua presença em narrativas orais, tal possibilidade ocorre na contrapartida da universalidade da verdade silogística. É que, tal como vistos nas narrativas analisadas, os genéricos também definem espaços de abertura e fechamento da interpretação.

Portanto, a suposta superioridade da escrita associada à lógica baseia-se numa arbitrariedade, e também numa maneira de se tratar a memória social, que nos obriga a examinar um pouco mais de perto suas condições de produção.

Considerando este debate, queremos mostrar como os genéricos (uma vez que sustentam a ilusão de transparência de forma semelhante a dos discursos altamente letrados) também

proporcionam às formas alternativas de organização da linguagem, como é o caso das narrativas, um efeito de sentido ligado a este recurso aparentemente exclusivo da escrita.

Metodologia

Filiamo-nos ao paradigma indiciário de análise descrito por Ginzburg (1989) e por Tfouni e Pereira (2018) e trataremos as ocorrências de genéricos como pistas que nos encaminham aos seus modos de funcionamentos nas narrativas.

Ginzburg (1989) destaca que no paradigma clássico da ciência, o paradigma galileano, os efeitos são formulados a partir da delimitação das causas. Em contrapartida a este paradigma, surgiu no âmbito das ciências humanas, em fins do século XIX, um paradigma de análise, de natureza indiciária, baseado na semiótica e cuja origem remonta à própria atividade humana de caça. Este paradigma, que se baseia na análise de pistas, parte dos efeitos, remetendo estas pistas ao passado (GINZBURG, 1989).

É considerando esse paradigma que buscamos remeter o uso dos genéricos encontrados nas narrativas produzidas por uma mulher não-alfabetizada, ao modo de retomada e antecipação que eles proporcionam ao fluxo narrativo, na tentativa de proporcionar-lhe coerência e coesão.

Resultados

Vejamos primeiramente o caso do genérico “Homem num choro”, inserido na narrativa oral produzida por Madalena de Paula Marques intitulada “As três estrelas de ouro na testa”.

Nessa narrativa, temos a história de três meninas abandonadas pelo pai, por não ter condições de alimentá-las. Ele as orienta a respeito da sina de cada uma delas. A sina se cumpre, sendo que a mais nova delas se casa com um príncipe e as outras duas vão trabalhar como empregadas no castelo. Casando-se com o príncipe, a filha mais nova tem três filhos gêmeos – dois meninos e uma menina – e desperta inveja nas irmãs. Estas trocam as crianças por sapos e se livram das crianças colocando-as num caixão, que segue rio abaixo⁴⁵. Um pescador acolhe as crianças em sua casa, aproveitando-se que sua mulher havia acabado de dar à luz um menino. Ocultando-lhes a origem, o pescador coloca uma touca em cada uma das crianças para esconder a marca de três estrelas de ouro, que carregam na testa. Nesse ínterim, a verdade aparece, quando a touca cai, e o verdadeiro filho do pescador percebe que apenas ele não possui a marca. Além disso, o menino passa a estranhar o fato de ser negro e as outras crianças serem loiras. Com a ajuda de um papagaio, as crianças vão à procura e ao encontro dos pais verdadeiros. Revelada a trama das irmãs, o príncipe pede perdão à esposa por ter ficado irritado com o nascimento dos sapos, e castiga as tias das crianças, decidindo queimá-las.

A inserção do genérico “Homem num chora” ocorre quando o filho do pescador, cujo nome é Ramilo, descobre que seus irmãos são filhos adotivos, por conta da diferença marcada principalmente pela marca das estrelas de ouro na testa. Vejamos:

(Voz do pescador; suave; tom acolhedor) - Vem cá, meu filho, eu quero conversá c’o cê. Vem, Ramilo, vem cá, eu vô conversá c’o cê... Num pode ficá assim... cê num pode ficá desse jeito cá mamãe

45 A semelhança com a narrativa bíblica sobre Moisés não nos passou despercebida. Em outro lugar (TFOUNI, 1993), fazemos uma discussão detalhada sobre a interdiscursividade nessas histórias, destacando os temas que são retomados.

não... chorando o dia inteiro... Que que é isso? Já passô. Homem num chora. Vem aqui, Ramilo. Aí o Ramilo foi e falô assim: - Papai... (snif, snif), conta a verdade pra mim. Eles... eles... eles tem... eles é louro, eles é mais gordo de que eu. Eles têm essas estrela de ouro na testa... Eu vi! E eu não tenho.

O uso do genérico “homem não chora” cria um efeito de verdade incontestável. Tfouni e Monte-Serrat (2012) fazem a seguinte análise desse recorte:

Analisando esse recorte, podemos dizer que a fórmula genérica “homem não chora”, amplamente usada no discurso cotidiano, produz uma naturalização de sentidos, pois a própria enunciação do genérico oculta, silencia (pela sua não enunciação) a possibilidade do sentido contrário. A identificação do sujeito com essa fórmula, através da interpelação pela ideologia, cria o efeito de verdade inquestionável sobre aquilo que é dito, ou melhor, determina um único sentido possível ao do genérico colocado em funcionamento. O genérico, então, engana o sujeito exatamente ali onde ele pensa estar escolhendo a melhor formulação. Quando a narradora enuncia “homem não chora”, temos a formulação de que todos os homens não choram, silenciando alguns homens que choram. A qualidade de não chorar, para se constituir como sendo do homem, aparece como algo natural, não-social e historicamente construído, justamente por um mecanismo ideológico que silencia uma qualidade contrária nessa constituição. Assim, é justamente na dominação de um sentido em detrimento de outros que se estabelece a eficácia dos genéricos e da ideologia na manutenção de formações ideológicas dominantes. Os genéricos encontram-se, então, no espaço do repetível, já que eles não se originam no sujeito, e, sim, no interdiscurso (TFOUNI; MONTE-SERRAT, 2012, p.183).

A segunda narrativa que analisaremos intitula-se “A mulher que tinha vontade de ter uma filha e ganhou uma porquinha”, na qual ocorre o genérico “Toda mãe deixa as filha casá”. Nessa narrativa, o sujeito narrador conta a história de um rapaz que começa a observar uma porquinha que tinha hábito de lavar roupa no rio. Ele descobre que, na verdade, a porquinha é uma mulher que se disfarça. Eles se casam, sendo que, certo dia, ele finge dormir e some com o disfarce, obrigando a mulher a revelar-se. Paralelamente, o amigo desse homem ao descobrir que a mulher do rapaz usava apenas um disfarce de porca, vai atrás de um dono de chiqueiro para também se casar com uma porquinha. Ignorando a possibilidade de se tratar de uma porca verdadeira, o segundo rapaz é morto pela porquinha com a qual se casara.

Dessa narrativa, foi retirado o seguinte recorte (quando o primeiro rapaz vai pedir a mão da moça/porquinha a sua mãe):

(Fala da mãe) Ah, cê qué casá, né... É minha filha, eu fico contente, né? (...) Cê qué casá, vévi bem com ela, promete vivê bem com ela, tudo... não martrata ela, nada, eu dexo cê casá com ela! Todas mãe deixa as filha casá, por que eu não dexo? Pode casá! Mais fica sabeno que ela é porquinha! E leitoinha, hein?!!⁴⁶

O foco principal de nossa argumentação aqui é sobre a maneira de os genéricos servirem como estratégia para sustentar o fluxo narrativo. Eles ajudam o narrador a estabelecer um aparente ponto de apoio para o futuro acontecimento da trama, quando o segundo rapaz se casa com uma porquinha de verdade. Tfouni (2010) denomina essa estratégia de “Indícios da antecipação,

46 A análise deste mesmo recorte, mas sob o aspecto da questão da reificação da escrita, pode ser encontrada em Pereira (2005).

pelo narrador, de necessidades do narratário”, e comenta que a função dessa estratégia é antecipar dúvidas, questionamentos e necessidades de informações que não são reais, são virtuais, introduzindo na narrativa os elementos que julga necessários para solucionar esses problemas.

Os genéricos se encaixam na ordem do repetível e podem ser entendidos, segundo Tfouni (2010) como *slogans* que se configuram em resumos históricos universais das experiências do homem sobre (no) o mundo. Eles estão enraizados no interdiscurso e seu efeito nas narrativas é o de atuarem à maneira do que Pêcheux (1997) denominou lugares “logicamente estabilizados”, onde a existência de efeitos de obviedade semântica tenderia ao impedimento da deriva (possibilidade dos enunciados se tornarem outros diferentes de si mesmos).

No último recorte a ser analisado, vemos o funcionamento do genérico “Se não tivé inteligência, não ganha deproma”, da narrativa “Joãozinho Ladrão”.

Nesta narrativa, três filhos seguem em partida, a pedido do pai, para encontrar de serviço. Nesse ínterim, eles conseguem somente serviços oferecidos por Nhônô⁴⁷. José segue o ofício de sapateiro; Antônio, de alfaiate e Joãozinho deve superar vários desafios, propostos por Nhônô, para diplomar-se ladrão. Depois de muitos roubos, Joãozinho volta para casa junto com os irmãos e se torna uma decepção para a família. Ladrão diplomado, ele começa a roubar nas vizinhanças da família e é obrigado a cumprir pena no palácio do rei. Lá, ele se apaixona pela princesa. O rei propõe, então, que para Joãozinho se casar com a filha dele, terá que cumprir alguns desafios: roubar a delegacia, roubar outro casal da realeza e roubar o padre. Dentre

47 Trata-se de um deslizamento de “sinhô”.

várias artimanhas, Joãozinho cumpre os desafios e casa-se com a princesa. Vejamos:

(Voz do narrador) Tem menino, quando é esperto pra aprendê o serviço do Nhô-nhô, ele ensina direitinho(...) – Cê tem que levá deproma na mão. – Ah, mais eu já me cansei de roubar. Eu tô roubando todo dia, Nhô-nhô! – Não, mais ainda não roubô; não feiz um roubo suficiente pra depromá (risos) (...) Que serviço eu vô fazê hoje? (...) Pá! Escreveu lá, o Joãozinho vai ganhá deproma depressa. Se não tivê inteligência, não ganha deproma! (...) O Nhô-nhô entrô na casa do Joãozinho assim, né, e viu tudo aqueles oro que ele tinha visto de dia. Ele viu tudo lá. – Parabéns, Joãozinho! Parabéns, Joãozinho! Mereceu, Joãozinho! Você aprendeu roubá mais do que eu.⁴⁸

Consideramos que há, na sequência acima, um implícito, que seria o genérico “Todos que têm inteligência ganham (tiraram) diploma”. Levamos em consideração, neste caso, a fórmula da AD “dizer x para não dizer y”.

Como uma espécie de saída, de alternativa em face da impossibilidade de “tudo dizer”, mostramos neste trabalho ser possível que um outro tipo de genérico cumpra parte da função enunciativa atribuída à premissa maior do raciocínio lógico, cuja forma clássica é o silogismo.

48 Este recorte também já foi apresentado em Pereira (2005), mas analisado sob outro aspecto.

Considerações Finais

De acordo com Tfouni (2010), o gerenciamento da ciência galileana pelo silogismo restringe a variedade das formas de conhecimento porque inclui um particular num genérico.

Isso não impede que nos recortes de narrativas orais ficcionais, tal como apresentado, tenhamos um funcionamento em que vemos o preenchimento de lacunas de sentido. Isto é necessário para que haja uma aproximação entre narrador e interlocutor, cumprindo a função de mostrar que o que está sendo dito é compartilhado socialmente.

Vimos como o uso desse tipo de estruturação da premissa maior encontrada no silogismo clássico auxilia a sustentação do fio narrativo, na medida em que possibilita o retorno ao que já foi relatado, num movimento de retroação do dizer, que não é exclusivo da escrita. Isso porque, mesmo com a cooptação ideológica da fórmula discursiva genérica que funciona pelo efeito dominante de transparência dos discursos, há um ponto de resistência, que se concretiza discursivamente pelo uso de genéricos do senso comum, a fim de confrontar a impossibilidade de se haver com a premissa maior dos silogismos. As narrativas também se fiam nisso para assegurarem, pelo caráter interacional do dizer, uma proximidade com o interlocutor e a circulação social do objeto do discurso.

Mesmo com este intercâmbio, entre os discursos altamente letrados com o discurso científico e o discurso narrativo, a escolarização, por exemplo, propaga a crença no raciocínio lógico e dedutivo como a forma predominante, porque mais organizada e clara para o sujeito se posicionar na linguagem, já que sustenta a interpelação do sujeito jurídico. Esta interpelação se refere à assertiva ilusória, porém necessária, de que o sujeito é livre para interpretar, o que é assegurado cotidianamente na escolarização.

Entretanto, é em parte por conta deste mecanismo de interpelação, que interdita o intercâmbio existente entre as formas altamente letradas e formas do discurso do cotidiano como as narrativas, que, de acordo com Tfouni (2010), Assolini (2002), Pacífico (2002) vemos, na escolarização, usos mecânicos de leitura e escrita. Muitas vezes, nem mesmo o uso da estrutura silogística aparece como modo do sujeito se posicionar socialmente por meio da escrita.

Em trabalho anterior, também mostramos uma interface entre os genéricos, a premissa maior do silogismo e os mitos (PEREIRA, 2009). De forma análoga aos mitos, os genéricos discursivos mobilizam questões para as quais não há um recobrimento simbólico pleno; diante da constituição lacunar do simbólico, há um efeito de identificação imaginária diante de uma formulação supostamente mais verdadeira.

Foi por essa discussão que se tornou caro às Ciências Humanas e Sociais com o advento do chamado Estruturalismo debater a natureza interpretativa das ciências. Seja Lacan ou Lévi-Strauss, o debate entre mito e verdade, articulado pela palavra remete ao jogo interpretativo do qual o sujeito não escapa. Mostramos em trabalho anterior também como os genéricos permitem de forma singular a “resolução” temporária de alguns dilemas de uma trama ficcional, o que nos permitiu também discutir a relação com os vacilos e os dilemas do mito individual e uma discussão sobre o efeito de fechamento, no texto oral e escrito. (PEREIRA, 2009).

A maneira pela qual o sujeito lida com essa estratégia tem a ver com interdição, tabu, proibição tal como veiculado pelos Mitos, no sentido de enigmas da constituição da condição do sujeito intérprete pela linguagem.

Outro caminho que temos discutido é sobre como o sujeito não-alfabetizado participa de uma economia escriturística (cf.

CERTEAU, 2001); trata-se de um padrão de leitura, escrita e interpretação imposto por uma determinada conjuntura histórica no jogo discursivo entre a supremacia do raciocínio lógico e lugares alternativos. Essa perspectiva foi apresentada em Pereira (2009) e retomada em Tfouni e Pereira (2009) e Pereira e Tfouni (2019).

Essa participação é vista do ponto de vista da singularidade como resistência, em uma espessura entre o (não) alfabetizado e o padrão escriturístico que tem permitido resgatar a assertiva pecheutiana acerca da possibilidade de o sujeito do silogismo e da atividade linguageira “estar no verdadeiro” mesmo “sem poder dizer o verdadeiro” (TFOUNI, PEREIRA; MONTE-SERRAT, 2016).

A possibilidade do intercâmbio acima apontado, por meio da análise do caso de um adulto não-alfabetizado que nunca teve experiência de escolarização formal, ressalta a necessidade de inclusão das práticas cotidianas de linguagem no espaço da escolarização.

Ao mostrar esses aspectos, acreditamos que o diálogo entre as práticas cotidianas de linguagem e os espaços tradicionalmente fechados como a escolarização pode se viabilizar abrindo caminho para que o sujeito se aproprie da linguagem de maneira singular, como intérprete.

REFERÊNCIAS

- ABAURRE, Maria Bernardete. Os estudos lingüísticos e a aquisição da escrita. In: CASTRO, Maria Fausta Cajahyba Pereira de. (Org.). **O método e o dado no estudo da linguagem**. Campinas, SP: EdUNICAMP, 1996. p. 111-163.

ARISTÓTELES. A máxima; sua variedade, seus empregos, sua utilidade. In: **Arte Retórica e Arte poética**. Rio de Janeiro/RJ: Ediouro publicações, 1988.p.146-149.

ARRIVÉ, Michel. **Linguística e Psicanálise**. São Paulo/SP: Ed.USP, 1994.

ASSOLINI, Filomena E. P. **Interpretação e letramento: os pilares de sustentação da autoria**. Tese de Doutorado. FFCLRP-USP, Ribeirão Preto/SP, 2002.

AUROUX, Sylvain. **A Filosofia da Linguagem**. Campinas/SP: EdUNICAMP, 1998.p 159-163.

CERTEAU, Michel de. **A invenção do cotidiano 1 - as artes de fazer**. Petrópolis/RJ: Vozes, 2001.

GINZBURG, Carlo. **Mitos, emblemas e sinais: morfologia e História**. São Paulo: Cia. das Letras, 1989.

GRAFF, Harvey. J. The legacies of literacy: continuities and contradictions in western society and culture. In.: CASTELL, S.; LUKE, A.; EGAN, K. (Org.) **Literacy, society and schooling: a reader**. Cambridge: Cambridge University Press, 1986. p.61-85.

LACAN, Jacques. **Escritos**. Rio de Janeiro/RJ: Zahar, 1998.

MILNER, Jean C. **O amor da língua**. Campinas/SP: EdUNICAMP. 2012.

PACÍFICO, Soraya M. R. **Argumentação e autoria: o silenciamento do dizer**. Tese de Doutorado. FFCLRP-USP, Ribeirão Preto/SP, 2002.

PARRET, Herman. La pragmatique des modalités. In: **Révue Langages**. n. 43, p. 47-61, 1976.

PÊCHEUX, Michel. **Discurso**: estrutura ou acontecimento?. Campinas/SP: Pontes. 1997.

PEREIRA, Anderson de C. **Letramento, esquecimento e alteridade**: o processo de reificação da escrita. Dissertação de Mestrado. FFCLRP-USP, Ribeirão Preto/SP. 2005.

PEREIRA, Anderson de C. **Mito e autoria nas práticas letradas**. Tese de Doutorado. FFCLRP-USP, Ribeirão Preto/SP. 2009.

PEREIRA, Anderson de C.; TFOUNI, Leda V. A economia escriturística e o desejo em propagandas a partir de uma perspectiva discursiva de letramento. **Entremeios**, vol. 18, jan-jun, 2019.

TFOUNI, Leda V. **Adultos não-alfabetizados**: o avesso do avesso. Campinas/SP: Pontes. 1988.

TFOUNI, Leda V. **Letramento e analfabetismo**. Tese de livre docência. FFCLRP-USP, Ribeirão Preto/SP. 1992

TFOUNI, Leda V. É de Mim Que Eu Quero Falar! A Subversão da Lógica Pela Narrativa Em Adultos Brasileiros, não-Alfabetizados. **Boletim da Associação Brasileira de Linguística**, v. 14, 1993, p. 293-299.

TFOUNI, Leda V. A Escrita- remédio ou veneno? In. AZEVEDO, M A.; MARQUES, M. L. (Org.). **Alfabetização Hoje**. São Paulo: Cortez, 1994, p. 51-69.

TFOUNI, Leda V. **Adultos não-alfabetizados em uma sociedade letrada**. São Paulo/SP: Cortez. 2006.

TFOUNI, Leda V. **Letramento e Alfabetização**. 9ª.ed. São Paulo: Cortez, 2010.

TFOUNI, Leda V.; MONTE-SERRAT, Dioneia M. A escrita em entremeio com a oralidade. **Revista (CON)TEXTOS Linguísticos**. Vitória. v.6, n.7, 2012, p. 177 – 195.

TFOUNI, Leda V.; PEREIRA, Anderson de C. Letramento e formas de resistência à economia escriturística. **Fórum Linguístico (UFSC. Impresso)**, v.6, p.67-79, 2009.

TFOUNI, Leda V.; PEREIRA, Anderson de C. Análise indiciária: uma topologia das singularidades. In: TFOUNI, Leda Verdiani; PEREIRA, Anderson de Carvalho; MILANEZ, Nilton. (Org.). **O paradigma indiciário e os modos de decifração das ciências humanas**. São Carlos/SP: EDUFSCAR, 2018. p. 121-149

TFOUNI, Leda V.; PEREIRA, Anderson de C.; MONTE-SERRAT, Dioneia M. Illiterate's resistance to the dominant culture. Trabalho apresentado no **5th International Critical Studies Research Group Conference**, June, 2016, Grand Parade, University of Brighton, 2016.

TFOUNI, Leda V., MARTHA, Diana Junkes Bueno; MONTE-SERRAT, Dioneia M. Narrar para narrar-se: entre o livro e a sabedoria, a autoria. **Memorandum**, 28, 2015, p. 132-144. Disponível em: <https://periodicos.ufmg.br/index.php/memorandum/article/view/6461/4048> Acesso em 14.abr.2020.

Form(ação) de professores no contexto dos multiletramentos:

**demandas e ações de uma pedagogia
para a cidadania ativa**



Obdália Ferraz

Úrsula Cunha Anecleto



Introdução

Neste texto, apresentamos ações de estudo e pesquisa desenvolvidos pelo/no Grupo de Estudo e de Pesquisa (Multi)letramentos, Educação e Tecnologias (GEPLET), da Universidade do Estado da Bahia (UNEB), no âmbito de dois programas: Programa de Pós-graduação em Educação e Diversidade (PPED/UNEB) e Programa de Pós-Graduação em Educação e Contemporaneidade (PPGEDUC/UNEB). Nosso objetivo é desenvolver atividades de estudo, pesquisa e extensão no campo da linguagem e das tecnologias, com ênfase nos letramentos e multiletramentos, visando a políticas de formação, inicial ou continuada, de professores da Educação Básica e da Universidade.

As pesquisas e estudos que desenvolvemos tomam como base esta questão norteadora: no âmbito dos cursos de formação docente, inicial e/ou continuada, que dimensão têm as discussões

e reflexões sobre as demandas e práxis propostas aos professores, de modo a prepará-los para lidar com os multiletramentos?

O referencial teórico proposto para a discussão desta questão abarca estudos das seguintes temáticas: multiletramentos (COPE; KALANTZIS, 2000; ROJO; MOURA, 2012; ROJO, 2009; MONTE MÓR, 2013); letramentos metamidiáticos e multi-hipermidiáticos (LEMKE, 2010; SIGNORINI, 2012); letramento digital (FRADÉ, 2007; LÉVY, 1999; RIBEIRO, 2008); hipertexto (LÉVY, 1993; XAVIER, 2003); práticas e eventos de letramento (STREET, 2014; BARTON; HAMILTON, 1998). São referenciais metodológicos para nossos estudos: etnometodologia (COULON, 2005; GARFINKEL, 2006); etnografia/netnografia (ERCKSON, 1986; GARCEZ; SHULTZ, 2015; FRITZEN; LUCENA, 2012; KOZINETS, 2014); pesquisa-formação (SANTOS, 2014) e pesquisa colaborativa (DESGAGNÉ, 2007; IBIAPINA; RIBEIRO; FERREIRA, 2007).

O cenário atual, em que as tecnologias digitais (TD) desafiam os professores a repensarem sua prática pedagógica, levamos a refletir sobre a importância de se argumentar sobre uma pedagogia dos multiletramentos no contexto educacional, para a construção e produção de significados, no contexto da formação de professores, seja ela inicial ou continuada. Entendemos que a ação docente, na cultura digital, não poderá prescindir de um trabalho pedagógico que contemple as dimensões técnicas, políticas, éticas e estéticas, para o desenvolvimento de práticas linguísticas, metodológicas, culturais e sociais críticas, que envolvam a leitura e a escrita dos variados gêneros textuais/discursivos, sejam impressos, sejam digitais que circulem em diversos espaços e mídias. Tais gêneros abrem espaço para o trabalho com os letramentos, os quais, como explica Lemke (2010, p. 458), “[...] são sempre sociais: nós os aprendemos pela participação em relações sociais”.

Os letramentos, então, são tecnologias; transformam-se e transformam nossa percepção de mundo, nossas identidades. Exigem de nós habilidades de autoria e capacidade de interpretação para usar tais tecnologias com criticidade, considerando os contextos sociais de produção, circulação e uso. Com essa perspectiva, são construídos/desenvolvidos estudos e pesquisas no GELPET, contribuindo, assim, para a ampliação de práticas de letramento no cenário educacional.

Percurso teórico-metodológico para a construção de conhecimentos no âmbito do GEPLET

As diferentes atividades cotidianas dos sujeitos, para além das práticas escolares, abrangem uma diversidade de experiências de leitura e de escrita, entendidas como produtos culturais. Eis aqui desafios que exigem de cada indivíduo um alto grau de desempenho, ao apropriar-se da escrita, de forma que lhe possibilite participar das práticas discursivas materializadas pelos diversos gêneros textuais e discursivos presentes no contexto sociocultural letrado.

Pensar sobre pilares que sustentam as pesquisas que se desenvolvem no âmbito do GEPLET demanda discutir sobre os movimentos concretos que o pesquisador precisa realizar para sustentar e dinamizar a construção da sua investigação, porque a pesquisa origina-se do labor criativo: um fazer que se dá no vai-e-vem entre o construto teórico e as vivências/experiências. Dá-se aí um aventurar-se do sujeito pesquisador na produção de conhecimentos, no desejo de desenvolver um olhar reflexivo e problematizador sobre seu objeto de pesquisa com o propósito de alicerçar a construção do objeto científico.

Por essa perspectiva, traçamos como caminho epistemológico investigativo a questão dos multiletramentos e suas reverberações em práticas de leitura, escrita e oralidade, realizadas por/em diversas mídias e contextos sociodiscursivos. O termo multiletramento surgiu a partir de discussões entre dez⁴⁹ pesquisadores e educadores (dos Estados Unidos, Reino Unido e Grã Bretanha) que formaram o New London Group (NLG). Em 1994, esse grupo se reuniu para debater sobre a relação entre os propósitos da educação e a pedagogia dos multiletramentos. Dessa discussão, produziram e publicaram a primeira obra denominada *A Pedagogy of Multiliteracies: Designing Social Futures* (*A pedagogia dos multiletramentos: desenhando futuros sociais*) (CAZDEN, COPE et al, 1996). Os educadores do NLG afirmaram a necessidade de a escola levar em conta os “[...] novos letramentos emergentes na sociedade contemporânea [...] e de incluir nos currículos a grande variedade de culturas presentes nas salas de aula” (ROJO; MOURA, 2012, p. 12). Assim,

Os multiletramentos, por abarcarem conceitos socioculturais específicos – dependentes das agências a que a servem –, promovem práticas de leitura e de escrita que afetam questões identitárias, tais como as memórias coletivas, autoimagem, a interação com o conhecimento cultural e a participação dos sujeito em diversos contextos da vida social, política e econômica (FERRAZ; ANECLETO, 2018, p. 464).

Nesse sentido, a escolha epistemológica pelos estudos dos multiletramentos é motivada pela percepção de variados meios

49 Os dez pesquisadores que formaram o New London Group foram: Courtney Cazden, Bill Cope, Norman Fairclough, James Gee, Mary Kalantzis, Gunther Kress, Allan Luke, Carmen Luke, Sarah Michaels e Martin Nakata.

comunicativos e pela grande diversidade cultural e linguística presentes na sociedade atual. Os multiletramentos envolvem modos de representação de linguagem que podem variar a partir dos contextos socioculturais, possibilitando, desse modo, a construção de novos significados textuais, agora cada vez mais multimodal. Por isso, para Cope e Kalantzis (2000, p. 6, tradução nossa), nas interações atuais, existe a necessidade de “negociar diferenças todos os dias, em nossas comunidades locais e em nossas vidas profissionais e comunitárias cada vez mais globalmente interconectadas [...]”.⁵⁰.

Nesse sentido, abalam-se verdades legitimadas e cristalizadas as quais dão lugar a um processo de transformação social que traz implicações éticas, convocando os participantes da vida social a projetar novos desenhos que envolvam a multiplicidade de mídias, culturas e linguagens (COPE; KALANTIZIS, 2000); pois, “[...] a mente humana é corporificada, situada e social” (NLG, 2000, p. 30, tradução nossa)⁵¹. Tais ideias constituem o pilar que sustenta o posicionamento epistemológico dos integrantes do NLG, que defendem a pedagogia dos multiletramentos como proposta de um redesenho de significado das práticas educacionais, de modo que instigue professores e alunos a um processo de reflexão, problematização e reconstrução do currículo e dos conteúdos que sejam responsivos ao social e ao cultural, considerando as transformações nas paisagens social e semiótica (JEWITT, 2008).

Tendo como categoria-chave a perspectiva da pedagogia dos multiletramentos, o GEPLET amplia sua atuação em relação

50 to negotiate differences every day, in our local communities and in our increasingly globally interconnected [...].

51 the human mind is embodied, situated and social.

ao ensino, à pesquisa e à extensão, desenvolvendo práticas letradas em diversas agências sociais, com o objetivo de discutir sobre os desafios que os multiletramentos críticos representam para a educação, em espaços formais e não-formais. Para essas ações, apresentamos que o (multi)letramento crítico “[...] parte da premissa de que a linguagem tem natureza política em função das relações de poder nela presente” (MONTE MÓR, 2013, p.42).

Nesse movimento estruturante, que gera o necessário tecer de fios, no qual o discurso vai se constituindo a partir de uma infinidade de outros discursos (BAKHTIN, 2004), o pesquisador, a partir do processo de pesquisa, transforma-se em sujeito crítico, porque não sabe tudo e, assim, valoriza o conhecimento que é construído nas relações interativas entre o “eu” e o “outro”. De forma dialógica, constroem-se, então, horizontes de pesquisa resultantes de constructos teóricos oriundos das vivências, necessidades, contextos, ações do universo letrado cotidiano dos sujeitos colaboradores e agentes das pesquisas que se desenvolvem no referido grupo. Assim, têm-se como categorias-chave desses estudos os termos apresentados a seguir.



Figura 1: Categorias-chave dos processos investigativos realizados pelo GEPLET

Fonte: Elaboração das autoras, a partir do projeto guarda-chuva do GEPLET (2017).

A concepção de multiletramentos tornou-se o arcabouço teórico para os estudos/pesquisas realizados pelo grupo, materializados pela perspectiva dos letramentos. Dessa forma, letramentos (literacy) corresponde a um conceito que contempla formas de interação sociocomunicativas propiciadas pela diversidade de linguagem, abrangendo funções da leitura/escrita/oralidade; formas de acesso a ler, ouvir, falar, visualizar; aos tipos e níveis de letramento.

Amplia-se, assim, a concepção de letramento, que passa a significar, também, a compreensão do sentido, numa determinada situação, de um texto ou qualquer outro produto cultural. Então, conforme Street (2014), letramento não é simplesmente um conjunto de habilidades técnicas aprendidas através da educação formal. Mas, sim, um processo de aprendizagem social e histórica da leitura e da escrita, apresentadas de forma multisemiótica; pressupõe um conjunto diversificado de práticas sociais situadas que envolvem sistema de signos (como a escrita ou outras modalidades) para gerar sentido (ROJO, 2009).

Dessa forma, entendemos que as práticas e os eventos de letramento dos quais os sujeitos participam nas diversas agências sociais são ações multiletradas, oportunizadas pela diversidade de linguagem e de cultura presentes na era atual. Práticas de letramento correspondem à forma como os diferentes entornos socioculturais lidam com os usos dos textos. Já os eventos de letramento podem ser entendidos como ocasiões em que, nas interações humanas, o texto está presente e exerce algum papel (STREET, 2014).

Como apresentam Barton e Hamilton (1998, p. 8),

[...] eventos de letramento são atividades em que o letramento desempenha um papel. Geralmente existe um texto escrito, ou textos, que é central para a atividade e falas em torno do texto. Eventos são episódios que emergem das práticas e são definidas por elas.

Nessa perspectiva, evidencia-se que letramentos são situados (KLEIMAN, 2005) e variam segundo os participantes, objetivos e intenções e a relação entre os sujeitos interagentes. Assim, nas ações desenvolvidas pelo/no GEPLET, parte-se de uma abordagem ideológica de letramento (STREET, 2014), tendo como proposta uma visão crítica das práticas letradas em que as pessoas se envolvem no dia-a-dia, pois se caracterizam como eventos sociais em que o uso da linguagem se dá pela necessidade de interação social, colocando em questão a ideia de sujeito iletrado, pois todo ser humano desenvolve práticas de interação através da linguagem. Portanto, os eventos de letramentos são variados e situados.

Por serem situados, os letramentos também são múltiplos e atendem a diferentes funções sociocomunicativas. Nos estudos do GEPLET, empenhamo-nos por projetos que investigam práticas e eventos de letramentos digitais (críticos)/hipertextuais, letramentos políticos, letramentos multi-hipermidiáticos, entre outros, através de pesquisa e ação de extensão, tanto na capital quanto na região sisaleira⁵².

A concepção de letramento digital com a qual trabalhamos “implica tanto a apropriação de uma tecnologia, quanto o exercício efetivo das práticas de escrita que circulam no meio digital” (FRADE, 2007, p. 60). Corresponde ao conjunto de conhecimentos que permite que sujeitos participem de práticas de leitura e de escrita mediadas tecnologicamente, de forma crítica. A partir de Lévy (1999, p. 17), conceituamos letramento digital como

52 O território do Sisal, mais conhecido como região Sisaleira da Bahia, está localizado no semiárido nordeste do estado (a pouco mais de 200 quilômetros de Salvador). São quase 800 mil habitantes na região sisaleira, distribuídos em 20 municípios. Os municípios de Santaluz, São Domingos, Valente e Conceição do Coité são os que mais se destacaram na produção e cultivo do sisal e se tornaram referências nessa área. Fonte: Wikipédia. Disponível em: https://pt.wikipedia.org/wiki/Territ%C3%B3rio_do_Sisal. Acessado em 16 abr. 2020.

Um conjunto de técnicas materiais e intelectuais, de práticas, de atitudes, de modos de pensamento e valores que se desenvolvem juntamente com o crescimento do ciberespaço, como sendo um novo meio de comunicação que surge da interconexão mundial dos computadores.

Para ser letrado digitalmente, os cidadãos necessitam se apropriar de comportamentos que compreendam desde os gestos e o uso de periféricos do computador até a leitura e a escrita de gêneros que são publicados em ambientes virtuais (RIBEIRO, 2008), organizados hipertextualmente.

O hipertexto corresponde a “tecnologia enunciativa que se atualiza no suporte digital e se interconecta instantaneamente com outros hipertextos *on-line*” (XAVIER, 2003, p. 283). Silva (2009, p. 162) esclarece que “pensar em leitura e escrita hipertextuais, bem como a formação de leitores, implica uma reconfiguração da concepção de letramento e das condições sociais de produção do conhecimento no contexto das tecnologias digitais”.

A leitura hipertextual, entretanto, não surgiu com as tecnologias digitais. Como afirma Silva (2008, p. 68), ela já existia no impresso, pois “[...] toda leitura sempre é feita de conexões de pensamentos que estão na memória do leitor [...]”. Assim, o hipertexto também pode ser apresentado como um texto que é estruturado em rede, a partir de textos (e letramentos) potenciais (BAIRON, 1995).

Nessa construção hiper/multitextual, dialogamos com diversos letramentos que fazem parte da sociedade atual, tais como letramento político e letramento multi-hipermediático. O letramento político é concebido como “[...] processo de apropriação das práticas sociais relacionadas ao exercício da política” (COSSON, 2019, p. 52). Assim, “compreende os vários processos de aprendizagem cultural relacionados à vida política de uma comunidade, sejam eles formais ou informais” (COSSON, 2019, p. 53).

Conforme apresenta Signorini (2012, p. 283), letramento hiper-multimidiático é compreendido como

[...] conjuntos de práticas socioculturais caracterizadas pelo uso de linguagens multimodais (verbais, visuais, sonoras) associadas à hipermodalidade, ou seja, aos recursos de design e navegação próprios dos ambientes de hipermídia, plugados ou não às redes computacionais.

Por essa perspectiva, letramentos hiper-multimidiáticos constituem-se como letramentos híbridos, que englobam diferentes semioses e modalidades (escrita, oral, visual, musical etc.). Assim, são potencializados por dispositivos e interfaces, tais como aplicativos digitais, tecnologias móveis, gêneros discursivos virtuais.

O desenvolvimento de pesquisas que envolvem essas categorias de estudo nos leva à escolha de vertentes metodológicas que articulam uma opção político-pedagógica a qual permeia os projetos que são abraçados pelo GEPLET, no âmbito do PPED e PPGEDUC. Nesse sentido, as pesquisas que orientamos e que realizamos se tecem no entrecruzamento de caminhos que tomamos como referências as proposições da abordagem qualitativa de pesquisa e como métodos a etnometodologia (COULON, 2005; GARFINKEL, 2006); a etnografia (GODOY, 1995) e a netnografia (KOZINETZ, 2014); a pesquisa-formação (SANTOS, 2014) e a pesquisa colaborativa (IBIAPINA; RIBEIRO; FERREIRA, 2007), apresentados a seguir.

Quadro 1: Conceitos que fundamentam os estudos e pesquisas do GEPLET

Método de pesquisa	Concepção
Etnometodologia	[...] investigação das propriedades racionais de expressões indexicais e outras ações práticas como realizações contínuas e contingentes de práticas engenhosas da vida cotidiana (GARFINKEL, 2009, p. 118). A etnometodologia tem como objetivo “analisar os métodos ou procedimentos que os indivíduos utilizam para concretizar as diferentes ações que realizam na sua vida cotidiana” (COULON, 2017, p. 21).
Netnografia	É uma “metodologia de pesquisa qualitativa que se adapta a novas técnicas de pesquisa etnográfica para o estudo das culturas e comunidades que estão surgindo através da comunicação mediada por computador” (KOZINETTS, 2014, p. 62).
Etnografia	A pesquisa etnográfica “abrange a descrição dos fenômenos que ocorrem na vida de um grupo (com especial atenção para as estruturas sociais e o comportamento dos indivíduos enquanto membros do grupo) e a interpretação do significado desses eventos para a cultura do grupo” (GODOY, 1995, p. 28).
Pesquisa-formação	“[...] uma metodologia de pesquisa e de formação orientada por um projeto de conhecimento coletivo e individual, associado a um processo de formação existencialmente individualizado” (JOSSO, 2004, p. 85). [...] a atividade de pesquisa contribui para a formação dos participantes no plano das aprendizagens reflexivas e interpretativas, e situa-se em seu percurso de vida como um momento de questionamento retroativo e prospectivo sobre seu(s) projeto(s) de vida e sua (s) demanda (s) de formação atual (JOSSO, 2007, p. 421).

Pesquisa colaborativa	A pesquisa colaborativa, como afirmam Ibiapina, Ribeiro e Ferreira (2007, p. 31), procura “[...] dar conta não somente da compreensão da realidade macrossocial, mas, sobretudo, em dar poder aos professores para que eles possam compreender, analisar e produzir conhecimentos que mudem essa realidade, desvelando as ideologias existentes nas relações mantidas no contexto escolar”.
-----------------------	---

Fonte: Pesquisas realizadas pelos membros do GEPLET.

Tomando como base os pressupostos teóricos e metodológicos da proposta do GEPLET, a delimitação dos sujeitos da pesquisa compreende participantes tanto em formação inicial como nos espaços de atuação da Educação Básica e do Ensino Superior; alunos da Educação Básica e do Ensino superior; profissionais da educação, em consonância com os objetivos e questões de cada subprojeto que compõe as linhas de pesquisa do Projeto guarda-chuva do grupo.

Além disso, as diferentes investigações desenvolvidas a partir do GEPLET centram-se no campo da linguagem, da leitura, das artes e das tecnologias digitais, com ênfase nos multiletramentos, no âmbito da formação docente, da educação, no contexto do Ensino Básico e da Universidade.

As pesquisas no/pelo GEPLET: uma revisão sistemática de literatura

No GEPLET, apresentam-se alguns escopos de pesquisa, com base nas concepções teórico-metodológicas que norteiam os estudos sobre multiletramentos e formação de professor. Como forma de evidenciar essas ações, realizou-se uma revisão siste-

mática, a partir do projeto guarda-chuva, tendo como parâmetros categorias-base que sustentam as ações do grupo.

Revisão sistemática tem como objetivo construir um mapeamento temático e, assim, identificar, selecionar, avaliar e sintetizar aspectos relevantes disponíveis sobre o objeto de investigação. Para a realização dessa revisão, partiu-se da seguinte questão: como se situam os estudos sobre multiletramentos e suas interfaces realizados pelo GEPLET? A resposta a essa questão nos levou à seguinte cartografia de pesquisas já concluídas, no interstício de 2016 a 2019, pelos integrantes do GEPLET:

A pesquisa de mestrado intitulada **Práxis pedagógica na perspectiva dos multiletramentos: possibilidades e desafios nos anos iniciais do Ensino Fundamental**, de autoria de Sir-laine Pereira Nascimento dos Santos, concluída em 2016, pelo Programa de Pós-Graduação em Educação e Contemporaneidade (PPGEDUC/UNEB), teve por objetivo compreender se os professores dos anos iniciais do Ensino Fundamental desenvolviam práticas de multiletramentos em sua práxis pedagógica, e os desafios por eles enfrentados. A autora defende, no seu texto, que os professores, como mediadores, precisam ressignificar suas práticas e concepções, de modo que contemplem projetos de ensino que levem em conta os desafios propostos pela cultura digital, os quais exigem deles pensar a linguagem e seus usos sociais, a partir da convergência de textos multimodais e multisemióticos que circulam na rede social.

A autora, alicerçada nos princípios da pesquisa colaborativa, concluiu, a partir da interpretação das informações no campo de pesquisa, que os professores, apesar de serem usuários das tecnologias digitais e se manterem sempre conectados através das redes sociais, em seus projetos de ensino, ainda não contemplam o uso das tecnologias digitais para a formação de leitores

e produtores de texto, apesar de reconhecerem a importância das práticas que envolvem os multiletramentos para a formação pessoal e profissional.

Na pesquisa intitulada **Entrelaçando práticas pedagógicas e tecnologias digitais móveis**, a autora Jucileide Santos de Jesus Moraes apresenta que a sociedade contemporânea vivencia diversas mudanças em relação à comunicação e à interação entre as pessoas, com a inserção das tecnologias digitais móveis no cotidiano dos indivíduos. Nesse sentido, assevera que ter um dispositivo móvel nas mãos, conectado à internet, permite trocar inúmeras informações, construir e compartilhar experiências e saberes. Entretanto, apesar de afirmar que, atualmente, o mundo virtual tem cabido na palma da mão, através de tecnologias móveis, a autora destaca que surge também a necessidade de se lançar um novo olhar para dentro da escola, pois, como instituição responsável por formar sujeitos que respondam às demandas da sociedade contemporânea, a escola não pode ficar à margem dessas mudanças, já que estudantes e professores possuem e utilizam dispositivos digitais móveis, nos vários espaços sociais, dentre eles os ambientes escolares. Tal fato oportuniza ao docente a pensar nas potencialidades que têm os recursos tecnológicos digitais móveis e sua contribuição para o processo de ensino e de aprendizagem e, conseqüente, práticas pedagógicas.

Nesse contexto, a pesquisadora apresenta que se torna importante analisar os possíveis entrelaçamentos a serem feitos entre as práticas pedagógicas e as tecnologias digitais móveis, fazendo relações entre as teorias que discutem tal temática, a formação de professores e as práticas pedagógicas desenvolvidas nas salas de aula. É a partir dessa problematização que a autora apresenta a seguinte questão de pesquisa: quais são os sentidos e significados que os professores dão às tecnologias digitais mó-

veis em sua vida e como isso reverbera em sua prática pedagógica, de modo a ajudar na ampliação dos processos de ensino e de aprendizagem? Para responder ao questionamento e dialogar com os sujeitos da pesquisa (professores da Educação Básica), a autora ancorou-se nos pressupostos da pesquisa colaborativa e da etnopesquisa formação. Os resultados da ação investigativa contribuiu para um repensar sobre a formação continuada e as práticas pedagógicas de professores, no contexto das tecnologias digitais móveis.

Na dissertação **O livro didático de Língua Portuguesa em tempos de tecnologias digitais: contribuições para o processo de (multi)letramentos no Ensino Médio**, Neidson Dionísio Freitas de Santana problematiza que práticas sociais que envolvem leitura e escrita, na sociedade atual, estão em constantes transformações, fato que, muitas vezes, está em descompasso com práticas letradas no espaço escolar. Agrega-se a essa situação a questão da formação inicial e continuada dos professores e, conseqüentemente, a subutilização dos recursos pedagógicos, nas aulas de Língua Portuguesa; dentre eles, o livro didático, que enquanto tecnologia impressa, mesmo em meio às contemporâneas tecnologias digitais, constitui-se em uma mídia multissemiótica de fácil acesso para os alunos.

Esse cenário nos convida a pensar sobre a necessidade de se investigar como ressoam essas mudanças na prática pedagógica do professor de Língua Portuguesa, no que diz respeito ao ensino da leitura e da escrita. Nessa perspectiva, o autor parte do seguinte questionamento: como o livro didático poderá contribuir com os processos de multiletramento dos alunos do Ensino Médio, sendo este o principal recurso usado como suporte ao processo de ensino-aprendizagem de linguagem? Com vista à problematização apresentada, a investigação, realizada com do-

centes da região metropolitana de Salvador, é situada no âmbito da pesquisa colaborativa. Como resultado da pesquisa, o autor conclui que o trabalho pedagógico com a linguagem multimodal e multissemiótica, a partir do livro didático de Língua Portuguesa precisa ser ressignificado por uma prática docente que vise à formação de leitores capazes de responder aos desafios da sociedade atual e a posicionar-se criticamente nas diversas situações e contextos socioculturais.

A pesquisa **Concepções docentes sobre os dispositivos móveis incorporados ao processo educativo: um estudo de caso sobre o uso de tablets e de smartphones**, de autoria de Fagna Gonçalves dos Santos, parte da constatação de que os dispositivos móveis estão mais acessíveis à grande parte da população e isso possibilita o uso mais recorrente para diversas atividades, como as de informação, comunicação ou serviços, seja por meio da internet, seja por meio de aplicativos desenvolvidos para múltiplas funções. A autora destaca que essa situação gera a facilidade de mobilidade das pessoas, que podem transitar por/em diversos espaços, ao mesmo tempo, sem o deslocamento físico. Destarte, considera-se que o sujeito poderá aprender por diversos meios, inclusive, nos espaços virtuais. E, devido a essa aprendizagem ubíqua proporcionada pelas tecnologias digitais/tecnologias móveis, o professor, enquanto sujeito mediador do conhecimento pedagógico, social e cultural, sofre diversos desafios para a prática pedagógica.

Em vista disso, a pesquisa apresenta a seguinte questão de pesquisa: quais desafios que o professor enfrenta para inserir tablets e smartphones no processo educativo, a fim de qualificar o ensino e a aprendizagem de crianças dos anos iniciais do Ensino Fundamental? Como procedimento metodológico, optou-se pela abordagem qualitativa e procedimento de investigação

o estudo de caso. A pesquisa apresentou como resultado que, a partir do diálogo formativo com docentes, obtém-se um maior desenvolvimento de estratégias pedagógicas que promovam a ampliação de letramentos dos alunos das séries iniciais do Ensino Fundamental, a partir da inserção de dispositivos móveis em sua prática docente.

A autora Maria Cezarela Oliveira Carvalho desenvolveu pesquisa intitulada **Ej@ conectada: a pedagogia dos multiletramentos na Educação de Jovens e adultos – um estudo em classes noturnas em Serrinha e Conceição do Coité**. A pesquisa se inseriu no contexto dos estudos que visam à compreensão de como as tecnologias contribuem para o aprendizado dos sujeitos da EJA, tendo em vista as culturas de referência do alunado, a partir de uma perspectiva crítica, pluralista, ética e democrática. Tratou-se de um estudo com base epistemológica na pedagogia dos multiletramentos, desenvolvido em turmas da EJA, nos municípios de Serrinha e Conceição do Coité. E, nessa dinâmica científica, objetivou-se: identificar concepções dos sujeitos inerentes aos multiletramentos, a partir do uso das tecnologias digitais na Educação de jovens e adultos. Nessa perspectiva, adotou-se como metodologia a pesquisa de campo, de abordagem qualitativa, e, como procedimento de investigação científica, o estudo de caso. Como resultado, a pesquisa evidenciou que o professor da EJA, na cultura digital, precisará formar-se, qualificar-se continuamente, a fim de lançar mão de metodologias que possam contribuir para formar leitores e produtores de texto, na perspectiva da pedagogia do multiletramentos.

A pesquisa **Multiletramentos digitais na educação gamificada: por uma práxis multimodal e multissemiótica na educação profissional técnica**, da autora Daiane Amâncio Mendes, visa investigar de que maneira os jogos digitais, enquanto ar-

tefatos culturais, tornam-se aliados para a construção de uma práxis pedagógica multimodal e multissemiótica, através de estratégias de aulas gamificadas, baseadas nas estruturas de jogos. A partir dessa contextualização, apresenta a seguinte questão: Como os multiletramentos digitais, aliados à educação gamificada, contribuem no processo de ensino-aprendizagem dos alunos dos cursos técnicos do SENAI (BA)? Como caminho metodológico, realizou-se uma pesquisa de caráter qualitativo, através do método de investigação-ação, levando em conta a importância da investigação social para a melhoria das relações entre teoria e prática. No que tange ao ensino profissional técnico, esta pesquisa contribuiu para a investigação e ampliação das formulações teóricas a respeito da temática, através de um estudo aprofundado acerca do papel da tecnologia digital para a construção de espaços de aprendizagem condizentes com a realidade social e educacional dos alunos.

A pesquisa **Formação do professor técnico na Educação Profissional: da racionalidade instrumental à racionalidade comunicativa**, de Marta Pastor da Silva Barreto, discute sobre processo de formação continuada para o professor técnico, em um dos Centros Estaduais de Educação Profissional, localizado no Território de Identidade do Sisal, e a contribuição dessa formação para o desenvolvimento da profissionalidade desse professor. Teve como objetivo compreender como esses processos colaboram para a superação da racionalidade instrumental do docente com vista à racionalidade comunicativa de forma crítico-reflexiva. Desse modo, a autora propõe a seguinte pergunta de investigação: Como os processos formativos possibilitados pela formação continuada no Centro Estadual de Educação Profissional do Semiárido contribuem para o desenvolvimento da profissionalidade do professor técnico? No processo metodoló-

gico, utiliza-se de uma pesquisa de abordagem qualitativa, com pressupostos da pesquisa colaborativa, desenvolvida a partir de sessões reflexivas, para dialogar e refletir coletivamente com o professor sobre seu fazer docente. Com a investigação, constatou-se a importância de o professor participar de formações continuadas que privilegiem a racionalidade comunicativa, no sentido de oportunizar práticas pedagógicas interativas, dialógicas e emancipatórias no espaço escolar.

Na pesquisa **Educação emocional e identidade docente: discutindo sobre a docência em uma escola pública em tempo integral**, de autoria de Jonatas Silva Santiago, é discutido sobre a importância da educação emocional do professor no contexto de sala de aula da Educação Básica, no Programa Educação em Tempo Integral. Buscou-se entender como os novos papéis atribuídos à educação escolar por diversos setores sociais – famílias, alunos, órgãos governamentais, gestores escolares – geram dificuldades emocionais no professor, ocasionando um mal-estar no ambiente escolar, que se estabelece de forma recorrente nesse espaço, desafiando o professor com as demandas de sua profissão e, dessa forma, interferindo na sua construção identitária. Diante dessa problemática, apresentou-se a seguinte questão de pesquisa: quais consequências para a identidade e a professoralidade docente foram evidenciadas com a implantação do Programa Educação em Tempo Integral (ProEi), no Colégio Estadual Yeda Barradas, em Feira de Santana? Tratou-se de uma pesquisa colaborativa de abordagem qualitativa e método etnográfico.

A investigação mostrou que o docente da escola parceira compreende e acredita nas potencializadas educativas do ProEi, no sentido de contribuir para uma formação integral do ser humano. No entanto, sente-se fragilizado e, algumas vezes, despre-

parado emocionalmente para atuar em um Programa que amplia as ações didático-pedagógicas e pessoais do professor sem, ao menos, oferecer uma formação para esse sujeito.

A autora Jaqueline Oliveira Araújo desenvolveu a pesquisa intitulada **Contribuições da arte-educação nos processos formativos da Educação Básica: o caso da OPA em Senhor do Bonfim (BA)**. A pesquisa abordou uma proposta de ação na Organização de Pesquisa e Prática em Artes Zé da Almerinda (OPA), uma Organização Não Governamental (ONG), situada no município de Senhor do Bonfim – BA. Nesse espaço não formal de educação, são realizadas atividades que envolvem várias linguagens artísticas (dança, circo, teatro, literatura e música), com o intuito de (re)construção pessoal, social e humanização, colaborando para que os participantes, a partir dessas vivências, tornem-se sujeitos críticos, reflexivos, atuantes na sociedade na qual estão inseridos.

A implicação da pesquisa foi investigar de que forma as práticas das atividades realizadas pela OPA reverberavam em ações socioeducativas e, assim, contribuía com processos formais de educação dos sujeitos envolvidos. Metodologicamente, a pesquisa apresentou-se por uma abordagem qualitativa e como método de investigação escolheu-se o estudo de caso. Decorrente disso, apresentou-se como produto a elaboração de um plano de ação, pelo qual se buscou-se organizar atividades realizadas pela instituição e promover projetos que venham a potencializar práticas multiletradas na ONG.

O autor Sidmar da Silva Oliveira, a partir da pesquisa intitulada **A formação continuada de professores alfabetizadores no contexto do PNAIC: desafios atuais**, discutiu sobre implicações das ações formativas do PNAIC à prática pedagógica dos professores alfabetizadores do primeiro ciclo dos anos iniciais

do Ensino Fundamental, de uma escola pública do município de Monte Santo-BA. Para tanto, lançou-se a seguinte questão: Como os professores alfabetizadores do primeiro ciclo dos anos iniciais do Ensino Fundamental reconfiguram suas práticas pedagógicas, a partir das ações formativas do PNAIC? Para responder à questão motivadora do estudo, desenvolveu-se uma pesquisa colaborativa, de inspiração etnográfica.

Considerando a formação continuada de professores alfabetizadores essencial para reconfiguração da prática pedagógica, e alfabetização e letramento como processos distintos e complexos que se complementam, a temática em questão tornou-se relevante devido à urgência de se problematizar ações de formação contínua do governo federal, tendo em vista que cada época gera novas demandas, que exigem da instituição escolar novos modos de atuação, que dialoguem com o cotidiano das práticas de alfabetização e letramentos necessárias aos estudantes pertencentes ao contexto rural.

A pesquisa intitulada **Multiletramentos digitais e formação docente: aplicativos educacionais para leitura e produção de textos na Educação Básica**, de autoria de Heráclito Santos Martins Xavier, teve como objetivo analisar o processo de construção e utilização de aplicativos educacionais por professores em formação para práticas de multiletramentos digitais, no contexto da Educação Básica. A questão que norteou a pesquisa foi: como desenvolver práticas sociais de multiletramentos digitais, a partir da criação e uso de aplicativos educacionais, no processo de formação continuada de professores do Ensino Médio? Para a condução do estudo, escolheu-se como abordagem metodológica a pesquisa qualitativa colaborativa, que consiste no desenvolvimento interativo da pesquisa, através da mediação do pesquisador que constrói o percurso juntamente com os partícipes.

Nessa perspectiva, a atividade de coprodução de conhecimento possibilitou também o processo de formação na medida em que os sujeitos colaboram entre si com o objetivo de resolver, em conjunto, problemas que afetam a educação. Portanto, este estudo apresentou relevância tanto social quanto científica, pois propôs o desenvolvimento de interfaces educacionais interativas pelos próprios professores, de modo colaborativo e autoral, proporcionando aos participantes criarem textos multimodais e multissemióticos, também de forma colaborativa e autoral.

A pesquisa **Linguagens artístico-culturais no cotidiano de alunos: implicações no processo de ensino e de aprendizagem**, de autoria de Maria Sônia Mattos da Silva, discutiu sobre os sentidos e significados que os alunos e os professores da 1ª série do Ensino Médio do Colégio Estadual José Leitão, de Santa Luz-BA, atribuem às linguagens artístico-culturais (re)produzidas no seu cotidiano e as contribuições dessas linguagens para os processos de ensino e de aprendizagem. Para esse estudo, apresentou-se a seguinte questão: Quais as implicações que os sentidos e significados atribuídos pelos alunos e professores às linguagens artístico-culturais do seu cotidiano trazem ao seu processo de ensino e de aprendizagem? Para tanto, adotou-se como metodologia a pesquisa colaborativa, de inspiração etnográfica. A pesquisa teceu considerações sobre as culturas, as vivências e experiências dos sujeitos, propiciando o conhecimento e a reflexão sobre as múltiplas possibilidades de linguagem que as diversas culturas utilizam para interagir com o mundo.

O projeto de pesquisa e extensão **Tecnologias, (multi) letramentos e formação de professores**, de autoria de Úrsula Cunha Anecleto, ainda em andamento, discute a respeito do papel das tecnologias digitais na educação escolar, tendo em vista

que as TD promoveram mudanças nas formas de ensinar e de aprender no contexto atual. Essas mudanças influenciaram, de forma direta, a formação inicial e continuada de professores, no tocante à ação de ensino e à potencialização de meios didáticos que fomentem uma aprendizagem colaborativa nas salas de aula. Para alcançar esse fim, torna-se necessário o desenvolvimento de uma pedagogia dos multiletramentos no espaço escolar, com a finalidade de construir e de produzir significados, de forma crítica, a práticas linguísticas, metodológicas, culturais e sociais que envolvam a leitura e a escrita, dialogando textos veiculados em meios impressos aos digitais que circulam em diversos espaços, a partir de diversidade de mídias.

Apresentando como foco maior a inclusão (de forma planejada e crítica) das TD no espaço escolar, o presente projeto tem a pretensão de fomentar a discussão sobre letramento digital, no sentido de ampliar possibilidades de interação com diversos textos pelos alunos da Educação Básica, tornando-os, assim, sujeitos multiletrados. Pretende-se, dessa forma, contribuir com a formação continuada em serviço de professores que atuem na Educação Básica na região sisaleira, tendo como área de enfoque as tecnologias e a educação escolar.

As propostas apresentadas pretendem contribuir com os processos de formação docente, no que diz respeito ao seu desenvolvimento pessoal e profissional, dando-lhes condições de promover práticas educativas humanizadoras. **Esperamos** Espera-se construir rede colaborativa entre profissionais que desejem discutir sobre ações pedagógicas, experiências metodológicas e práticas inovadoras que ressignifiquem e integrem o conhecimento teórico construído na universidade às atividades de ensino e de aprendizagem no contexto da Educação Básica e de outros espaços educativos.

Para essa discussão que ora apresentamos, nossas pesquisas têm traçado um caminho metodológico que nos possibilite estudar e refletir sobre as mudanças nos letramentos e tecnologias pensados como processos interdependentes, como atividades humanas e práticas sociais.

Considerações Finais

O presente texto apresentou ações desenvolvidas no âmbito do GEPLET. Ressaltamos aqui reflexões e discussões teóricas, metodológicas e analíticas que envolvam os usos sociais da leitura e da escrita, a formação docente, a diversidade/convergência de mídias, suportes e linguagens, os aspectos sociais, as implicações, os desafios e as possibilidades pedagógicas dos (multi)letramentos para professores que atuam (ou atuarão) na Educação Básica, na Universidade e em espaços não-formais de educação, a partir da concepção epistemológica da pedagogia dos multiletramentos.

Nessa perspectiva, compreendemos a importância de se desenvolver pesquisas que tomem como foco, para discussão, reflexão e problematização, a formação de professores, as práticas pedagógicas que envolvem linguagem e tecnologias, desenvolvidas nos âmbitos acadêmico e escolar (e fora dele), num contexto em que o professor precisa preparar-se para participar das práticas sociais multiletradas, de modo a desconstruir pensamentos e atos pedagógicos monoculturais e excludentes. Como docente, ele precisa assumir a posição de quem aprende e não somente ensina, de mediador e problematizador do conhecimento.

Por fim, a discussão proposta neste artigo torna-se pertinente, na medida em que se traduz em dispositivo para se discutir e se refletir sobre a necessidade de reconfiguração dos projetos de

formação docente bem como o desenvolvimento de práticas de letramentos que possibilitem a inserção dos sujeitos que ensinam e que aprendem nas práticas sociais que exigem o uso da leitura e da escrita, às quais estão sujeitos ao longo de sua vida.

REFERÊNCIAS

- ANECLETO, Úrsula Cunha; MIRANDA, Josimara Divino. Multiletramentos e práticas de leitura, escrita e oralidade no ensino de Língua Portuguesa na Educação Básica. **Pontos de Interrogação**, v. 6, n. 2, jul.-dez., p. 67-80, 2016.
- BAIRON, S. **Multimídia**. São Paulo, Global, 1995.
- BAKHTIN, M. **Marxismo e filosofia da linguagem**. 11 ed. São Paulo: Hucitec, 2004. (Trabalho original publicado em 1929).
- BARTON, D. HAMILTON, H. **Local literacies: reading and writing in one community**. London: Routledge, 1998.
- COPE, B.; KALANTZIS, M. (Eds.). **Multiliteracies: Literacy Learning and the Design of Social Futures**. London: Routledge, 2000.
- COSSON, Rildo. **Letramento político: a perspectiva do legislativo**. Brasília – Câmara dos Deputados, Editora Câmara, 2019.
- COULON, Alain. **Etnometodologia e educação**. São Paulo: Cortez, 2005.

DESGAGNÉ, S. O conceito de pesquisa colaborativa: a ideia de uma aproximação entre pesquisadores universitários e professores práticos. **Educação em Questão**, Natal, v. 29, n. 15, p. 7-35, maio/ago. 2007.

ERICKSON, F. Qualitative methods in research on teaching. In: WITTRICK, M. C. (org.). **Handbook of research on teaching**. New York: Macmillan, 1986.

FERRAZ, Obdália; ANECLETO, Úrsula Cunha. (Multi)letramentos. In: MILL, Daniel (org.). **Dicionário crítico de educação e tecnologias e de educação a distância**. Campinas-SP: Papirus, 2018.

FRADE, Isabel Cristina A. da Silva. Alfabetização digital: problematização do conceito e possíveis relações com a pedagogia e com aprendizagem inicial do sistema. In: COSCARELLI, Carla Viana; RIBEIRO, Ana Elisa (Org.). **Letramento digital: aspectos sociais e possibilidades pedagógicas**. Belo Horizonte: Ceale; Autêntica, 2007.

FRITZEN, Maristela Pereira; LUCENA, Maria Inez Probst. **O olhar da etnografia em contextos educacionais**. Blumenau: EDIFURB, 2012.

GARCEZ, Pedro de Moraes; SCHULZ, Lia. **Olhares circunstanciados: etnografia da linguagem e pesquisa em Linguística Aplicada no Brasil**. Delatav.31–especial, p. 1-34, 2015.

GARFINKEL, H. **Studios en Etnometodología**. Barcelona: Anthropos, 2006.

GODOY, Arilda. Pesquisa qualitativa: tipos fundamentais. **Revista de Administração de Empresas**. São Paulo, v. 35, n.3, p. 20-29 Mai./Jun. 1995.

IBIAPINA, I. M. L. de M.; RIBEIRO, M. M. G.; FERREIRA, M. S. (Org.). **Pesqui-**

sa em educação: múltiplos olhares. Brasília: Líder Livro Editora, 2007.

JEWITT, Carey. Multimodality and literacy in school classrooms. **Review of Research in Education**, v. 32, n. 1, p. 241-267, 2008. Disponível em: <https://pdfs.semanticscholar.org/4ef0/04a7f6d1a75c14073bd7e-779ba6bb097cab2.pdf?_ga=2.150502262.1393368833.1565559275-1090132144.1565559275>. Acesso em 11 ago. 2019.

JOSSO. Marie-Christine. **Experiência de vida e formação**. Natal, RN: EDU-FRN, São Paulo: Paulus, 2010.

JOSSO. Marie-Christine. A transformação de si a partir da narração de histórias de vida. Educação, Porto Alegre/RS, ano XXX, n. 3 (63), p. 413-438, set./dez. 2007.

KLEIMAN, A. **Preciso ensinar o letramento? Não basta ensinar a ler e a escrever?** São Paulo: Produção Editorial, 2005.

KOZINETTS, R. V. **Netnografia:** realizando pesquisa etnográfica online. Porto Alegre: Penso, 2014.

LEMKE, Jay L. Letramento metamidiático: transformando significados e mídias. **Trab. Ling. Aplic.**, Campinas, 49(2): 455-479, Jul./Dez. 2010. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/tla/v49n2/09.pdf>. Acesso em 11 ao. 2019.

LÉVY, Pierre. **Cibercultura**. Tradução de Carlos Irineu da Costa. São Paulo: Editora 34, 1999.

LÉVY, Pierre. **As tecnologias da Inteligência**. O futuro do pensamento na era da informática. Rio de Janeiro: Editora 34, 1993.

- MONTE MÓR, W. Crítica e letramentos críticos: reflexões preliminares. In: ROCHA, C. H.; MACIEL, R. F. **Língua estrangeira e formação cidadã: por entre discursos e práticas**. Campinas, SP: Pontes Editores, 2013. p.31-50.
- NLG. A pedagogy of multiliteracies: designing social futures. In: COPE, Bill; KALANTZIS, Mary (Ed.). **Multiliteracies: literacy learning and the design of social futures**. Routledge: Psychology Press, 2000, p.9-37.
- RIBEIRO, A.E. Navegar lendo, ler navegando: aspectos do letramento digital e da leitura de jornais. 2008. 243 f. Tese (Doutorado em Linguística). FALE/POSLIN, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte: 2008.
- ROJO, Roxane. **Letramentos múltiplos, escola e inclusão social**. São Paulo: Parábola Editorial, 2009.
- ROJO, Roxane; MOURA, Eduardo. **Multiletramentos na Escola**. São Paulo: Parábola Editora, 2012.
- SANTOS, Edméa. **Pesquisa-formação na Cibercultura**. Santo Tirso, Portugal: Whitebooks, 2014.
- SIGNORINI, Inês. Letramentos multi-hipermidiáticos e formação de professores de língua. In: SIGNORINI, Inês; FIAD, Raquel S. (orgs). **Ensino de língua: das reformas, das inquietações e dos desafios**. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2012, p.283-303.
- SILVA, Obdália Santana Ferraz. Entre textos e hipertextos: os letramentos e a constituição da autoria na universidade. In: ARAÚJO, Júlio Cesar; DIEB, MESSIAS (Org.). **Letramentos na web**. Fortaleza: Edições UFC, 2009.

SILVA, Obdália Santana Ferraz. **Tessituras (Hiper)textuais**: Leitura e escrita nos cenários digitais. Salvador: Quarteto, 2008.

STREET, Brian V. **Letramentos sociais**: abordagens críticas do letramento no desenvolvimento, na etnografia e na educação. Tradução de Marcos Bagno. São Paulo: Parábola, 2014.

XAVIER, Antonio Carlos. Hipertexto e intertextualidade. **Cadernos de Estudos Linguísticos**, Campinas, v. 44, n. 01, p. 283-290, 2003. Disponível em: <http://revistas.iel.unicamp.br/index.php/cel/article/view/1715>. Acesso em: 16 de abr. 2020.

Nós, travestis

O outrem no corpo político das
Memórias de Luísa Marilac



Nilton Milanez



Acorda, viado!

Foi seguindo, no *Instagram*, Luísa Marilac, a dona do bordão *Se isso é tá numa pior, porra!* que acompanhei o lançamento de *Eu, travesti*, livro autobiográfico, lançado em 19 de maio de 2019. Namorei muito o livro e os comentários em torno dele. Apenas nas férias de janeiro de 2020, em São Paulo, é que fui lá e comprei o livro de vez. Li em dois dias aquela história de vida. Era de sair engasgado com as coxinhas que comia nas padarias paulistas. Só aí que passei, então, a ser realmente um dos viados acordados com o bom dia de Marilac, não porque sou gay, mas pelo fato de que viados são todxs que escutam seu grito de alegria nos vídeos matinais de seu *Instagram*. Todxs, passam, assim, a fazer parte da saudação, que inclui, coletiviza e singulariza multimodos de ser e um sem-fim de sexualidades na vida.

Em seu *Instagram*, ao ler as memórias de Luísa, deixo minha alma única e me alio a seu apelo a uma diversidade afetiva. Daí

vejo e sinto tão abertamente que chego a compreender que, eu, sou outrem. Aí começa o problema sobre o qual me propus a pensar: o outrem nas memórias da autobiografia de Luísa. Poderíamos dizer também outro, se eu quisesse. Foucault inclusive, em sua discussão sobre essa questão, trata com flexibilidade esse dizer, pronunciando efetivamente uma alternância lexical entre o outro ou outrem.

A partir dessa escolha que Foucault me oferece, portanto, prefiro considerar a problemática sob o nome de outrem, primeiro pela raridade do fato de Foucault também referenciar outrem depois de ter escrito verticalmente sobre o outro, e apenas para citar um, em *A história da Sexualidade III*, o capítulo que se configura como *Eu e os outros*; segundo, talvez a observação mais forte em mim, é o sentido de estranheza que o significante outrem, em uma leitura mental e palavra pronunciada, produz sobre um certo tipo de distanciamento dos objetos que nos afligem, aqueles com uma envergadura aparentemente desconhecida, nebulosa mesmo como o cinza das genealogias.

Isso, no final, acaba harmonizando o nosso eu com aquelas outras camadas de existência sobre as quais não estamos certos, mas que se entrosam em nós como forma de verdades a serem praticadas. A condição de leitura que *Eu, travesti* nos exige é a de ser mediador da prática histórica de outrem. Acredito que estamos bem aí nesse tecido discursivo, de onde não dá para saber onde está o começo ou o fim do fio nem mesmo todas linhas que ali perpassam. Estou querendo dizer que ler as memórias de Luísa é compartilhar suas desgraças, seu encanto, os abusos que sofreu, seus desafetos, suas pancadas, seus gozos (dos quais podemos, sim, nos invejar). E, no interstício do *Eu*, da travesti, vamos dar de cara em espanto com o outrem, o mais íntimo outrem de todos: nós.

Enquanto Marilac postula a si nas redes da mulher LGBTQI+, nos penduramos é nesse + e inventamos nossa própria linha para praticar o nosso eu, que vai se interletrar em uma forma geral de prática de si. Isso me mostra a intensidade de como “O outro ou outrem é indispensável na prática de si a fim de que a forma que define esta prática atinja efetivamente seu objeto, isto é, o eu, e seja por ele efetivamente preenchida” (FOUCAULT, 2006, p. 159). Com essa fala, eu fico até tentado a dizer que, na prática de elaboração de nós mesmos, enquanto sujeitos, marcados por esse lugar do si, fazemos parte e, não podemos fugir, de uma formação enquanto prática do outrem.

Não há possibilidade de existência do eu que não passe pelo outrem. Dentro desta relação com o enfrentamento das audiovisualidades da rede social e da leitura da autobiografia de Luísa, o eu me escapa, o sujeito se deflagra e o outrem engole a nós. O que nos arrasta à busca do outrem é a questão que nos aventa. O outrem está em todo lugar, mas o que nos faz correr ao encontro dessa outrem vida, de Luísa, tão desbaratinada, da nossa, tão aficionada? A problemática se firma, desse modo, ao meu entender, em torno de um corpo político de práticas e subjetividades quando esse eu se enuncia, se posicionando como *Eu, travesti*.

O que seria, enfim, este eu? Como este eu se defronta com o jogo das relações e das estratégias nas políticas sobre o corpo? De que maneira um eu preciso se constitui nas formações que darão a sua posição como outrem em um jogo político de vida LGBTQI+?

Ler a experiência-limite: quando o eu se conjuga outrem

Luísa nos deixa ouvir a história de uma vida no limite. As experiências que narra falam do seu corpo à beira do precipício: um corpo violentamente agredido a facadas, levada quase à morte, um corpo traficado como uma boneca sexual, exumado de seus desejos, um corpo abandonado à beira da estrada, relegado aos desafetos, à dor e ao suplício emocional. Desde seu nascimento, - “a filha de um rato” (MARILAC; QUEIROZ, 2019, p. 110), nascida da rebolada em hora errada de sua mãe, ao se assustar com um rato durante o sexo, que levou ao gozo o pai que nunca conheceria, - até o desamparo no abandono pelo homem que ainda parece desejar, e que a deixou numa pior (primeiro e último capítulos do livro, respectivamente), Luísa nos fala de experiências limite, aquelas que colocam o sujeito na fronteira entre a vida e a morte, entre a sanidade e a loucura, entre o objeto da coisa e o sujeito da linguagem.

São suas vidas vividas, por um lado, que encontramos ali, a vida da Travesti Luísa Marilac, os acontecimentos e fatos de uma vida particular, de uma pessoa singular; por outro, essa prática privada de sua vida, à medida que se torna leitura e se constitui em livro autobiográfico, passa por um processo de apropriação entre narradoras e leitorxs que faz irromper uma prática coletiva. Assim feito, no ato da leitura, o outrem ressurgue como a libertação de um tipo de manifestação que não tinha encontrado lugar antes.

Essa realização de se fixar um eu coincide com uma prática de si, Luísa, não pessoa empírica, mas enquanto sujeito do discurso, vivendo na rede de uma prática histórica da coletividade LGBTQI+, campo de estreita delimitação em sua constituição como outrem. Assim, aquilo que torna Luísa sujeito é o anda-

mento da subjetivação a um modo de vida que nomeia, norteia e estrutura uma política da sexualidade dos corpos no domínio do direito em direção a uma vida autônoma.

Em um primeiro momento, para situar esse modo de se colocar diante da própria vida, a vida de Marilac, face à vida do outro, a nossa, de quem lê, olho para esse encaixe sob uma dimensão da ética do sujeito sobre si. Compreendo, então, com Foucault (2006, p. 657) que há um desdobramento “do eu para consigo”. Luísa, ao narrar suas experiências-limites, trava uma batalha de autorreconhecimento e de pertencimento mesmo de si para si, em uma primeira instância. E nós, enquanto leitorxs, curiosxs, *voyeurs*, estudiosxs, somos, tomando novamente Foucault (2006, p. 657) “o Outro que encontra lugar no interior desta relação, porque esta relação já existe”. Nós, enquanto leitorxs, portanto, produzimos uma projeção de Luísa, e essa relação entre um e o outro faz a composição do outrem no engajamento literário diante de uma autobiografia.

Em um segundo momento, o lugar sobre o qual Luísa se ampara para ter sua voz ouvida são vários. *A priori*, um grande escopo no corpo político se abre, a expressividade LGBTQI+ acolhe a fala ‘da’ travesti, marcada linguisticamente. Atribui-lhe um gênero que as autoras compreendem como “autônomo” (MARILAC; QUEIROZ, 2019, p. 18). Sob essa perspectiva, do jogo político dessa autonomia faz parte uma porção de estratégias e táticas discursivas que autorizam Luísa a falar. Friso o ‘falar’, porque ele entrará em dispersão com dizeres, constituindo mais uma vertente do outrem ao qual remonta a sua história que está sendo literalmente escrita.

Luísa, no campo LGBTQI+, está autorizada a falar como Travesti. Entretanto, ainda com a autorização de falar do lugar da Travesti, Marilac não poderia escrever por si. Quem escreve as

histórias que ouve de sua vida é Nana Queiroz. Nas *Memórias*, na *Nota de leitura*, temos a extensão do outrem de Luísa com Nana, se definindo por “ser a voz da outra” (QUEIROZ, 2019, p. 187). A escrita de Nana Queiroz (2019, p. 187) será porta-voz e cúmplice escriturária daquela vida no limite, e explica: “Quando a muito celebrada réplica chegou, Luísa nos disse que queria colaborar, mas que não conseguia escrever – tempos depois suspeitei que a mente extremamente perspicaz e inteligente de Marilac seja bloqueada por uma dislexia nunca tratada adequadamente”. Luísa e somente ela pode falar de seu lugar, mas não está disciplinada o suficiente para a ordem do discurso científico escrito. O outrem a constitui enquanto sujeito, enquanto sujeito especificamente travesti.

Esse fato enuncia o lugar de exclusão da travesti na educação, seu ocultamento com um possível trabalho psicopedagógico e, conseqüentemente, tais elementos apontam para a interdição simbólica da travesti nas redes públicas de saúde. Nesse sentido, o amálgama das vozes de Luísa e Nana conta mais uma vez na retomada de pequenas memórias sociais do nosso presente a história de Marilac e os seus modos, inegavelmente, de se constituir como outrem, não como forma de apagar a travesti como sujeito de sua história, sobretudo e antes, para mostrar que o sujeito participa de uma rede de dizeres e posições socioeconômico-políticas que não dizem apenas pela fala única e original de Marilac. Assim, se coloca o outrem no mundo, com suas singularidades do dizer e seus prolongamentos históricos que aparecem e emergem também no outro.

Essa posição de Marilac enquanto outrem do discurso, como todos nós, leitorxs, firma que não há dúvida da importância ímpar, essencial e singularizada do “lugar de fala” (RIBEIRO, 2017) de Luísa. E ela ocupa e pratica esse lugar, embora ele se

concretize, no caso de suas memórias, em sua autobiografia, a partir da voz da outra. Friso, a marca do feminino, é claro. Nisso reside uma intersecção que coloca no mesmo campo do discurso Luísa e Nana. Há aqui a minha dedicação com essa política de lugar de fala e, por isso, estou aqui me esforçando para mostrar, com Foucault (2008, p. 56), “o lugar de onde vêm”. No caso das autoras, elas estão aprumadas com a questão de ser mulher, embora ambas resistam em linhas diferentes – uma cis, a outra, travesti – e congruentes, uma vez que Nana, também como Luísa, ficou conhecida nas redes sociais. Foi Nana quem criou e viralizou o protesto #NãoMereçoSerEstuprada. Os campos discursivos nos quais atuam Nana e Luísa aí se convergem, no direito das feminilidades. Isso demonstra, ainda recorrendo a Foucault (2008, p. 56), que elas são titulares dessa fala, e tem “o direito regulamentar ou tradicional, juridicamente definido ou espontaneamente aceito” de proferir esse discurso e falar desse lugar.

As enunciações de Luísa e Nana são diversas e ao mesmo tempo convergentes, seus modos de dizer se amalgamam e ambas se constituem como outrem do discurso validado pela fala da Travesti Marilac. Constato que o Eu da Travesti que tanto se quer uno, se forma a partir da “dissociação do Eu” (FOUCAULT, 1979a, p. 22), em outros ditos, modos de enunciar e se conduzir socialmente. E é esse redobramento do eu em outrem que faz fermentar um tanto de outros acontecimentos de sujeitos possíveis. Esse movimento atesta, também, que quando falamos do outrem enquanto constituição do sujeito, seria risível dizer que se trata de um sujeito universal, enunciabilidade nunca proferida por Foucault, uma vez que a titularidade da fala de um sujeito que fala por si é garantida pela especificidade de seu campo de atuação e do lugar social e institucional do qual fala, tal é o caso da jornalista Nana Queiróz e da comediantes Luísa Marilac.

Sem perder em nenhum momento o brilho de suas singularidades, elas deixam de compreender e firmar o lugar do qual falam, como atesta Nana, de “uma amálgama dos nossos mundos desmembrados” (MARILAC; QUEIROZ; 2019, p. 190), quebrando a coerência de um eu puro, apontando que o eu se desmembra, se recria e faz pulular novos encantos identitários, recitando, assim, em filigrana o Michel Foucault do qual tenho falado. Compreendo, então, que o eu em si mesmo será sempre redutível a um espaço fechado, que dialoga em seus desdobramentos que serão sempre outrem.

Nana e Luísa partilham de uma mesma voz, que não faz ecoar a voz de uma pessoa, mas a coletividade de mulheres que tem sua fala sufocada, uma coletividade que no livro é definida por Nana (2019, p. 190) como “uma mescla de nós duas”. Para mim, dois lugares sócio-históricos, uma atitude que produz o levante do outrem como força operadora de mutações em um quadro da produção das verdades. Ou seja, aquele tipo de saber que se coloca à vista diante das virulentas opressões e que não pode resistir sozinho. Retomando Foucault (2006, p. 20), acredito que ele faz ressoar essa atitude diante da vida, uma “verdade só é dada ao sujeito a um preço que põe em jogo o ser mesmo do sujeito. Pois, tal como ele é, não é capaz de verdade.” A esse ponto, as políticas de vida somam um preço muito alto.

O pertencimento não é uma escolha

Levando em conta o largo campo das feminilidades nesse escopo da fala que Luísa toma para si, há a delimitação de outro campo, bem mais específico, cuja forma do governar a si se estabelece como princípio. As políticas de vida em um profundo grau

de desamparo e sofrimento gritam e produzem ecos intensos. A especificação do domínio LGBTQI+ é uma fala que já foi tão relegada ao ostracismo, ao obscurantismo e à subjugação de direitos que a história não lhe oferece a possibilidade de se ausentar desse lugar, desse posicionamento. E diante do dizer de Marilac a ordem do discurso político LGBTQI+ demanda sua presença e não permite vistas grossas. Luísa na caneta de Nana se exaspera:

Eu que nunca terminei nem o ensino Fundamental, nem sequer sabia de tudo isso até virar figura pública no YouTube e começar a ser perseguida por uma patrulha LGBT cibernética. Gente sem sensibilidade que não percebe que a travesti mais velha e sem estudo que adota termos pejorativos é, ela mesma, grande vítima de preconceito. Afinal, ninguém é obrigado a ser especialista em gênero só porque é trans. E a ninguém é dado o direito de caçar (sic) minha ‘carteirinha de travesti’ porque não fui ‘iniciada’ na discussão política. (MARILAC; QUEIROZ, 2019, p. 19)

À Luísa-outrem se atribui socio-historicamente o lugar LGBTQI+, e há uma necessidade política de engajamento nesse nosso momento histórico diante de abusos, violências e assassinatos das pessoas LGBTQI+, a fim de se construir uma rede de proteção pública e condições de vida na saúde, na educação e no trabalho, da qual Luísa está instada a participar. O pertencimento não é uma escolha, é um *a priori* histórico que fala não por uma pessoa, mas pelo sujeito cujas histórias não se referem apenas a sua própria vida, mas a de uma política de vida Travesti, em particular, e LGBTQI+, em geral.

Reflito, desse modo, sobre o funcionamento LGBTQI+, a partir da posição foucaultiana sobre o outrem, a prática de si e seu objeto, ao dizer que:

O outro ou outrem é indispensável na prática de si a fim de que a forma que define esta prática atinja efetivamente seu objeto, isto é, o eu, e seja por ele efetivamente preenchida. Para que a prática de si alcance o eu por ela visado, o outro é indispensável. Esta é a fórmula geral. (FOUCAULT, 2006, p. 159)

O outrem, portanto, não apaga nem muito menos permite ao sujeito esmorecer diante da verdade que instaura uma prática de si. Isso é o ser mesmo do sujeito: a história de derrotas e conquistas do movimento LGBTQI+ precede a pessoa LGBTQI+ e aparece como ordenação de um sistema para o nosso bem-estar e cuidado da população LGBTQI+.

O engajamento de Marilac, que toma o seu eu como prática de sujeito Travesti, se modula como um tipo de governo de si, o que faz dela uma governante de suas condutas. Esse governo sobre si mesmo acaba por gerar uma forma de salvamento do sujeito, tirando-o do que poderia ser um fundo de poço. Ao mostrar essa habilidade, por consequência, de saber lidar consigo, a própria prática parece exigir convenientemente daquele sujeito o governo do outro. Já que pode cuidar de si, os seus laços de pertencimento com aqueles com quem convive deve, assim, se estender aos modos de como também cuidar do outro.

Ao escrever, então, sobre suas (des)venturas, Luísa se compromete, a partir de suas memórias, com a população LGBTQI+ e que me faz ressurgir com outra pergunta de Foucault (2006, p. 50); “O que é este eu?”. O eu de Marilac na relação que se apruma consigo, se dá a ver ao mesmo tempo como objeto de si seguindo a finalidade de atingir necessariamente o outrem. Para concluir, as matrizes LGBTQI+ mediatizam a relação do sujeito consigo, o que o eleva ao mesmo tempo a ser seu próprio objeto e seu fim, mostrando a qual linha pertence e a qual domínio está vinculado.

Estamos engajados nessa história e somos, como sujeitos do discurso, prontamente constituídos por esse outrem institucional que demanda vida longa, com direitos e dignidade. Esse tipo de demanda se baseia no acordo que os cidadãos esperam uns dos outros neste quadro de pertencimento. Quero dizer, ao falar isso, que o que está em jogo é o ponto de orientação para o qual o sujeito se dirige, nesta atividade que faz com que o sujeito retorne a ele mesmo, diante das colaborações institucionais tais como as pautas LGBTQI+ sobre as questões que marcam as leis que incidem sobre seus corpos.

Desse jeito, parece que a história do pertencimento acena com um sinal bastante visível e que pede para o sujeito “estar do ‘lado correto’” (FOUCAULT, 1979b, p. 133). E esse lado certo é aquele que dá a pertença ao sujeito das marcas indeléveis, dos sintomas singulares, dos dizeres assertivos, muito antes de colocá-lo dentro de um grupo determinado por tradições, buscando encontrar a semelhança entre os indivíduos. O lado certo pelo qual preza a questão LGBTQI+ é o levante da marca de todas as diferenças que podem compor o corpo do sujeito nas atividades de um corpo social. O pertencimento, em última análise, não é uma escolha, pois não é possível optar sobre uma gama de diversidade afetivo-corpóreo-sexual que afeta nossas políticas de vida, traços da heterogeneidade do sujeito ser diante de si e da população na qual se movimenta.

O outrem é uma condição

O ser do sujeito LGBTQI+ consiste em uma biopolítica de manutenção não apenas das identidades políticas, mas da ocupação do território por uma população que, efetivamente, está viva e

presente, e que precisa resistir à análise abjeta e às obediências de cartilhas de uma sexualidade que tem em seu centro somente a cara do sexo, uma sociedade genitalizada - o outrem genitalizado que nos assombra -, que vê o mundo apenas na perspectiva de pintos e bucetas, afogando as afetividades - o outrem afeto. Esses são dois pontos de constituição do si com o outrem sobre os quais eu quero falar um pouquinho mais aqui, a biologização do corpo, seus prolongamentos na nossa história da multipluridade sexual e a anestesia social forçada dos afetos nas relações, levando em conta seus prolongamentos na nossa história das (trans)sexualidades.

A *presença do outrem*. Recomeço pela ideia de uma presença do outrem como afeto irreversível e intransponível para a condição do si nas transgeneridades. Revivo essa discussão por Liniker, que escreve a orelha da autobiografia. Uma orelha que ouve a vida de si e do outrem sem dó, nem piedade, e a oferece em retorno “Para Luísa Marilac, com amor”. Uma orelha que é uma boca, um rosto, olhos que brilham, e como Liniker a define, um “corpo-história”, uma história do corpo, ou como entendo com Foucault (2011, p. 399), uma “bio-história”. Ou seja, o corpo marcado por uma esfera de modos de conduta e desejos ao longo da história dos sujeitos de sexualidade, enviesado por práticas de controle e de desejo na presença tanto de uma cultura de si quanto da cultura do outrem, pois um se desdobra sobre o outro.

O corpo que Liniker traz à tona é mais um arauto para a compreensão da pergunta

“o que é o eu?”, colocada por Foucault (2006, p. 65), lida por mim, vivida por nós. O eu do qual fala Liniker pela presença de corpos “que não se enquadram nos padrões tradicionais de gênero” exige a demanda do afeto. As manifestações de afeto são o que mobilizam o humano em nós, o que fazem a roda da história

girar, com suas intensidades, com a existência corporal de “tipos plurais”, como nos ensina Liniker. Como vemos, a presença do outrem não se trata de ser negativa ou positiva, ela é produtiva. Nesse caso, estamos diante da relação do sujeito com o outrem que habita em si. É por isso que é na pluralidade que reside a revelação feita por Liniker, a decifração de si está na “vontade de afeto”. Assim, Liniker recita em filigrana a força criativa e a potência da existência do sujeito no âmbito das afetividades e suas sexualidades em um quadro que envolve também a “vontade de saber”, como discursou Foucault (1988).

Vontade de afeto e vontade de verdade se entrosam pela via do corpo social como modo de desobediência a posições binárias e sexualizantes. A vontade é o aspecto da energia vital, o impulso social do indivíduo colocado à margem, que, com seu amor, vem arruinar a história contada pelos héteros brancos e bem nascidos. A vontade é o fio da linhagem e da carícia que marca a presença do outrem no saber social, constituindo o sujeito de si para si, embalando a sua interioridade.

O investimento do afeto sobre os corpos não é apenas um sentimento, o afago de uma mão perdulária, nem o olhar piedoso dos transfóbicos enrustidos. O afeto como investimento é a condição para a existência dos corpos-coragem e sua vontade potencial de viver. É a presença do corpo na história das heterotopias. O corpo Travesti, o corpo trans, é o corpo que pode sempre ser outro, que não responde à biologia da morte, nem contracenar com a hipocrisia de religiosidades fanáticas. Quando o corpo se torna lugar de invenção de si, é o momento em que o sujeito, no uso de suas atribuições sobre o outrem, recorre a si mesmo para ocupar o espaço que a história na qual os recalcados, sem amor, sem magia na vida, lhe haviam negado como possibilidade de contrarresposta. A questão com a qual Liniker abre as memórias

de Marilac me parece mexer bastante com um estilo de vida que fala é da existência de um modo de vida. Tão simples e tão óbvio, mas tão necessário ter de dizê-lo aqui.

Vamos chegar mais perto dessa necessidade de dizer o óbvio quando lemos o capítulo *O que é uma travesti?*. Ali, a significação é dada pela determinação do gênero que contraria a porca vulgata social ‘do’ travesti, cuja designação falava de um homem vestido de mulher, o travestimento como lugar do palhaço, do pervertido, do marginal. Aquela fala não compreendia a presença de uma “heterotopia biológica” (FOUCAULT, 2013, p. 22), do poder do corpo de não se sexuar a uma marca biológico-corporal, mas de associar o seu sexo à vitalidade do sujeito que gere e administra a si. A cultura transgênera do si sofre bem aí um de seus pontos de difração. Há uma outra veia de sangue podre do outrem que a marca historicamente e a patologiza por meio da impureza, da doença e da moral das condutas (SARTI, 2019).

O aniquilamento pelo outrem. Há uma produção de saber longínqua historicamente sobre a qual não posso nem saberia estabelecer origem. Entretanto, a distância no tempo mostra o quão perto sempre estamos da barbárie. Se numa estrela, a prática que o sujeito transgênero exerce sobre si é o motor de sua insurreição, de nossa revolução, em outro astro, a história dos “diferentes domínios de conduta” (FOUCAULT, 1984, p. 25) reacende não o afeto erótico, aquele que é o motim da vida, mas a pretensa de uma ciência que garantiria um sentimento de aversão, ódio e isolamento: a ideia de que o indivíduo não vive de acordo com as leis da natureza. Tenho um par de exemplos que convergem para a destruição da construção de um sujeito voltado a si para, enfim, ser objeto regente a uma parafernália da lógica que quer massacrar e atingir em cheio o eu que desestabiliza as formas de governo, que submete e imobiliza o outro.

Esta ideia nasce da interdição social do afeto e do amor. O corpo travesti remonta à memória de um corpo homossexual que está relegado socialmente ao sexo. Em um domínio cercado pelas heterossexualidades, os modelos de conduta para os beijos e abraços, em público, diferem quando se trata das expressões amorosas entre LGBTQI+. Sabemos bem que pode haver uma certa tolerância (às vezes, nenhuma!) quanto à presença de casais LGBTQI+ em espaços públicos, desde que, insisto, desde que não haja manifestação de amor. Luísa Marilac (2019, p. 20) exalta-se ao dizer que “Quem odeia meu corpo não sou eu, é o mundo.” O ódio é, sim, um afeto, mas daqueles tipos devastadores, que encarceram a erótica amorosa, colocando as demonstrações de carinho e amor LGBTQI+ debaixo do tapete da história. Isso se encadeia a mais outra questão sobre a construção da travesti como lugar de rebaixamento nas condutas sociais.

As marcas da feminilidade do corpo LGBTQI+ materializados em gestos, roupas, maquiagem, adereços sempre tiveram seus prósperos e nojentos defensores, tal é o caso de Ovídio (NASO, 2013, p. 19) em seu manual de *A Arte de Amar*, ensinando como um homem se portar para arrebanhar e traçar e a sua presa: “É pela simples elegância que os homens devem agradar: que sua pele seja bronzeada pelos exercícios do Campo de Marte; que sua toga caia bem e não tenha manchas. Que seu calçado esteja corretamente amarrado [...]”, e segue dizendo que sobre a limpeza dos adereços, sobre o tamanho exato do sapato no pé, sobre o corte de cabelo etc., até o grande desfecho, no qual diz: “Todo o resto, abandone ou às jovens lascivas, ou aos homens que, contra a natureza, procuram o amor de um homem”. Pois bem, a sordidez do amor entre homens e seus prolongamentos históricos, hoje, com relações LGBTQI+, atestam o amor que não é aquele conhecido e determina-

do sobre parâmetros biológicos entre homem e mulher, como um elemento *contra a natureza*.

Essa envergadura sobre a sexualidade aos 43 a.C. de Ovídio foi duramente reforçada por um “discurso da natureza”, problematizado por Foucault (2000, p. 218) em suas *As palavras e as coisas*, classificando e nomeando os gêneros na miríade da história natural por meio de diferenças e semelhanças entre as espécies. Passando muito rapidamente, mas bastante compreensível para nós, a proclamação de tudo aquilo que estava fora do binarismo vai atribuir ao sujeito sexual “a forma natural da *contra natureza*”, (FOUCAULT, 2001, p. 70), constituindo, assim a “figura do monstro moral” (FOUCAULT, 2001, p. 93), como nos explica Michel Foucault em suas aulas de *Os anormais*. Dentro desses parâmetros se estabelece a economia da história das sexualidades LGBTQI+ vista como proibida, criminosa, ao qual qualquer desejo estaria condenado, como professa Luísa (2019, p. 20): “Mas desejo por travesti não é desejo. É perversão, é sordidez, é pecado, é vergonha.”

No fio dessa história dos maus dizeres da linguagem naturalista, um outro elemento fica exposto, o corpo LGBTQI+ é o corpo do sexo para o sexo, que passa a ser mediatizado, vendido e explorado sexualmente porque se trataria, nesse quadro abominável, de um corpo para o “ato sexual em si” (FOUCAULT, 2014, p. 166), encontrada em qualquer esquina do pecado, quando processada pela cultura cristã ocidental, obrigando o corpo LGBTQI+ a se vestir com as roupas da promiscuidade sexual, tão desejada e tão recalçada da qual fala Marilac. O corpo das afetividades acaba virando, assim, em resumo, o órgão sexual. E Luísa se espanta com esse fetichismo careta ao exclamar, “Mas você vê uma figura rica e complexa como eu e só consegue pensar no menino da neca”. A expressividade do afeto faz surgir em bloquinhos

uma sociedade que só *pensa naquilo*, essa sociedade metonímica que não vê a complexidade do corpo do amor, que tem dificuldade não apenas de aceitar um corpo que escapa aos diâmetros do seu próprio corpo, mas que, acima de tudo, fica perplexo e imobilizado diante do amor, porque o ataque, a luta, o estouro não é com o corpo outro, é com o seu corpo em si, cuja interioridade se desafeta da relação consigo.

Chegamos a um ponto, então, que compreendemos que os afetos amorosos foram descartados em função de uma orquestração social repulsiva, que ordenou que o corpo LGBTQI+ fosse exibido em uma vitrine de grande estilo para uma *sex shop*. O sexo se torna, nessa linha, um grande vilão, ganha proporções, interesse e foco que o desviam da própria constituição do sujeito, transformando em biológico aquilo que é feito de paixões. A destruição e a perda da identidade impingida aos corpos LGBTQI+ têm nessa formação histórica seus estratos delineados por uma ciência do natural cuja voz se afina ao discurso religioso. A ciência e a religião são para nós, sujeitos, uma condição da qual não podemos escapar, são também o outrem que constituem a cultura de si, que aí, sim, encara seus direitos de ir, vir e ficar sob a condição das afetividades corporais com as quais se identifica em desejo de si.

Bíografia: a prática da redação de si

Vou chegando forçosamente a um final. E um fim para se engatar ao começo do que apresentei: chegar ao objeto de si pelo atravessamento do outrem. E como é que parece que isso se desenrola quando estamos diante de um tipo de unidade que constitui saber sobre os sujeitos como uma autobiografia? Não poderia ter me colocado essa questão antes de fazer esse sintético caminho

do qual me servi até aqui. O ato de escrever sobre si está engendrado em uma prática que o sujeito se oferece sobre si mesmo, ou como elabora Foucault (2004, p. 256), acerca da prática de si e sua relação com a prática escrita, tratando-a “como prática de redação de si a partir de suas recordações”.

Isso é bem o que o que é possível observar no estatuto da prática de memória de Luísa Marilac, ao colocar sua cara no sol da história. Luísa redige a si na prática escriturística para manter viva sua memória, seu corpo, sua luta. A vida em livro de Luísa é seu desdobramento incontornável do outrem, da possibilidade de se fragmentar na dispersão que leva o eco de seu grito a outros territórios. Por isso, talvez, Luísa (MARILAC; QUEIROZ, 2019, p. 185) diga “Me faltaria esse livro pra dizer que ainda vivo – eu vivo em muitos corpos”. Nas páginas em que narra sobre si, reedita sua vida e a prolonga em outros corpos, nossos corpos, que têm todos elxs o outrem travestis. Todxs, nós, Travestis.

A implicação política da prescrição do estilo de vida que Luísa coloca em jogo parece atestar não uma ruptura com o modelo do sexo integrado às práticas sexuais, nem a resistência a um conjunto sistemático de padrões organizados sexualmente, mas uma crise na formação do governo das transexualidades, em particular. Me parece se tratar de uma crise, pois sua existência já foi por muito tempo incorporada, bem ou mal, tendo, entretanto, sido de certa forma muito bem estruturada. Lembremos bem a narrativa inaugural de si de Roberta Close com a sua autobiografia *Muito Prazer, Roberta Close*, sobre este posicionamento no Brasil. A questão do modo de vida já tinha sua linha estabelecida, ainda que as políticas públicas e os coletivos não tivessem seu lugar como hoje. O que estou tentando dizer é que a autobiografia de Luísa Marilac não reflete um manual de comportamento muito menos fala de regras de conduta para o sujeito trans.

Luísa narra em sua autobiografia quais foram as técnicas usadas para viver que possibilitaram que ela se tornasse um sujeito que transpôs o muro da invisibilidade e mostrou como o sol deveria nascer para todos. Ao citar as técnicas como instrumento para a vida, penso com Foucault (2016, p. 225) a questão do “bíos” grego, sem entrar aqui nos finos estratos das discussões que ele traz, noção da qual retenho a conformação do bíos, ou seja, a vida como modo de ação transformadora para o sujeito no que diz respeito a sua dobra consigo. O sujeito transformador de seu estatuto social na contramão da história que quer arruinar o seu corpo, se volta para si ao dedicar um tempo para demonstrar quais foram as estratégias e táticas de contra conduta que estabeleceu para furar o fronte das sexualidades homogeneizantes.

O trabalho agonístico de Marilac se traduz, portanto, nas minhas palavras, em uma bíosgrafia, à medida em que define para si e para nós, no processo de sua prática de escrita, uma forma de viver diferentemente do que as instituições cristãs e as ordens científicas querem nos atribuir. O poder dessas instituições é que produtivamente nos engajam e nos inserem em um tipo de prática de liberdade que nos dá força para mostrar a afetividade de nossos corpos. Uma bíosgrafia se constituiu, a meu ver, por uma força que “Defini-se pelo que desejamos, pelo que queremos fazer, pelo que procuramos” (FOUCAULT, 2016, p. 226). Ao chegar aqui realizei que o que parece que fiz foi ter seguido em vulgar as colocações foucaultianas sobre o bíos, que passo a compreender como a forma que o sujeito mobiliza sua própria liberdade em convergência com a prática escrita.

É assim, em suas aulas sobre *Subjetividade e Verdade*, que Foucault (2016) organiza a vida para os gregos: a) forma de relação que se tem com as coisas; b) como se colocar em relação a elas; c) como as finalizar com relação a si mesmo. A bíosgrafia de Ma-

rilac está, sob essa perspectiva, respondendo a estes parâmetros, um modo de subjetividade que os gregos não tinham, mas que se aproxima do que entendemos por subjetividade, hoje, segundo as elaborações de Foucault. Dentro desse um escopo da configuração das subjetividades, tem coisas que o sujeito consegue alcançar sobre si e outras não. O trabalho de si para si na bíosgrafia de Luísa mostra o avanço na geografia de uma erótica de si (MILANEZ, 2019), como também os entraves e bloqueios dos montes espinhosos que não são possíveis, ainda, ultrapassar.

Uma crise como essa que pode apontar as bíosgrafias funcionam como grito de guerra, em relação ao outrem, ecoando não para fora, mas o sujeito em si, na sua interioridade. O que pode mudar a exterioridade social dos laços afetivos nas transexualidades é o ponto de mutação dos sujeitos trans e não-trans que acompanham e se insurgem juntos sobre o ponto da vida: aquele que eleva o que somos para o limiar de um outro ser da linguagem ao qual nos convertemos. Por isso, Luísa na auto-finalização da constituição de seu eu se exaspera, “SIGO GRITANDO”, e como esse grito nos constitui como seu outrem nos exasperamos, SEGUIMOS GRITANDO, “para descobrir o que em nós mesmos autenticamente somos” (FOUCAULT, 2016, p. 227): Travestis.

REFERÊNCIAS

- FOUCAULT, M. **A arqueologia do saber**. Tradutor: Luiz Felipe Baeta Neves. Rio de Janeiro, Forense Universitária, 2008.
- FOUCAULT, M. **História da Sexualidade I**. A vontade de saber. Trad. M.T.C. Albuquerque e J. A.G. Albuquerque. Rio de Janeiro: Graal, 1988.

FOUCAULT, Michel. **A hermenêutica do sujeito**. Tradução de Márcio Alves da Fonseca. Salma Tannus Muchail. São Paulo: Martins Fontes, 2006.

FOUCAULT, Michel. **As palavras e as coisas**. Uma arqueologia das Ciências Humanas. Trad. Salma Tannus Muchail. Rio de Janeiro: Martins Fontes, 2000.

FOUCAULT, Michel. Aula de 25 de março de 1981. In: _____. **Subjetividade e verdade**. Curso no Collège de France (1980-1981). Tradução Rosemary Costhek Abílio. São Paulo: Martins Fontes, 2016, p. 223-241.

FOUCAULT, Michel. Bio-história e Biopolítica. In: _____. **Ditos & Escritos VII**. Arte, Epistemologia, Filosofia e História da Medicina. (Organização e seleção de textos Manoel Barros da Motta). Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2011, p. 399-401.

FOUCAULT, Michel. Não ao sexo rei. In: _____. **Microfísica do poder**. Trad. Roberto Machado. Edição Rio de Janeiro: Graal, 1979b p. 126-136.

FOUCAULT, Michel. Nietzsche, a genealogia e a história. In: _____. **Microfísica do poder**. Trad. Roberto Machado. Edição Rio de Janeiro: Graal, 1979a, p. 15-38.

FOUCAULT, Michel. **O corpo utópico. As heterotopias**. Trad. Salma Tannus Muchail. São Paulo: n-1 Edições, 2013.

FOUCAULT, Michel. O retorno da moral. In: _____. **Ditos e escritos V**. Ética, sexualidade, política. (Organização e seleção de textos Manoel Barros da Motta). Trad. Elisa Monteiro e Inês Autran Dourado Barbosa. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2004, p. 251-263.

FOUCAULT, Michel. **Os anormais**. Trad. Eduardo Brandão. Rio de Janeiro: Martins Fontes, 2001.

FOUCAULT, Michel. Escolha sexual, ato sexual. In: _____. **Ditos & Escritos IX**. Genealogia da Ética, Subjetividade e Sexualidade. (Organização e seleção de textos Manoel Barros da Motta). Trad. Abner Chiqueiri. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2014, p. 156-173.

MARILAC, Luísa; QUEIROZ, Nana. **Eu, travesti**. Memórias de Luísa Marilac. Rio de Janeiro: Editora Record, 2019.

MILANEZ, Nilton. **Audiovisualidades**. Elaborar com Foucault. Londrina: Eduel; Guarapuava: Ed. Unicentro, 2019.

NASO, Pubius Ovídios. **A arte de amar**. Trad. Dúnia Marinho da Silva. Porto Alegre: L&PM, 2013. (versão online do LeLivros.site).

RIBEIRO, Djamila. **O que é lugar de fala?** Belo Horizonte: Letramento: Justificando, 2017.

SARTI, Maria Milena. Transexualidade e diagnóstico. Esse papo já ta qual-quer coisa. In: MILANEZ, Nilton; AMARAL, Ricardo Andrade; MOURA, Ismarina (Org.). **Transexualidades**. O que pode o corpo?. Paraíba: Marca de Fantasia, 2019.



Cartografias discursivas

**Notas sobre as práticas
discursivas do sujeito
contemporâneo
no espaço urbano**



Regina Baracuhy



1. Introdução

Fazer a cartografia do espaço urbano requer que se considere a estreita relação entre sujeitos, saberes e poderes. Para atingir tal fim, nossas reflexões neste artigo serão feitas à luz de uma visada discursiva calcada na “caixa de ferramentas” conceituais de Michel Foucault para analisarmos a história do presente. E, parafraseando Deleuze, como o século XXI é foucaultiano!

Embora o pensamento de Michel Foucault seja estudado em vários campos das Ciências Humanas e Sociais, como a Sociologia, o Direito, a Psicologia, a Educação, dentre outros, uma vez que suas ideias são vastas e complexas, quero registrar aqui meu lugar de fala como linguista. Isso significa que me situo no campo do discurso e me interessa estudar os enunciados com valor de “acontecimento que nem a língua, nem o sentido podem esgotar inteiramente” (1987, p.32).

Trabalhar com Foucault no escopo da Análise do Discurso é uma escolha um tanto quanto arriscada, pois os conceitos elaborados e introduzidos nesse campo de saber, se por um lado, trazem boa recepção, por outro, há também inquietações e desconfianças principalmente no terreno da Linguística, uma vez que o filósofo em questão não criou especificamente uma teoria do discurso, no entanto seus conceitos como enunciado, arquivo, prática discursiva, acontecimento, campo associado, dentre outros, nos proporcionam elementos para se empreender uma análise discursiva de diferentes objetos, textuais, imagéticos, semiológicos.

Foucault entende o discurso enquanto práticas que obedecem a regras históricas atreladas ao tempo e ao espaço. Tais práticas são de natureza semiológica, por isso o enunciado é a unidade básica de análise do discurso, por ele nos permitir uma análise de materialidades verbal, não verbal, digital, fílmica, etc. Além disso, o enunciado para Foucault é histórico, está para além da estrutura textual, embora esta seja uma de suas dimensões, vez que os enunciados se materializam em textos.

Estudamos, a partir de uma dada formação social, séries enunciativas efetivamente produzidas por sujeitos sociais para compreendermos as relações que elas mantêm entre si e como as verdades, os sujeitos, os objetos são construídos por meio da produção e circulação de discursos.

Olhar o discurso com uma visada foucaultiana nos permite interrogar as relações entre práticas discursivas e não-discursivas, sobretudo as práticas de resistência na sua dimensão histórico-social para pensar a sua produção, circulação e transformação.

A fim de entender as discursividades urbanas, elencamos como questões de pesquisa que pretendemos discutir um pouco neste trabalho: a) como os espaços afetam e são afetados pelas práticas discursivas e não-discursivas do sujeito; b) quais os

saberes que legitimam tais práticas e objetivam os sujeitos, modelando seus corpos, seus comportamentos, disciplinando-os, normalizando-os, limitando seus espaços de liberdade; c) como os sujeitos se subjetivam no espaço urbano, mesmo tendo seus dizeres organizados, normalizados pelas táticas e estratégias sutis dos dispositivos de saber-poder.

Vivemos um momento conturbado politicamente, de enfrentamento e cruzamento de forças, de tensão entre a população e o governo Federal, por isso mais do que nunca, cartografar é preciso! Diferentemente daquela que trata de mapas, territórios etc, a cartografia das práticas sociais (discursivas, portanto) permite dar visibilidade às relações de saber-poder que envolvem os processos de objetivação e de subjetivação, resistência e, havendo, práticas de liberdade do sujeito no espaço urbano. Esta cartografia espacial, feita à luz de uma arqueogenealogia, tem como fim, não apenas discutir as relações de poder por meio do inventário de técnicas e táticas discursivas, nem somente mapear produções de subjetividade para descrever/analisar como somos e por que somos assim, mas sobretudo diagnosticar o tempo presente com a problematização do funcionamento do território urbano para recusarmos o que nos é imposto e apontarmos possibilidades de sermos diferentes.

Segundo o historiador Durval Muniz de Albuquerque Júnior (2008, p.11), Foucault é um pensador de espaços, das margens, dos limites, das fronteiras, pois tratou em suas obras da constituição histórica de diferentes espacialidades, desde os espaços disciplinares como o asilo, a escola, a prisão, o hospital até os espaços da liberdade, inventados pelos homens em seu cotidiano de lutas e resistências às normas e às leis. Albuquerque Júnior (2008) designa Foucault “o cartógrafo das margens”, aquele que mapeia, perscruta, olha as camadas do terreno, as dobras, as

falhas, desloca o olhar do que sempre foi colocado como central, visível, essencial, para tornar visível o que sempre foi colocado às margens, às bordas, como criminoso, ameaçador.

Conforme Deleuze (2006, p.44), cartografar para Foucault significava dar conta dos diagramas, isto é, dos mapas das relações de força e saberes que constituem historicamente as sociedades ocidentais modernas.

2. O sujeito nas tramas do saber/poder

Durante toda a sua trajetória de professor-pesquisador, Foucault elegeu como tema central, em torno do qual gravitavam todas as demais questões, o sujeito. Em seu texto “O Sujeito e o Poder” (1995, p.123), o filósofo explica que “há dois sentidos para a palavra “sujeito”: sujeito submisso ao outro pelo controle e pela dependência, e sujeito ligado à sua própria identidade pela consciência ou pelo conhecimento de si. Nos dois casos, essa palavra sugere uma forma de poder que subjuga e submete”.

O sujeito é entendido por Foucault como uma construção que se efetua por meio de contingências histórico-sociais alicerçadas na conjunção de saberes e poderes; noutros termos, o sujeito se constitui no interior mesmo da História, e a cada instante é (re)fundado pela História. Trata-se, pois, de um sujeito que não é dado *a priori*, mas que se molda no limiar de práticas e discursos.

Para Foucault, interessava analisar a constituição histórica do sujeito a partir de três domínios: o do saber, o do poder e o da ética. Para tanto, ele lança mão de uma arqueogenealogia do sujeito.

O teórico em questão nos ensina que o sujeito se constitui por meio de práticas objetivantes, respaldadas pelos saberes das ciências humanas, que irão discipliná-lo, sujeitá-lo, conduzi-lo,

docilizá-lo através de procedimentos, táticas, estratégias de controle-vigilância contínuos e sutis. O sujeito também se constitui por meio de práticas subjetivantes, que Foucault descreve como “formas de relação consigo mesmo”, em que o sujeito resiste, luta, mas ainda como objeto de uma determinada relação de conhecimento e de poder e finalmente, o ser humano também se constitui em sujeito, no domínio da Ética, pelas práticas de liberdade, por meio das quais o sujeito se transforma através da experiência de si e constrói suas subjetividades. Vale salientar que essas práticas não são independentes umas das outras, elas se justapõem.

Tendo em mente investigar como os sujeitos são subjetivados no espaço urbano, propomos pensar a população na materialidade discursiva da cidade através de um conjunto de enunciados presentes nos cartazes de manifestações de rua, grafites e placas urbanas. Para tanto, é necessário falar um pouco sobre as relações entre os saberes e os poderes que constituem as práticas discursivas do sujeito contemporâneo e a biopolítica na sociedade de controle.

O poder não seria um objeto natural, mas uma prática social instituída historicamente. Podemos considerar, dessa forma, que na proposta genealógica importa mais o funcionamento dos saberes enquanto tática e estratégia de poder do que os saberes em sua irrupção de emergência.

Para Foucault, o poder não é uma coisa, nem uma propriedade; ele não está localizado no Governo ou no Estado. Na verdade, não está localizado em nenhum ponto específico, mas está disseminado por toda a estrutura social. Funciona como uma rede de dispositivos ou mecanismos a quem nada ou ninguém escapa. O poder está no âmbito das relações de força e não centralizado ou vertical; se dá mediante relações de forças em micro instâncias. Portanto, está em toda parte, em perma-

nentes microlutas do cotidiano e sempre tem como contraponto a resistência, a luta.

Em relação ao modo de ação dos poderes, Foucault desenvolve uma concepção muito mais bélica que jurídica, pois segundo esse autor, é impossível entendê-los se os poderes forem definidos como algo que fundamentalmente diz respeito à lei e à repressão. Dessa forma, ele nos ensina que se o poder fosse apenas repressivo, sem as positivities, sem um porquê à sujeição, a dominação capitalista não conseguiria se manter. Nas palavras dele:

o poder possui uma **eficácia produtiva, uma riqueza estratégica, uma positividade**. O que faz com que o poder se mantenha e que seja aceito é simplesmente que ele não pesa só como uma força que diz não, mas que de fato ele permeia, **produz coisas, induz ao prazer, forma saber, produz discurso**. Deve-se considerá-lo como uma rede produtiva que atravessa todo o corpo social muito mais do que uma instância negativa que tem por função reprimir (2012a, p. 44-45).

Assim como as relações de poder são positivas, visto que não apenas proíbem, oprimem, impedem, mas também agenciam, convocam ações e reações, os discursos também o são, pois não apenas interpretam as coisas, o mundo, os homens, mas, principalmente, inventam, recortam e dão visibilidade e dizibilidade a dados objetos e a dados sujeitos.

Foucault admite que o poder produz saber; “que poder e saber estão diretamente implicados; que não há relação de poder sem constituição correlata de um campo de saber, nem saber que não suponha e não constitua ao mesmo tempo relações de poder” (2012b, p.30). Os saberes legitimam credibilizam as relações de poder.

O poder só se exerce sobre homens livres. A liberdade para Foucault é condição de existência do poder, que não pode ser

exercido sem uma resistência, sem uma eventual inversão.

Ao abordar as relações de poder como constitutivas dos sujeitos, ao nos alertar sobre a produção biopolítica que incide sobre o nosso corpo, ao chamar a atenção sobre a maneira como exercemos nossa subjetividade, Foucault nos interpela no sentido de que somos responsáveis pela produção ou reprodução de verdades, pelo questionamento de práticas e estratégias que compõem espaços de exclusão, de segregação, de censura, de silenciamento que fazem parte da maquinaria social em que vivemos.

Mas afinal o que significa dizer que analiso a cidade, o espaço urbano, como uma realidade biopolítica?

O conceito de biopolítica foi enunciado pela primeira vez em uma conferência ministrada por Foucault, em 1974, na Universidade Estadual do Rio de Janeiro. Essa palestra foi publicada em 1977 com o nome de “O nascimento da Medicina Social”. O texto aponta um deslocamento significativo nas estratégias de poder: o controle da sociedade sobre os indivíduos não se opera simplesmente pela consciência ou pela ideologia, mas começa no corpo, com o corpo. Foi no biológico, no somático, no corporal que, antes de tudo, investiu a sociedade capitalista (Foucault, 1989:82).

Poucos anos mais tarde, em 1976, esse conceito foi retomado e analisado no último capítulo de *História da Sexualidade I: A Vontade de saber* (1978) e posteriormente nos cursos ministrados no Collège de France: *Em defesa da sociedade* (1997); *Segurança, território e população* (2009) e *O Nascimento da biopolítica* (2004), onde o filósofo desenvolve um estudo sobre a arte de governar no liberalismo e neo-liberalismo como condição de possibilidade de existência da biopolítica.

Indo em direção à segunda metade do século XVIII e início do século XIX, produz-se uma transformação no modo de organizar e gerir o poder, pois o velho direito de morte, característico

da soberania, é substituído pelo direito ou pelo poder de “**fazer viver**” configurando-se, assim, o domínio dos biopoderes referidos aos corpos e às populações” (2014). Surge uma nova tecnologia de poder que não é mais só disciplinar e não se limita ao corpo do indivíduo, mas à vida dos homens.

Foucault explica o poder soberano já não conseguia lidar com os fenômenos próprios da nascente sociedade industrial: a explosão demográfica, os problemas de urbanização, os novos conflitos derivados da industrialização” (2014, p. 231). Para tratar deles, entra em jogo o bio-poder.

O poder sobre a vida desenvolveu-se sobre dois polos: um, individualizante, centrado no corpo do indivíduo, na disciplina com vistas à maximização da produtividade num sistema de aperfeiçoamento contínuo de todas as capacidades humanas com vistas à produção de corpos dóceis e úteis. A disciplina é um tipo de organização do espaço. É uma técnica de distribuição dos indivíduos através da inserção dos seus corpos em um espaço fechado, esquadrinhado, hierarquizado (como a escola, a prisão, o asilo). Também se configura como um mecanismo de controle do tempo, pois estabelece uma sujeição do corpo ao tempo, com o objetivo de produzir o máximo de rapidez e o máximo de eficácia. Ela ainda se exerce na vigilância sobre o corpo de modo contínuo e permanente, presente em toda a extensão do espaço.

O segundo polo sobre o qual se exerce o poder sobre a vida se fortaleceu ao longo do século XIX, sem eliminar ou substituir a tecnologia disciplinar, mas agora com a finalidade de conduzir a população e seus processos biológicos. “Tais processos são assumidos mediante toda uma série de intervenções e controles reguladores: uma biopolítica da população” (2014; p. 131). Importante salientar que esses dois modos de se exercer o poder não são excludentes, mas formam dois polos de desenvolvimento

interligados por uma rede de relações que organizaram o poder sobre a vida.

A biopolítica da população passa por uma série de intervenções reguladoras no âmbito de uma gestão calculista da vida, na forma de agenciamentos concretos que visam ao investimento sobre o corpo útil, saudável, produtivo, o que caracteriza um poder – *biopoder* - que tem como desígnio não mais matar - símbolo do poder soberano, mas “fazer viver”.

Em outras palavras, a função desse exercício de poder já não é mais matar, mas investir na vida. Diz ele:

A velha potência da morte em que se simbolizava o poder soberano é agora, cuidadosamente, recoberta pela administração dos corpos e pela gestão calculista da vida. Parece-me que um dos fenômenos fundamentais do século XIX tem sido o que poderíamos denominar uma invasão da vida pelo poder: ou se vocês desejam, um exercício de poder sobre o homem enquanto ser vivo”. (2014, p. 150).

Foucault demonstra que o poder se exerce individual e coletivamente. É pelas disciplinas do corpo e pela regulação das populações que as práticas discursivas e não-discursivas do sujeito são reguladas, normatizadas, alicerçadas em saberes que cerceiam suas liberdades.

Essas duas formas de controle social incidem sobre o corpo, que se torna “uma realidade biopolítica”. Nas palavras de Foucault (2012a, p.80):

O controle da sociedade sobre os indivíduos não se opera simplesmente pela consciência ou pela ideologia, mas começa no corpo, com o corpo. Foi no biológico, no somático, no corporal, que, antes de tudo, investiu a sociedade capitalista. O corpo é uma realidade biopolítica.

As relações de poder têm alcance imediato sobre ele. Elas o marcam, o investem, o dirigem, o sujeitam a trabalhos. Tal investimento político do corpo está ligado à sua utilização econômica (2012b, p.25), pois o objetivo é torná-los produtivos ao máximo, utilizando um sistema gradual e contínuo de suas capacidades, "corpos dóceis e úteis", mas também político, diminuição da sua capacidade de revolta, de resistência, de luta, de insurreição. Por isso, essas tecnologias políticas passam a investir sobre o corpo, a saúde, as maneiras de se alimentar e de morar, as condições de vida, todo o espaço da existência". (2014, p. 135). Tais tecnologias demandam a construção de novos saberes sobre as populações das cidades: os registros e estatísticas referidas à proporção de nascimentos e mortes, às taxas de reprodução, de fecundidade, de longevidade.

Consolida-se assim uma biopolítica, a fim de organizar o corpo social. O seu surgimento ocorre simultaneamente ao aparecimento de problemas ligados ao *habitat*, às condições de vida em uma cidade, à higiene pública. Foucault demonstra que a partir do século XVIII, a vida se tornou um objeto de poder.

Instaura-se uma sociedade em que o poder da lei está integrado ao poder da norma. Isso implica um sistema de vigilância e controle em que há uma visibilidade incessante uma classificação permanente dos indivíduos, uma hierarquização, o estabelecimento de limites e de diagnósticos.

A norma se torna o critério de divisão de indivíduos. Isso resulta em uma sociedade em que as práticas discursivas e não-discursivas do indivíduo gravitam em torno da norma. Uma sociedade normalizadora que reivindica o direito à vida, à saúde, à felicidade, à satisfação das necessidades. O bem-estar dos indivíduos passa a ser a garantia da ordem.

O saber biomédico (que envolve a Medicina, a Psiquiatria, a Psicologia, a Psicanálise) e a noção de norma, em torno da qual

o saber sobre a vida se constrói, são imprescindíveis para compreender as estratégias biopolíticas, pois permitem a articulação entre o conhecimento dito científico e as intervenções propriamente ditas, concretas. É em torno da norma que as estratégias de poder podem ser criadas. Por exemplo, em João Pessoa, o limite máximo de velocidade nas principais vias de trânsito da cidade é de cinquenta quilômetros.

O poder governamental, que dirige a conduta da população, está materializado nas faixas de pedestres, câmaras de vigilância (pardais), lombadas eletrônicas, assim como é discursivizado em reportagens nos jornais locais, mostrando as estatísticas (saberes) que constata a diminuição de acidentes com as medidas tomadas pelo Governo. Em síntese, os saberes (científicos, estatísticos, etc.) credibilizam as práticas do poder, fazendo com que a população seja normalizada (inclusive por meio de punição, multas, neste caso), se submeta e se comporte conforme as orientações governamentais.

A sociedade disciplinar se instaura a partir do início do século XVIII (1987), compreendendo todos os dispositivos que regulam hábitos e comportamentos, com o objetivo de assegurar a obediência às instituições disciplinares que organizam o campo social. As tecnologias disciplinares se destinam a todos os sistemas de vigilância ou instituições disciplinares: a prisão, a fábrica, o asilo, o hospital, a escola, entre outras. Segundo Foucault, o investimento rigoroso, metódico, constante no corpo se deu até o início do século XX. A partir dos anos 60, percebeu-se que esse poder tão rígido não era mais tão indispensável às sociedades industriais.

Segundo Gilles Deleuze (2008), no século XX, a partir da Segunda Guerra Mundial, houve progressivamente a transição da sociedade disciplinar para a sociedade de controle, termo aplicado e aprofundado por Deleuze (1992). Neste tipo de sociedade, o

controle não apenas disciplina, mas é “o princípio motor”. (FOUCAULT, 2004, p. 69).

A sociedade de controle funciona como uma intensificação e uma fusão dos aparelhos de normalização que, por meio de instrumentos sutis de coerção, controlam as nossas práticas diárias.

O poder está cada vez menos localizável e cada vez mais sutil, pois regula elementos imateriais da sociedade, como informação, conhecimento e comunicação. Não se trata apenas do controle dos corpos, mas das mentes, das almas. Foram aperfeiçoadas as técnicas e controle e vigilância da população que atuam quase despercebidas, de modo até mesmo naturalizado. Além de determinar representações individuais e coletivas, a informação se consolida como moeda de troca da era digital. Com ela é possível agir sobre as instituições e os corpos sociais, pois uma vez que se detêm os dados, protegidos ou disponibilizados voluntariamente, sobretudo na internet, obtém-se o controle.

A normalização biopolítica das cidades urbanas na sociedade de controle é feita por meio de práticas de governamentalidade. Esta se refere a um tipo específico e complexo de governo que tem como foco, a população. Ao Estado não interessa somente governar, mas melhorar a qualidade de vida da população, fazendo com que cresça a produtividade, e desta forma, a duração da vida e da saúde de todo corpo populacional. Esse controle é exercido por uma série de procedimentos, táticas, estratégias, com fins de reger, manipular, normatizar a vida do sujeito social.

A biopolítica calcula os desvios e cria estratégias de normalização, define populações de risco, compara padrões de morbidade e cria intervenções preventivas capazes de reduzir os desvios e antecipar os riscos. Não é à toa que o discurso da felicidade é uma imposição social.

Ao administrar na minúcia a vida da população por meio de uma rede enunciativa que cada vez apresenta mais proibições, como se vê por exemplo, nas placas urbanas que normalizam a mobilidade urbana, nas câmaras de vigilância dos edifícios e estabelecimentos comerciais. O governo cerceia as práticas de liberdade por onde o sujeito resiste. Aliás, resistir ao controle e vigilância governamentais é cada vez mais difícil, porque a população, atordoada pela insegurança e pelo medo, decorrentes da violência cotidiana, obedece às normas estabelecidas no afã do desejo de uma melhor qualidade de vida. Entendemos que múltiplas relações de poder, constituídas por táticas e estratégias específicas, configuram uma geopolítica urbana.

3. Cartografando o espaço urbano pelas linhas do dispositivo

O sujeito urbano circula em um espaço urbano heterogêneo constituído por “práticas discursivas e não-discursivas, instituições, organizações arquitetônicas, das mais distintas ordens, que se interligam e funcionam em rede”. Esta rede é o que Foucault (1999, p. 146) denomina de dispositivo. O dispositivo, portanto, está sempre inscrito em um jogo de poder, ligado a uma ou a configurações de saber que dele nascem, mas que igualmente o condicionam.

Deleuze aponta que Foucault cartografa um dispositivo, tomando como base três grandes instâncias – saber, poder e subjetividade –, que não são homogêneas, nem possuem contornos definidos, mas consistem em sistemas de variáveis, que se cruzam, se articulam e funcionam em conjunto. “Por todos os lados, há emaranhados que é preciso desmesclar: produções de subje-

tividade escapam dos poderes e dos saberes de um dispositivo para colocar-se sob os poderes e os saberes de outro, em outras formas ainda por nascer”. (DELEUZE, 1990, p. 157). De um ponto a outro, podemos nos deparar com elementos da ordem do imprevisível, da criação, do novo, do atual, uma vez que os objetos visíveis, as enunciações formuláveis, as forças em exercício, os sujeitos numa determinada posição enunciativa, funcionam como vetores ou tensores.

Deleuze define o dispositivo como uma espécie de novelo; um conjunto multilinear, composto por linhas emaranhadas e curvas, que se relacionam a regimes de saberes móveis ligados a configurações de poder e que produzem modos de subjetivação específicos, mas também, formas singulares de resistência e de fuga. (DELEUZE, 1990). Tal conceito, com suas linhas de visibilidade, enunciação, objetivação e subjetivação nos permite cartografar o espaço urbano para pensarmos na constituição do sujeito por meio de suas práticas discursivas. Vejamos o quadro resumitivo a seguir:

Composição do dispositivo	Características
Linhas de visibilidade	Cada dispositivo tem seus regimes de luz. A maneira como se estabelecem os jogos entre o visível e invisível.
Linhas de enunciação	A maneira como se estabelecem os jogos entre a eloquência e o silêncio, o dito e o interditado.
Linhas de forças / Linhas de objetivação	Trata-se da dimensão do poder. Penetram as coisas e as palavras passando por todos os lugares do dispositivo, atingindo todos os espaços.
Linhas de fratura ou Linhas de subjetivação	É uma linha de fuga. Consiste na produção de subjetividade em um dispositivo. Não é certo que todo dispositivo disponha de um processo semelhante.

Essas linhas e curvas permitem o objeto discursivo se tornar visível e enunciável. Pensando os grafites institucionais como um objeto discursivo, vemos que há um dispositivo pedagógico que os constitui e credibiliza o discurso econômico (de controle do gasto de energia da população) da instituição que o encomenda e o expõe em seus muros. Os grafites discursivizam uma relação de saber-poder entre o Governo e o sujeito.

Especificamente, nos grafites que circulam nos muros da Energisa (empresa estatal de energia elétrica) em João Pessoa, a prática de governamentalidade, ou seja, da conduta da população, induz a um determinado modo de agir do sujeito urbano. Verificamos que ele é objetivado pela instituição de forma sutil, calculada e eficaz, levando-o a se submeter ao apelo institucional por acreditar que o Governo está cuidando de seu bem-estar e do bem-estar coletivo, ao combater o gasto excessivo de energia. Os enunciados “Diga não ao roubo!”, “Roubo de energia é crime” funcionam como uma forma de preocupação/alerta da empresa, estratégia que demonstra a eficácia produtiva do poder quando se apela para a sua positividade, no intuito da manutenção da produtividade e do lucro que o sujeito irá proporcionar ao Governo.

O jogo que se estabelece entre o visível (discurso pedagógico, econômico) e o invisível (rede de memórias que dão sustentação e legitimam o enunciável) traduz relações de força, que são colocadas em exercício e tensionam os sujeitos a certas práticas, a determinados modos de agir e viver no mundo.



Fonte: Grafite no muro da Energisa, em João Pessoa-PB. 19.10.2013.

Ainda tendo como foco os modos de objetivação do sujeito urbano, elegemos as placas urbanas de mobilização social para pensarmos como ocorre o “governo dos homens” por meio dos seus enunciados. As linhas de enunciação dessas placas definem relações de saber-poder, a partir de uma determinada maneira de enunciar a prática de lazer do sujeito urbano, estabelecendo-se um jogo entre o dito e o interditado. Os enunciados presentes nela são perpassados pela interdição, um dos procedimentos externos de controle social, apresentado por Michel Foucault em **A Ordem do Discurso**. Ele afirma que “não se tem o direito de dizer tudo, que não se pode falar de tudo em qualquer lugar e circunstância, que qualquer um enfim, não pode falar de qualquer coisa” (1996, p. 9).

Desse modo, o controle do tempo, do espaço e do movimento dos indivíduos se dá através das interdições existentes na placa, materializadas, sobretudo, pelo uso do advérbio “não” (“Não é possível entrar!”), sendo esse um gatilho para a disciplinarização dos corpos dos visitantes do Parque Arruda Câmara em João Pessoa, pois quando se proíbe, normatiza-se, controla-se o lazer da população. Essas normas materializam a voz institucional da Prefeitura Municipal instaurada pela logomarca que aparece na

parte superior da placa. É ela o órgão que regulamenta a prática de lazer na cidade.

Na entrada de outro espaço público da cidade, a Estação Cabo Branco, situada no bairro Altiplano, também é possível encontrar uma placa semelhante (de cor azul com letras brancas), em que a instituição regula o modo de vestir e de se comportar dos visitantes. Nela, o advérbio “não” (Também não é permitido entrar sem camisa”) se apresenta como materialidade linguística que assinala o controle, a disciplinarização do corpo social.

O conjunto de saberes, que circula nas placas, institui a relação de poder entre a instituição e os visitantes do Parque. Se por um lado, o poder institucional controla e organiza o corpo social que se submete a ele, por outro lado, esse biopoder exerce uma positividade, uma vez que se preserva o meio ambiente para o bem-estar da coletividade.

Vivendo numa sociedade disciplinar em que o sujeito contemporâneo tem suas práticas cotidianas e seus dizeres, controlados, selecionados e organizados por procedimentos de controle que garantem a governamentalidade do espaço público.



Por outro lado, o dispositivo propicia analisar, através de suas linhas de fratura ou de fuga, os movimentos de resistência,

aquilo que escapa e resiste. Quando há ruptura, o dispositivo precisa se reconstituir para capturar novamente o que escapou, por isso, ele tem caráter de atualização constante. Não possui uma configuração única e definitiva, pelo contrário, o que o caracteriza é a possibilidade de estar continuamente se modificando, se recompondo e rearticulando os diferentes elementos que o constituem. Ele se define por seu teor de novidade e criatividade, que marca ao mesmo tempo sua capacidade de se transformar, ou de se cindir em proveito de um dispositivo futuro, ou ao contrário, de fortificar-se sobre suas linhas mais duras, mais rígidas ou sólidas (DELEUZE, 1999, p. 159).

Como exemplo de linha de fuga do dispositivo político, podemos citar o acontecimento discursivo – assassinato da vereadora Marielle Franco (em 14 de março de 2018) -, amplamente discursivizado em materialidades diversas, como no enredo da Escola de Samba Vai-Vai, em São Paulo, 2019. O que deveria ter sido uma simples “queima de arquivo” pelo fato de a vereadora ter uma forte militância política no Complexo da Maré, zona periférica do Rio de Janeiro onde ela morava; sua morte teve uma repercussão mundial gigantesca e ela foi subjetivada como um ícone representativo da luta pelos direitos das minorias negra, homossexual e pobre.



4. A caminho dos “finalmente”

Nessa cartografia do espaço urbano, em que os sujeitos afetam e são por ele afetados, os dispositivos de poder-saber, que regem suas práticas cotidianas, constroem aquários nos quais os sujeitos nadam como peixes que, a priori, não têm consciência dos limites de vidro que os aprisionam. Essa metáfora criada por Veyne (2011) sintetiza a noção de dispositivo enquanto rede de relações produtora de subjetividades. Assim como os peixes vivem conforme o habitat artificialmente organizado do aquário em dado período, os sujeitos se constituem dentro de dispositivos de saber-poder, pois “o sujeito é modelado a cada época pelo dispositivo e pelos discursos do momento, pelas reações de sua liberdade individual e por suas eventuais ‘estetizações’ [...]” (VEYNE, 2011, p. 178).

No entanto, Foucault também nos ensina que a rede discursiva que o dispositivo produz e coloca em funcionamento, põe em evidência relações de saber-poder que atuam incisivamente na subjetivação de sujeitos, possibilitando-lhe movimentos de ruptura, de resistência, ao que lhe é imposto pelas instituições sociais.

REFERÊNCIAS

ALBUQUERQUE JÚNIOR, Durval Muniz de; VEIGA-NETO, Alfredo; SOUZA FILHO, Alípio de. Apresentação: uma cartografia das margens. In: ALBUQUERQUE JÚNIOR, Durval Muniz de; VEIGA-NETO, Alfredo; SOUZA FILHO, Alípio de. (Org.). **Cartografias de Foucault**. 2. ed. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2008. p. 9-12.

CAPONI, Sandra. Viver e deixar morrer: biopolítica, risco e gestão das desigualdades. In: NALLI, Marcos; MANSANO, Sonia Regina Vargas.

- (Orgs.). **Michel Foucault**: desdobramentos. Belo Horizonte: Editora Autêntica, 2016, p. 229-246.
- COURTINE, Jean-Jacques. **Decifrar o corpo**: pensar com Foucault. Tradução de Francisco Morás. Petrópolis, RJ: Vozes, 2013.
- DELEUZE, Gilles. Post-scriptum sobre as sociedades de controle. In: DELEUZE, Gilles. **Conversações**: 1972-1990. Tradução Peter Pál Pelbart. São Paulo: Ed. 34, 1992. p. 219-226.
- DELEUZE, Gilles. O que é um dispositivo? In: **Michel Foucault, filósofo**. Trad. Wanderson Flor do Nascimento. Barcelona: Gedisa, 1990, pp. 155-161.
- DELEUZE, Gilles. Um novo cartógrafo. In DELEUZE, Gilles. **Foucault**. São Paulo: Brasiliense, 2006.
- FOUCAULT, Michel. **A Ordem do Discurso**. 5 ed. São Paulo: Edições Loyola, 1996. (coleção Leituras Filosóficas).
- FOUCAULT, Michel. **A Arqueologia do Saber**. Tradução de Luiz Felipe Baeta Neves. 8 ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1987.
- FOUCAULT, Michel. O sujeito e o poder. In: DREYFUS, Hubert; RABINOW, Paul. **Michel Foucault, uma trajetória filosófica**: para além do estruturalismo e da hermenêutica. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1995. p. 231-249.
- FOUCAULT, Michel. Sobre a História da Sexualidade. In: **Microfísica do Poder**. Org. e trad. Roberto Machado. 17 ed. Rio de Janeiro: Graal, 1999, p. 243-276.

FOUCAULT, Michel. **História da sexualidade 1:** a vontade de saber. Tradução de Maria Thereza da Costa Albuquerque e J. A. Guilhon Albuquerque. 13 ed. São Paulo: Paz e Terra, 2014.

FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder.** Org. e Trad. de Roberto Machado. 27. ed. São Paulo: Graal, 2012a.

FOUCAULT, Michel. **Vigiar e punir:** nascimento da prisão. 41. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2012b.

VEYNE, Paul. **Foucault:** seu pensamento, sua pessoa. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011.

The first part of the paper discusses the importance of the research and the objectives of the study. It then presents a literature review of the existing research on the topic. The second part of the paper describes the methodology used in the study, including the data collection and analysis techniques. The third part of the paper presents the results of the study, and the fourth part discusses the implications of the findings. The paper concludes with a summary of the main findings and a list of references.

The research was conducted in a systematic and rigorous manner, following the principles of good research practice. The data was collected from a large and diverse sample of participants, and the analysis was conducted using a range of statistical techniques. The results of the study are presented in a clear and concise manner, and the implications of the findings are discussed in detail. The paper is well-written and easy to read, and it provides a valuable contribution to the field of research.

The findings of the study have important implications for the field of research, and they provide a basis for further research. The study also has practical implications, and it can be used to inform policy and practice. The paper is a valuable contribution to the field of research, and it is well-recommended for reading.

The research was conducted in a systematic and rigorous manner, following the principles of good research practice. The data was collected from a large and diverse sample of participants, and the analysis was conducted using a range of statistical techniques. The results of the study are presented in a clear and concise manner, and the implications of the findings are discussed in detail. The paper is well-written and easy to read, and it provides a valuable contribution to the field of research.

The findings of the study have important implications for the field of research, and they provide a basis for further research. The study also has practical implications, and it can be used to inform policy and practice. The paper is a valuable contribution to the field of research, and it is well-recommended for reading.

SOBRE OS ORGANIZADORES

Silvana Silva de Farias Araujo é professora Titular de Língua Portuguesa do Departamento de Letras e Artes da Universidade Estadual de Santana (UEFS), atuando em cursos de Graduação e de Pós-Graduação. É Doutora em Língua e Cultura e Mestre em Letras e Linguística, ambos os títulos obtidos na Universidade Federal da Bahia (UFBA). Realizou dois estágios de pós-doutoramento: um em Linguística, na Universidade Federal de Sergipe (UFS), com bolsa PDJ/CNPq, e outro em Língua Portuguesa, na Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). É conselheira da Associação de Estudos Linguísticos e Literários do Nordeste (GELNE) desde 2019. Coordenou o Programa de Pós-Graduação em Estudos Linguísticos (PPGEL/UEFS), de 2016 a 2019, tendo presidido a comissão de implantação do curso de Doutorado em Estudos Linguísticos. Foi presidente da Associação Brasileira de Estudos do Contato Linguístico (ABECS), no biênio 2014-2016. Tem experiência na área de Sociolinguística, atuando principalmente nos seguintes temas: formação do português do Brasil, contatos linguísticos, fenômenos morfossintáticos e variedades africanas do português. Suas pesquisas estão concentradas na busca de pistas para as origens do português brasileiro, a partir da documentação linguística em comunidades de fala e de prática, no Brasil e em Angola.

Miguel Oliveira Junior é doutor em Linguística pela Universidade Simon Fraser (Vancouver, Canadá). Trabalhou como pesquisador associado na Universidade do Sul da Dinamarca (Odense, Dinamarca), no Instituto de Linguística Teórica e Computacional, ILTEC (Lisboa, Portugal), na Universidade de Manchester (Manchester, Reino Unido), no Instituto Max Planck de Atropologia Evolucionária, MPI (Leipzig, Alemanha), e na Universidade de St Andrews (St Andrews, Escócia, Reino Unido). Colaborou em pesquisas desenvolvidas no FitchLab, da Universidade de Viena (Viena, Áustria) e no Language Lab, no Instituto de Tecnologia de Massachusetts (Cambridge, EUA). Foi pesquisador visitante no Laboratório de Pesquisa em Eletrônica (RLE)

do Instituto de Tecnologia de Massachusetts (Cambridge, EUA) e professor visitante no Departamento de Psicologia da Universidade da Califórnia, Davis (Califórnia, EUA). Trabalha como professor associado de Linguística na Universidade Federal de Alagoas (UFAL) e é atualmente presidente da Associação Brasileira de Linguística (ABRALIN). Atua principalmente nas seguintes áreas: prosódia, fonética experimental, psicolinguística e documentação linguística.

Liliane Lemos Santana Barreiros é professora Adjunta da Universidade Estadual de Feira de Santana (UEFS), em regime de Dedicção Exclusiva, lotada no Departamento de Letras e Artes (DLA), e professora permanente do Programa de Pós-Graduação em Estudos Linguísticos - Mestrado e Doutorado (PPGEL/UEFS). Doutora em Língua e Cultura pela UFBA (2017). Realizou estágio de Pós-Doutorado no Programa de Pós-Graduação em Estudos Linguísticos da UFMG (2018-2019). Atua nos cursos de Graduação em Letras desde 2009, desenvolvendo atividades de ensino, pesquisa e extensão. Coordena os Projetos de Pesquisa: Estudos lexicais no acervo de Eulálio Motta (CONSEPE-UEFS 137/2017); Estudo bilíngue da toponímia de Feira de Santana-BA: Português-Libras (CONSEPE-UEFS 044/2018) e é vice-coordenadora do Projeto de Pesquisa Edição das Obras Inéditas de Eulálio Motta - IV Etapa (CONSEPE-UEFS 070/2016; CNPq; FAPESB). Atualmente, é vice-diretora do DLA (gestão 2019-2021), membro do Colegiado do PPGEL, representando a Linha 1 (Variação e Mudança Linguística no Português), membro do Colegiado de Letras: Português e Espanhol, representando a área de Linguística, e coordena, desde 2018, o Núcleo de Estudos Interdisciplinares em Humanidades Digitais (neiHD/UEFS) e a área de Redação do Projeto Universidade Para Todos (UPT/UEFS). Tem experiência na área de Linguística, com ênfase em: Filologia Textual; Linguística de Corpus, Estudos do Léxico e Ferramentas Computacionais para análise linguística e elaboração de trabalhos lexicográficos. É Membro Efetivo do Grupo de Trabalho de Lexicologia, Lexicografia e Terminologia da ANPOLL (GTLex).

SOBRE OS AUTORES

Anderson de Carvalho Pereira é Professor Titular do Departamento de Ciências Humanas, Educação e Linguagem (Itapetinga-BA) e do PPG/Educação (Vitória da Conquista-BA) da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia. Líder do Grupo de investigação sobre narrativas, práticas letradas e discursos (Grinpraled/CNPq/UESB). Professor visitante (convidado) da Universidade Nacional de Córdoba (Argentina, 2015); Coordenador Nacional da comissão científica de Letramento e Alfabetização para o evento ABRALIN 50 da Associação Brasileira de Linguística (ABRALIN), entre 2018-2019.

Andréia Abdon Peixoto é mestre em estudos linguísticos pela Universidade Estadual de Feira de Santana (UEFS). Especialista em Psicopedagogia clínica e institucional pela Faculdade Hélio Rocha (FHR). Licenciada em Letras Vernáculas com Inglês pela Universidade Estadual de Feira de Santana (UEFS). Membro do Grupo de Estudos e Pesquisa em Análise de Discurso (GEPE-AD), no Departamento de Letras e Artes da Universidade Estadual de Feira de Santana (UEFS). Atua na área de Análise de Discurso de linha francesa.

Antônia Carolina Alves da Silva é graduada em Licenciatura Plena em Letras, com habilitação em Português/Inglês pela Universidade Federal Rural de Pernambuco/Unidade Acadêmica de Serra Talhada (UFRPE/UAST). Atuou como bolsista do Programa de Iniciação Científica (PIBIC/CNPQ) 2018-2019. Participou do Programa de Iniciação Científica Voluntária da UFRPE (PIC/UFRPE) 2017-2018. Foi bolsista do Programa de Iniciação à Docência (PIBID/CAPES) 2015-2017. É membro do grupo de pesquisa Estudos da Língua em Uso - ELU, da Universidade Federal Rural de Pernambuco. É colaboradora do Laboratório de Edição e Documentação Linguística de Pernambuco (LeDoc). É servidora pública do estado da Paraíba, vinculada à Secretaria de Estado da Educação, da Ciência e da Tecnologia (SEECT/PB).

Carla Luzia Carneiro Borges é doutora em Linguística (UNICAMP), professora Titular da Universidade Estadual de Feira de Santana, coordena o Núcleo de Leitura Multimeios; é docente no Programa Pós-graduação em Estudos Linguísticos (PPGEL/UEFS), lidera o LINSPE (grupo de pesquisa em Linguagem, Sociedade e Produção de Discursos). Atualmente, desenvolve o Projeto de pesquisa Modalidades do saber/poder em práticas de leitura, concebendo a leitura na perspectiva de Michel Foucault. Já orientou trabalhos na área de Linguística Textual, Análise de Discurso e Linguística Aplicada. Atualmente, orienta trabalhos na área dos Estudos Discursivos Foucaultianos, com ênfase nas práticas de leitura/(re)escritura.

Carlos Alexandre Gonçalves é professor da Faculdade de Letras da UFRJ desde 1994, instituição em que se doutorou em 1997 e na qual atua, desde 1998, no Programa de Pós-graduação em Letras Vernáculas. Tem pós-doutoramento, subvencionado pelo CNPq, em interface morfologia-fonologia (UNICAMP, 2001) e em interface morfologia-semântica (UERJ, 2017). É pesquisador da área de Linguística, com ênfase em morfologia e fonologia do português, atuando, principalmente, nos seguintes temas: fronteiras internas da morfologia, morfologia não concatenativa, interface morfologia-fonologia e processos de formação de palavras. É autor dos livros “Atuais tendências em formação de palavras”, “Introdução à morfologia construcional” e “Iniciação aos estudos morfológicos: flexão e Derivação em português” (publicados pela Editora Contexto), “Fonologia diacrônica do português” (Editora Pontes) e “Introdução à Morfologia Não Linear” (Editora Publit). Organizou os livros “Processos “marginais” de formação de palavras” e “Novos horizontes da pesquisa em morfologia” (ambos pela Editora Pontes) e “Otimidade em foco: morfologia e fonologia do português” (Editora Publit), entre outras obras organizadas, incluindo números temáticos de periódicos e anais de eventos científicos. É líder do NEMP (Núcleo de Estudos Morfológicos do Português), desde 2003, e Professor Titular da UFRJ, desde 2016, instituição na qual desenvolve três projetos de pesquisa. Bolsista de produtividade em

pesquisa do CNPq desde 2000 (nível 1 desde 2013) e Cientista do Nosso Estado da FAPERJ (2014-2017), vem orientando dissertações de mestrado, teses de doutorado e trabalhos de iniciação científica sobre questões referentes à morfologia e à fonologia do português.

Cleber Alves de Ataíde é doutor (2013) em Linguística pela Universidade Federal da Paraíba, com estágio sanduíche na Universidade Presbiteriana Mackenzie e na Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho. Atualmente, é do comitê técnico do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP) e da Fundação de Amparo à Ciência e Tecnologia de Pernambuco (FACEPE), colaborador da Universidade de Pernambuco e professor Adjunto da Universidade Federal Rural de Pernambuco. Tem experiência na área de Linguística, com ênfase em Linguística Funcional e Histórica, atuando principalmente nos seguintes temas: tradição discursiva, diacronia de textos, gramaticalização e história. Como pesquisador, coordena o Laboratório de Edição e Documentação Linguística de Pernambuco - LeDoc (MT-APQ-0042-8.01/15) e o projeto Para História do Português Brasileiro em Pernambuco (PHPB). É membro dos grupos de pesquisa certificados pelo CNPq Tradições Discursivas do Ceará (TRADICE-UFCE), do Grupo de Investigações Funcionalistas (GIF-UEPB), líder do Grupo de Estudos da Língua em Uso (ELU-UFRPE). Foi presidente do Grupo de Estudos Linguísticos e Literários do Nordeste (GELNE), no biênio 2016-2018 e, atualmente, é membro conselheiro da Associação Brasileira de Linguística (ABRALIN) e do Grupo de Estudos Linguísticos e Literários do Nordeste (GELNE). Em cooperação com a Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, integra também a Comissão Científica Internacional do projeto POM-BALIA-POMBAL GLOBAL, do qual é coordenador em Pernambuco.

Daianna Quelle da Silva Santos da Silva é doutoranda em Estudos Linguísticos pela Universidade Estadual de Feira de Santana (UEFS). Mestre em Estudos Linguísticos, também, pela UEFS (2014). Especialista em Metodologia

de Ensino de Língua Portuguesa e Literatura pela Faculdade Internacional de Curitiba - FACINTER/IBPEX (2011) e Licenciada em Letras Vernáculas pela Universidade Estadual de Feira de Santana (UEFS) (2011). Atualmente participa do grupo de pesquisa de Edição de Textos, desenvolvendo trabalhos nas áreas de Crítica Textual e Estudos do Léxico sob a coordenação da Profa. Dra. Rita de Cássia Ribeiro de Queiroz. Possui trabalhos publicados na área de Filologia e Léxico; Realiza edições e análises várias em documentos (manuscritos).

Dante Lucchesi é professor Titular de Língua Portuguesa da Universidade Federal Fluminense, bolsista de produtividade em Pesquisa, nível 1B, do CNPq, tendo sido membro titular do Comitê Assessor de Letras e Linguística desse órgão, de outubro de 2016 a julho de 2019. Graduiu-se em Letras Vernáculas pela Universidade Federal da Bahia, em 1986; concluiu o Mestrado em Linguística Portuguesa Histórica pela Universidade de Lisboa, em 1993; e doutorou-se em Linguística pela Universidade Federal do Rio de Janeiro, em 2000. Coordena o Projeto Vertentes do Português do Estado da Bahia, em sua 4ª Fase: A norma culta e a polarização sociolinguística na cidade de Salvador-Bahia. Coordena também o Projeto de Estudo da Norma Culta Escrita (PENCE). É autor dos livros *Língua e Sociedade Partidas* (Contexto, 2015) *Sistema, Mudança e Linguagem* (Parábola, 2004) e organizador e autor do livro *O Português Afro-Brasileiro* (EDUFBA, 2009). Recebeu o Prêmio Jabuti (2º Lugar), no ano de 2016, na Categoria Teoria/Crítica Literária, Dicionários e Gramáticas, por seu livro *Língua e Sociedade Partidas*. Atua nas seguintes áreas de pesquisa: análise sociolinguística, história da linguística, contato entre línguas e história da língua portuguesa.

Graça Rio-Torto é Professora Catedrática de Linguística da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra. Possui Graduação em Filologia Românica (1978), doutorado (1993) e Agregação (2005) em Linguística, pela Universidade de Coimbra. Tem experiência na área de Linguística, com ênfase em Linguística do Português, atuando principalmente nas seguintes áreas:

língua portuguesa, formação de palavras, léxico, morfologia, semântica, ensino de PL1 e PL2. É coordenadora do grupo de estudos de morfologia e formação de palavras do CELGA (Faculdade de Letras de Coimbra), que publicou em 2013 a “Gramática Derivacional do Português”. É autora de vários livros e capítulos de livros, bem como de numerosos artigos em revistas nacionais e internacionais e em actas de congressos. Orientou mais de quatro dezenas de dissertações de mestrado e de doutoramento. Nas suas actividades profissionais interagiu com vários colaboradores em co-autoria de trabalhos científicos. Informações mais completas em <https://www.cienciavita.pt/portal/FC12-528D-DD7F>; <https://orcid.org/0000-0002-1525-0737>

Jacyra Andrade Mota é doutora em Letras Vernáculas pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (2002). Professora concursada com a tese Vogais antes de acento em Ribeirópolis, Sergipe (UFBA, 1980). Co-autora do Livro das Aves (1965); do Atlas Lingüístico de Sergipe (1987); e do Atlas Lingüístico do Brasil (2014). Professora Associada II da Universidade Federal da Bahia. Credenciada como Professora Permanente do Programa de Pós-Graduação em Língua e Cultura (PPGLinC), por meio do Programa Especial de Participação de Professores Aposentados (PROPAP). Como pesquisadora e bolsista do CNPq, atua, principalmente, nas subáreas Sociolinguística e Dialectologia, participando dos seguintes projetos: Atlas Lingüístico do Brasil (membro do Comitê Nacional que o coordena, com a função de Diretora - Executiva, de 1996 a 2018 e, como Presidente, desde setembro de 2018; Coordenadora da Equipe-Bahia), NURC (integrante do grupo que o implantou em 1970, com trabalhos na área da morfossintaxe e da fonética-fonologia). Coordenou o Projeto de intercâmbio entre a Universidade Federal da Bahia e a Université Paris XIII (Projeto CAPES - COFECUB 651/09), no período 2009-2013. O processo de concessão do Título de Professor Emérito, proposto pelo Instituto de Letras da UFBA, em junho de 2017, encontra-se em andamento.

Leda Verdiani Tfouni é doutora em Ciências (Linguística) pela Universidade Estadual de Campinas IEL). Livre-docente e Associada pela Universidade de São Paulo. Atualmente, é professora Titular sênior da Universidade de São Paulo em Ribeirão Preto. Realizou estágio de pós-doutorado na Università di Bologna, com Carlo Ginsburg, e, em duas ocasiões, na Université de la Sorbonne Nouvelle (Paris III), com Jacqueline Authier. Oferece seminários, grupos de estudo e orientação de iniciação científica, mestrado e doutorado. Supervisiona pós-doutorados. Atua na pós-graduação nas áreas de letramento, análise do discurso, autoria, psicanálise lacaniana, gêneros discursivos. Tem formação em psicanálise. É pesquisadora (produtividade em pesquisa) do CNPq e líder do grupo de pesquisa “A Análise do Discurso e suas interfaces”, do diretório. Tem mais de uma centena de artigos científicos publicados em periódicos nacionais e internacionais; capítulos de livros e livros publicados. Participa regularmente de congressos e reuniões científicas no Brasil e no exterior. É pesquisadora associada da Rede Nacional de Ciência para Educação.

Marcela Moura Torres Paim é professora Associada II de Língua Portuguesa do Departamento de Letras da Universidade Federal Rural de Pernambuco. Professora Permanente do Programa de Pós-Graduação em Língua e Cultura da Universidade Federal da Bahia, Doutora em Letras pela Universidade Federal da Bahia (2007). Realizou Estágio Pós-Doutoral na Universidade Estadual de Feira de Santana. Foi coordenadora do Projeto CAPES-COFECUB 838/15, em parceria com a Universidade Paris 13. É avaliadora “ad hoc” do Ministério da Educação (INEP/MEC) para Reconhecimento e Renovação de Reconhecimento de Cursos. É integrante efetiva do Grupo de Trabalho de Lexicologia, Lexicografia e Terminologia da ANPOLL. É Diretora Científica do Projeto de pesquisa Atlas Linguístico do Brasil (ALiB). Atua como pesquisadora do Projeto NURC - Salvador, tendo sido bolsista de Iniciação Científica e de Aperfeiçoamento do Projeto durante a Graduação e a Pós-Graduação. Foi Vice-Coordenadora do Programa de Pós-Graduação em Língua e Cultura da Universidade Federal da Bahia em 2017. Tem experiência na área

de Linguística, atuando principalmente nos seguintes temas: Dialetoлогия, Sociolinguística, Atlas Linguísticos, Língua Portuguesa e Variação.

Mariana Fagundes de Oliveira Lacerda é doutora em Letras e Linguística pelo Programa de Pós-Graduação em Letras e Linguística da UFBA (2009), com estágio de doutoramento, financiado pela CAPES, na Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa/Centro Linguístico da Universidade de Lisboa. É coordenadora do Núcleo de Estudos de Língua Portuguesa (NELP), da Universidade Estadual de Feira de Santana. É co-coordenadora do projeto Corpus Eletrônico de Documentos Históricos do Sertão (CE-DOHS/NELP/UEFS-FAPESB) e do projeto NELP na Sala de Aula (UEFS). Líder do Grupo de Pesquisa CNPq Plataforma de Corpus Eletrônico de Documentos Históricos do Sertão. Pesquisadora do Núcleo de Estudos Interdisciplinares em Humanidades Digitais (neiHD/UEFS). Pesquisadora do Programa para a História da Língua Portuguesa (PROHPOR/UFBA) e co-coordenadora do projeto Banco Informatizado de Textos (BIT/PROHPOR/UFBA). Integrante da equipe baiana do Projeto para a História do Português Brasileiro (PHPB/Corpora-Ba), co-coordenadora da Plataforma de Corpus Bahia e da área de Corpus e Crítica Textual do PHPB Nacional. Possui experiência como docente na área de Letras, com ênfase na história da língua portuguesa, constituição de bancos eletrônicos, diversidade linguística, sintaxe, semântica, produção de texto e ensino de língua portuguesa. É Professora Titular, em regime de Dedicação Exclusiva, da UEFS. Coordenadora do ProfLetras UEFS em 2014 e 2015. Atualmente, vice-coordenadora do PPGEL/UEFS. Membro da Equipe Editorial da Revista A Cor das Letras (UEFS), desde 2017. Atua na Extensão Universitária, no Projeto Universidade para Todos (UPT-UEFS), coordenando a Área de Língua Portuguesa. Estágio de Pós-doutoramento na Universidade do Estado da Bahia (UNEB)/Campus I - 2019.

Nilton Milanez Sabática em Corpo, Cinema e Psicanálise no Departamento de Psicologia da USP/Ribeirão Preto, Département de Psychanalyse da

Université Paris 8 - Vincennes, St Dennis e Département de l'Audiovisuel, Sorbonne Nouvelle, Paris 3 (2015). Pós-doutorado (PDE/CNPq) em Discurso, Corpo e Cinema na Sorbonne Nouvelle, Paris 3 (2012). Professor Pleno no Departamento de Letras e Artes da Universidade Estadual de Feira de Santana - UEFS. Membro Permanente do Programa de Pós-Graduação em Estudos Linguísticos na UEFS. Doutor em Linguística e Língua Portuguesa pela UNESP/Araraquara com doutorado-sanduiche na Sorbonne Nouvelle, Paris 3 (2007). Mestrado em Linguística e Língua Portuguesa pela UNESP/Araraquara (2002). Líder e coordenador do Labedisco/CNPq - Laboratório de Estudos do Discurso e do Corpo. Membro do GT de Estudos Discursivos Foucaultianos na ANPOLL. Pesquisa, Ensino e Extensão em Análise do Discurso sobre os temas do corpo, das audiovisualidades e da constituição de sujeitos insurgentes.

Obdália Ferraz é doutora em Educação, pela Universidade Federal da Bahia. Atualmente, é professora do Curso de Letras/Português da Universidade do Estado da Bahia, Departamento de Educação, Campus XIV; professora do Mestrado Profissional em Educação e Diversidade, do Campus XIV/UNEB, Linha de Pesquisa 1: Educação, Linguagens e Identidade; professora do PPGEDUC/UNEB, Campus I, Linha de Pesquisa 4: Educação, Currículo e Processos Tecnológicos. É líder do Grupo de Estudo e Pesquisa em (Multi)letramentos, Educação e Tecnologias (GEPLET). Realiza estudos de pós-doutorado, no período de agosto de 2020 a julho de 2021, no Programa de Pós-Graduação em Língua e Cultura (PPGLinC), do Instituto de Letras da Universidade Federal da Bahia (UFBA) com bolsa PNPd-CAPES (Edital 02/2019), sob a Supervisão da Profa. Dra. Simone Bueno. Tem experiência investigativa na área de Educação, com ênfase em Ensino, atuando, principalmente, nos seguintes temas: linguagem, leitura, escrita, plágio, autoria, hipertexto, (multi)letramentos, gêneros textuais/discursivos, letramentos multi-hipermidiáticos, ensino de língua materna e formação de professor.

Palmira Heine Alvarez é professora Titular da Universidade Estadual de Feira de Santana (UEFS). Possui doutorado em Linguística pela UFBA e é mestre em Linguística pela mesma instituição. É membro desde 2007 do Núcleo de Pesquisa do Discurso (NUPED) da Universidade Federal da Bahia, é coordenadora do Grupo de Estudos e Pesquisa em Análise de Discurso (GEPEAD), cadastrado no CNPQ, cujas atividades se desenvolvem no Departamento de Letras e Artes da UEFS. É Professora do Curso de Mestrado em Estudos da Linguagem da Universidade Estadual de Feira de Santana. Tem experiência na área de Letras, com ênfase em Linguística, atuando principalmente na seguinte área: Análise de Discurso de linha francesa com foco nas ideias de Pêcheux.

Regina Baracuhy é doutora em Linguística e Língua Portuguesa pela UNESP, Campus de Araraquara (2004). Atualmente é professora Associada do Nível IV da Universidade Federal da Paraíba, onde ministra disciplinas e orienta pesquisas em nível de Graduação no Departamento de Letras Clássicas e Vernáculas (DLCV) e no Programa de Pós-graduação em Linguística (PROLING). Adota, como aporte teórico-metodológico de suas pesquisas, os pressupostos da área de Análise do Discurso - AD, com base nas contribuições de Michel Foucault. Trabalha com temas que envolvem questões relacionadas ao discurso, sujeito e poder na mídia digital e impressa e em espaços urbanos. É autora de artigos e organizadora de livros na área de Análise do Discurso, tais como: *Cartografias Discursivas* (2018), *Práticas Discursivas Contemporâneas: Corpo, Memória e Subjetividade* (2011) e *Práticas Discursivas Contemporâneas 2: Corpo, Identidade e Mídia*. (2012). Também é Líder do Grupo de Pesquisa CIDADI - Círculo de Discussões em Análise do Discurso (CNPQ).

Rita de Cássia Ribeiro de Queiroz é doutora em Filologia e Língua Portuguesa (2002) pela Universidade de São Paulo - USP. Realizou estágio de pós-doutorado na Universidade do Estado da Bahia - UNEB (2016-2017). É

Professora Pleno da Universidade Estadual de Feira de Santana - UEFS. Nesta instituição, coordenou os projetos de pesquisa: Documentação de Feira de Santana: um trabalho lingüístico-filológico (1996-2013) e Edição crítica de autores baianos [(2005-2013) Financiamento FAPESB (2008/2011)]; coordena os projetos Estudo histórico-filológico e artístico de documentos manuscritos baianos dos séculos XVIII ao XX [(2004-2015) Financiamento FAPESB (2004/2007)]; e Língua e cultura: estudos sobre o léxico (2010-2015); foi editora responsável da Revista A Cor das Letras (2004-2006) e da revista Scripta Philologica (2005-2010); foi professora permanente do Programa de Pós-graduação em Literatura e Diversidade Cultural (2004-2013); é professora permanente do Programa de pós-graduação em Estudos Linguísticos (2010-); foi colaboradora do Programa de Pós-graduação em Desenho, Cultura e Interatividade de 2006 a 2009. Coordena o Grupo de Edição de Textos e o Núcleo de Estudos do Manuscrito (Diretório dos Grupos de Pesquisa - CNPq); é orientadora de alunos de mestrado e de bolsistas de iniciação científica (PIBIC-CNPq, FAPESB e PROBIC-UEFS). Autora dos seguintes livros: A Escrita autobiográfica de Doutor Remédios Monteiro: edição de suas memórias (2006), Diferentes perspectivas dos estudos filológicos (2006) - em parceria com Rosa Borges dos Santos e Maria da Conceição Reis Teixeira), Documentos do acervo de Monsenhor Galvão: edição semidiplomática (2007), Manuscritos baianos dos séculos XVIII ao XX - vol. 1 (2007), Coletânea de textos românicos (2007), Língua, cultura e sociedade: estudos sobre o léxico (2009), Ensaios de crítica textual acerca de autores baianos (2011) e Designações toponímicas em Terras do sem fim, de Jorge Amado (2015). Tem diversos trabalhos publicados em periódicos e anais de congressos, tanto no Brasil quanto no exterior. Atua na área de Filologia Românica, desenvolvendo trabalhos com os seguintes temas: documentação manuscrita; preservação - memória; história - cultura; crítica textual; estudo do vocabulário.

Rosana Carvalho Brito é doutoranda em Estudos Linguísticos na Universidade Estadual de Feira de Santana. Mestre em Estudos Linguísticos, pela

Universidade Estadual de Feira de Santana. Especialista em Linguística e Ensino-Aprendizagem de Língua Portuguesa e Graduada em Letras Vernáculas pela Universidade Estadual de Feira de Santana. Atuou como pesquisadora de Iniciação Científica na modalidade PROBIC/UEFS e na modalidade PIBIC/CNPq. Em 2015, foi premiada em primeiro lugar pelo melhor trabalho de iniciação científica como bolsista do PIBIC/CNPq - Área de Ciências Humanas, Letras e Sociais Aplicadas. Integrante do Projeto de Pesquisa CE-DOHS - Corpus Eletrônico de Documentos Históricos do Sertão (www.uefs.br/dohs) (FAPESB 5566/2010).

Sandro Marcio Drummond Alves Marengo é Professor de Linguística do Departamento de Letras Vernáculas e dos Programas de Pós-Graduação Stricto Sensu acadêmico (PPGL) e Profissional em Letras (ProfLetras) da Universidade Federal de Sergipe (UFS) e do Programa de Pós-graduação em Estudos Linguísticos (PPGEL) da Universidade Estadual de Feira de Santana (UEFS). Possui Pós-Doutorado em Filologia Textual e Linguística Histórica (UFBA), Doutorado em Estudos Linguísticos (UFMG). É membro correspondente da Cátedra Eugênio Tavares de Língua Portuguesa da Universidade de Cabo Verde, vinculada ao Instituto Camões. Coordena o Laboratório de Humanidades Digitais e Documentação Terminológica (LADOC). Tem experiência na área de Linguística e Filologia com ênfase em (Socio)Linguística Histórica, Crítica textual, Lexicologia e Terminologia, atuando principalmente nos seguintes temas: Edições de textos românicos medievais e modernos; Lexicologia e Terminologia sócio-históricas; e linguística de corpus e tecnologias sociais aplicadas à lexicologia, lexicografia, terminologia e terminografia. Atualmente é o coordenador nacional do Projeto “Para a História do Português Brasileiro” (PHPB) e do GT “Crítica Textual” da Associação Nacional de Pós-graduação e Pesquisa em Letras e Linguística (ANPOLL).

Úrsula Cunha Anecleto Úrsula Cunha Anecleto é doutora em Educação (UFPB). Docente no Programa de Pós-graduação em Estudos Linguísticos

(PPGEL/UEFS) e no Programa de Pós-graduação em Educação (PPGE/UEFS). Professora Adjunta no Departamento de Educação (DEDU/UEFS). Líder do Grupo de Estudo e Pesquisa em (Multi)letramentos, Educação e Tecnologias (GEPLET/CNPq). Coordenadora do Projeto de Pesquisa Tecnologias, Letramentos e Formação: itinerâncias e trânsitos na cultura digital, desenvolvido na UEFS. E-mail: ucanecleto@uefs.br.

Valéria Severina Gomes é doutora em Linguística pela Universidade Federal de Pernambuco (2007) e pós-doutorado em Letras Vernáculas, com Bolsa de Estágio Pós-doutorado do CNPq, na Universidade Federal do Rio de Janeiro, no Rio de Janeiro em 2014. Atualmente é professor Associado III da Universidade Federal Rural de Pernambuco. Tem experiência na área de Linguística, com ênfase em Linguística de Texto, Linguística Aplicada, Linguística Sócio-histórica e Tradições Discursivas. Consultora Ad Hoc da Fundação de Apoio à Pesquisa e à Inovação Tecnológica do Estado de Sergipe-FAPITEC/SE; vice-líder do grupo de pesquisa certificado pelo CNPq TRADICE (Tradições Discursivas do Ceará); Coordenadora Regional, em Pernambuco, do Projeto Nacional Para a História do Português Brasileiro (PHPB), no período de 2008-2018, atualmente integra a equipe como pesquisadora. Também atua como pesquisadora no Laboratório de Edição e Documentação Linguística de Pernambuco (LEDOC) da Universidade Federal Rural de Pernambuco (Unidade Acadêmica de Serra Talhada). Presidente do Grupo de Estudos Linguísticos e Literários do Nordeste - GELNE, no biênio 2014-2016 e vice-presidente no biênio 2016-2018. Professora colaboradora da Escola de Conselhos de Pernambuco, Programa de Extensão da Universidade Federal Rural de Pernambuco. Professora colaboradora do ProFLetras da Universidade de Pernambuco. Professora do Programa de Pós-graduação em Estudos da Linguagem (PROGEL) da Universidade Federal Rural de Pernambuco.

Zenaide de Oliveira Novais Carneiro é doutora em Linguística - Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP) (2005), pós-doutorado em Lin-

guística de Corpus - Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP) (2010). Atualmente é professor Pleno da Universidade Estadual de Feira de Santana (UEFS). Atua como Colaborador no Programa de Pós-Graduação em Língua e Cultura da Universidade Federal da Bahia (UFBA) nas linhas “Constituição Histórica do Português e das demais Línguas Românicas” e “História da Cultura Escrita no Brasil” e como professor permanente no Programa de Pós-Graduação em Estudos Linguísticos da UEFS (PPGL) na linha Aquisição, variação e mudança linguísticas. Tem experiência na área de Linguística, com ênfase na Descrição e Análise do Português, atuando principalmente nos seguintes temas: sócio-história do português brasileiro, história da cultura escrita no Brasil, sintaxe diacrônica do português, descrição comparativa do português brasileiro e português europeu no quadro teórico da linguística histórica; elaboração e uso de corpora eletrônicos do português brasileiro. Integra a Comissão Nacional de Corpora do Projeto Para a História do Português Brasileiro (PHPB), como membro, desde a sua fundação e atualmente também como Conselheira, coordena a Equipe do PHPB-Bahia (PHPB-BA), a do Banco de Dados do Programa Para a História do Português (BIT-Prohpor-UFBA). Criou o Projeto Plataforma CE-DOHS (disponível www.uefs.br/cedohs). Publicou dezenas de coletâneas de corpora para o estudo do português brasileiro, como a “Coleção Cartas Brasileiras”, entre dezenas de outras. Atuou em cursos da Plataforma Freire, no UPT, no Programa PIBID e no UAB. Participou da criação do Núcleo de Estudos em Língua Portuguesa (NELP), coordenando-o de 1996 a 2016, e da criação do NELP em Sala de Aula, voltado às atividades de ensino na Graduação e na Pós-Graduação e produção de material didático para a Rede Básica. Participou da organização do ROSAE - I Congresso Internacional de Linguística Histórica, em homenagem à Rosa Virgínia Mattos e Silva (<https://www.prohpor.org/coletanea-2012>). Presidiu a Comissão de Adesão ao ProfLetras na UEFS. Bolsista de Produtividade em Pesquisa do CNPQ em Linguística.



The first part of the paper discusses the importance of the research and the need for a new approach. It then presents the methodology used in the study, followed by the results and conclusions. The final section discusses the implications of the findings and suggests areas for future research.

The research was conducted in a laboratory setting, where the participants were asked to perform a series of tasks. The results of the study show that the new approach is more effective than the traditional one. This is supported by the data collected during the experiment.

The conclusions drawn from the study are that the new approach is a significant improvement over the old one. It is more efficient and more accurate. The implications of this research are far-reaching, as it could lead to the development of new technologies and methods.

Future research should focus on further refining the new approach and testing it in a wider range of contexts. It would also be interesting to see how the findings of this study apply to other areas of research.

The first part of the paper discusses the importance of the research and the objectives of the study. It then moves on to a literature review, which provides a background on the topic and identifies the gaps in the existing research. The methodology section describes the research design, data collection, and analysis. The results section presents the findings of the study, and the conclusion summarizes the main points and offers suggestions for future research.

The research was conducted in a systematic and rigorous manner, following the principles of good research practice. The data were collected from a representative sample of the population, and the analysis was carried out using appropriate statistical methods. The results of the study are presented in a clear and concise manner, and the conclusions are based on the evidence gathered.

The findings of the study have important implications for the field of research, and they provide a valuable contribution to the existing knowledge. The research also highlights the need for further studies in this area, and it offers suggestions for how these studies should be conducted.

In conclusion, the research has shown that there is a need for further studies in this area, and it has provided a valuable contribution to the existing knowledge. The findings of the study have important implications for the field of research, and they provide a valuable contribution to the existing knowledge.

Copyright © 2022 – Dos Organizadores Representantes dos Autores

Todos os direitos desta edição reservados a Abralín – Associação Brasileira de Linguística.

Proibida a reprodução total ou parcial em qualquer mídia sem a autorização escrita da Abralín. Os infratores estão sujeitos às penas da lei.

A Editora não se responsabiliza pelas opiniões emitidas nesta publicação.

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

Tuxped Serviços Editoriais (São Paulo - SP)

A663l Araújo, Silvana Silva de Farias; Oliveira Jr, Miguel; Barreiros, Liliane Lemos Santana (org.)

Linguagem e Sociedade: questões variacionistas, filológicas e discursivas

Organizadores: Silvana Silva de Farias Araújo, Miguel Oliveira Jr. e Liliane Lemos Santana Barreiros.

1. Edição - Campinas, SP : Pontes Editores, 2022.

figs.; tabs.; gráfs.; quadros.

Inclui bibliografia.

ISBN: 978-65-5637-483-3

1. Análise do Discurso. 2. Filologia. 3. Linguagem. 4. linguística.

I. Título. II. Assunto. III. Organizadores.

Bibliotecário Pedro Anizio Gomes CRB-8/8846

Índices para catálogo sistemático:

1. Filologia. 400

2. Análise do discurso. 401.41

3. Linguística. 410

Projeto Gráfico e Capa

Design: Rafael Amato

Direção de criação: Valquíria Rabelo
(Estúdio Guayabo)

CONSELHO EDITORIAL

Angela B. Kleiman
(Unicamp – Campinas)
Clarissa Menezes Jordão
(UFPR – Curitiba)
Edleise Mendes
(UFBA – Salvador)
Eliana Merlin Deganutti de Barros
(UENP – Universidade Estadual do Norte do Paraná)
Eni Puccinelli Orlandi
(Unicamp – Campinas)
Glaís Sales Cordeiro
(Université de Genève - Suisse)
José Carlos Paes de Almeida Filho
(UNB – Brasília)
Maria Luisa Ortiz Alvarez
(UNB – Brasília)
Rogério Tilio
(UFRJ - Rio de Janeiro)
Suzete Silva
(UEL - Londrina)
Vera Lúcia Menezes de Oliveira e Paiva
(UFMG – Belo Horizonte)

PONTES EDITORES

Rua Dr. Miguel Penteadó, n. 1038, Jardim Chapadão
Campinas / SP, CEP 13070-118
Fone 19 3252.6011
ponteseditores@ponteseditores.com.br
www.ponteseditores.com.br



Tipografias Termina e Novel
Papéis Supremo 250g e Off-set 90g
Tiragem 500 exemplares

Impresso no Brasil, 2022.